

psicologia  
revista

## Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### *Reitora*

Maria Amalia Pie Abib Andery

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP

### *Direção*

Patrícia Jundi Penha

### *Vice-direção*

Plínio de Almeida Maciel Junior

A *Psicologia Revista* tem por objetivo contribuir com a produção do conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância, realizada por pareceristas, e por uma revisão editorial, que verifica a adequação do texto às normas. A revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

Forma de difusão: eletrônica.

### *Apoio financeiro*

Plano de Incentivo à Pesquisa

**PIPEq**  
PUC-SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. – N. 1 (1995)  
– São Paulo: EDUC

1995 –

Interrompida de 2001 a 2003

Recuperada em 2004 (volume 13, número 1)

Semestral

ISSN 2594-3871

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

Indexada no LILACS, Index Psi Periódicos, Ulrich's Periodicals Directory

ISSN 2594-3871

30  
2

psicologia  
revista



revista da faculdade de ciências humanas e da saúde – PUC-SP

# psicologia revista

*Editora chefe*

**Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro**

*Editora*

**Laura Marques Castelhana**

*Vice editor*

**Marcelo Camargo Batistuzzo**

*Conselho Executivo*

**Flavia Arantes Hime**

**Guilherme Scandiucci**

**Laura Marques Castelhana**

**Marcelo Camargo Batistuzzo**

**Maria Cristina Dancham Simões**

**Maria Cristina Pinto Gattai**

**Pedro Ambra**

**Ricardo Bueno**

*Conselho Editorial*

**Antonio Virgílio Bittencourt Bastos**

Universidade Federal da Bahia

**Bernardete Angelina Gatti**

Departamento de Pesquisas Educacionais Fundação Carlos Chagas

**Carlos Roberto Drawin**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais

**Claudia Lemos**

Instituto de Estudos de Linguagem – Unicamp

**Iray Carone**

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade

Instituto de Psicologia – USP

**Liana Fortunato Costa**

Universidade de Brasília

**Luiz Roberto Monzani**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp

**Maria Clotilde Rossetti Ferreira**

Departamento de Psicologia e Educação

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP

**Mathilde Neder**

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica – PUC-SP

**Pedrinho Árcides Guareschi**

Instituto de Psicologia – PUC-RS

**Peter Kevin Spink**

Fundação Getúlio Vargas

**Ubiratan D'Ambrosio**

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

**Yolanda Cintrão Forghieri**

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade

Instituto de Psicologia – USP

*Editoração Eletrônica*

**Artsoft Informática**

*Correspondência:*

psicologia revista

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-52

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Fone (11) 3670-8155 – Das 9:00 às 18:00

E-mail: psicorevista@puccsp.br

# Sumário

Apresentação .....257

## Artigos

A Dupla Jornada no imaginário de universitárias conforme a  
Psicologia Psicanalítica Concreta.....261

*University Students' Imaginary about their Double Shift according to  
Concrete Psychoanalytical Psychology*

*Doble Jornada en el imaginario de universitarias según la  
Psicología Psicoanalítica Concreta*

*Bruna Risquoto Batoni*

*Andréia de Almeida Schulte*

*Sueli Regina Gallo Belluzzo*

*Tânia Maria José Aiello-Vaisberg*

Complexos culturais e contribuições feministas para a Psicologia Analítica..... 283

*Cultural complexes and feminist contributions to Analytical Psychology*

*Complejos culturales y contribuciones feministas a la Psicología Analítica*

*Raul Alves Barreto Lima*

*Durval Luiz de Faria*

Notas sobre o discurso de ódio e a censura na peça de teatro *A menina e sua sombra de menino* ..... 309

*Notes on hate speech and censorship in the theater play The girl and her boy's shadow*

*Notas sobre el discurso de odio y la censura en la obra de teatro La niña y su sombra de niño*

*Carlos Sapelli*

*Francieli Loureiro Ramos*

(Re)violências socialmente infligidas a meninos sexualmente abusados por mulheres.....332

*Double violence socially inflicted on boys sexually abused by women*

*(Re)violencia socialmente infligida a niños abusados sexualmente por mujeres*

*Camila Bahia Lessa*

*Andréa Soutto Mayor*

Um documentário me disse: a vida como obra de arte das crianças de uma comunidade .363

*A documentary told me: life as a work of art for children in a community*

*Un documental me dijo: la vida como una obra de arte para niños en una comunidad*

*Leticia Teles de Sousa*

*Gisely Pereira Botega*

De uma utopia estética a uma estética utópica: a linguagem que pulsa ..... 391

*From aesthetic utopia to utopian aesthetics: the pulsating language*

*De una utopía estética a una estética utópica: el lenguaje que pulsa*

*Maria Lucia Macari*

*Amadeu de Oliveira Weinmann*

Clínicas do Testemunho na elaboração do traumático: violência de Estado  
na ditadura civil-militar brasileira.....412  
*Testimony Clinic and trauma: State violence in  
Brazilian civil-military dictatorship*  
*Clínicas del Testimonio en la elaboración de traumatismos: la violencia de Estado en la  
dictadura cívico-militar brasileña*  
*Maria Fernanda dos Santos Passoni*  
*Rosa Maria Tosta*

A produção científica sobre transtornos alimentares na área da psicologia .....433  
*Scientific production on eating disorders in psychology*  
*La producción científica sobre trastornos alimentarios en el campo de la psicología*  
*Pâmella de Jesus Ferreira*  
*Tatiele Jacques Bossi*

## **Jovens autores**

Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais  
em pré-escolares: relato de experiência .....459  
*Emotional self-regulation skills and interpersonal problem-solving skills  
in preschoolers: experience report*  
*Habilidades de autorregulación emocional y resolución de problemas  
interpersonales en niños en edad preescolar: relato de experiencia*  
*Júlia Stersi Bonfatti*  
*Ailana Garcia Meira Costa*  
*Amanda Guimarães Lutz*  
*Mayara Oliveira Bastos*  
*Marisa Cosenza Rodrigues*

# Apresentação

Este número da Psicologia Revista reúne pesquisas que estudam temas candentes da realidade brasileira atual.

Iniciamos com artigos que tratam de questões de gênero, em diferentes etapas da vida: vida adulta, infância e pré-adolescência.

Os dois primeiros - *A dupla jornada no imaginário de universitárias conforme a psicologia psicanalítica concreta*, de Bruna Risquoto Batoni, Andréia de Almeida Schulte, Sueli Regina Gallo Belluzzo e Tânia Maria José Aiello-Vaisberg, e *Complexos culturais e contribuições feministas para a Psicologia Analítica*, de Raul Alves Barreto Lima e Durval Luiz de Faria - são pesquisas empíricas, cujas participantes são mulheres na idade adulta. Abordam suas vivências e sofrimentos em razão do gênero e, ao mesmo tempo, possibilidades imaginárias, num caso, e reais, no outro, de caminhos com potencial de transformação da condição atual.

O terceiro artigo, *Notas sobre o discurso do ódio e a censura na peça de teatro*, de Carlos Sapelli e Francieli Loureiro Ramos, analisa as reações de uma comunidade religiosa e conservadora a uma obra de arte que retrata as amplas possibilidades do brincar cotidiano de uma menina. Essas reações, disseminadas nas redes sociais por meio de mensagens violentas e em defesa da censura da peça, revelam estereótipos de gênero que pautam o que se espera das meninas desde a infância, mesmo durante a brincadeira, atividade em que a liberdade de expressão e de imaginação são fundamentais. Revelam também um modo de se contrapor ao outro. Ao discutir a desinformação e os conteúdos dessas manifestações à luz da Psicanálise, os autores contribuem para ampliar a nossa compreensão sobre essas manifestações tão contundentes quanto frequentes na atualidade.

O quarto artigo (*Re*)*violências socialmente infligidas a meninos sexualmente abusados por mulheres*, de Camila Bahia Lessa e Andréa Soutto Mayor, aborda também gênero e violência, sendo meninos, pré-adolescentes, aqueles que a sofrem. A expressão “re-violências”, utilizada pela autoras, exprime com clareza a situação pois, além das consequências psicológicas do abuso sexual infantil, os resultados deste estudo documental mostram que, diferentemente do que ocorre com o abuso sexual infantil de meninas, neste caso, a mídia não reconhece o fato como abuso, banaliza e deslegitima

o sofrimento das vítimas. Dessa forma, produz sofrimento adicional e não contribui para que a sociedade tenha uma real compreensão da situação e se posicione a favor de medidas para combatê-la.

Em seguida apresentamos *Um documentário me disse: a vida como obra de arte das crianças de uma comunidade*, de Leticia Teles de Sousa e Gisely Pereira Botega. O estudo, cujo objetivo é entender o lugar das infâncias numa comunidade socialmente vulnerável, analisa um documentário que retrata um outro tipo de violência que está presente em nossa sociedade estruturalmente desigual, aquela em que a totalidade dos direitos básicos da vida não são garantidos. Ao mesmo tempo, compreende a arte produzida pelas crianças, nessa situação, como uma reinvenção da vida e uma forma de resistir à precariedade do contexto que as envolve.

A articulação entre os conhecimentos psicológicos e a arte está também presente no sexto trabalho deste número da Psicologia Revista. Em *De uma utopia estética a uma estética utópica: a linguagem que pulsa*, os autores Maria Lucia Macari e Amadeu de Oliveira Weinmann, estabelecem um diálogo entre psicanálise e linguagem cinematográfica, centrado no tema utopia. Tal diálogo é ilustrado por obras do realismo socialista e reflete sobre as possibilidades estéticas contidas na obra de Tarkovsky.

*Clínicas do Testemunho na elaboração do traumático: violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira*, de Maria Fernanda dos Santos Passoni e Rosa Maria Tosta, é um trabalho teórico-conceitual e crítico que analisa as “Clínicas do Testemunho”, projeto-piloto realizado por alguns institutos da sociedade civil, que se constituiu em um dispositivo de reparação psíquica para as vítimas da violência de Estado, cometida durante a ditadura civil-militar brasileira (1964 -1985). Apoiado em um referencial psicanalítico o trabalho trás importantes contribuições tanto para a construção de conhecimentos na área clínica, quanto como um resgate da história recente do país, memória que não pode ser apagada sob pena de repetição.

O 8º artigo *A produção científica sobre transtornos alimentares na área da Psicologia*, de Pâmella de Jesus Ferreira e Tatiele Jacques Bossi, é uma revisão da literatura que trata das contribuições das atuações em Psicologia frente a um grave transtorno que atinge parcelas importantes da população. Revisões sistemáticas da literatura constituem-se em trabalhos muito relevantes, principalmente para os pesquisadores da área, e qualificam nossa publicação.

Na seção Jovens Autores apresentamos o trabalho das graduandas Júlia Stersi Bonfatti, Ailana Garcia Meira Costa, Amanda Guimarães Lutz, Mayara Oliveira Bastos e da orientadora, professora Marisa Cosenza Rodrigues. Intitulado *Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em pré-escolares: relato de experiência*, é um trabalho que descreve e contextualiza teoricamente, com base na literatura especializada, um projeto de intervenção que se situa na intersecção entre a psicologia da saúde e da educação. É sempre muito gratificante divulgar trabalhos feitos no âmbito da graduação e dos Programas de Educação Tutorial incentivando, dessa forma, a carreira científica de futuros psicólogos.

Para finalizar, apresentamos abaixo uma figura que nos informa sobre a proveniência da produção de conhecimento contida neste volume. Atendendo a uma das metas da Revista estamos divulgando trabalhos realizados em várias universidades e estados do país.

### Representação da proveniência dos artigos deste número: universidades e estados



#### LEGENDA

**Amarelo** - Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

**Azul Claro** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

**Azul Marinho** - Universidade de São Paulo, SP.

**Cinza Claro** - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP e Michigan School of Psychology, Estados Unidos da América.

**Cinza Escuro** - Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

**Laranja** - Centro Universitário da Serra Gaúcha, RS.

**Verde** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

**Vermelho** - Associação Catarinense de Ensino - Faculdade Guilherme Guimbal, SC.

**Roxo** - Universidade Federal Fluminense, RJ.

Saudações.

*Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro*

*Marcelo Camargo Batistuzzo*

## psicologia revista

*Editora chefe*

**Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro**

*Editora*

**Laura Marques Castelhana**

*Vice editor*

**Marcelo Camargo Batistuzzo**

*Conselho Executivo*

**Flavia Arantes Hime**

**Guilherme Scandiucci**

**Laura Marques Castelhana**

**Marcelo Camargo Batistuzzo**

**Marcia Almeida Batista**

**Maria Cristina Dancham Simões**

**Maria Cristina Pinto Gattai**

**Pedro Ambra**

**Ricardo Bueno**

*Conselho Editorial*

**Antonio Virgílio Bittencourt Bastos**

Universidade Federal da Bahia

**Bernardete Angelina Gatti**

Departamento de Pesquisas Educacionais Fundação Carlos Chagas

**Carlos Roberto Drawin**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais

**Claudia Lemos**

Instituto de Estudos de Linguagem – Unicamp

**Iray Carone**

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade

Instituto de Psicologia – USP

**Liana Fortunato Costa**

Universidade de Brasília

**Luiz Roberto Monzani**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp

**Maria Clotilde Rossetti Ferreira**

Departamento de Psicologia e Educação

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP

**Mathilde Neder**

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica – PUC-SP

**Pedrinho Árcides Guareschi**

Instituto de Psicologia – PUC-RS

**Peter Kevin Spink**

Fundação Getúlio Vargas

**Ubiratan D'Ambrosio**

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

**Yolanda Cintrão Forghieri**

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade

Instituto de Psicologia – USP

# A Dupla Jornada no imaginário de universitárias conforme a Psicologia Psicanalítica Concreta

*University Students' Imaginary about their Double Shift according to Concrete Psychoanalytical Psychology*

*Doble Jornada en el imaginario de universitarias según la Psicología Psicoanalítica Concreta*

*Bruna Risquoto Batoni\**

*Andréia de Almeida Schulte\*\**

*Sueli Regina Gallo Belluzzo\*\*\**

*Tânia Maria José Aiello-Vaisberg\*\*\*\**

## Resumo

*Considerando que o acúmulo de atividades profissionais e tarefas domésticas onera o cotidiano das mulheres, provocando sofrimento emocional, o presente estudo objetiva investigar o imaginário coletivo de universitárias sobre a dupla jornada feminina na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta. Organizado como pesquisa qualitativa com o método psicanalítico, é articulado através de entrevista psicológica coletiva, mediada pelo uso do Procedimento Desenho-Estória com Tema. A consideração psicanalítica do material permitiu a interpretação de um campo de sentido afetivo-emocional denominado “Meu dinheiro, meu conforto e minha diversão”. A prevalência desse campo não deixa espaço imaginativo para a valorização de outros projetos de vida, como engajamento em trabalho profissional pessoal e/ou socialmente significativo e constituição de família. O quadro geral permite afirmar que as participantes imaginam que é possível escapar da dupla jornada evitando dependência*

---

\* Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil. E-mail: brunabatoni@gmail.com

\*\* Michigan School of Psychology, MI, Estados Unidos. E-mail: andreia\_schulte@hotmail.com

\*\*\* Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil. E-mail: suelibelluzzo@gmail.com

\*\*\*\* Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil. E-mail: aiello.vaisberg@gmail.com

*financeira – um dos mais importantes meios de opressão feminina –, e cultivando posicionamentos voltados para a satisfação das próprias necessidades.*

**Palavras-chave:** *mulheres, trabalho feminino, imaginário coletivo, psicanálise-metodologia.*

## Abstract

*This paper aims to investigate from a concrete psychoanalytical standpoint, the collective imaginary that female undergraduate students share in terms of working the double shift of having a career and a household to run. This is qualitative research based on the psychoanalytical method and is carried out via a collective psychological interview and Thematic Illustrated Story Procedure. The material allowed for the interpretation of an affective-emotional field named “My money, my comfort, my leisure”. The prevalence of this field does not allow for the imagination needed to value other life projects, such as having a personal and/or socially significant professional work and establishing a family. The overall framework demonstrates that the participants imagine that it is possible to escape from the double shift by avoiding financial dependency, one of the most important means of female oppression and cultivating positions to satisfy their own needs.*

**Keywords:** *women, working women, collective imaginary, psychoanalysis-methodology.*

## Resumen

*Se considera que la acumulación de actividades profesionales y tareas domésticas es una carga para las mujeres, causando sufrimiento emocional. El objetivo es investigar el imaginario colectivo de estudiantes universitarias en la doble jornada laboral femenina desde la perspectiva de la psicología psicoanalítica concreta. Organizado como una investigación cualitativa utilizando el método psicoanalítico, es articulado en una entrevista psicológica colectiva, mediada por el uso del Procedimiento de Dibujo-Historia con Tema. La consideración psicoanalítica permitió la interpretación de un campo afectivo-emocional, “Mi dinero, mi comodidad y mi diversión”. La prevalencia de este campo no deja espacio para valorar otros proyectos de vida, como participar en un trabajo profesional personal y/o socialmente significativo y formar una familia. Consecuentemente, afirmamos que las participantes imaginan poder escapar de la doble jornada laboral evitando la dependencia financiera, uno de los medios más importantes de opresión femenina, y cultivando posiciones destinadas a satisfacer sus propias necesidades.*

**Palabras clave:** *mujeres, trabajo de mujeres, imaginario colectivo, psicoanálisis-metodología.*

Como sabemos, as mulheres enfrentam, atualmente, exigências contraditórias no sentido de participar do sustento familiar sem deixar de se responsabilizar pelo trabalho doméstico. Tal configuração – conhecida como dupla jornada – pode ser encontrada tanto nas classes médias como entre as classes mais desfavorecidas (Sousa & Guedes, 2016; Queiroz & Aragón, 2015). Essa questão é muito significativa e central, o que justifica que autores como Federici (2019) proponham que a própria teoria marxista deva ser revista na medida em que, nela, o chamado trabalho feminino, de caráter reprodutivo, não teria sido reconhecido como a base sem a qual nenhum trabalho produtivo, propriamente dito, seria possível. Correspondendo a um fenômeno humano que, como tal, é amplo, complexo e multifacetado, quando abordado do ponto de vista da psicologia como ciência, a dupla jornada deve ser considerada desde a perspectiva dos impactos subjetivos que gera, no sentido de provocar sofrimentos emocionais significativos (Bueskens, 2018). Entretanto, conhecer os contextos macrosociais nos quais há um acúmulo do trabalho da mulher é um passo fundamental para podermos produzir conhecimentos compreensivos que contribuam para a prática clínica e tragam subsídios úteis para debates no âmbito dos movimentos sociais de defesa da condição feminina.

A inserção da mulher no mercado de trabalho aumentou notavelmente nas últimas décadas em função da ampliação do acesso à educação de nível superior, permitindo a sua entrada em áreas profissionais que antes lhe eram praticamente vedadas. Ainda que a educação brasileira continue problemática em muitos aspectos (Jacobus, Vitelli, & Fritsch, 2019; Favato & Ruiz, 2018), não deixam de ser bastante significativa, no que diz respeito ao nosso interesse de pesquisa, algumas mudanças registradas pelo INEP (2018), entre as quais pode-se destacar a progressiva diminuição da diferença de escolaridade média entre homens e mulheres, bem como o fato da porcentagem de mulheres que finaliza o ensino superior já ultrapassar a dos homens. Certamente, o aumento do nível de escolaridade feminino, em nosso país, é um fenômeno multideterminado de grande interesse, que provavelmente se associa à queda da fecundidade, da morbidade e da mortalidade das mulheres e seus filhos (Beltrão, 2002), bem como ao advento dos movimentos feministas (Barros & Mourão, 2018; Pessoa &

Borges, 2018). Contudo, para os efeitos do presente trabalho, parece-nos suficiente demonstrar que o aumento da presença feminina no corpo discente das universidades veio modificar as feições do próprio mercado de trabalho, de modo que encontramos hoje mulheres que ocupam postos tradicionalmente vistos como masculinos.

Ora, se a mulher com formação universitária é hoje uma figura comum no mundo laboral, não se pode negar que enfrenta barreiras e dificuldades para não terem a sua remuneração rebaixada, em virtude da condição feminina, ou para alcançar cargos de alto grau hierárquico (INEP, 2018; Ricoldi & Artes, 2016). Evidências simples de desigualdade de gênero podem ser facilmente lembradas. Por exemplo, sabemos que a brasileira recebe entre 25% e 50% do salário de seu colega de sexo masculino, com mesmo cargo e com formação acadêmica semelhante (Santos & Oliveira, 2017; Zanello, Fiuza, & Costa, 2015). Não é difícil perceber que, poder ter ganhos próprios se constitui como importante conquista feminina, que certamente se traduz em um aumento de autonomia pessoal, pois o fato de enfrentar dificuldades no mundo laboral em função do gênero se apresenta como fonte de frustrações e sofrimentos emocionais.

Quando um homem consegue um emprego e um salário, encontra-se em posição não antagônica à constituição de uma família, uma vez que o fato de se tornar marido e pai não colide com a necessidade de trabalhar e ser remunerado. A situação da mulher é diferente, pois o casamento e a maternidade vão exigir, mesmo daquelas que se encontram inseridas no mercado de trabalho, que acrescentem, às suas obrigações diárias, a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos. Tais atividades, que se fazem passar por uma espécie de extensão natural da biologia feminina, correspondem, de fato, a um tipo bem definido de trabalho, o trabalho reprodutivo, que demanda tempo e esforço, gerando fadiga e afetando a disponibilidade para o trabalho profissional (Federici, 2019).

Quando focalizamos a questão da dupla jornada, percebemos, sem dificuldade, que se trata de um fenômeno vinculado à persistência das aspirações femininas de conjugalidade e maternidade, as quais se somam às novas buscas por participação no mundo laboral e obtenção de

independência financeira. Entretanto, parece-nos fundamental recorrer às formulações de Federici (2019) que, enquanto historiadora, convida-nos a recordar que a separação entre domicílio e local de trabalho é um evento recente na história humana, que coincide com a chamada revolução industrial. Apenas quando são montadas as fábricas, torna-se necessário definir quem permanece em casa e quem sai para trabalhar, bem como quais serão as atividades merecedoras de salário, e quais serão aquelas que, mesmo sendo indispensáveis à sobrevivência, não serão remuneradas. Antes disso, os grupos familiares trabalhavam coletivamente na terra e mesmo estando em vigência uma ordem patriarcal, não se observava uma divisão de tarefas em termos de trabalho propriamente dito, digno de remuneração, e atividades domésticas, vistas como “não-trabalho”, mas meros prolongamentos das funções biológicas de gestação e aleitamento. Assim, anteriormente à revolução industrial, o trabalho era coletivamente realizado e coletivamente recompensado.

Constatamos que, atualmente, em função de múltiplas determinações, as mulheres se veem na contingência de tentar conciliar casamento e maternidade com o trabalho profissional, pois nem todas se contentam com a realização na esfera profissional e financeira. Por esse motivo, estudos como o de Losada e Rocha-Coutinho (2007) detectam que ser mãe e ter um relacionamento afetivo-sexual gratificante se apresentam como projetos significativos também para mulheres profissionalmente realizadas. Entretanto, a aspiração ao casamento e à maternidade tem originado debates interessantes. Por um lado, temos pesquisadoras que vão entender que os anseios da mulher profissional por uma vida conjugal derivariam principalmente da internalização submissa de expectativas sociais (Zanello, 2018). Por outro lado, outras consideram que a aspiração pelo estabelecimento de laços amorosos e familiares corresponda não apenas à submissão a exigências sociais, mas também a algo que brota de modo autêntico e espontâneo no âmbito de sua personalidade individual. Aquelas mulheres que tanto almejam desenvolver capacidades de autorrealização como a capacidade de cuidado do outro estariam, de acordo com as colocações de Bueskens (2018), evitando optar entre se realizar como *self* individualizado ou *self* altruísta.

Como é possível verificar, a dupla jornada coloca muitas interrogações, não apenas para as mulheres que se encontram vivendo essa situação, mas também para aquelas que dela se aproximam ao vivenciar processos de transição para a vida adulta (Winkler, 2019). Optamos por nos aproximar dessa questão, no presente momento, pela via da abordagem de universitárias que, em pouco tempo, se defrontarão com essa questão.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa faz parte de um conjunto de investigações sobre imaginários coletivos que faz uso do método psicanalítico na perspectiva da psicologia psicanalítica concreta (Aiello-Vaisberg, 2017). Tais produções têm seu valor científico firmemente reconhecido, conforme atestam Rosa, Lima, Peres e Santos (2019), que realizaram uma criteriosa revisão integrativa. Esclarecemos que, voltando-se para a produção de conhecimentos compreensivos, a pesquisa qualitativa com método psicanalítico não faz uso de levantamento de hipótese prévia, pois a investigação apresenta caráter eminentemente exploratório (Hollway & Jefferson, 2000). Sendo assim, os seus resultados apresentam caráter interpretativo, mas não permitem nem visam o alcance de enunciados de caráter geral a partir dos quais surgiriam novas hipóteses.

Duas operações são fundamentais quando entra em operação o método psicanalítico, a saber, a associação livre de ideias e a atenção flutuante que se baseiam na adoção de uma atitude de abertura ao encontro com o outro, com o desapego a crenças e teorias (Laplanche & Pontalis, 1967/2001). O método psicanalítico se tem mantido invariante desde a constituição da psicanálise como saber rigoroso sobre o ser humano (Herrmann, 1979/1991). Contudo, o material clínico e de pesquisa, que esse método produz, pode ser teorizado de mais de um modo, como bem demonstram Greenberg & Mitchell (1983/1994), ao identificarem o paradigma pulsional e o paradigma relacional. Assim, cumpre esclarecer que a pesquisa qualitativa com método psicanalítico, que ora apresentamos, teoriza segundo a psicologia psicanalítica concreta (Aiello-Vaisberg, 2017),

referencial que se alinha ao paradigma relacional e que se diferencia de outros por valorizar muito claramente a inserção dos campos vinculares em contextos macrosociais.

A perspectiva psicanalítica concreta tem como base epistemológica o pensamento do filósofo Georges Politzer (1928/2004), crítico da vertente metapsicológica da psicanálise, que encontrou, nas formulações freudianas sobre o sonho, a possibilidade de constituição de uma verdadeira psicologia em primeira pessoa, concreta e dramática, que veio a ser desenvolvida por Bleger (1963/2007). O psicanalista argentino baseou a sua proposta em dois conceitos fundamentais e solidários, *conduta* e *campo*, que consistem numa tentativa de depurar a noção de inconsciente de seu abstracionismo.

As condutas são compreendidas como atos e produtos de atos humanos, realizados por indivíduos ou coletivos. Segundo Bleger (1963/2007), a conduta dos seres humanos é objeto de estudo de todas as ciências humanas, sendo que cada uma abordaria um aspecto ou qualidade desses atos humanos. A psicologia se ocupa do estudo dos sentidos afetivo-emocionais dos atos humanos, ou seja, do drama ou da experiência vivida (Bleger, 1963/2007), sendo fundamental destacar que atos geram ambientes psicológicos e ambientes psicológicos constituem-se como fundos a partir dos quais surgem novos atos.

Elegemos, para a presente pesquisa, estudar um tipo de conduta, o ato de imaginar, com o qual tomamos contato comumente acercando-nos de seus produtos, conhecidos como imaginários. A atividade imaginativa gera, como efeitos concretos, campos de sentido afetivo-emocional que podem ser definidos como mundos vivenciais habitados intersubjetivamente por indivíduos e coletivos humanos. Definidos a partir de um conjunto de ideias, crenças, sentimentos e pensamentos, são o fundamento sustentador das condutas humanas (Rosa et al., 2019). Assim, os campos de sentido afetivo-emocional e as condutas seriam momentos diversos da mesma capacidade humana de ação, de modo que podemos afirmar que a conduta produz campos que, por seu turno, produzem novas condutas, num movimento dialético contínuo, do qual não participam elementos infra-humanos nem sobrenaturais (Bernardi, 2017; Stern, 2017). Vale a pena acrescentar, à guisa de esclarecimento, que os campos de sentido afetivo-emocional

podem ser denominados como campos intersubjetivos, quando os autores têm em mente salientar o fato de que toda conduta humana implica o outro, apresentando caráter vincular, ou seja, inter-humano (Bleger, 1963/2007).

## Participantes e Questões Éticas

Participaram voluntariamente da pesquisa 30 estudantes universitárias autoidentificadas como pertencentes ao sexo feminino, que estudam em uma universidade particular do interior paulista, cujo corpo discente é predominantemente composto por pessoas de classe média e alta. Essas estudantes foram entrevistadas de forma coletiva em uma sala de aula institucionalmente disponibilizada para tal fim. A legislação que regula, em nosso país, a realização de pesquisas com seres humanos, com a finalidade de proteger eticamente os participantes, foi criteriosamente aplicada na presente investigação.

## Procedimentos e Instrumentos

Operacionalizamos o método psicanalítico em três etapas investigativas, que descreveremos a seguir: 1) procedimento investigativo de produção do material de pesquisa; 2) procedimento investigativo de registro de comunicações das participantes; e, 3) procedimento investigativo de interpretação do material.

O procedimento investigativo de produção do material ocorreu a partir de uma entrevista psicológica (Bleger 1979/1980), em enquadre coletivo e mediada pelo uso do Procedimento Desenho-Estória com Tema (Aiello-Vaisberg, 1999), recurso mediador, usado como estratégia de favorecimento de comunicações emocionais. Bastante utilizado na pesquisa qualitativa, em nosso país, esse recurso, que toma como base paradigmática o jogo do rabisco (Winnicott, 1968/1994), permite que a investigação de sentidos afetivo-emocionais se faça numa atmosfera maximamente relaxada e brincante. Em um primeiro momento, as participantes receberam uma folha sulfite e lápis grafite, sendo-lhes solicitado que desenhassem “uma mulher bem-sucedida aos quarenta anos de idade” e que, a seguir, criassem uma história sobre

a figura desenhada, escrevendo-a no verso da folha. O tema “uma mulher bem-sucedida” foi escolhido tendo em vista estimular transicionalmente a imaginação das participantes, conforme os fundamentos norteadores do uso do procedimento (Aiello-Vaisberg, 1999). A definição da idade de 40 anos deu-se em função da possibilidade de já se ter certa definição e desenvolvimento profissional, ao mesmo tempo em que aponta, de modo sutil, para o fenômeno da transitoriedade da fertilidade feminina.

Os próprios desenhos e histórias, produzidos pelas participantes, foram usados para cumprir as exigências do procedimento investigativo de registro das comunicações. Além disso, elaboramos uma narrativa transferencial de memória, após a realização da entrevista psicológica coletiva, por meio da qual relatamos tanto ocorrências que tiveram lugar durante a entrevista como impactos afetivo-emocionais, no sentido contratransferencial do termo, gerados pelo encontro com os alunos (Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron, & Beaune, 2009). As narrativas transferenciais têm sido usadas regularmente em pesquisas qualitativas com o método psicanalítico. Podem tanto integrar o material de pesquisa propriamente dito como somente contextualizar a situação em que os participantes foram abordados. No presente caso, foram empregadas ao modo de contextualização.

O procedimento investigativo de interpretação do material se deu a partir da análise dos registros, retomados à luz da observação das seguintes palavras de ordem, para que facilitassem o entendimento e a realização da interpretação dos campos de sentido afetivo-emocional: “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração de sentido” (Herrmann, 1979/1991). Nesse momento, é necessário suspender os conhecimentos teóricos para que os pesquisadores se deixem impactar emocionalmente pelo material, com vistas a produzir interpretações. Essas não são formuladas no intuito de cobrir toda a riqueza do material, mas com vistas a contribuir para a compreensão do imaginário das participantes sobre um importante aspecto da experiência de vida da mulher contemporânea.

Finalizado o uso do método psicanalítico, passamos à discussão dos resultados interpretativos que, a bem da clareza, denominamos interlocuções reflexivas, que consistem na retomada dos resultados interpretativos,

que são os campos de sentido afetivo-emocional, em diálogo com autores que se tenham ocupado das questões humanas nelas colocadas.

## RESULTADOS

A consideração do material permitiu a criação/encontro de um campo de sentido afetivo-emocional, ou inconsciente intersubjetivo, denominado “Meu dinheiro, meu conforto e minha diversão”, que deve ser definido como aquele que se organiza ao redor da crença ou fantasia de que a mulher é bem-sucedida quando é financeiramente independente e tem acesso a padrões sofisticados de consumo. A seguir, apresentam-se fragmentos do material que podem ser considerados como condutas emergentes desse campo.

### História 01

Mulher bem-sucedida, 40 anos. Independente financeiramente. Professora de Universidade e também atua na área social (Políticas Públicas). Pratica esportes, hobby preferido é andar de bicicleta no parque e fazer trilhas. Conhecer novos lugares sempre está em seus planos; sente-se realizada investindo em viagens e tendo novas experiências de vida, conhecendo novas pessoas e se dedicando ao seu trabalho.



Figura 1. Desenho 01

## História 02

Mulher com 40 anos, é uma psicanalista conceituada e bem conhecida em sua cidade. Ela gosta de se vestir bem e conserva o seu estilo alternativo da juventude. Também gosta de viajar pelo mundo e o faz com frequência, já que tem uma boa condição financeira; ela é independente, dona de si, ativista política, feminista e ativa em algumas ONGs. Gosta de ler e escutar músicas que a façam sentir viva e pensar na vida. Além disso, costuma sair com os amigos da faculdade para barzinhos e eventos culturais.



Figura 2. Desenho 02

## História 03

Uma mulher de 40 anos, dedicada à profissão, investiu em projetos inovadores no mercado, o que fez com que enriquecesse o suficiente para viver confortavelmente, construindo a sua casa do jeito que mais lhe agrada, com o carro que sempre sonhou para realizar as diversas viagens a lazer, algo que sempre gostou de fazer e agora pode se dedicar a isso devido a maior estabilidade financeira.



Figura 3. Desenho 03

### Interloquções Reflexivas

O campo de sentido afetivo-emocional criado/encontrado a partir do material de pesquisa, denominado “Meu dinheiro, meu conforto e minha diversão”, é definido como aquele que se organiza ao redor da crença ou fantasia de que a mulher é bem-sucedida quando é financeiramente independente e pode ter acesso a padrões sofisticados de consumo. Trata-se, como se pode notar, de um imaginário que exclui tanto a convivência conjugal como a maternidade como projetos indispensáveis à felicidade da mulher, demonstrando uma mudança social importante (Gonçalves, 2017).

Entretanto, é importante frisar que recusando o casamento, as participantes dessa pesquisa simplesmente neutralizam a questão da dupla jornada para substituí-la por uma vida voltada ao mundo laboral, que garante sustento e acesso aos bens de consumo sofisticados. Assim, as personagens dos desenhos-estórias assemelham-se, compreensivelmente, com as participantes, em termos de sua condição de pessoas de classe média com acesso facilitado ao consumo. O trabalho reprodutivo não é mencionado, talvez porque essa personalidade coletiva, jovem universitária de classe média, tenha sido poupada de executá-lo, ao longo de sua infância e adolescência, como é comum em lares dessa condição socioeconômica,

onde o trabalho reprodutivo fica a cargo de empregadas domésticas. Tal situação apresenta ressonâncias com achados de Winkler (2019) que, em pesquisa realizada com jovens mulheres *youtubers*, constatou sofrimento emocional, vinculado à perda de facilidades garantidas pela família de classe média, entre as quais se colocava exatamente o trabalho reprodutivo como um aspecto importante do processo de transição para a vida adulta. Assim, quando passam a ter domicílio próprio, e a assumir processos cotidianos de manutenção da vida, as jovens *youtubers* lamentam ter que assumir preocupações que até então corriam sob responsabilidade de outros adultos.

Evidentemente, as tarefas domésticas não são vividas por aquelas que as realizam como atividades que ocorrem sem requerer esforço ou empenho. De fato, o que Federici (2019) conceitua como trabalho reprodutivo é fruto de esforços diários e constantes em tarefas que se desdobram em múltiplas operações, a partir das quais, nossa condição concreta de seres encarnados, no sentido fenomenológico da expressão, encontra possibilidade de continuidade na temporalidade do mundo material. Coloca-se, então, a questão: como atividades que exigem tanto esforço podem ser vistas como não-trabalho? De acordo com Federici (2019), consegue-se ocultar o fato do trabalho reprodutivo ser, sim, trabalho, no sentido pleno do termo, por meio de manobras que o transformam em expressão da natureza feminina. Essa verdadeira mistificação é vivida – por aquelas que realizam o trabalho reprodutivo – como desvalorização, humilhação e injustiça, numa configuração opressora que se encontra na raiz dos chamados sofrimentos sociais. Uma vez que o trabalho reprodutivo é naturalizado e sexualizado, considerado um atributo feminino, a mulher é colocada numa relação de servidão no que concerne o mundo masculino como um todo (Federici, 2019). Essa condição gera desconforto emocional para as mulheres, que pode ser considerado como sofrimento socialmente determinado, vale dizer, como sofrimento que se vincula diretamente ao modo como se organiza objetivamente a sociedade (Visintin; Aiello-Vaisberg, 2017; Renault, 2010), o que está frequentemente associado às questões de gênero, raça e classe.

Com finalidade de obter independência econômica, as personagens dos desenhos-estórias, produzidos pelas participantes de nossa pesquisa, ignoram o trabalho reprodutivo e embarcam decididamente no mundo

laboral. Para fazê-lo, contudo, devem desistir de outras aspirações, como a de ter um marido e a de ter filhos, que ainda se oferecem, no meio sociocultural em que vivemos, como projetos historicamente enraizados e altamente valorizados do ponto de vista imaginário (Gonçalves, 2017).

Entretanto, é importante lembrar que esse verdadeiro grito de liberdade, “Meu dinheiro, meu conforto e minha diversão”, que celebra independência financeira e autonomia pessoal, somente pode ocorrer no contexto da classe média que tem acesso ao ensino de nível superior, mantendo-se inacessível a todas aquelas que pertencem às classes subalternas, especialmente quando negras. No material, fica claro que nossas participantes imaginam ser o poder econômico aquilo que possibilita dizer não ao casamento e à maternidade, bem como conquistar autonomia. Quando cultivam independência financeira, na condição de solteiras ou divorciadas, as personagens dos desenhos-estórias, produzidos por nossas participantes, podem escolher livremente com o que desejam gastar os seus ganhos. E aí nos deparamos com escolhas bem interessantes, voltadas maximamente para a diversão e lazer. Não encontramos nenhum outro tipo de projeto político, religioso, esportivo, artístico, ecológico ou outro, mas nos deparamos com a ideia de que ganhando bem em um trabalho não estressante, o melhor a fazer é ter uma boa casa, ter carro e poder viajar. Estão, portanto, rigorosamente bem instaladas numa sociedade capitalista voltada para o consumo, de modo que o campo de sentido afetivo-emocional, aqui criado/encontrado, fornece uma resposta: usam o dinheiro buscando aumentar seu conforto pessoal e usufruir de lazer que frequentemente inclui viagens internacionais que, como sabemos, podem ser, na atualidade, um jeito de “comprar experiências”.

A sociedade de consumo cria a sensação de que as pessoas gozam de autonomia para fazerem escolhas, mas na realidade estão subordinadas ao reconhecimento social, numa sociedade que valoriza o ter, em detrimento do ser (Soares, 2019). Ao se inserirem em contextos, nos quais predomina a crença de que as pessoas são valorizadas por aquilo que possuem e consomem, as participantes não se mostram engajadas com os debates contemporâneos sobre a mulher no mercado de trabalho, as discriminações que sofrem, as dificuldades para alcançarem posições de liderança e

a conciliação de vida profissional e a maternidade. O trabalho em si não aparece como significativo, não há histórias relativas à sua vinculação a algo maior, não tem a ver com vocação, não passa de uma forma de viabilizar o consumo para obterem coisas materiais que lhes trariam felicidade (Federici, 2019).

Quando nos desenhos-estórias surgem filhos e/ou marido, e/ou animais de estimação, normalmente estão vinculados à diversão, não há referência à convivência entre seres humanos ou ao cuidado em seu dia a dia, gerando a impressão de que o adulto seria, nessa perspectiva imaginativa, basicamente um consumidor para o qual o comprar pode ser buscado inconscientemente, porque poderia promover a sensação de estar vivo (Arós & Aiello Vaisberg, 2009).

Uma das mais sofisticadas formas de consumo, no mundo contemporâneo, é o lazer que inclui, a partir de certo patamar socioeconômico, a realização de turismo internacional desejavelmente frequente. O lazer é um assunto bastante complexo. O direito ao tempo livre foi uma das mais importantes reivindicações da classe trabalhadora na sociedade industrializada, na qual prevalecia um sistema de produção maciça de mercadorias. Atualmente, o lazer se configura não como descanso de uma estafante jornada de trabalho, mas principalmente como tempo destinado ao consumo (Soares, 2019). Curiosamente, as mulheres, quando casadas e mães, não usufruem verdadeiramente de tempo livre, uma vez que o trabalho reprodutivo nunca termina, prosseguindo mesmo em contexto de férias com a família, ao se inserirem no mundo laboral, passaram a ser consumidoras no grande mercado do lazer, que oferece tanto a possibilidade de aquisição de produtos, propriamente ditos, como a aquisição de “experiências” de vida. Assim, o dinheiro, originariamente buscado como meio de adquirir independência e autonomia, no contexto de luta contra o poder financeiro masculino, acaba facilitando um processo que, de modo nem sempre sutil, substitui a condição de pessoa humana pela de consumidor.

O quadro delineado até o momento revela uma mulher jovem que recusa a dupla jornada dizendo não ao casamento e à maternidade, ou tão-somente ao casamento e inserindo-se no trabalho produtivo para, dessa forma, obter independência financeira. Rompe, desse modo, pelo menos

como se manifesta na entrevista psicológica coletiva realizada, com todo um sistema que deveria convencê-la de que a sua vida não tem sentido se não puder se tornar esposa e mãe (Gonçalves, 2017). Galgado o primeiro e mais importante degrau, no qual diz não à fantasia de que não tem valor a mulher que não se casa e não tem filhos, conquista uma certa liberdade – a de não se sobrecarregar assumindo um emprego produtivo e um trabalho reprodutivo. A partir daí, dedica-se integralmente a si mesma, proporcionando-se prazer, conforto e diversão, num posicionamento que não inclui objetivos que transcendam o seu próprio bem-estar. Ou seja, o gesto libertador se conclui com a transformação da mulher em uma consumidora. Aquela que deixou de ser a esposa oprimida por imaginários que colocam a mulher mais próxima da natureza e da animalidade, a consumidora torna-se um ser mais instintivo do que racional, inserindo-se bem na dinâmica do capitalismo neoliberal. Quais seriam os efeitos subjetivos da mudança da esposa submissa para a consumidora que decide, a partir de suas escolhas pessoais, que mercadorias comprar?

A partir do conceito winnicottiano de falso e verdadeiro *self*, podemos considerar que a organização social capitalista, que tanto despersonaliza o produtor, como o consumidor, favorece vivências sem autenticidade (Winnicott, 1960/1982). O ser humano parece ter sempre diante de si duas possibilidades: manter-se espontâneo e autêntico, vale dizer, integrado no seu sentir e no seu pensar, ou submeter-se de modo não autêntico, na tentativa defensiva de minorar sofrimento (Arós & Aiello-Vaisberg, 2009, Winnicott, 1960/1982). No presente material, há a possibilidade de perceber um movimento de autoafirmação contra a dependência financeira no contexto do casamento em si, uma manifestação coerente com a capacidade humana de gestualidade espontânea e transformadora de si e do mundo (Aiello-Vaisberg, 2012).

Entretanto, também é verdade que o gesto autoafirmativo resulta, infelizmente, na submissão à lógica capitalista e aos bens de consumo, como falsa felicidade (Federici, 2019). Desse modo, as jovens universitárias recusam imaginativamente a dupla jornada, mas se submetem à sociedade de consumo de confortos e lazer, renunciando experiências significativas e enriquecedoras. A idealização da maternidade é substituída pela idealização

do dinheiro e dos objetos sofisticados. Nessa linha, podemos levantar a hipótese de que o consumir se apresente como defesa contra a falta de projetos de vida significativos. Assim, o campo de sentido afetivo-emocional “Meu dinheiro, meu conforto, minha diversão” insurge contra a opressão da mulher dentro do casamento, mas reproduz defesas alienantes centradas no consumismo.

Seria acertado afirmar que o consumismo favorece e fortalece aspectos imaturos da personalidade humana, na medida em que visa convencer as pessoas que se realizariam mediante condutas acumuladoras? A mulher, imaginativamente recém-liberta da dupla jornada, faz parte desse grupo, com ele compartilhando a busca de prazer fugaz da posse de mercadorias, aí incluídas as “experiências de viagem”. Recordemos que no reino do consumo a pessoa é desumanizada e despersonalizada para se tornar um ser acumulador de um modo que apequena o ambiente social. Ora, para que o amadurecimento emocional se dê, é necessário, como bem demonstra Plastino (2012), um ambiente cultural suficientemente bom, que não encontramos na sociedade de consumo no tempo do neoliberalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É lícito pensar que o campo “Meu dinheiro, meu conforto e minha diversão” aponte para um temor do vínculo conjugal, na medida em que o casamento traria consigo o risco de dependência financeira e de sobrecarga de trabalho não reconhecido, bem como um conjunto de obrigações aprisionadoras e geradoras de sofrimentos sociais. Contudo, cabe lembrar que o casamento e a maternidade não se configuram como condições geradoras de sofrimento apenas a partir da instalação da dupla jornada. Na verdade, mesmo antes da possibilidade de praticar anticoncepção, regulando o número de filhos, mesmo antes da entrada no mercado de trabalho, que traz a possibilidade de independência financeira, as mulheres sofriam os efeitos estruturalmente opressores e hierárquicos do casamento como instituição. Essa questão nem sempre é bem compreendida, na medida em que a instituição não deixa de ser autoritária e opressora em função da personalidade mais ou menos, digamos, democrática, do marido.

Temos, assim, a impressão de que nos encontramos, ao examinar os desenhos-estórias produzidos pelas participantes, diante de uma manifestação que diz não, com tranquilidade, tanto à condição de esposa tradicional, que se define como “do lar”, como à esposa atualizada, que vive a dupla jornada. Contudo, o que dizer se esse posicionamento custar uma renúncia à maternidade? Os vários cães e gatos, que apareceram em alguns desenhos, parecem apontar para uma necessidade de afeto e de companhia que faz pensar em um tipo de criança que amaria incondicionalmente, mas não exigiria tantos cuidados. De fato, os animais têm a curiosa característica de se afeiçoarem aos donos sem demandarem o mesmo nível de cuidado que as crianças.

A extinção da dupla jornada por meio da recusa eventual ao casamento e à maternidade, como única possibilidade de realização da mulher, não deixa de representar um avanço importante, mesmo que esteja longe de representar o ponto final de uma trajetória de luta contrária à opressão feminina. Contudo, esse avanço se realiza à custa de muito esforço, em meio a uma existência humanamente empobrecida, que exclui da vida de vastas maiorias a possibilidade de contemplar importantes aspirações que possam incluir projetos relevantes nos campos da arte, da ciência, da política, da religião, da ecologia e da luta contra a injustiça. Se o ato libertário não desembocasse na conduta dissociada e consumista, um avanço significativo em direção de um viver mais autêntico (Winnicott, 1960/1982), que incluiria um relacionamento mais solidário com as mulheres, poderia se instaurar.

A nosso ver, a luta contra a dupla jornada é extremamente importante porque aponta para uma questão fundamental do modo humano de ser que, incluindo o respeito pela alteridade e solidariedade, inscreve-se como ética do cuidado. A valorização do cuidado, numa linha de reconhecimento do seu valor, tanto pode liberar a mulher da própria opressão, ou da opressão que exerce sobre outras mulheres, explorando a sua força de trabalho, como pode beneficiar diretamente o homem ao favorecer que se aproximem do trabalho reprodutivo. Homens em maior contato com o cuidado requerido pela manutenção da vida provavelmente terão as suas vidas enriquecidas.

Finalizamos lembrando que nos encontramos em um período histórico que parece se caracterizar por grandes mudanças. Esperamos que nossa

pesquisa possa contribuir para a produção de conhecimento psicológico compreensivo que apresente utilidade clínica, mas também contribua com lutas por transformações significativas da vida feminina e da vida de todos. Assim, estaremos inserindo-nos num movimento maior de constituição de um humanismo radical e libertário, que se funda na possibilidade de solidariedade, respeito e consideração entre as pessoas e entre os coletivos humanos.

## REFERÊNCIAS

- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). *Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia*. (Tese de livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP). Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-24022006-090139/publico/Tania.pdf>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). Paradoxo e loucura: a radicalidade do pensamento psicopatológico de Winnicott. In I. Sucar, & H. Ramos. *Winnicott: ressonâncias* (pp. 231-238). São Paulo, SP: Primavera Editorial.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Estilo Clínico Ser e Fazer: Resposta Crítico-Propositiva a Despersonalização e Sofrimento Social. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 41-62.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transféranciels comme presentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune (Org.), *Psychanalyse, Philosophie, Art: Dialogues* (Vol. 1, pp. 39-52). Paris: L'Harmattan.
- Arós, A. C. S. P. C., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Clube da luta: sofrimentos radicais e sociedade contemporânea. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(2), 3-17.
- Barros, S. C. V., & Mourão, L. (2018). Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 30, e174090, 1-11. doi: 10.1590/1807-0310/2018v30i174090

- Beltrão, K. I. (2002). *Acesso à educação: diferenciais entre os sexos*. Rio de Janeiro, RJ: IPEA.
- Bernardi, B. L. (2017). Dialectics of transference interpretation and analytic field. In S. M. Katz, R. Cassorla, & G. Civitarese (Orgs.), *Advances in contemporary psychoanalytic field theory: concept and future development* (pp. 31-44). New York: Routledge.
- Bleger, J. (1980). *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1979)
- Bleger, J. (2007). *Psicologia da conduta*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1963)
- Bueskens, P. (2018). *Modern motherhood and women's dual identities: rewriting the sexual contract*. Abingdon, Eng.: Routledge.
- Favato, M. N., & Ruiz, M. J. F. (2018). REUNI: política para a democratização da educação superior? *Revista Eletrônica de Educação*, 12(2), 448-463. doi: 10.14244/198271992365
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo, SP: Elefante.
- Gonçalves, E. (2017). Solteira, sem filhos: menos que meia pessoa? *Mediações (Londrina)*, 22(2), 479-509. doi: 10.5433/2176-6665.2017v22n2p479.
- Greenberg, J. R., & Mitchell, S. A. (1994). *Relações objetais na teoria psicanalítica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1983)
- Herrmann, F. (1991). *O método da psicanálise*. São Paulo, SP: Brasiliense. (Original publicado em 1979)
- Hollway, W., & Jefferson, T. (2000). *Doing qualitative research differently: free association narrative and the interview method*. London: Sage Publications
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Mulheres são maioria na educação superior brasileira*. Censo. 08 de março de 2018. Recuperado de [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206)

- Jacobus, A., Vitelli, R. F., & Fritsch, R. (2019). A produção de conhecimentos sobre Educação Superior no Brasil em artigos publicados entre 2008 e 2018. *Revista Educação em Questão (Natal)*, 57(53), 1-26. doi: 10.21680/1981-1802.2019v57n53ID17114.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1967)
- Losada, B. L., & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Redefinindo a atividade profissional feminina: caso das pequenas empresárias. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 12(3), 493-502. doi: 10.1590/S1413-73722007000300006
- Pessoa, M. L. S., & Borges, J. L. de J. (2018). Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo. *Revista Katálysis*, 21(3), 544-553. doi: 10.1590/1982-02592018v21n3p544
- Plastino, C. (2012). A emergência espontânea do sentimento ético como tendência da natureza humana. *Winnicott e-prints*, 7(1), 80-113.
- Politzer, G. (2004). *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba, SP: Unimep. (Original publicado em 1928)
- Queiroz, V. S., & Aragón, J. A. O. (2015). Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 45(4), 787-819. doi: 10.1590/0101-416145484vqj
- Renault, E. (2010). A critical theory of social suffering. *Critical Horizons*, 11(2), 221-241. doi: 10.1558/crit.v11i2.221
- Ricoldi, A., & Artes, A. (2016). Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. *Ex Aequo*, 33, 149-161.
- Rosa, D. C. J., Lima, D. M., Peres, R. S., & Santos, M. A. dos. (2019). O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa. *Psicologia Clínica*, 31(3), 577-595. doi: 10.33208/PC1980-5438v0031n03A09
- Santos, S. S., & Oliveira, L. P. S. (2017). O direito ao desenvolvimento como uma ferramenta na promoção da igualdade entre gêneros no mercado de trabalho. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito (Maranhão)*, 3(2), 43-61.

- Soares, J. M. (2019). O lazer e o tempo do não trabalho no capitalismo: as ilusões do consumo. *Licere (Belo Horizonte)*, 22(3), 603-622. doi: 10.35699/1981-3171.2019.15351
- Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139. doi: 10.1590/S0103-40142016.30870008
- Stern, D. (2017). Emergent properties of the interpersonal field. In S. M. Katz, R. Cassorla, G. Civitarese (Orgs.), *Advances in contemporary psychoanalytic field theory: concept and future development* (pp. 175-190). New York: Routledge
- Visintin, C. D. N., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Motherhood and social suffering in brazilian mommy blogs. *Psicologia: teoria prática*, 19(2), 98-107. doi:10.5935/1980-6906/psicologia.v19n2p98-107.
- Winkler, V. T. C. (2019) *Imaginários coletivos de mulheres jovens sobre tornar-se adulta*. (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP). Recuperado de <http://tede.biblioteca digital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/1218/2/VANESSA%20TONON%20CALDERELLI%20WINKLER.pdf>
- Winnicott, D. W. (1982). Distorção do ego em termos de self verdadeiro e falso. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 128-139). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1994). O Jogo do Rabisco. In R. Sheperd & M. Davis (Orgs.), *Explorações Psicanalíticas* (pp. 230-243). Porto Alegre, RS: Artmed. (Original publicado em 1968)
- Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246. doi: 10.1590/1984-0292/1483
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba, PR: Appris.

Recebido em 29/02/2020

Aceito em 27/04/2021

# Complexos culturais e contribuições feministas para a Psicologia Analítica

*Cultural complexes and feminist contributions to Analytical Psychology*

*Complejos culturales y contribuciones feministas a la Psicología Analítica*

*Raul Alves Barreto Lima\**

*Durval Luiz de Faria\*\**

## Resumo

*Este trabalho busca apresentar os resultados de pesquisa realizada com mulheres participantes de coletivos feministas a partir da abordagem da Psicologia Analítica. Considerando a relevância do movimento feminista enquanto teoria e prática que possibilita a revisão crítica em torno da dimensão de gênero e enquanto contribuição para a psicologia, este estudo teve como objetivo investigar as experiências dessas mulheres na intenção de compreender suas motivações e vivências, contemplando como veem o trabalho realizado pelos coletivos, refletindo sobre conquistas, obstáculos e desafios. A pesquisa se norteou metodologicamente pela abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com nove mulheres, as quais foram posteriormente organizadas em temas e grupos temáticos para apresentação dos resultados e análise. Os dados obtidos revelaram o potencial transformativo – individual e coletivo – dos grupos feministas, indicando uma expansão de possibilidades de existir enquanto mulher e suas múltiplas transformações, apontando ainda sobre a importância desses coletivos enquanto espaço de construção de significados do que é ser mulher, de fortalecimento grupal e emancipação individual.*

**Palavras-chave:** *mulher, feminismo, coletivos feministas, psicologia analítica*

---

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: raulalvesbarreto@hotmail.com

\*\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: dl.faria@uol.com.br

## Abstract

*This article presents the results of a study conducted with women part of feminist collectives based on the theoretical framework of analytical psychology. Considering the importance of the feminist movement as a theory and practice that enables a critical review of the gender dimension and as a contribution to psychology, the goal of this study was to investigate the experiences of these women to understand their motivations and experiences, including how they see the work carried out by collectives, reflecting on their achievements, obstacles, and challenges. The research was methodologically guided by the qualitative approach, using semi-structured interviews with nine women, which were later organized into themes and thematic groups for the presentation of results and analysis. The results show the transformative power – both individual and collective – of feminist groups, pointing to a growth in the possibilities of existing as women and their multiple transformations, in addition to showing the importance of these collectives as spaces for individual strengthening, deconstruction, and emancipation.*

**Keywords:** woman, feminism, feminist collective, analytical psychology

## Resumen

*Este artículo busca presentar los resultados de un estudio realizado con mujeres participantes de colectivos feministas desde el enfoque de la psicología analítica. Considerando la relevancia del movimiento feminista como teoría y práctica que permite una revisión crítica alrededor de la dimensión de género y que sirve de aporte teórico a la psicología, el objetivo de este estudio fue investigar las experiencias de estas mujeres con la intención de comprender sus motivaciones y vivencias, incluyendo cómo ven el trabajo realizado por los colectivos, reflexionando sobre sus logros, obstáculos y desafíos. Se trata de un estudio cualitativo, fueron utilizadas en entrevistas semiestructuradas con nueve mujeres, las cuales fueron posteriormente organizadas por temas y grupos temáticos para la presentación y análisis de los resultados. Los resultados apuntan el poder transformador – tanto individual como colectivo – de los grupos feministas, indicando una expansión de posibilidades de existir como una mujer y sus múltiples transformaciones, además de mostrar la importancia de estos colectivos como espacios de construcción del significado de ser mujer, del fortalecimiento grupal y la emancipación individual.*

**Palabras clave:** mujer, feminismo, colectivo feminista, psicología analítica

O presente artigo tem a intenção de apresentar os resultados de uma pesquisa de mestrado em psicologia clínica a partir da abordagem da Psicologia Analítica. Nesse espaço, discutimos sobre a relevância da teoria dos complexos culturais para as análises sobre gênero e feminismo, relacionando com os resultados da pesquisa, que teve como objetivo geral investigar os significados da participação de mulheres adultas em coletivos feministas. Como objetivos específicos, buscou-se compreender as motivações e vivências de participantes dos coletivos feministas, como veem a atuação destes grupos e como percebem suas conquistas, obstáculos e desafios.

Refletindo sobre as condições atuais das mulheres no mundo contemporâneo, é importante reconhecermos diversos avanços em inúmeros setores, seja nos campos de seu desenvolvimento individual, como no âmbito de suas relações, seja nos campos da vida e suas dimensões cultural, social e institucional em seus sentidos amplos.

As mulheres têm atuação expressiva no universo público. Participam ativamente do mundo político, apesar da enorme sub-representação em comparação à participação masculina; estão presentes em grande número no ensino superior – como alunas, professoras e pesquisadoras; têm sido respaldadas por legislações que garantem proteção e asseguram direitos básicos; têm ocupado cargos diversos no mundo do trabalho, como nos postos de liderança, apesar da desproporcionalidade em comparação aos homens e de receberem, muitas vezes, salários menores quando exercem a mesma função; têm suas vozes cada vez mais ouvidas e consideradas nos processos decisórios da sociedade; entre uma série de outras conquistas. Isso muito se deve pelo fato de que muitas mulheres desafiaram e enfrentaram os obstáculos erigidos por um rígido modelo social patriarcal, propondo-se a alterar as realidades que as silenciavam e as limitavam no confinamento em rígidos papéis, estereótipos e padrões de comportamento e existência.

Reconhecer conquistas proporcionadas pela mobilização coletiva de mulheres e dos feminismos implica complementarmente reconhecer que a estrutura de organização pautada na discriminação de gênero – *sexismo* – é algo estrutural, isto é, fazendo um paralelo com o *racismo estrutural* definido por Almeida (2018), o *sexismo* pensado de forma estrutural revela-se

circunscrito em um processo histórico e político que cria as condições sociais para que mulheres sejam discriminadas de forma sistemática (pp. 39-40). Desse modo, também se trata de algo que é estruturante das instituições, das relações sociais e do desenvolvimento da personalidade.

Ao refletirmos sobre a sociedade brasileira, podemos perceber a existência de forte assimetria nas relações entre homens e mulheres, as quais mostram estar assentadas em diversos estereótipos em relação ao gênero. A partir de uma perspectiva junguiana, procuramos mostrar como tais relações estão permeadas por uma série de repressões que originam e sustentam unilateralidades, bem como assentadas num profundo complexo cultural que tanto influencia na forma como nos desenvolvemos e nos relacionamos. Refletir sobre a mulher, suas muitas representações e relações não é tarefa simples, uma vez que muitas perspectivas são necessárias para investigar um fenômeno tão complexo e marcado por tanta violência, ódio, dissociação simbólica, preconceito e dominação.

A noção de complexos culturais foi inicialmente desenvolvida pelos analistas junguianos Thomas Singer e Samuel Kimbles (2004), ideia que se fundamenta a partir do conceito de *complexo* em Jung (1921/2013c, 1928/2012, 1931/2013a) e na ideia de *inconsciente cultural* desenvolvida por Joseph Henderson (1990), que o define como uma “área da memória histórica que se encontra entre o inconsciente coletivo e os padrões manifestos da cultura” (p. 103).

Como definição de complexos culturais, seguimos as especificações de Kimbles (2006):

Complexos culturais servem para a necessidade básica de pertencimento e para a identidade individual e grupal. . . . Complexos culturais conectam experiências pessoais e expectativas grupais, assegurando que nossa ligação uns com os outros é mediada por pressupostos inconscientes sobre etnicidade, raça, gênero, e os processos de identidade social. . . . Em outras palavras, organizam a vida grupal e proveem um sentido de continuidade histórica. (pp. 96-98)

As dinâmicas dos complexos culturais operam no nível grupal da psique individual e dentro da dinâmica do campo da vida grupal. Elas são

expressões de profundas crenças e emoções caracteristicamente expressas por meio de representações, imagens, afetos, padrões e práticas grupais e individuais (Kimbles, 2004, p. 199).

A partir dessas características, podemos refletir a respeito de como uma cultura patriarcal em que prevalece a lógica da dominação masculina determina para as meninas e mulheres, desde a mais tenra idade, certos modelos de comportamento, como as cotidianas formas de silenciamento e submissão, com suas inúmeras implicações. Nesse sentido, a própria prática clínica mostra-nos o quanto muitas das demandas e formas de sofrimento expressas pelas mulheres estão entrelaçadas, assim como mencionado por Kimbles (2006), em padrões, crenças, imagens e afetos que estão diretamente conectados a modelos discriminatórios de gênero, que inferiorizam as mulheres e interferem negativamente em como desenvolvem e expressam autoconfiança e autoestima, por exemplo.

Já que mencionamos sobre o silenciamento das mulheres e considerando que os complexos culturais podem ser percebidos nas relações interpessoais, podemos refletir também como, no cotidiano das relações, a autoridade e legitimidade de poder falar e o silêncio estão fortemente associados ao gênero e parecem reproduzir-se de forma espontânea. Tomemos como exemplo as dificuldades diárias que mulheres encontram para se fazerem ouvidas, principalmente quando há a presença masculina em certos contextos. Nessas situações, não é incomum se fazerem presentes reações comportamentais e emocionais em que homens demonstram impossibilidade de escuta e invalidação do que está sendo expresso por uma mulher, ou até mesmo agressividade e irritação quando confrontados ou interrompidos por uma mulher. Complementarmente, também surgem, por parte das mulheres nessas situações, sensações de insegurança, desconforto e descrédito para consigo mesmas ou para afirmar um posicionamento próprio.

Reconhecemos também que o enfrentamento ao sexismo se configura nas práticas diárias do cotidiano, pois configura-se nas formas de tratamento discriminatório em função da condição de ser mulher (Bates, 2016, p. 3) e tende a enraizar-se de forma profunda, dificultando que possamos compreender a natureza discriminatória imbuída em determinadas práticas e valores. Nesse ponto, reside algo caro à Psicologia Analítica e às suas

investigações a respeito de gênero: como a opressão sexista interfere no desenvolvimento da psique e o quanto essa internalização limita o desenvolvimento individual e as relações interpessoais, dificultando outras possibilidades mais saudáveis de se expressar e se relacionar com os outros e com o mundo.

É importante constatar as muitas transformações que ocorreram no decurso da História e como as representações sociais foram mudando e moldando novas imagens de ser mulher na sociedade. Muitas mulheres resistiram às convenções, contribuindo para o nascimento dos movimentos feministas e suas múltiplas propostas e reivindicações, o que inegavelmente colaborou para a transformação das relações sociais e para uma forma mais diversificada de estruturação psicológica e de pertencimento no mundo.

As mulheres engajadas em movimentos feministas têm discutido questões de extrema relevância para a psicologia. Para tentar dar conta disso, requer-se um olhar psicológico sobre esses fenômenos que contemple tal multiplicidade. Nesse sentido, consideramos um feminismo plural, permeado pela diversidade de pensamentos e representações de ser mulher.

Procuramos, nessa intenção desafiadora, ouvir as vozes das mulheres que resistiram e ainda resistem na tentativa de alterar a realidade e construir possibilidades de relações mais horizontais e simétricas proporcionadas pela *alteridade*, sendo esta entendida como uma forma de relação mais igualitária para com as diferenças.

Iniciamos com dados que revelam desigualdades que tocam não apenas o gênero como algo isolado, mas que se complexifica diante de interseções como as dimensões racial e de classe social.

Um primeiro dado refere-se ao tempo médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. De acordo com a pesquisa *Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil* (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018, p. 3), as mulheres gastam 18,1 horas; e os homens, 10,5 horas. Considerando o indicador cor/raça, a diferença é pouca, mas as mulheres negras trabalham 18,6 horas se comparadas às mulheres brancas (17,7 horas). Interessante notar que, em relação ao indicador idade, o gasto de horas vai aumentando conforme envelhecem – 15 a 29 anos (15,8 horas); e 60 ou mais (19,3 horas).

Quanto à renda, as mulheres recebem cerca de  $\frac{3}{4}$  – R\$ 1.764 – do que recebem os homens – R\$ 2.306 (IBGE, 2018, p. 4), questão que também está relacionada ao tempo que se dedicam ao trabalho não remunerado, como já exposto. Quando vemos indicadores de raça, as diferenças sinalizam o acirramento das desigualdades, pois os homens brancos fazem parte do estrato populacional com melhores rendimentos, e a maior distância se dá quando se comparam os rendimentos das mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2019, p. 3).

Considerando o indicador mercado de trabalho e a ocupação em cargos gerenciais, a proporção de homens nesses cargos é de 60,9%; e a das mulheres é de 39,1%. Essa proporção aumenta em benefício dos homens conforme o avanço da idade. Quando visualizamos o indicador racial, a vantagem ainda é da população branca em detrimento da população preta ou parda – 60,3% a 39,7%, respectivamente (IBGE, 2018, p. 11).

Sobre a representatividade e participação política, o cenário não é diferente. No cenário internacional, em 2017, o Brasil ocupava a 152<sup>a</sup> posição de um *ranking* de 190 países: a presença de mulheres em cadeiras na Câmara dos Deputados era de 10,5%, e, no Senado, de 16% (IBGE, 2018, p. 9). Quando adicionamos o indicador cor/raça, a diferença faz-se novamente evidente (IBGE, 2019, p. 11): deputados federais (brancos: 75,6%; pretos e pardos: 24,4%); deputados estaduais (brancos: 71,1%; pretos e pardos: 28,9%); e vereadores (brancos: 57,9%; pretos e pardos: 42,1%).

Para fechar esta seção, mencionamos um último tópico que acreditamos revelar a urgência dos estudos sobre gênero, e a partir dele, entendemos que se revela como sintoma crônico de uma sociedade imensamente adoecida em seu dinamismo patriarcal negativo, opressor e violento, que, em sua prática, revela o grau máximo a que a brutalidade e o ódio às mulheres podem chegar: a violência contra a mulher e o feminicídio.

De acordo com o *Atlas da Violência* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2019, pp. 35–38), no ano de 2017, houve um crescimento do assassinato de mulheres, configurando 13 mortes por dia e um total de 4.936 assassinatos no ano. Numa série histórica que compreende os anos de 2007 a 2017, esse crescimento foi de 30,7%, e, no cenário nacional, houve prevalência assustadora nos estados do Rio Grande do Norte (214,4%),

Ceará (176,9%) e Sergipe (107%). De forma similar aos tópicos abordados anteriormente, a diferença estatística que contempla a desigualdade racial indica que, no intervalo dessa década, a taxa de homicídio de mulheres não negras cresceu 4,5%, enquanto a taxa de mulheres negras cresceu 29,9%.

Elencamos brevemente esses pontos no intuito de apontar a relevância de um olhar sensível e aprofundado sobre a dimensão de gênero e sua interface com as demais realidades, a fim de que possamos complexificar as análises em torno de temas que se fazem tão urgentes na contemporaneidade.

## REVISÃO DE PESQUISA

Na revisão de literatura, foram selecionados alguns trabalhos que convergem com os objetivos da pesquisa, ou seja, trabalhos que abordaram as motivações e os relatos das experiências de mulheres feministas junto aos movimentos que atuam.

Nascimento (2015) realizou uma pesquisa que tinha como objetivo conhecer a estrutura e dinâmica de um coletivo feminista na cidade de Natal/RN, bem como abarcar as experiências dessas mulheres contemplando o caráter subjetivo e objetivo delas. A autora entende que o movimento feminista configurar-se-ia como um espaço possibilitador de autonomia, já que procura rever discursos e desconstruí-los de maneira crítica e reflexiva, na tentativa de superar condições que sustentam as variadas formas de opressão e preconceito.

Abordando a noção de emancipação, a autora a compreende como uma construção contínua da identidade que “se constrói a partir das diversidades e multiplicidades de experiências” (Nascimento, 2015, p. 27). Para além de uma ação meramente individualista, tomar o coletivo feminista como emancipatório é reconhecer, também, um movimento que lê “diversas singularidades” (p. 45) e que se posiciona no lugar do “eu-nós” (p. 51).

As falas das participantes evidenciam que “‘ser mulher’ configura-se como uma experiência compartilhada historicamente com a multiplicidade de mulheres, ainda que seja uma experiência singular para cada uma”

(Nascimento, 2015, p. 47). Nas palavras de uma participante, “eu sou feminista por reconhecer a opressão não só minha, como de outras mulheres” (p. 101).

Nascimento (2015) conclui que a participação em coletivos feministas proporcionou um processo de conscientização de si que ampliou tanto a visão pessoal quanto coletiva, propiciado pelo contato entre os pontos em comum e os pontos que as diferem enquanto indivíduos singulares, expressos pela diversidade dos diversos jeitos de ser e se sentir mulher.

Cisne (2014), pensando sobre o processo de conscientização de mulheres feministas e trazendo as falas de mulheres participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), na Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), também se propõe a ouvir o que elas têm a dizer sobre suas experiências. A autora procurou “explorar a importância do feminismo para a constituição das mulheres como sujeito político individual e coletivamente” (pp. 154–155).

Concepções como “necessidade de apropriação de si”, “reapropriar-se de si”, “cuidado de si”, “perceber-se na outra”, “compartilhamento das experiências”, entre outras, fizeram-se presentes (Cisne, 2014), confirmando as afirmações de Nascimento (2015) sobre a possibilidade desses coletivos feministas na qualidade de espaços de contato e troca configurarem-se como lugares de potencialização do sujeito. As narrativas tratam de uma condição transformadora, pois, enquanto procuram reconhecer e desconstruir as diversas estruturas de opressão e violência, acabam alcançando transformações que são vividas e sentidas em suas singularidades. Nesse sentido, a participação de um movimento de caráter coletivo não dilui a individualidade daquela que experimenta as vivências de troca, mas parece fazer emergir um tipo de consciência de si mais amplo, coeso e integrado. Numa linguagem feminista, um processo emancipatório de empoderamento e apropriação de si respeitando as singularidades das outras mulheres.

Zanetti (2009, 2011) também realizou estudo similar, com o objetivo de investigar experiências de jovens feministas na cidade do Rio de Janeiro. A autora também obteve resultados que indicam a importância dos coletivos feministas na transformação da visão de mundo e de si mesmas por meio das falas das mulheres entrevistadas. Ao adotarem uma postura crítica

diante das convenções sociais e das categorias que estruturam e legitimam o machismo e o discurso patriarcal que inferioriza as mulheres, as jovens acabam por reconhecer a profundidade das condições de opressão em suas vidas. Esse compartilhamento de experiências, em que as mulheres são acolhidas nesses espaços, mesmo que evidenciem vivências distintas, trazem o grande denominador comum que é a condição inabarcável de ser mulher, já que esta não é compreendida em limitadas dimensões de existência e expressão. As participantes declaram que se sentiram mais seguras em se posicionar criticamente diante de valores e práticas consideradas machistas, ampliando, assim, suas possibilidades de estar e agir no mundo (Zanetti, 2009, p. 50).

### Psicologia Analítica: aproximações e revisões

Um ponto que aproxima o feminismo da teoria junguiana é justamente o da elaboração teórica de Jung (1928/2012) a respeito dos arquétipos da *anima/animus* e dos arquétipos masculino e feminino.

O autor declarou que todo homem sempre carregou a imagem da mulher dentro de si e que a mulher igualmente carrega a imagem do homem, definindo a *anima* – contraparte feminina na psique do homem – pelo seu caráter erótico e emocional, enquanto o *animus* – contraparte masculina na psique da mulher – teria um caráter raciocinador e opinativo. Por serem arquétipos, eles estão relacionados às inúmeras imagens e experiências vivenciadas com o ser masculino e o feminino – e, por serem imagens mais próximas do nível coletivo do inconsciente, funcionam de maneira projetiva (Jung, 1931/2013a, pp. 210–211).

Os pontos de tensão entre uma teoria que discute gênero e a teoria junguiana dão-se justamente pelo fato de que, muito do que Jung (1928/2012, 1931/2013a) teorizou sobre *anima/animus*, feminino e masculino, estava consonante com o momento histórico no qual viveu. O autor relacionou esses dois arquétipos às características sexuais e aos papéis de gênero culturalmente construídos e esperados de homens e mulheres, o que ocasionalmente se alinhou com muitos estereótipos existentes, como é

possível constatar nas seguintes passagens: “A mulher tomada pelo animus corre sempre o risco de perder sua feminilidade, sua persona adequadamente feminina” (Jung, 1928/2012, p. 100) – e nesta:

O mundo feminino é composto de pais e mães, irmãos e irmãs, maridos e filhos. . . . O mundo do homem é o povo, o “Estado”, os negócios etc. . . . Para o homem, o geral precede o pessoal; daí o fato de seu mundo ser composto de uma multiplicidade de fatores coordenados, enquanto para a mulher o mundo além do marido acaba numa espécie de nevoeiro cósmico. (Jung, 1928/2012, p. 100)

As citações cá apresentadas estão presentes no texto sobre *anima* e *animus*, no Vol. 7/2 das *Obras Completas* de Jung (1928/2012). Notemos que as definições de Jung (1928/2012, 1931/2013a) reforçam determinados estereótipos a respeito do gênero, como a separação entre mundo público e privado como representantes do universo masculino e feminino, respectivamente, ou a ideia de que a mulher tomada pelo *animus* – como, por exemplo, agindo de forma mais racional ou opinativa – indicaria que ela está agindo de forma “menos feminina”, já que uma sociedade sexista a define como naturalmente mais emocional e menos racional. Essas e outras caracterizações de Jung (1928/2012, 1931/2013a) fomentaram as críticas e revisões pós-junguianas a respeito da temática e dos perigos de a teoria corroborar a reprodução de uma lógica discriminatória em termos de gênero.

James Hillman (1985) foi um importante autor pós-junguiano que iniciou a abertura para ampliação do debate teórico em torno dos arquétipos e, tendo escrito mais a respeito do arquétipo da *anima*, declarou que sendo, um arquétipo, ela não pode estar circunscrita exclusivamente na psique masculina, mas que também está presente na psique das mulheres (Hillman, 1985, pp. 67–69). Em resumo: “o arquétipo da *anima* não pode ser limitado à psicologia específica dos homens, visto que arquétipos transcendem homens e mulheres, suas diferenças biológicas e seus papéis sociais” (Hillman, 1984, p. 53).

Em ensaio intitulado “Sobre a Feminilidade Psicológica” (Hillman, 1984, p. 191-261), o autor analisa algumas das teorias que versaram sobre

a realidade das mulheres, quase todas elas com perspectivas exclusivamente masculinas, criando e sustentando muitos dos estereótipos sobre a inferioridade feminina.

Observando as fantasias arquetípicas ativas em épocas passadas, podemos compreender mais facilmente o específico fator arquetípico presente nas teorias da inferioridade feminina de nossos dias. . . . A imagem da inferioridade feminina não mudou, porque permanece a imagem que é dada na psique masculina. As teorias do corpo feminino se baseiam preponderantemente em observações e fantasias de homens. Essas teorias são declarações da consciência masculina confrontada com seu oposto sexual. Não é de admirar que níveis arquetípicos de inconsciência intervenham na formação da teoria (Hillman, 1984, pp. 196–220).

É importante enfatizar que para Hillman (2010), os arquétipos constituem “os padrões mais profundos do funcionamento psíquico” (p. 33), apresentando-se por meio de imagens, que podem ser apreendidas e experimentadas por meio da imaginação. Um dos pontos basilares para o autor é a adoção de uma perspectiva metafórica em contraposição à literalização das imagens, mais valorativa do que substancial sobre as experiências.

Essas considerações são fundamentais para a teoria, uma vez que, dentro da abordagem junguiana clássica, as discussões iniciais sobre masculino e feminino arquetípico, *anima/animus*, aproximavam-se de perspectivas mais essencialistas e universalizantes em relação ao gênero, como o entendimento da existência de certas características inerentes aos chamados princípios feminino/masculino, sendo que a abordagem mitológica das deusas/deuses contribuiu para sedimentar o entendimento de qualidades eternizadas e *a-históricas* de certas características (Samuels, 1992).

Enfatizamos que a realidade psicológica é enormemente influenciada pelos acontecimentos culturais, sociais e históricos, perspectiva que conflita com concepções essencialistas, e aqui deixamos as contribuições de Stoupas (2015):

. . . aqueles que viram o feminino nessa nova modalidade começaram a tomar isso como veneração, tomando esses caminhos como a reemergência das Grandes Deusas mitológicas no século XXI, mas também uma veneração do arquétipo do feminino por si só. Em algum grau, isso permite uma

abertura para uma literalização através das imagens. Por conta das imagens de mulheres serem geralmente usadas para representar o feminino, o feminino arquetípico e as mulheres tornam-se misturadas mais uma vez. . . . Representações do feminino como as deusas gregas – algumas das imagens mitológicas que a psicologia profunda privilegia – podem não ressoar com o público contemporâneo que não experimenta essas imagens num contexto cultural. (Stoupas, 2015, pp. 76-77)

Na psicologia profunda. . . , a crença numa função curativa do feminino abarca a percepção de que o modo como o feminino é faltante, perdido e desconsiderado no mundo externo, impede um equilíbrio e totalidade psíquica. O feminino é, portanto, invocado numa tentativa de balancear excessos ou ausências que parecem originarem-se da cultura patriarcal. Como resultado, o feminino é, conseqüentemente, venerado como uma força divina ou transcendente, romantizada como uma panaceia de adversidades socioculturais, projetadas nas mulheres como as portadoras desse potencial curativo. Eu, contudo, encontro na veneração, romantização e projeção do feminino na psicologia profunda, problemática, especialmente quando o feminino é esperado para servir como função curativa tanto para a psique individual, quanto a psique cultural e coletiva do Ocidente. . . . Eu argumento que mais do que simplesmente venerar o feminino transcendente na psicologia profunda, o feminino deve ser entendido como uma ficção psicológica que auxilia na navegação da psique através das realidades socioculturais da cultura patriarcal. (Stoupas, 2015, p. 2-3)

Interessante pontuar que a respeito desse “potencial curativo e/ou função curativa” inerente à integração do feminino, encontramos paralelo quando o próprio Jung (1927/2011a) dá a diretriz do enorme peso dessa tarefa atribuída às mulheres: “é função de *Eros* unir o que o *Logos* separa. A mulher de hoje está adiante de enorme tarefa cultural que significa talvez o começo de nova era” (p. 144).

Partindo de uma abordagem não-essencialista, Samuels (1992) lança questionamentos críticos para a suposta existência de algo inatamente masculino e feminino, ao passo que, distanciando-se para além de um princípio feminino, compreende as imagens de feminino e masculino como metáforas para a alteridade, para o conhecimento do outro, para a experiência da diferença. Rowland (2002, p. 40) tem entendimento similar

ao abordar sobre os arquétipos da *anima/animus*, os quais podem ser compreendidos como uma faceta múltipla de um único arquétipo que se expressa de forma plural, a fim de anunciar a diferença, o outro.

É a partir do enaltecimento das experiências da diferença de mulheres feministas que esse trabalho se orientou. Portanto, sintetizamos nossa perspectiva com as palavras de Samuels (1992):

Estou interessado em saber com o que a diferença se parece, como é a experiência da diferença. . . . Não o que é uma mulher, mas como é uma mulher. Não a estrutura arquetípica do mundo da mulher, mas da experiência pessoal da mulher no mundo de hoje. Não sobre o significado da vida da mulher, mas da experiência da sua vida. Cada pessoa permanece como “homem” ou “mulher”, mas o que isso significa para cada um torna-se imediato e relativo e, assim, capaz de expansão produtiva e desafio cultural. (p. 125)

## MÉTODOS

O método utilizado guiou-se pela abordagem qualitativa atrelada ao paradigma junguiano (Penna, 2013), por privilegiar uma abertura à perspectiva sistêmica, complexa e simbólica para análise interpretativa dos sentidos e significados dos fenômenos em estudo.

Participaram nove mulheres na faixa etária de 21 a 39 anos. Outro critério de inclusão era que fossem participantes de coletivos feministas das regiões Nordeste e Sudeste do País. Como instrumentos, utilizaram-se um questionário sociodemográfico (nome, data de nascimento, cor, naturalidade, composição familiar, estado civil, escolaridade e profissão) e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Em termos de procedimento de intervenção, as participantes foram contatadas por meio do “Comunicado de Pesquisa”, e aceitando a participação, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os encontros foram realizados nos locais sugeridos pelas participantes conforme a disponibilidade de cada uma, e uma parte se deu por meio de encontros presenciais e outras com recurso de chamada de vídeo. O tempo médio de duração das entrevistas foi entre uma hora e uma hora e meia.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas para posterior transcrição e análise dos dados. Em termos de procedimento de análise, os dados foram tratados segundo a “análise de conteúdo” proposta por Bardin (2016) e adaptada por Faria (2003). Os conteúdos foram divididos em grupos temáticos e temas conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – *Grupos Temáticos*

|        |                                  | Grupos   |                                |  |
|--------|----------------------------------|--|--------------------------------|--|
|        |                                  | I – Motivações e experiências no movimento feminista | II – Irmãs de dentro e de fora | III - Tornar-se mulher/mulher como devir             |
| Temas: | Motivações pessoais              |  |                                | Mulheres da família                                  |
|        | Percepções, vivências e atuações |  | Relações com as mulheres       | Cultura, estereótipos e a internalização da opressão |
|        | Conquistas e desafios            |  |                                | Transformações e impermanências do ser mulher        |

Em relação aos cuidados éticos, a pesquisa guiou-se pela preservação da confidencialidade, sigilo e privacidade, tendo sido realizada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções n. 466 de 12 de dezembro de 2012 e n. 510 de 7 de Abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS), sendo posteriormente aprovada pela Plataforma Brasil.

## RESULTADOS E ANÁLISE

Fizeram parte da pesquisa nove mulheres participantes de coletivos feministas. Cinco delas residiam em São Paulo e as demais no Nordeste (duas no Recife, uma em outra cidade de Pernambuco e uma na Bahia). Cinco delas identificaram-se como brancas, uma não respondeu, duas identificaram-se como pretas e uma como parda. A média de idade foi de 29,4 anos (mínimo: 21; máximo: 39 anos). Seis eram psicólogas e uma, estudante de psicologia. Uma era advogada e uma, estudante de Direito. Após a transcrição, as falas foram dispostas por grupos temáticos e temas, conforme a Tabela 1.

### Grupo temático I – Motivações e experiências no movimento feminista

A respeito do Grupo Temático I, as mulheres trouxeram falas que versaram sobre o sentimento de liberdade e escolha na intenção de romper silêncios e encontrar potencialidades. As narrativas foram carregadas de um desejo por transformação individual, partilhadas num espaço de fortalecimento coletivo, identificado como um espaço de reflexão, fala, escuta, acolhimento e cuidado. Inclusive se considerada a necessidade de alcance juntos aos homens:

“É de a gente se escutar e de se entender né, é de ter aquela empatia uma pela outra, por ser mulher e por estar nessas diversas pluralidades”. (Raquel)

“É isso que o feminismo ele vem falar, do lugar da experiência e ele surge desse lugar da experiência. . . . Não é só o ato de fala, é de escuta também. Lugar de ação também, né. . . . Experiências que se generalizaram num sujeito mulher assim, né, tipo ‘o que é ser mulher? . . . São pautas totalmente diferentes que elas precisam ser integradas e respeitadas e colocadas a prioridade a partir da opressão que não é só sendo estabelecida pra mim, né”. (Fátima)

“Um dos motivadores pra essa construção é de como a gente constrói um mundo onde a gente fale das nossas necessidades, mas que a gente entenda e compartilhe desse mundo com os homens que tão ali. O feminismo tá aí pra

todo mundo. Agora o quanto também você vai se dispor a sair do machismo é que é um outro espaço, né; e a gente acaba sendo esse lugar de provocar também nesses espaços aos homens a reflexão, a escutar, a repensar”. (Lou)

Em relação às conquistas e desafios, todas abordaram os aspectos positivos dos coletivos feministas enquanto espaços que produzem redes de cuidado e possibilitam refletir sobre temas importantes para a sociedade. Entretanto, o tema mais entendido como desafio foi a questão da violência e sua naturalização:

“Porque quando você passa por uma situação dessa, é meio que automático você se culpar. É tipo, ‘nossa, será que se eu tivesse feito tal coisa, talvez não teria passado por isso’, sabe? Eu acho que esse é um sentimento. Tá muito aí enraizado, e pra ir desestruturando é difícil”. (Wilma)

Um ponto de análise em relação ao exposto é que as relações nos coletivos não demonstram uma diminuição dos aspectos individuais. Na verdade, apontaram a possibilidade de fortalecimento. Como afirma Jung (1946/2011b):

A realização consciente da unificação interior é inseparável da relação humana, que é uma condição indispensável, pois sem vínculo com o próximo, reconhecido e aceito conscientemente, a síntese da personalidade simplesmente não se faz. . . . O fortalecimento interior do indivíduo nada, absolutamente nada tem a ver com uma forma em nível superior do endurecimento do homem massificado, nem com uma atitude de isolamento espiritual e de inacessibilidade, por exemplo. Muito pelo contrário, ele inclui o próximo. (Jung, 1946/2011b, p. 119)

. . . há também experiências positivas como por exemplo um entusiasmo saudável que incentiva o indivíduo a ações nobres, ou um sentimento igualmente positivo de solidariedade humana. Fatos deste tipo não devem ser negados. A comunidade pode conferir ao indivíduo coragem, decisão e dignidade que ele perderia facilmente no isolamento. (Jung, 1950/2013b, p. 131).

É pertinente dizer que esse espaço coletivo possibilitador de conscientização não foi definido de forma romantizada, uma vez que a

transversalização de opressões e os conflitos que daí emergem foram reconhecidos como fonte de crítica e transformação, como quando se tomam em consideração os recortes de raça e classe presentes nas relações nesses coletivos:

“A sororidade dá conta dos feminismos todos? . . . Ela consegue fazer isso para além da posição que ela ocupa? Não só em termos de gênero, mas de todas as outras posições que ela ocupa?”. (Conceição)

“. . . Porque, além da opressão de ser mulher numa sociedade machista, elas sofrem por serem negras numa sociedade racista”. (Wilma)

## Grupo temático II – Irmãs de dentro e de fora

Sobre as relações grupais, estas foram definidas como positivas, muito voltadas a uma lógica horizontalizada de amizade, mas, complementarmente, as falas anteriormente citadas dão conta das problematizações em torno das diversidades e como trouxeram um impulso para o aprendizado diante de conflitos, como quando Fátima declara que se sente o tempo todo confrontada em aprender com a diferença. “No movimento feminista, há necessidade da diversidade, da divergência e da diferença se nós quisermos crescer. . . . Mulheres não precisam erradicar diferenças para sentir solidariedade. Nós não precisamos compartilhar opressões comuns para lutar pelo fim da opressão”. (Hooks, 2015a, p. 67).

Tais concepções se aproximam do dinamismo da alteridade, conforme descrito por Byington (1994): “A percepção simbólica da dimensão social é necessária no dinamismo de alteridade para se poder almejar um relacionamento interpessoal igualitário, criativo e dialético a partir de identidades diferentes” (p. 56).

Complementarmente, também entramos na seara do arquétipo da irmã/fraternidade, como exposto por Barcellos (2010): “A experiência da irmandade lança-nos num campo policêntrico, e assim nos complexifica, pois nos remete a uma rede horizontal de relações. A experiência da irmandade torna as coisas mais complexas para nós” (p. 59).

### Grupo temático III – Tornar-se mulher, devir mulher

Sobre o Grupo Temático III, abordaram-se desde a reprodução dos estereótipos sexistas em torno do gênero em suas famílias – situação que encontramos respaldo em Hooks (2015b, p. 12), quando trata do “sexismo internalizado”, e em Wehr (2016, pp. 14–18), quando fala do “sexismo como visão de mundo” – e “internalização da opressão” até o enaltecimento de mães e avós como mulheres que sofreram muita violência e enfrentaram o machismo com as condições de que dispunham:

“Mesmo a pessoa que é oprimida e explorada ela vai reproduzir. . . . Elas acabam internalizando esses valores, essas concepções”. (Juliet)

“São mulheres que me ensinaram muito sobre o feminismo, inclusive; mas que, é isso . . . os valores que são postos nos nossos corpos eles pegam muitas de nós, né”. (Lou)

“As mulheres da minha família sofreram bastante violência”. (Margarete)

“Dentro dessas contingências todas que ela teve, eu acho que ela exerceu da melhor forma possível”. (Conceição)

Importante para nosso estudo foi quando as questionamos sobre a existência de algo que as definiam enquanto mulheres. Raquel disse que não sabia responder, mas achava que nada a caracterizava enquanto mulher. Conceição declarou buscar que nada a definisse nesse sentido. Fátima convergiu quando também afirmou não enxergar e não querer, uma vez que deseja ser “muitas coisas”, assim como Margarete, que informou que segue em descobrimento pois “ser mulher” são várias coisas.

Lou declarou que se reconhece num processo de tornar-se, distanciando-se de categorias fechadas, assim como Wilma, quando diz que se trata de uma indefinição circunscrita num processo contínuo de vir a ser. Maria Augusta disse que era uma pergunta difícil de responder, mas que se entendia mulher por ter experimentado a história como mulher. Pela trajetória de militância política, Juliet afirmou que a luta a definia enquanto mulher, pois entende a construção de gênero a partir de uma perspectiva cultural e histórica. Daniela talvez tenha sido a quem mais se aproximou

das convenções, ao falar sobre “força, renovação e sensibilidade”, mas, como procuramos enfatizar, tais categorias são experimentadas para além de uma visão essencialista de gênero, não sendo, portanto, algo inerentemente feminino, mas experimentado enquanto modelo possível das feminilidades.

Todas as participantes também versaram sobre as transformações, as quais contemplaram um sentimento de processo contínuo de desconstrução, libertação, emancipação, autonomia, protagonismo e vivacidade; de fortalecimento pessoal dentro de coletividades; de mudança de percepção, resistência e enfrentamento; de diluição dos próprios machismos; e de conscientização em torno dos processos sócio-históricos do machismo.

Aqui ressaltamos o pensamento de Rowland (2002) quando trata da importância de se compreender um “feminino” em sua significação fluida e incompleta, que abarque as possibilidades de transformações políticas e sociais (p. 149). Tal concepção se aproxima do pensamento de Gray (2008, p. 155), quando afirma que as mulheres somente podem individualizar-se se elas puderem estabelecer uma posição de fala que provenha genuinamente delas mesmas. Para tanto, necessitamos escutar o lado das mulheres da história (Wehr, 2016, p. 32) e refletir sobre as imagens produzidas pela imaginação feminina (Tannen, 2007, p. 119).

## DISCUSSÃO

As falas trazidas pelas mulheres participantes da pesquisa configuram importante material para refletirmos sobre as realidades vivenciadas pelas mulheres e os paralelos com a teoria dos complexos culturais em suas formas de expressão destrutivas e construtivas.

A partir das narrativas dessas mulheres feministas, verificamos como elas percebem, lidam e são afetadas por certos valores, representações e crenças pautadas em uma lógica sexista, como o sentimento automático de culpa diante de uma situação de violência sofrida, conforme expresso por Wilma.

Também discutiram sobre as repetições/reproduções de certos padrões de comportamentos machistas dentro do núcleo familiar, mas também sinalizando as tentativas de ruptura a partir das condições

existentes, indicando o árduo desafio de lidar com as repetições de padrões de violência e machismo, e, ainda assim, reconhecendo as aberturas para as possibilidades de vivências mais saudáveis de relacionamento, como as palavras de Conceição, Lou e Juliet expressaram.

Um aspecto da mais alta importância presente nesse contexto coletivo é a forte presença da necessidade do sentido/sentimento de pertencimento, e aqui recordamos das definições de Kimbles (2006, pp. 96–98) a respeito do pertencer e do movimento de continuidade histórica, e de quando Henderson (1990, p. 103) aborda sobre a memória histórica.

O pertencimento e a historicidade presentes nesse lidar com os padrões manifestos da cultura são questões que mobilizam essas mulheres que se mostram implicadas em se debruçar sobre si e sobre os outros. Nesse sentido, as falas sobre “pertencer” e “compartilhar” também indicam a necessidade de construir, fortalecer e cultivar uma identidade individual e grupal que se objetiva a partir de um olhar crítico sobre as questões pessoais e coletivas, como é possível perceber nas falas de Raquel, Fátima e Lou.

Sobre esse pertencer e cultivar da identidade que sustenta um processo de revisão crítica, também foi interessante perceber a existência da sustentação do desconforto, como, por exemplo, nas falas que indicam a sensibilidade para outras formas de viver e sofrer enquanto mulher, como sinalizaram Conceição, Wilma e Fátima. Em resumo, atestaram a necessidade de se aprender e conviver com as diferenças como uma forma de continuidade histórica e fortalecimento da identidade individual e grupal.

O pessoal é político. Eis um dos grandes motes dos movimentos feministas. Este trabalho reforçou a ideia do quanto a realidade externa afeta e molda as singularidades, vindo a animar aquilo que habita o mundo interior. Também vimos como os níveis pessoal e coletivo constituem fronteiras que se mostram mais inter-relacionadas – afetando-se mutuamente – do que instâncias totalmente opostas, e aqui utilizamos dos feminismos na tentativa de ampliar horizontes teóricos, afinal, recorreremos à noção de *anima mundi* utilizada por Jung (1928/2011c): “com a psique acontece justamente o que acontece com o mundo” (p. 83) – e quando afirma que “do mesmo modo

que o indivíduo não é apenas um ser singular e separado, mas também um ser social, a psique humana também não é algo de isolado e totalmente individual, mas também um fenômeno coletivo” (Jung, 1928/2012b, p. 35).

Nós nos fundamentamos também no pensamento de Samuels (2002), quando diz que “o político e o psicológico mantêm uma relação interdependente” (p. 23), e de que “não há pessoal fora do político; o político é em si uma pré-condição para a subjetividade” (Samuels, 1995, pp. 70–71). O autor reconhece o valor do feminismo nessas discussões, como quando declara que “foi o feminismo que nos introduziu para esse novo tipo de política. É uma política no nível do sentimento, uma política subjetiva que abrange a crucial inter-relação entre as dimensões públicas e privadas de poder” (Samuels, 2000, p. 87).

Nesse sentido, assim como os complexos pessoais podem manifestar-se de forma construtiva ou destrutiva, assim também operam os complexos culturais à medida que reconhecemos que certas estruturas de opressão – como o sexismo – perpassam a vida cotidiana e afetam nossa psique em seu nível mais íntimo, moldando sentimentos, imagens, crenças e padrões de comportamento em torno do que se define como masculinidade e feminilidade.

Complementarmente, é importante enfatizar a relevância das falas trazidas pelas mulheres e suas possíveis relações com o processo de individuação, entendido aqui como um processo de singularização dos indivíduos que “objetiva o desenvolvimento da personalidade individual” (Jung, 1921/2013c, p. 467) e se trata simultaneamente de “um processo interior e subjetivo de integração” e “um processo objetivo de relação com o outro” que não podem existir um sem o outro” (Jung, 1946/2011b, p. 121).

Em suma, considerando que o processo de individuação não leva ao isolamento, uma vez que também inclui o mundo, encontramos, inclusive, possibilidades de desenvolvimento de vivências mais abrangentes com a coletividade (Jung, 1921/2013c, p. 468), valorizando, então, a particularização dos indivíduos, considerando seus respectivos contextos sociais e culturais (Henderson, 1984; Kimbles, 2014).

As mulheres, por si mesmas, atestaram e verbalizaram diversos elementos transformativos em suas vidas pessoais, considerando tanto suas

relações interpessoais mais íntimas quanto as relações estabelecidas nos contextos grupais a partir do pertencimento em coletivos feministas, relações evidentemente perpassadas pelo constante confronto com as práticas cotidianas de discriminação de gênero e o conseqüente desvelamento de suas possibilidades de desconstrução, superação e reconstrução, visando a formas mais saudáveis de expressão e relação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como palavras finais, as mulheres participantes desta pesquisa reconhecem o feminismo enquanto movimento possibilitador de transformação – individual e coletiva –, pensando aqui no dinamismo da alteridade e de possibilidades mais horizontais de relação, e que também pode prover uma ampliação de como refletimos sobre as imagens e imaginações que versam sobre gênero. Também apontamos a necessidade de aprofundamento dos estudos de gênero sob uma perspectiva junguiana que possa enriquecer seu campo teórico junto a outros campos do conhecimento e junto aos fenômenos culturais – e pensar o sexismo enquanto complexo cultural se revela uma possibilidade para estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Barcellos, G. (2010). *O irmão: Psicologia do arquétipo fraterno*. Petrópolis: Vozes.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bates, L. (2016). *Everyday sexism*. New York: Thomas Dunne Books.
- Byington, C. (1994). *Dimensões simbólicas da personalidade*. São Paulo: Ática.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Faria, D. L. (2003). *O pai possível: Conflitos da paternidade contemporânea*. São Paulo: EDUC; FAPESP.

- Gray, F. (2008). *Jung, Irigaray, and individuation philosophy, analytical psychology, and the question of the feminine*. New York: Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 38). Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 41). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em 15 de setembro de 2020
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Henderson, J. (1984). *Cultural attitudes in psychological perspective*. Toronto: Inner City Books.
- Henderson, J. (1990). *Shadow and self: Selected papers in analytical psychology*. Wilmette IL: Chiron Publications.
- Hillman, J. (1984). *O mito da análise: Três ensaios de psicologia arquetípica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hillman, J. (1985). *Anima: Anatomia de uma noção personificada*. São Paulo: Cultrix.
- Hillman, J. (2010). *Re-vendo a psicologia*. Petrópolis: Vozes.
- Hooks, B. (2015a). *Feminist theory: From margin to center*. New York: Routledge.
- Hooks, B. (2015b). *Feminism is for everybody: Passionate politics*. New York: Routledge.
- Jung, C. G. (2011a). *Civilização em transição*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1927)
- Jung, C. G. (2011b). *Ab-reação, análise dos sonhos e transferência*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1946)

- Jung, C. G. (2011c). *A natureza da psique*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (2012). *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928)
- Jung, C. G. (2013a). *O desenvolvimento da personalidade*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1931)
- Jung, C. G. (2013b). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1950)
- Jung, C. G. (2013c). *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1921)
- Kimble, S. L. (2004). A cultural complex operating in the overlap of clinical and cultural space. In T. Singer & S. L. Kimble (Eds.), *The cultural complex: Contemporary Jungian perspectives on psyche and society* (pp. 199–211). New York: Routledge.
- Kimble, S. L. (2006). Cultural complexes and the transmission of group traumas in everyday life. *Psychological Perspectives*, 49(1), 96–110. <https://doi.org/10.1080/00332920600733040>
- Kimble, S. L. (2014). *Phantom narratives: The unseen contributions of culture to psyche*. London: Rowman & Littlefield.
- Nascimento, L. C. S. (2015). *Essa ciranda não é minha só, é de todas nós: Um estudo sobre o feminismo, autonomia e consciência coletiva* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.
- Penna, E. M. D. (2013). *Epistemologia e método na obra de C. G. Jung*. São Paulo: EDUC; FAPESP.
- Rowland, S. (2002). *Jung: A feminist revision*. Polity Press.
- Samuels, A. (1992). *A psique plural: Personalidade, moralidade e o pai*. Rio de Janeiro: Imago.
- Samuels, A. (1995). *A psique política*. Rio de Janeiro: Imago.
- Samuels, A. (2000). The politics of transformation: The transformation of politics. In T. Singer (Ed.), *The vision thing: Myth, politics, and psyche in the world* (pp. 84–95). New York: Routledge.
- Samuels, A. (2002). *A política no divã: Cidadania e vida interior*. São Paulo: Summus.

- Singer, T., & Kimbles, S. L. (2004). *The cultural complex: Contemporary Jungian perspectives on psyche and society*. New York: Routledge.
- Stoupas, L. L. (2015). *The myth of the feminine: Problematic fictions* (Doctoral dissertation). Pacifica Graduate Institute, Carpinteria, CA, USA.
- Tannen, R. S. (2007). *The female trickster: The mask that reveals: Post-Jungian and postmodern psychological perspectives on women in contemporary culture*. New York: Routledge.
- Zanetti, J. P. (2009). *Jovens feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo no Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.
- Zanetti, J. P. (2011). Jovens feministas do Rio de Janeiro: Trajetórias, pautas e relações intergeracionais. *Cadernos Pagu*, 36, 47–75. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000100004>
- Wehr, D. S. (2016). *Jung and feminism: Liberating archetypes*. Routledge: London.

Recebido em 09/11/2020

Aceito em 05/10/2021

# Notas sobre o discurso de ódio e a censura na peça de teatro *A menina e sua sombra de menino*

*Notes on hate speech and censorship  
in the theater play The girl and her boy's shadow*

*Notas sobre el discurso de odio y la censura  
en la obra de teatro La niña y su sombra de niño*

Carlos Sapelli\*  
Francieli Loureiro Ramos\*\*

## Resumo

*Este artigo objetiva discutir a presença do discurso de ódio e da censura na peça de teatro A menina e sua sombra de menino durante a passagem de sua apresentação pela cidade de Campos Novos/SC, a partir dos pressupostos psicanalíticos de Freud, Lacan e seus contemporâneos. O espetáculo apresenta a história de uma menina que utiliza as brincadeiras para compor o seu mundo e a sua vida subjetiva. No entanto, como há uma diversidade no campo do brincar das crianças, a protagonista se intriga com tamanha variedade e seus usos no tempo peculiar da constituição psíquica. Assim, inevitável foi o encontro com a delimitação preconceituosa na qual impera uma maneira de conceber as brincadeiras consideradas apropriadas às meninas, e, do mesmo modo, as que são apontadas como adequadas aos meninos. Isso torna-se agravante e espantoso na medida em que uma parte da população do mencionado município catarinense manifesta desinformação com ataques virtuais odientos e reprimendas por meio de suas crenças políticas e religiosas com relação à peça. Nesse estudo, apontamos o diálogo em torno da arte na cultura e suas*

---

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: carlossapelli6@gmail.com

\*\* Associação Catarinense de Ensino. Faculdade Guilherme Guimbala, SC, Brasil. E-mail: francieliramos@icloud.com

*ressonâncias na infância para demonstrar que as crianças se constituem enquanto sujeitos pela singularidade de suas fantasias e de seus desejos.*

**Palavras-chave:** ódio, censura, teatro, psicanálise, cultura

## Abstract

*This article aims to discuss the presence of hate speech and censorship in the theatre play *The girl and her boy's shadow* during its presentation in the city of Campos Novos, state of Santa Catarina, Brazil, from the psychoanalytic assumptions of Freud, Lacan, and his contemporaries. The play presents the story of a girl who uses games to compose her world and her subjective life, however, since there is a diversity in the field of children's play, the protagonist is intrigued by such variety and its uses in the peculiar time of the psychic constitution. Therefore, the encounter with the prejudiced delimitation was inevitable, in which reigns a way of conceiving the games considered appropriate for girls and in the same way, those that are considered appropriate for boys. This becomes aggravating and astonishing because part of the population of the mentioned city of Santa Catarina manifests disinformation with virtual attacks of hate and reprimands following their political and religious beliefs in relation to the play. In this study, we point out the dialogue around art in culture and its resonances in childhood to demonstrate that children are constituted as subjects by the singularity of their fantasies and desires.*

**Keywords:** hate, censorship, theater, psychoanalysis, culture

## Resumen

*Este artículo tiene como objetivo discutir la presencia de discursos de odio y censura en la obra de teatro *La niña y su sombra de niño* durante el paso de su presentación por la ciudad de Campos Novos, estado de Santa Catarina, Brasil, a partir de presupuestos psicoanalíticos de Freud a Lacan y sus contemporáneos. El espectáculo presenta la historia de una niña que usa los juegos para componer su mundo y su vida subjetiva, sin embargo, como hay una diversidad en el campo del juego infantil, la protagonista se intriga por semejante variedad y sus usos en el tiempo peculiar de la constitución psíquica. Así, fue inevitable el encuentro con la delimitación prejuiciosa, en la que impera una manera de concebir los juegos que se consideran adecuados para las niñas y, del mismo modo, aquellos que se consideran apropiados para los niños. Esto se vuelve agravante y espantoso en la medida en que parte de la población del mencionado municipio catarinense manifiesta desinformación con ataques virtuales odiosos y reprimendas a través de sus creencias políticas y religiosas con respecto a la obra. En este estudio, apuntamos el diálogo en torno al arte en la cultura y sus resonancias en la infancia para demostrar que los niños se constituyen como sujetos por la singularidad de sus fantasías y deseos.*

**Palabras clave:** odio, censura, teatro, psicoanálisis, cultura

Partindo dos crescentes ataques dirigidos ao campo da liberdade de expressão artística no Brasil, tendo em vista os episódios que envolvem o nosso País sobretudo no campo político, o presente artigo aborda o tema do discurso de ódio dirigido ao espetáculo de teatro *A menina e sua sombra de menino*, bem como aos artistas que o protagonizam. De fato, tempos obscuros no que concerne à arte e à cultura repercutem numa frequente preocupação com as questões relativas à violência, ao ódio e à segregação no cenário social brasileiro.

Nesse contexto, a peça de teatro *A menina e sua sombra de menino*, inspirada em um livro francês lançado em 1976 pelo psicólogo Christian Bruel, conta uma história na qual a personagem principal gosta de brincar com boneca e se arrumar na frente do espelho, além de correr e jogar bola.<sup>1</sup> Quem convive com a menina tenta encaixá-la em um padrão e afirma que ela se comporta como um menino. Até que um dia, a protagonista acorda e percebe que sua sombra virou um menino. Após essa descoberta, a tal sombra de menino, na verdade, é o próprio direito de brincar sem restrições ou padronizações que a menina tem em sua vida na infância.

Em resumo, a encenação apresenta a história de uma menina que usa a amplidão das possibilidades do brincar, tida ou considerada incomum e, ao mesmo tempo, vista de modo restrito, padronizado e tipicamente compreendido como “brincadeira de menino”, apesar de também brincar com as tais “coisas ditas de menina”, isto é, a menina começa a gostar de algumas brincadeiras tidas e direcionadas aos meninos, tais como os carrinhos ou futebol, apesar de também brincar de boneca, considerado estereótipo da brincadeira de uma menina.

Assim sendo, a performance artística possibilita uma conexão entre o sujeito e seu lugar no mundo. Eis, portanto, a proposta do espetáculo: retratar o cotidiano da infância ao evidenciar as brincadeiras e as cantigas populares no faz-de-conta que não se reduz à questão de gênero. Em outras

---

1 O livro francês foi traduzido para o português por Álvaro Faleiros em 2020 e intitulado: *A história de Júlia e sua sombra de menino*, pela editora Scipione.

palavras, a apresentação teatral visa ao respeito à singularidade da criança em suas brincadeiras, estimula a reflexão e, além disso, resgata as brincadeiras populares da infância.

Nos dias 18 e 19 de setembro de 2018, em Campos Novos/SC, estavam agendadas apresentações do já mencionado espetáculo, da Malagueta Produções, vinculada à Harmônica Arte e Entretenimento, realizadora do projeto Viagem Teatral, em sua 10<sup>a</sup> edição.<sup>2</sup> No elenco, os atores Paula Bittencourt de Farias e Leandro Magalhães (atualmente substituído por Egon Seidler), sob a direção de Pépe Sedrez, foram surpreendidos com discursos de ódio, manifestações e difamações para vetar a peça de teatro na cidade. Tal como nos lembra Freud (1921/2011b) em “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (*Freud: Obras Completas*, Vol. 15, pp. 9–100), nos seus comentários e trechos acerca do livro de Le Bon, há crueldade e intolerância para os que não pertencem a uma dada coletividade, logo, fora desse laço em comum. Isso porque nessa passagem do texto freudiano, os diversos impulsos a que massa segue, a depender das excitações, podem ser generosos ou cruéis, mas sempre serão imperiosos, brutais, intolerantes, crentes e devotados em relação a um ideal ou a uma comunidade.

Desse modo, o conflito em forma de ataque à peça surgiu quando uma parcela dos adultos de uma comunidade religiosa tentou encaixar e enquadrar a protagonista naquilo que acreditam ser adequado às brincadeiras para uma menina. A repercussão disseminou-se nas redes sociais, o que gerou uma onda de acusações infundadas e mentirosas, contaminadas por uma parte da massa que se manifestou política e religiosamente. Censurada e assustada com o ódio que se propagou, a equipe prezou pela integridade física, o que gerou o cancelamento das apresentações. A seguir, uma breve descrição de alguns elementos da peça de teatro.

## Da apresentação teatral

A peça mostra, então, a história de uma menina, criança esta que se insere no tempo cronológico da infância, cujas brincadeiras adquirem

---

2 Para assisti-la, basta acessar o link: <https://www.youtube.com/watch?v=JKBhWS1Otp4>.

matizes e nuances caleidoscópicas no modo de experimentar o mundo, assim como no que se pode chamar, psicanaliticamente, como o advento de um sujeito, em constituição. Nessa sequência, não se trata meramente da história de uma menina e de sua biologia, mas de uma criança-menina numa temporalidade que a convoca a lidar com o que faz sombra diante desse momento de captura subjetiva e de montagem psíquica.

Assim, será num tempo subjetivo que o sujeito se localizará, não sem antes, tal como nos lembra Bercherie (1983/2001), levar em consideração as questões da criança em seu percurso: “Não somente a infância tem sua ordem própria de existência e de racionalidade, mas é sobretudo ela que esclarece, a partir de então, o devir do adulto” (p. 141).

É interessante notar como o enredo da peça começa e contempla (desde a gestação, do parto ao crescimento, mas também já a própria representação dos cuidados pela via da *maternagem*, ou da função materna para um pequeno ser) uma temporalidade necessária do importante estatuto simbólico do ser humano. Nesse campo, não há linearidade, mas circularidade, dos investimentos libidinais às palavras que tocam o corpo, aos aspectos pelos quais avançam as possibilidades de criação. Entre alguns desses pontos, temos os porquês (das interrogações), as descobertas, as teorias infantis e, com certo destaque, as brincadeiras.

Para Freud (1907-1908/1988), em “Escritores Criativos e Devaneio” (*Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. 9, pp. 135–143), o brinqueado e os jogos podem ser considerados como a ocupação de predileção da criança. Ao questionar se deveríamos procurar, já na infância, os primeiros rabiscos e/ ou traços de atividade imaginativa, o criador da Psicanálise leva a sério o assunto do brincar tanto quanto a criança. Isso porque, na concepção freudiana, quando a criança brinca, ela se comporta tal como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio. Nesse caso, seria um erro supor que a criança trate as brincadeiras sem seriedade; ao contrário, já que leva muito a sério sua brincadeira, investe, despende e deseja no ato de brincar.

Sobre a aproximação teórica nas cenas da apresentação teatral, fica evidente como as brincadeiras da infância são uma construção/desconstrução da atividade simbólica, na mesma esteira do que acontece com o

processo inerente à linguagem. Na peça, também há esse mesmo movimento: desenha-se, apaga-se, emoldura-se, mas com a noção de que as coisas não se encaixam muito bem, lá onde os esquadros entortam e falham na busca pelos ângulos retos em matéria de imaginação. Podemos dizer ainda que Freud (1907-1908/1988) soou enfático: “O brincar da criança é determinado por desejos: de fato, por um único desejo – que auxilia o seu desenvolvimento –, o desejo de ser grande e adulto” (p. 137). Esse mesmo adulto que o representa durante um tempo variável e que cuida dela.

Como espectadores da peça, imaginamos e ouvimos a voz de tal representante, seus ditos, que tendem a ecoar para cada sujeito de forma imprevisível. Em determinado momento, por assim dizer, há uma espécie de inversão sintática, cuja provável consideração clichê da frase (enunciada pela pessoa da função materna) aparece pela boca da menina: “Eu não sou todo mundo, mamãe! Eu sou eu!”. Noutra cena, a mãe questionou: “Você precisa fazer tudo diferente?”. Mais adiante, a menina esforçou-se para equivaler a imagem correspondente do que é ser uma menina na óptica de sua mãe. Então, ouviu o dizer materno: “Agora, sim! Posso reconhecê-la”. Nesse dito, observamos o tal reconhecimento em conformidade com o que a personagem da menina já tinha concluído antecipadamente: “A gente não tem direito de fazer nada diferente do que se espera”. A mãe, porém, também exclamou: “Você é impossível!”; e depois questionou se os “modos” da filha eram de menina, pois disse que ela “até parecia um menino”.

O desenrolar do enredo é muito interessante, não somente por colocar em xeque e em suspenso os preconceitos existentes na infância (que refletem a própria cultura na qual uma criança se insere), mas também pela sensibilidade de resgatar ou retomar a potência do brincar, do desenho e do traço artístico nos tempos dos *gadgets* da tecnologia. Numa época em que as crianças estão numa fissura pelas telas, os personagens da peça brincam, desenham, silenciam, falam (afirmam e interrogam). É exatamente nesse campo da interrogação que se situa a menina, protagonista do teatro. Para pensar nisso, é importante lembrar o que implica uma constituição subjetiva e como ela se instaura. Com relação a isso, há um emblemático texto lacaniano que foi entregue à Sra. Jenny Aubry em outubro de 1969, intitulado “Nota sobre a criança” (*Outros Escritos*, 1969/2003, pp. 369–370).

Nesse manuscrito, Lacan (1969/2003) comentou que há alguma coisa fundamental numa família pela via do irreduzível de uma transmissão, mas: “que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (p. 369).

Dessa forma, engendrar o subjetivo é uma função que precisa ser feita, e isso não passa pela sensação de ter as necessidades satisfeitas. Dito de outro modo, é por ser necessária que uma família possa ou não atentar e julgar as funções que aí estão desempenhadas. Na peça, há a voz materna. Enquanto uma constituidora da subjetividade, quem desempenha tal função (do Outro) está no trabalho de produzir um sujeito, na medida em que os cuidados – não sem as palavras – possam trazer a “marca de um interesse particularizado” (Lacan, 1969/2003, p. 369). Quer dizer, o desejo que não está à deriva anonimamente é aquele que porta uma insígnia de investimento, principalmente pela marca de interesse do que é particular numa criança.

Tratar a família como um espaço de humanização, na sua particularidade, é um modo de acolher o desamparo do pequeno ser, colocando-o no mundo que se tornará, gradativamente, uma experiência para cada realidade psíquica. Nesse contexto, Freud (1907-1908/1988), ao mesmo tempo em que demonstrou, também permitiu a compreensão da diferença entre a vida empírica de uma criança e a vida fantasística do seu psiquismo. Esse artigo está intitulado “Romances familiares” (pp. 219–222), e nele podemos encontrar uma referência à atividade imaginativa que emerge, inicialmente, no brincar da criança e, depois, num período próximo à puberdade. Na peça, verificamos o que acabamos de ilustrar. Ainda nesse texto freudiano, encontramos que o exemplo característico da atividade imaginativa está nos devaneios que se prolongam na vida.

Na próxima seção, há uma aproximação dessas manifestações como consequência do episódio enfrentado pelos atores do espetáculo. Da peça de teatro, sem nenhuma informação fundamentada, foi criada uma rede de absurdos.

## A desinformação e as manifestações discursivas de ódio e censura: o que a Psicanálise tem a dizer?

O avanço da tecnologia e da comunicação prosperou de forma acelerada, tendo em vista a crescente necessidade de se conectar com o outro, como se essa conexão pudesse afirmar a existência das pessoas. De fato, as redes sociais têm força exatamente porque existe uma relação com o imaginário, imagem essa que se sustenta a partir da relação com o outro. Esse crescimento e os novos alcances da internet, porém, trouxeram também o uso das palavras ofensivas. Ofensas que, por um lado, parecem habitar o universo cibernético com uma relevância maior nas redes sociais. Por outro lado, a suposição de um anonimato por detrás das telas tem associação com a suposta garantia de que o aspecto nocivo das atitudes praticadas não será descoberto e punido. No entanto, é uma ideia ilusória pensar que os comentários ofensivos não trarão resultados negativos, uma vez que, cada vez mais, a Justiça intervém nos meios digitais (Perrone & Pfitscher, 2016).

Atualmente, falamos sobre uma cultura do ódio, configurando algo que pode ser compreendido como uma nova forma de laço social instaurado com o advento, de modo geral, do meio digital (da internet e das redes sociais). Além do que foi comentado sobre a aparente não punição para quem pratica tais atos, há uma outra hipótese para o aumento dos ataques na internet: a ideia de um possível anonimato sobre a qual a permissão dessas ações existiria; provavelmente, em menor escala caso acontecesse o reconhecimento ou a identificação, ou, então, se aparecesse fora do mundo virtual, onde não há possibilidade de se refugiar atrás de uma tela. Com isso, expandiu-se também a aflição referente aos impactos nefastos de certas formas de comunicação violenta. Por isso, é necessário analisar, discutir e problematizar esses novos formatos de dinâmica social sob um ponto de vista teórico e crítico (Perrone & Pfitscher, 2016).

Observando as configurações atuais, não é difícil perceber que as pessoas têm uma necessidade de serem reconhecidas, e isso acontece muito por meio das redes sociais. Há uma imaginação que parece conduzir as

peças a terem muitos seguidores, muitas curtidas, como se precisassem da aceitação, o que dificulta entrar em contato com as diferenças, já que comumente as pessoas se conectam com o semelhante.

Para avançar na discussão, é importante retomar a escrita de Freud (1920/2016a) em *Além do Princípio do Prazer*. Nesse texto, há um debate sobre a pulsão,<sup>3</sup> em que é possível demarcar uma diferença entre pulsão de vida e pulsão de morte, ambivalência esta que está presente em todo sujeito. Tanto a pulsão de vida quanto a pulsão de morte visam à satisfação, mas na direção oposta. Enquanto a pulsão de vida vai sempre na direção de fazer laço, ligação, união, conjugação, a pulsão de morte tenciona a destruição, a divisão, e o sujeito começa a desinvestir, num retorno ao estado inorgânico.

Por meio do conceito de pulsão e da distinção entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, evidenciamos que as pessoas têm uma relação com a vida, mas, ao mesmo tempo, há também uma relação de autodestruição. Assim sendo, todo sujeito tem esse vacilo entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Quando a pulsão de vida predomina, o sujeito consegue transformar seu sofrimento em algo criador, mas quando se tem uma dominação da pulsão de morte, a tendência do sujeito é se desvincular a cada vez, sendo a violência e o ódio possíveis manifestações dessa prevalência (Freud, 1920/2016a).

Lacan (1954/2009), em “O conceito de análise” (*O Seminário, Livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud*, pp. 355–373), retomando e elevando o conceito de pulsão como um dos quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, diz que o ódio é a paixão que aponta para a destruição do ser do Outro e tem a ver com a exigência da pulsão de morte. Em suas próprias palavras:

Se o amor aspira ao desenvolvimento do ser do outro, o ódio quer o contrário, seja o seu rebaixamento, seja a sua desorientação, o seu desvio, o seu delírio, a sua negação detalhada, a sua subversão. É nisso que o ódio, como o amor, é uma carreira sem limite. (p. 360)

---

3 A referência consultada coloca *instinto* como tradução da palavra *Trieb*, proposta por Freud, em alemão. Contudo, há um equívoco nessa versão, pois se trata de um conceito fundamental da Psicanálise que não remete ao biológico. Em função disso, pulsão é o termo que mais se aproxima do significado.

Dessa forma, o ódio é constituinte do sujeito e instala-se desde muito cedo. Para elucidar essa afirmação, Lacan (1954/2009) usa um exemplo de ódio ciumento, no qual Santo Agostinho presencia um menino insatisfeito assistindo a seu irmão mais novo sendo amamentado pela mãe. Nesse caso, o ódio fez-se presente porque o irmão teve o objeto de desejo sobre o qual o mais velho estava animado. Em resumo, o ódio ciumento inscreve-se a partir do Édipo e com a rivalidade fálica. Isso exemplifica que, mesmo quando o ódio aparece, não acontece a eliminação do desejo (Lacan, 1973/1982, “O Saber e a Verdade”, *O Seminário, Livro 20: Mais, Ainda*, pp. 121–135). Ora, quem ataca o outro através de discursos de ódio, ainda que de forma inconsciente, tem um desejo instaurado. Na concepção lacaniana, então, o ódio também pode ser pensado como um ciúme, visto que o outro tem ou faz exatamente aquilo que o agressor não se autoriza.

Enfatizamos, nessa oportunidade, que a temática do ódio, enquanto desejo por uma renúncia não operada, já havia sido abordada por Freud (1930/2011a). A partir daí, ficou estabelecido que a civilização, a convivência com outro humano, o coletivo, são elementos que são construídos por meio de uma renúncia da satisfação pulsional (e grande energia psíquica utilizada é retirada da sexualidade). A mencionada renúncia é uma certa frustração cultural que precisa de uma compensação. Para que isso aconteça, o sujeito precisa ter aportes do grupo em que está inserido. Freud (1930/2011a) é decisivo: “Essa ‘frustração cultural’ domina o largo âmbito dos vínculos sociais entre os homens; já sabemos que é a causa da hostilidade que todas as culturas têm de combater.” (p. 43).

Em outros termos, viver em uma sociedade demanda muitas questões, e, muitas vezes, essa renúncia ou a compensação dessa renúncia não acontece, o que pode gerar conflitos que se voltam em forma de sintoma, ou, então, contra outras pessoas, na tentativa de despojar o outro diferente (Freud, 1930/2011a). Pensando a questão da renúncia pulsional, pode ocorrer um desejo de destruição ao outro, e, quando o sujeito não consegue fazer um contorno para renunciar, sem que haja motivos para isso, a tendência é que o ódio e a própria violência aconteçam.

Acrescentamos ainda mais uma contextualização sobre as organizações civilizatórias, quando Freud (1930/2011a) aponta que o ser humano

não é uma criatura gentil, uma vez que tem uma inclinação para a agressão. Certo é que, nesse movimento, há sempre um resto que resiste, impossível de ser submetido ao trabalho civilizatório. Nesse sentido, o desamparo até pode ser contornado, mas não todo (Freud, 1930/2011a). Sobre o desamparo, alguns questionamentos: quando o sujeito não tem acesso à cultura, como é possível contornar o resto pulsional? De que modo se contorna o desamparo?

Tais indagações abrem um vasto campo de discussão que direciona o indivíduo como integrante de um grupo e de uma sociedade. Então, cabe uma forma de cuidado desse desamparo social e cultural em que o ódio e a violência aparecem, visto que não há uma ligação com algo que proporcione e acolha um lugar para a compensação da renúncia pulsional.

Agora, no que se refere à peça de teatro, convém trazer alguns comentários que as pessoas fizeram pela internet e foram expostos pelos atores em um vídeo no YouTube, como elucidação: “Isso é uma vergonha, tá na hora de criar uma lei e proibir esse tipo de coisa, aqui o sistema é antigo, sujeito homem”; “Você sabia que o seu filho e filha poderá assistir um teatro com conteúdo sexual. Vamos à luta!”; “O cronograma das palestras sobre ‘ideologia de gênero’ foi cancelado. Graças a Deus, a união faz a força”; “Vergonhoso, o único jeito (fala o nome de um candidato a presidente) neles!”; “Se é meu filho eu quebro todos de pau!”; “Pra você isso é normal? Pra mim o normal é pegar um cacete e ‘amacetar’ os dedos desse pedófilo desorientado”.<sup>4</sup>

Refletindo a respeito da alienação nos discursos de ódio (assim como se evidencia nos exemplos dos comentários sobre a peça teatral), vemos as características que salientam o que Freud (1921/2011b) teorizou sobre a psicologia de grupo, em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”. Nesse texto, há uma explanação: o membro de um grupo não apenas tem um motivo assentado ou um propósito fixado. Portanto, não basta apenas ter

---

4 Para acompanhar a nota de esclarecimento dos atores, eis o link: <https://www.youtube.com/watch?v=d-Nx76gQHtg>.

objetivos firmados para que o grupo se constitua, já que pequenas particularidades são deixadas de lado, para que, então, haja uma coletividade mais uniformizada. Nas próprias palavras de Freud (1921/2011b):

... essa intolerância desaparece, temporariamente ou de maneira duradoura, por meio da formação da massa e dentro da massa. Enquanto perdura a formação de massa, ou até onde se estende, os indivíduos se conduzem como se fossem homogêneos, suportam a especificidade do outro, igualam-se a ele e não sentem repulsa por ele. Segundo nossas concepções teóricas, tal limitação do narcisismo pode ser produzida apenas por um fator, pela ligação libidinal a outras pessoas. O amor a si encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos. (p. 44)

Diante de toda exploração conceitual de Freud (1921/2011b) sobre o campo das identificações, Lacan (1964/1985), em “Em ti mais do que tu” (*O Seminário, Livro 11: Os Quatros Conceitos Fundamentais da Psicanálise*, pp. 249–261), o reconhece como *suporte*, pois se suporta o panorama firmado, em termos lacanianos, pelo sujeito no campo do Outro, ou seja, ver-se enquanto ideal para o Outro é o que concede a base em uma circunstância dual satisfatória sob o ponto de vista do amor. Nessaperspectiva, os discursos de ódio tendem a ocorrer numa alteridade de ideias e opiniões contrárias. Isso porque pode acontecer uma distorção dos fatos na tentativa de certificar a escolha da posição. Muito frequentemente, vê-se também o seguinte: quando há um comentário de ódio, vários outros aparecem na sequência com visões semelhantes – o que não é difícil de surgir, porque a maioria das pessoas se aliam ao discurso à medida que isso promove um lugar. Assim, sequenciar comentários de ódio também é uma forma de se juntar a um grupo, reunir forças para, em última instância, eliminar o outro. Por isso, os discursos de ódio humilham e mostram uma configuração para quem está sendo humilhado, o que reitera o lugar em que o agressor imagina estar.

Nesse caso, podemos dizer que, no ódio, há uma questão narcísica marcante, tendo em vista que a tentativa é de despojar o outro de si mesmo. Há, desse modo, um empoderamento na direção de submeter o outro. Lembramos que, ao propor o termo *narcisismo das pequenas diferenças*, Freud (1930/2011a) escreve que há uma tendência para aceitar os iguais

e eliminar as disparidades. Essas diferenças podem ser políticas, étnicas, de gênero, de orientação sexual. Quer dizer, para preservar o narcisismo existe a crença de que se deve eliminar aquele que marca uma diferença.<sup>5</sup> Freud (1930/2011a) destaca:

Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade. Certa vez discuti o fenômeno de justamente comunidades vizinhas, e também próximas em outros aspectos, andarem às turras e zombarem uma da outra, como os espanhóis e os portugueses, os alemães do norte e os do sul, os ingleses e os escoceses etc. Dei a isso o nome de “narcisismo das pequenas diferenças”, que não chega a contribuir muito para seu esclarecimento. Percebe-se nele uma cômoda e relativamente inócua satisfação da agressividade, através da qual é facilitada a coesão entre os membros da comunidade. (p. 60)

Perguntas: por que o outro incomoda tanto? Será por que o sujeito está olhando para si mesmo? Eis o ponto em que o estranho na realidade mostra o familiar?

Ainda perante a perspectiva do ódio enquanto uma característica narcisista, Freud (1930/2011a) vai além e coloca que os Dez Mandamentos mostram as paixões humanas e existem apenas para proibir tudo que o ser humano deseja. O primeiro mandamento diz que se deve “amar a Deus sobre todas as coisas”, precisamente porque o ser humano ama a si mesmo, antes de todas as coisas. No entanto, o mandamento mais difícil é “amar o próximo como a ti mesmo”, em razão de que amar alguém semelhante, familiar, que pensa igual, até é possível, mas amar o outro com suas diferenças é muito mais complicado. Freud (1930/2011a) ainda complementa e diz que se o mandamento fosse “ama teu próximo assim como ele te ama”, não teria o que ser questionado.

Sobre as discussões do ódio, em Lacan (1973/1982), ainda podemos ressaltar que o ódio se entrelaça com o amor e a ignorância, pois, juntos, formam as *três paixões fundamentais*, as quais estão inscritas na dimensão

---

5 Foi justamente o que aconteceu no nazismo, com a autorização, força e poder de um grupo que pensava igual, e a morte a única forma de lidar com os diferentes.

do ser. Lacan (1973/1982), ao dizer que o ódio é uma “paixão do ser”, enfatiza: “Sobre esse tema do ódio, estamos tão sufocados por ele que ninguém percebe que um ódio, um ódio sólido, ele se dirige ao ser” (p. 106).

Portanto, nessa direção do ódio ao ser, Lacan (1973/1982) posiciona o ódio na junção do imaginário e do real, já o amor se situa na junção do simbólico com o imaginário, e a ignorância fica na junção entre o real e o simbólico. Desse modo, enquanto o amor busca o ser do outro, o ódio procura o oposto, por meio do rebaixamento, do desvio, da destituição. Desse modo, na relação imaginária, em que acontece o rebaixamento, que o ódio faz parte da mesma estrutura, de uma das metades do amor. Como o imaginário é enquadrado pelo simbólico, o ódio não se satisfaz quando o inimigo desaparece (Lacan, 1954/2009, “A verdade surge da equivocação”, pp. 339–354).

Com efeito, consideramos que a desinformação, a sequência das manifestações de ódio e a censura – com relação à apresentação teatral – são os fatores para que se infiltre na cultura a imposição de um imperativo que leva a detestar e segregar qualquer diferença que não esteja submetida ao princípio de igualdade. Não à toa que o tema da sexualidade tenha entrado no embate, já que há uma insistência radical de uma concepção moralizante e pedagógica em torno dela, mesmo que seja despropositada. Na próxima seção, desenvolvemos os equívocos atribuídos aos conceitos da sexualidade, aos erros pelo seu uso associativo ao espetáculo, assim como trabalhamos a falácia dos chamados “ideólogos do gênero”.

## **A atribuição equivocada do tema da sexualidade: do brincar ao desconhecimento no horizonte das questões de gênero**

Por meio dos comentários de ódio gerados ao espetáculo em questão, é possível apresentar a convicção equivocada de que a peça teria conteúdos eróticos ou pornográficos, com o acréscimo do incentivo da falaciosa “ideologia de gênero”, e, inclusive, acusação de pedofilia. Em tal caso, algumas interpelações são essenciais para que haja argumentações teóricas a respeito das opiniões vigentes.

Na atualidade, a sexualidade apresenta-se como objeto de mercado. Como se o indivíduo – não mais o sujeito dividido – pudesse seguir um padrão e norma, ou um programa biológico. Na verdade, porém, os sujeitos são marcados pelo inconsciente e suas determinações.

Em resumo, é importante retomar as contribuições de Freud (1905/2016b) em “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade” (*Freud: Obras Completas*, Vol. 6, pp.13–172) para o estudo do que, no ensino lacanianiano, se chama pela expressão da *constituição do sujeito*. Foi assim que se efetivou e demarcou a inédita tese da sexualidade infantil, o que implantou um divórcio entre a sexualidade e a genitalidade. Essa teoria intercorreu porque muitos dos sintomas que os pacientes costumavam falar revelavam conflitos no campo da sexualidade e das fantasias (Freud, 1905/2016b).

Com o tempo, Freud (1905/2016b) viu que os casos dos sintomas relacionados à sexualidade de seus pacientes não necessariamente se portavam ao ato sexual, mas sim, sobre as relações afetivas primordiais. Assim, sustentou-se que a criança tem sexualidade, visto que o adulto se assegura ao que foi vivido na infância. Trata-se da sexualidade infantil, tanto que Freud (1905/2016b) a levou muito a sério, sobretudo quando retira a ideia de uma infância pura e assexuada.

De certa forma, podemos afirmar a importância de considerar as relações do sujeito – já observadas – quando Freud (1921/2011b) enuncia que toda psicologia individual é também uma psicologia social. Dessa maneira, a constituição do sujeito está diretamente ligada aos seus vínculos primordiais. Não há possibilidade de alguém se constituir sem ter isso em vista. O que importa dessas vivências experienciadas pelo sujeito são as fantasias, quer dizer, o que o sujeito representou dessa realidade concreta, real, pois isso marca a capacidade da constituição subjetiva (e que a produção dos sintomas é revelada a partir desses impasses).

Lacan (1949/1998), “O Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu” (*Escritos*, pp.93–100), articulou o quão fundamental é a palavra (linguagem) frente ao campo do real em sua inscrição no corpo do sujeito que está em constituição. Eis, portanto, uma referência aos significantes que o nomeiam enquanto tal.

Convém lembrar que, nessa temporalidade, há uma passagem crucial: o *estádio do espelho*, termo essencial formulado por Lacan (1949/1998) que deve ser destacado, pois é o momento em que o Eu é constituído como instância separada do Outro (ainda que seja sustentada pelo Outro do espelho). É assim que se engendra a representação da unidade corporal. Entretanto, somente em torno dos seis meses que o bebê começa a esboçar uma representação de distanciamento do Outro. Ora, o bebê somente consegue se reconhecer porque esse Outro dá lugar, nomeia com a voz e o olhar, e a criança somente consegue fazer um investimento libidinal quando já se tem uma imagem de si, imagem essa inventada pelo Outro, já que o Outro é quem faz espelho (Lacan, 1949/1998).

Nesse caminho, enfatizamos que o sujeito ao qual a Psicanálise se direciona é constituído por meio das suas experiências com outros humanos, através da linguagem, que lhe transmite significantes. O sujeito da Psicanálise funda-se na linguagem, uma vez que se encontra na história e no desejo dos pais, antes mesmo do seu nascimento. O sujeito depende de um Outro para sua constituição, isto é, um Outro que vai inscrevendo marcas no corpo do sujeito em constituição. Nessa lógica:

Não é a vontade que determina o devir do sujeito e que esse devir tem íntima ligação com o lugar no desejo inconsciente do Outro. Não se torna sujeito porque se quer, não se fabrica um sujeito de acordo com sua vontade. (Mariotto, 2018, p. 27)

Levando esses processos em consideração, mais ainda sobre o brincar, a Psicanálise o concebe como fundamental para as crianças. Freud (1907-1908/1988) salienta que o brincar tem funções na constituição psíquica da criança. Tal qual acontece com o trabalho criativo dos escritores, com os sonhos e devaneios, o brincar é regido pela fantasia, para que, assim, possa conectar-se com o desejo e os objetos. Logo, ao brincar, a criança estabelece uma situação causadora de desejo.<sup>6</sup>

---

6 A propósito desse assunto, há uma situação emblemática: Freud cria o termo *fort-da* ao comentar sobre uma experiência do seu neto Ernst. Na ocasião, o menino, aos 18 meses de vida, teria apaziguado a angústia gerada pela ausência da mãe, brincando com um carretel. É importante que haja simbolização das idas e vindas da mãe, propriamente para que tenha uma representação da falta do objeto. Em 1964, Lacan circunscreve sobre o *fort-da* e completa

Ao analisar o brincar como constituinte na infância, é interessante ressaltar que as crianças escolherão o roteiro e os objetos da brincadeira de acordo com o interesse que as causam. As crianças escolhem, e o que se coloca de modo secundário é a função simbólica da transmissão: é isso que constitui a sexualidade além do movimento pulsional. Desse modo, pensando no lugar da Psicanálise, vale evidenciar: “Se compreendemos a sexualidade segundo a teoria psicanalítica, partimos do princípio de que a escolha da identidade sexual é responsabilidade do sujeito, daí porque não cabe a um psicanalista condenar, tampouco comemorar esta ou aquela escolha” (Teixeira, 2017, p. 3).

Chegamos agora a outro ponto, pois há diferenças que precisam ser demarcadas quando se fala em sexualidade e gênero. Para não ocorrer uma fusão entre as duas palavras: a sexualidade está articulada ao inconsciente, justamente por ser algo que se coloca enquanto um desejo, da ordem das identificações simbólicas; já o gênero diz respeito a um indivíduo, uma identidade imaginária que se constrói a partir daquilo que o discurso oferece, visto que isso vai se modificando ao longo da história. Em conformidade, a perspectiva do inconsciente faz, então, do sexo o lugar de um questionamento, que conduz o sujeito a inventar sua própria relação com o gênero, a partir de sua experiência do desejo (Leguil, 2016).

Ainda que Freud e outros psicanalistas já discutissem sobre a estruturação do “sentimento” de ser homem ou mulher no século XX, a utilização do conceito “gênero” manifestou-se mais tarde na Psicanálise. A partir dos anos 1970, o conceito de gênero passou a ser usado pelo movimento feminista, do mesmo modo que os trabalhos de Judith Butler começaram a se anunciar (Knudsen, 2007).

O entendimento de Butler (1990/2003) sobre gênero, comentando sobre a prática na clínica, dirige-se para a percepção do próprio sujeito como homem ou mulher, com estereótipos do feminino e masculino, construídos pela cultura em que se está inserido. Para seguir a discussão proposta, é necessário fazer uma aproximação da Psicanálise com o contexto social,

---

dizendo esse brincar não representa a mãe como uma bolinha, não é apenas uma representação primordial, há algo a mais, resta algo do sujeito que se sobressai pela via da repetição.

sendo, então, considerável destacar as influências das questões sociais quando se fala em gênero e sabendo que atualmente as mudanças nas estruturas familiares aparecem de forma mais acentuada. A autorização do casamento gay, a adoção homoparental, as novas identidades de gênero, proporcionam uma ampliação das noções tradicionais de gênero. Contudo, ainda assim, o que impera na sociedade é a relação cisgênero entre homens e mulheres. Assim, as violências ocupam um lugar disso que é o oposto da maioria (Knudsen, 2007).

Quanto a isso, no que se refere ao enredo da peça, há uma absoluta singularidade nos “pepimeninos” e nas “pepimeninas” (termos verbalizados durante a apresentação teatral) na diversidade dos “potes” – forma única de cada um – como o resultado de um percurso subjetivo do ser falante (que inclui as brincadeiras). Quando a menina protagonista usa a expressão “garomeninas”, ao comentar que as crianças podem ser os dois ao mesmo tempo (meninos e meninas, garotos e garotas) sendo inclusive, um direito, ela levanta o caráter de mutabilidade do ser que é da ordem do *devoir*. Dito ainda de outro modo, a tarefa que se empenha indaga como se formam e se desenvolvem homens e mulheres (Leguil, 2016).

Contemporaneamente, a visão fixa dos papéis de gênero aprisiona os sujeitos a um ideário normativo e impossibilita novos questionamentos, discussões e transformações. É importante levar em consideração a proposta de um processo de desconstrução de paradigmas e modelos fixos de funcionamento no que tange a essa reflexão, já que a fixação ou a sua permanência impede o trabalho de releitura e de reconfiguração das diversas narrativas. Principalmente, não podemos esquecer que estamos num dos territórios da atuação da violência e de sua naturalização; por isso, tamanha preocupação com as ideias normativas e patriarcais (Muszkat, 2018).

Assim, podemos pensar nas categorias de menino e menina, homem e mulher, por meio de uma interpretação inédita que nenhuma norma pode enquadrar. É ao que se refere Leguil (2016), ao destacar que “a marca de fábrica íntima” própria do singular “não vem da natureza, nem da cultura, mas de sua relação com o desejo e o gozo” (p.14). Noutras palavras, meninos e meninas, depois homens e mulheres, inscrevem-se na relação do sujeito com o desejo do Outro, assumem uma marca significante diante

da identificação e de uma interpretação singular, ou seja, não há apenas um tipo de enquadramento para os sujeitos singulares, ou somente uma definição universal no modo de se engajar para ser homem ou mulher.

Quanto ao discurso de ódio e da intolerância, não existe qualquer cabimento na justificativa da expressão “ideologia de gênero”, porque, na realidade, há *estudos de gênero*. No entanto, como se vê uma postura negacionista nos campos da pesquisa e da ciência, a expressão “ideologia de gênero” foi criada por religiosos para negar ou fazer frente aos estudos de gênero, com a finalidade de manutenção de uma ideia mistificada da natureza<sup>7</sup> (Tiburi, 2018).

O ocorrido com a peça de teatro na cidade de Campos Novos/SC, censurada e atacada, tratada pela desinformação não somente de uma parcela das pessoas (principalmente pais de algumas crianças que sequer eram da escola nas quais as apresentações aconteceriam), mas também do Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA), é um sinal obscurantista do predomínio da opinião que ataca, agride e censura para defender convictamente um ponto de vista pertencente à sombra da ignorância (Bíscaro, 2018). Vamos, então, para as últimas reflexões, mas que não cessam de ecoar nos interesses de questionamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como foi analisado, há um crescimento e uma tendência dos movimentos extremistas na sociedade, na qual se destaca a palavra “ódio”. Essa discursividade odienta leva em seu próprio bolso na raiz daquilo que aparta e segrega está o levante do ódio ao próprio gozo. São essas as notícias que os fenômenos de massa nos dão: a incapacidade de tolerar a multiplicidade dos modos de gozo, não sem consequência.

---

7 Nesse texto referenciado, consta que a expressão “ideologia de gênero”, que diz respeito a uma falácia, foi usada pela primeira vez numa Conferência Episcopal da Igreja Católica ocorrida em 1998 em Lima, no Peru. O termo espalhou-se pelo fundamentalismo religioso em suas várias denominações e chegou ao contexto político. Nessa perspectiva: “sustenta-se uma espécie de monopólio epistemológico sobre o tema da sexualidade a partir da ideia de uma ‘natureza’ sexual que o termo gênero vem questionar” (2018, para. 11).

Embora, ainda hoje, inúmeras pessoas se pautem na existência de brincadeiras que são próprias para meninos e meninas, vimos, neste texto, que as brincadeiras da infância constituem material subjetivo de transformação, não importa se a forma lúdica de representação psíquica se localize no brincar de amarelinha, esconde-esconde, jogar bola etc. É possível notar que a proposta artística se situa do lado da fantasia e da importância do exercício de atividades das crianças que contém o impulso de formas de satisfação. No espetáculo, desde o projeto, sinopse e a própria apresentação, assistimos à personagem-protagonista que desperta para o interesse com o modo de brincar que, para ela mesma, não havia nenhum impedimento. Entretanto, a partir da voz de sua mãe e do que se considera como típico das brincadeiras de menina e que compõem o estereótipo das brincadeiras de menino, a menina é tocada e afetada pelo desígnio dos papéis ou das funções que envolvem a questão de gênero. Não se trata, na peça, de uma defesa dos estudos de gênero (embora a reflexão seja necessária em tempos nefastos na qual a violência impera), ou do uso de uma falácia da “ideologia de gênero”, mas do tempo da infância em sua gama de pluralidades afetivas, libidinais e sociais.

Parece anacrônico tratar disso no século XXI, mas ainda é um assunto a ser discutido frente a alguns fenômenos do conservadorismo e do mau uso da fé na religião e na política. Foi o que aconteceu na cidade de Campos Novos/SC. Parte dos pais ou uma parcela dos chamados “cidadãos de bem” fizeram postagens de repúdio ao espetáculo teatral, acusando-o de propor o tema da sexualidade sem saber do que se tratava e sem assistir à peça. Foram ameaças, inclusive, contra a vida da equipe de teatro movida por acusações infundadas.

Em nosso trabalho de busca pela fundamentação da teoria psicanalítica com a parceria das informações legítimas da peça, podemos afirmar com Freud, Lacan e seus contemporâneos, que uma pessoa –menina, menino, homem ou mulher, ou ainda que não se identifique com essas nomenclaturas – está lançada na história de verificar que posição ocupa com relação à alteridade e numa relação não anônima com seu desejo e seu regime de “estranha satisfação” que, em Psicanálise, chamamos *gozo*.

Também podemos dizer que os discursos de ódio revelam uma preocupação social, reduzindo a democracia e ultrapassando as suas instituições. No caso do espetáculo, a censura não partiu dos órgãos reguladores ligados à cultura, mas de quem sequer assistiu à peça. Na medida em que o afeto do ódio ganha lastro e origem no lugar do qual não há autorização e legitimidade para apontar a incoerência de um projeto, sabemos que existe uma tarefa a ser empreendida na sociedade. Tarefa ou incumbência diante da quebra dos laços e da visão dos potenciais adversários para que haja algum tipo de saber face à diferença.

Em se tratando do ataque à arte e ao tempo cronológico da infância, na verdade, o que realmente assombra ousamos chamar aqui de rótulo, preconceito, equívoco, crença e convicção sobre as coisas de menino e as coisas de menina, não apenas quanto ao brincar, mas também nas outras configurações da vida cotidiana, do corpo sexuado, da sexualidade e do gênero.

Reymundo (2018), em seu texto “Sobre o ódio”, deixa a possibilidade de que possamos desejar que a sociedade humana seja diferente da sociedade de formigas em seu formigueiro, na qual tudo já está definido por instinto e nenhuma delas nunca ousaria sair do já estabelecido. Nas suas palavras:

O formigueiro é o sonho dos ditadores e é o pesadelo dos que apostam no desejo por uma vida em democracia, com todas as incertezas e turbulências que ela possa apresentar. Uma sociedade humana que funcione segundo as leis do formigueiro é o sonho dos inimigos do gênero humano. (para. 26)

Tão desejante quanto isso é a conclusão do espetáculo na frase escrita com giz: “Temos o direito”, por meio da qual decidimos seguir confrontados pelo pior.

## REFERÊNCIAS

- Bercherie, P. (2001). *Psicanálise e psiquiatria com crianças: Desenvolvimento ou estrutura* (O. Cirino, Trad.; pp.127–139). Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1983)
- Bíscaro, B. (2018, outubro 8). As sombras de meninos e meninas. *Portal Catarinas: Jornalismo com perspectiva de gênero*. Recuperado de <https://catarinas.info/colunas/as-sombras-de-meninas-e-meninos/>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Freud, S. (1988). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad.; Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado entre 1907 e 1908)
- Freud, S. (2011a). *O mal-estar na civilização* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2011b). *Freud: Obras completas* (P. C. de Souza, Trad.; Vol. 15; pp. 9–100). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2016a). *Além do princípio do prazer* (R. Zwick, Trad.). Porto Alegre, L&PM Editores. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2016b). *Freud: Obras completas* (Vol. 6; pp.13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Harmônica Arte e Entretenimento. (2018a). *Censura - Espetáculo “A menina e sua sombra de menino”* [Vídeo]. YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=d-Nx76gQHtg>
- Harmônica Arte e Entretenimento. (2018b). *Espetáculo: A menina e sua sombra de menino* [Vídeo]. YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=JKBhWS1Otp4>
- Knudsen, P. P. P. S. (2007). *Gênero, psicanálise e Judith Butler: Do transexualismo à política* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Lacan, J. (1982). *O seminário, livro 20: Mais, ainda* (M. M. Dias, Trad.). Rio de Janeiro. (Seminário realizado em 1973)

- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 11: Os quatros conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário realizado em 1964)
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (pp. 93–100). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1949)
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969)
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário realizado em 1954)
- Leguil, C. (2016). *O ser e o gênero: Homem/mulher depois de Lacan* (V. A. Ribeiro, Trad.). Belo Horizonte: EBP Editora.
- Mariotto, R. M. M. (2018). Da psiquiatria à psicanálise: Uma investigação histórica sobre os estudos de gênero na infância e adolescência. In R. M. M. Mariotto (Org.), *Gênero e sexualidade na infância e adolescência: Reflexões psicanalíticas* (pp. 15–32). Salvador: Ágalma.
- Muszkat, S. (2018). Desamparo e violência de gênero: Uma formulação. In C. Françaia, P. Porchat, & P. Corsetto (Orgs.), *Psicanálise e gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina* (pp. 95–112). Curitiba: Calligraphie.
- Perrone, C. M., & Pfitscher, M. (2016). Discurso de ódio na internet: Algumas questões. *Redisco, 10*(2), 146–154. Recuperado de <http://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2527>
- Reymundo, O. (2018). Sobre o ódio. *Arteira: Revista de Psicanálise, 10*. Recuperado de <http://www.revistaarteira.com.br/index.php/odio>
- Teixeira, M. R. (2017). Notas sobre a teoria de gênero e a psicanálise. Ágalma. Recuperado de <http://www.agalma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Notas-sobre-a-teoria-do-g%C3%AAAnero-e-a-psican%C3%A1lise1-2-1.pdf>
- Tiburi, M. (2018, julho). A funcionalidade da “ideologia de gênero” no contexto político e econômico brasileiro. *Nueva Sociedad*. Recuperado de <https://nuso.org/articulo/funcionalidade-da-ideologia-de-genero-no-contexto-politico-e-economico-brasileiro/>

Recebido em 10/10/2020

Aceito em 05/10/2021

# (Re)violências socialmente infligidas a meninos sexualmente abusados por mulheres

*Double violence socially inflicted  
on boys sexually abused by women*

*(Re)violencia socialmente infligida  
a niños abusados sexualmente por mujeres*

*Camila Bahia Lessa\**  
*Andréa Soutto Mayor\*\**

## Resumo

*No Brasil, foram reportados aproximadamente 776 casos de abuso sexual infantil (ASI) contra crianças e adolescentes do sexo masculino perpetrado por abusadoras femininas entre 2011 e 2017 (Brasil, 2018). Diversos estudos demonstram evidências de um processo particular na experiência do ASI de meninos, que entravam seu processo de revelação, tornando-o altamente subnotificada. Este artigo pretendeu capturar reações ao ASI de meninos quando cometido por mulheres, pela análise de conteúdo de 292 comentários em reportagens de domínio público que noticiaram casos reais dessa violência. Os resultados demonstraram preponderância do não reconhecimento das práticas sexuais entre mulheres adultas e meninos como abuso (81,5%), contendo ataques depreciativos aos jovens, declarações de impossibilidade de vitimização destes, referências positivas à experiência, entre outras que banalizam a questão. Os múltiplos ataques virtuais registrados e a descaracterização dos casos como abusivos sugerem um processo de (re)vitimização socialmente infligida aos meninos sexualmente violentados, acarretando possíveis danos psicológicos secundários e reforçando estigmas e a subnotificação dessa violência.*

**Palavras-chave:** *violência sexual contra meninos, mulher ofensora sexual, abuso sexual infantil*

---

\* Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: [cmllessa3@gmail.com](mailto:cmllessa3@gmail.com)

\*\* Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: [andreasouttomayor@id.uff.br](mailto:andreasouttomayor@id.uff.br)

## Abstract

*In Brazil, approximately 776 cases of child sexual abuse (CSA) against male children and adolescents perpetrated by female abusers were reported between 2011 and 2017 (Brazil, 2018). Several studies demonstrate evidence of a particular process in the boys' CSA experience, which impedes their disclosure process, making it highly underreported. This article aimed to capture reactions to boys' CSA when committed by women, by analyzing the content of 292 comments in public domain news that reported real cases of this violence. The results showed a preponderance of the lack of recognition of sexual practices among adult women and boys as abuse (81.5%), containing derogatory attacks on boys, declarations of their impossibility of victimization, positive references to the experience, among other trivializing trends. The multiple virtual attacks and the mischaracterization of cases as abusive suggest a process of double victimization inflicted on sexually abused boys, causing possible secondary psychological damage, reinforcing stigmas and the underreporting of this violence.*

**Keywords:** *sexual violence against boys, female sexual offender, child sexual abuse*

## Resumen

*En Brasil, fueron reportados aproximadamente 776 casos de abuso sexual infantil (ASI) contra niños y adolescentes del sexo masculino perpetrados por mujeres abusadoras entre 2011 y 2017 (Brasil, 2018). Varios estudios demuestran evidencias de un proceso particular en la experiencia de ASI de niños, que impide su proceso de divulgación, lo que la hace subnotificada. Este artículo tuvo como objetivo captar las reacciones al ASI de los niños cometida por mujeres, mediante el análisis del contenido de 292 comentarios en informes de dominio público que denunciaron casos reales de esa violencia. Los resultados mostraron una preponderancia del desconocimiento de las prácticas sexuales entre mujeres y niños como abuso (81,5%), conteniendo agresiones despectivas a los jóvenes, declaraciones de imposibilidad de victimización, referencias positivas a la experiencia, entre otras tendencias banalizadoras. Los múltiples ataques virtuales registrados y la caracterización errónea de los casos como no abusivos sugieren un proceso de (re)victimización social infligido a los niños abusados sexualmente, provocando posibles daños psicológicos secundarios, reforzando los estigmas y el subregistro de esa violencia.*

**Palabras clave:** *violencia sexual contra niños; mujer ofensora sexual; abuso sexual infantil*

Para Azevedo e Guerra (1988), o *abuso sexual infantil* (ASI) é entendido como uma “relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (p. 33). Apesar da multiplicidade de formas e arranjos de gênero em que o abuso pode manifestar-se, os estudos sobre o ASI, notadamente, têm enfoque no grupo de vítimas do sexo feminino – e homens como agressores sexuais –, enquanto há escassez da literatura na abordagem dessa violência com vítimas do sexo masculino (Finkelhor, 1990). A vitimização de meninos é menos expressiva em números, o que é parcialmente responsável por essa tendência. No entanto, estudos têm progressivamente questionado se os números de denúncias de ASI de meninos expressam a realidade de sua ocorrência, já que há evidências de que a frequência do ASI com a população masculina representa maior proporção do que a reconhecida até então pelas instituições responsáveis (Finkelhor, 1979).

Em Boletim Epidemiológico mais recente do Ministério da Saúde (Brasil, 2018), demonstra-se a incidência de casos de abuso sexual notificados no período de 2011 a 2017. Foram identificados que, entre os 58.037 casos de ASI contra crianças, 74,2% das vítimas eram meninas, e 25,8% eram meninos; e, entre os 83.068 casos contra adolescentes, 92,4% das vítimas eram do sexo feminino, enquanto apenas 7,6% eram do sexo masculino (Brasil, 2018). Esses dados refletem as denúncias que chegaram aos serviços de saúde, mas não há dados mais globais acerca da real incidência. Assim, entende-se que os números da violência sexual infantil refletem apenas uma parcela da realidade, principalmente ao considerar casos com vítimas do sexo masculino, que enfrentam subnotificação ainda mais acentuada (Carvalho, 2015). A baixa notificação e a falta de estudos acerca da temática simultaneamente reforçam e são reforçadas pela ausência de políticas públicas destinadas a esse grupo, em uma dinâmica que se retroalimenta.

Um nicho ainda mais específico do ASI de meninos, com um universo ainda mais inexplorado, trata-se das violações perpetradas por mulheres. Segundo Costa (2011), há escassez de dados sobre abusadoras e sobre a

incidência real de casos em nível nacional e internacional. As informações existentes revelam que, das notificações do abuso sexual de crianças e adolescentes do sexo masculino, anteriormente apresentadas, respectivamente, 16,3% e 7,6% relataram agressoras do sexo feminino. Os meninos – sobretudo adolescentes – são mais propensos a serem vítimas de violação sexual por parte de mulheres em comparação com a vitimização do sexo oposto (Romano & De Luca, 2001), ao passo que essas vítimas em particular tendem a ser mais silenciadas e a terem sua violência sexual invisibilizada.

Para diversos autores, o ASI de meninos tem potencial de acarretar sequelas físicas e psicológicas graves, características de vítimas dessa violência (Furniss, 1993; Watkins & Bentovim, 1992; Zimmerman, 2012), sem haver atenuação condicionada ao sexo da violadora. A experiência de meninos sexualmente abusados é definida como uma violência perturbadora, produtora de ansiedade, causadora de sequelas no desenvolvimento, retraimento social, disfunções sexuais e perda de libido na vida adulta (Finkelhor, 1979). Há também a possibilidade de outros danos, incluindo déficits na memória, prejuízos no julgamento, na aprendizagem e no comportamento social, desajustamento psicosssexual, fantasias parafilicas e reprodução da violência (Watkins & Bentovim, 1992).

Além disso, meninos têm a violência sexual percebida como “menos séria” ou “não abusiva”, enfrentam maiores dificuldades para revelar o abuso e recebem reações menos acolhedoras da família, dos serviços de proteção e da sociedade (Cashmore & Shackel, 2014) – principalmente em casos com agressora feminina. Há rejeição da ideia de que mulheres podem ser abusadoras sexuais, incredulidade na concepção destas como dominadoras frente à figura masculina (ainda que infantil) e a desacreditação de que esta última pode ser vitimada (Davide, 2016; Finkelhor, 1979). Dessa forma, são identificadas crenças e mitos presentes na sociedade que estabelecem uma cultura de negação das ofensas sexuais cometidas por mulheres contra meninos, fator apontado por Tozdan, Briken e Dekker (2019) como influenciador do seu encobrimento e do conseqüente enfraquecimento da rede de proteção à infância. Dessa forma, o recorte do fenômeno em função do sexo da vítima e abusadora revela perspectivas sociais importantes.

Diante das intempéris da vitimização sexual de crianças e adolescentes do sexo masculino, da baixa produção bibliográfica sobre o tema e da influência das representações sociais apontada por alguns autores, a presente pesquisa objetivou capturar as percepções e crenças de internautas em reportagens que retratavam casos reais de violência sexual cometida por mulheres contra meninos, visando a identificar a existência ou não de uma lógica de deslegitimação do ato como violência. Compreender essas percepções mostra-se relevante para embasar estudos, intervenções educacionais e terapêuticas que atendam às especificidades dessa violência em contexto com a realidade enfrentada pelas vítimas. Ademais, considerando o protagonismo do adoecimento psíquico envolvido na violência sexual (Gabel, 1997), é fundamental o papel da Psicologia no reconhecimento da complexidade do fenômeno em pauta, a fim de construir alicerces para um debate mais amplo acerca dos impactos na saúde mental desses meninos vítimas, considerando outros fatores adoecedores para além da violação sexual em si.

## MÉTODO

Empregou-se um estudo de natureza básica com abordagem exploratória sequencial, integrando as perspectivas qualitativa e quantitativa. Por meio de busca em plataforma de compartilhamento de vídeos, obtiveram-se cinco reportagens de domínio público de telejornais de emissoras diversas, referentes a três casos de abuso sexual contra meninos perpetrado por mulheres, entre os anos de 2013 e 2019 (Tabela 1).

Tabela 1 – *Conteúdo dos Vídeos Encontrados*

| Nº      | Descrição  |
|---------|--|
| Vídeo 1 | Explicação breve sobre suposta violência sexual sofrida por um adolescente de 12 anos, perpetrada por uma mulher. A reportagem informa a localidade e o nome da autora do crime, que, segundo a Polícia Militar, confessa o crime e relata a participação de mais dois adolescentes na filmagem do ato. Ela foi indiciada por estupro de vulnerável. Apresenta a foto da suspeita com a face desfocada e dois adolescentes de costas (Caso 1). |

| Nº      | Descrição  |
|---------|--|
| Vídeo 2 | Narrativa em programa ao vivo sobre o mesmo caso anterior (Caso 1), em que a mesma foto e informações são apresentadas, acrescidas do dado de que a gravação do crime viralizou nas redes sociais.   |
| Vídeo 3 | O apresentador inicia a reportagem apresentando a definição de estupro e apontando o(a) violador(a) da integridade sexual afastado de uma lógica hegemonicamente masculina. A reportagem, então, apresenta que um policial autuou em flagrante uma mulher praticando sexo oral em adolescente de 13 anos em um carro, dando informações sobre a localidade e exibindo as imagens de uma câmera de monitoramento. O soldado que fez a abordagem é entrevistado e descreve sua ação. Segundo a reportagem, o adolescente relatou que foi abordado na rua por uma motorista desconhecida e entrou no veículo, que se encaminhou para uma rua deserta, onde o abuso ocorreu. O apresentador, no final da reportagem, insinua que o adolescente não se trata de uma vítima, tece acusações a este e ironiza o ocorrido (Caso 2).      |
| Vídeo 4 | O mesmo caso do vídeo anterior (caso 2) é apresentado por reportagem de outra emissora, exibindo os aspectos gerais do ocorrido, informações sobre a perpetradora e uma entrevista com o soldado da Polícia Militar que realizou o flagrante. Uma jornalista que conduz a reportagem expõe o explícito no Código Penal Brasileiro sobre estupro de vulnerável.   |
| Vídeo 5 | O apresentador explana sobre os comentários que estão sendo feitos nas redes sociais da emissora sobre um caso de violência sexual sofrida por um adolescente de 13 anos, supostamente cometido por sua professora em uma escola particular. Critica a clara minimização do caso mediante as perspectivas de gênero vigentes e reafirma se tratar de pedofilia <sup>1</sup> e ressalta a questão do machismo. Segundo informado em entrevista com o delegado, a denúncia parte da mãe, que observou mensagens com conteúdo sexual trocadas em um aplicativo de mensagens. Quando questionado, o adolescente revela os atos praticados e confirma a identidade da abusadora. Foram descobertos, no celular da vítima, vídeos com conteúdo sexual. A reportagem apresenta fotos da acusada sem qualquer preservação da identidade. |

As reportagens tinham, em conjunto, um total de 760 comentários reativos até à data da coleta, dos quais foram desconsiderados comentários indiretos, sem conteúdo compreensível, ou com escrita ilegível. Essa triagem resultou em uma amostra de 292 comentários passíveis de categorização, e empregou-se a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977/2011).

1 Enfatizamos alguns cuidados sobre a utilização desse termo, em vista da pressuposição atribuída ao “pedófilo” de este praticar relações abusivas com crianças ou adolescentes, correlação que não é absolutamente verdadeira. A pedofilia caracteriza uma preferência sexual, e não a prática abusiva em si. Portanto, ser portador(a) do transtorno não define se a pessoa é um(a) abusador(a) ou não, mas sua conduta. A questão será trabalhada no decorrer deste texto.

Por meio da análise de conteúdo, além da compreensão do caráter comunicativo da mensagem, avaliam-se sentidos em segundo plano: os significantes e significados associados à ordem psicológica, sociológica, política e histórica contidos no discurso (Bardin, 1977/2011). Assim, considerando o caráter representacional da linguagem da análise do conteúdo, o estudo permite analisar construções que repousam sobre o tema investigado. A análise dos comentários obedeceu aos princípios metodológicos estabelecidos: (1) pré-análise; (2) exploração do material (codificação e categorização); (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A análise quantitativa estruturou-se em torno da análise descritiva da amostra, a fim de caracterizá-la e estabelecer correlações, por meio do software IBM-SPSS®.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

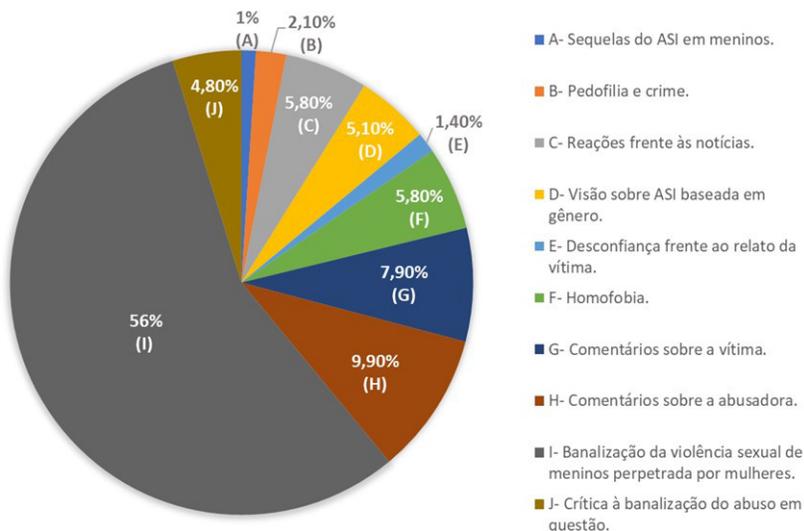


Figura 1. Categorias de conteúdo e incidências percentis da amostra de 292 comentários.

Conforme as ferramentas de análise estabelecidas, elencaram-se 10 categorias (Figura 1). À medida que a avaliação dos conteúdos dos comentários dos internautas foi aprofundada, surgiram crenças que perpassam a

problemática a serem verificadas, conforme os objetivos. A apresentação e discussão individual sobre cada categoria foram feitas nos tópicos adiante, com transcrição na íntegra de seus comentários mais marcantes, incluindo os erros ortográficos e de digitação encontrados, para uma maior fidelidade aos seus conteúdos.

## Sequelas do ASI em meninos

*I276: O menino, mas com certeza não será a mesmo pra sempre!!... Ele vai ficar com a coisa esquisita na cabeça. . .*

*I277: Tenho um sobrinho que foi usado pela Professora. Ele tinha 16 anos e ela engravidou. Falou para o marido que ele usou força com ela. Pra não ser morto tiramos ele da cidade. Hoje com 34 anos ainda tem pavor desta história e se fechou para novos relacionamentos. Todos acham graça, mas não imaginam o problema que isto pode causar.*

A vitimização sexual na infância está associada a consequências múltiplas, com potencial de comprometimento físico, psicológico, cognitivo, afetivo e psicosssexual (Teixeira-Filho, Rondini, Silva, & Araújo, 2013; Romaro & Capitão, 2007; Watkins & Bentovim, 1992). Apesar do abuso deixar marcas em diversas esferas da vivência, o trauma psíquico é o aspecto central nesse tipo de violência (Gabel, 1997). Dessa forma, caracteriza-se como fator de risco para transtornos psicológicos graves, como depressão, ansiedade, fobias, transtornos alimentares, transtornos dissociativos de identidade, de personalidade e conduta, além de fator de risco para a dependência química (Pfeiffer & Salvagni, 2005; Teixeira-Filho et.al, 2013). O explicitado está alinhado com o constatado por I276, em que se inferido o risco de transtornos mentais para as vítimas a longo prazo.

A problemática torna-se ainda mais específica em se tratando de violência sexual cometida contra meninos por mulheres. Pontua-se que o arranjo de sexo/gênero entre os atores não ameniza os impactos enfrentados pela vítima (Kristensen, 1996). Em estudo, com amostra de pessoas abusadas sexualmente por mulheres, a violência foi identificada como traumática, propiciadora de problemas envolvendo a automutilação, raiva, ideação suicida e dificuldade de relacionamento com mulheres (Denov,

2004). Em consonância, Flores e Caminha (1994) ressaltam a diminuição da pró-sociabilidade em vítimas de ASI. Dessa forma, o “fechamento para relacionamentos” apontado por I277 está de acordo com o encontrado, implicando dificuldades no processo de desenvolvimento da vítima e, conseqüentemente, no envolvimento emocional e nas dinâmicas relacionais sadias.

Os comentários desta categoria ( $n = 3$ ) abordam superficialmente os danos que podem ser causados às vítimas de ASI. Os internautas ilustram o encontrado que o ASI traz mudanças e impactos no desenvolvimento do menino vítima a curto e a longo prazos, condizentes com o explicitado na literatura. No entanto, apesar da relevância das sequelas dessa violência, foram realizados apenas três comentários com este sentido. Dessa forma, pode-se inferir um desconhecimento do público geral acerca dos impactos negativos da violência sexual perpetrada por mulheres contra meninos.

## Pedofilia e crime

*I255: O nome disso é pedofilia. Um crime.*

*I254: Isso não é pedofilia. É sim estupro de vulnerável, pois ele tem menos de 14 anos . . .*

O transtorno pedofílico ou pedofilia é classificado como transtorno parafilico e caracterizado por impulsos ou preferências sexuais por crianças pré-púberes ou no início da puberdade, independentemente do sexo (American Psychiatric Association [APA], 2014). Os critérios diagnósticos estabelecidos no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5) incluem evidências do comportamento recorrentes persistindo por seis meses, que podem conter-se ao campo das fantasias sexualmente excitantes ou culminar em vias práticas de atividade de cunho sexual com crianças e adolescentes.

Ressalta-se que, por se tratar de um transtorno psiquiátrico que pode nunca ser de fato exteriorizado – mantendo-se no campo da fantasia –, a pedofilia não é equivalente ao ASI. Tendo em vista que apenas atos executórios podem ser conceituados como ilícitos, somente são considerados crimes ações que firam um bem jurídico (no caso, a dignidade ou liberdade

sexual da criança). Logo, a pedofilia enquanto parafilia, não é sinônimo da prática sexualmente abusiva especificada na Lei – e seus portadores não são fatalmente agressores sexuais, como se associa na maioria dos comentários desta categoria.

Nesse aspecto, há muitos pedófilos pelo mundo que não cometem violência sexual e satisfazem-se sexualmente com fotos de revistas ou imagens desprezíveis de crianças, mas que geram neles intenso desejo sexual. Atuam na fantasia – e, muitas vezes, não têm coragem de pôr em ato seu real desejo. Não podemos dizer, portanto, que todo pedófilo seja um agressor sexual, e o inverso também não é verdadeiro (Brasil, 2004, p. 41).

Embora a pedofilia não se configure como manifestação material do abuso sexual, os termos são comumente utilizados como equivalentes pela mídia e pela sociedade em geral, tornando a pedofilia um termo vulgarizado (Lowenkron, 2007; Zúquete & Noronha, 2012). De acordo com Landini (2003), em análise de reportagens referentes ao ASI publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, foi identificada a utilização da palavra “pedofilia” como sinônimo de abuso sexual, pornografia infantil e estupro (de menores) em diversos casos não correspondentes. Em levantamento, Lowenkron (2007) também sinalizou a ocorrência majoritária do termo em títulos de reportagens *online* que retratavam violência sexual infantil.

A palavra “pedofilia” usada como sinônimo da violência sexual infantil encontrada nos estudos demonstra o seu uso inadequado e a recorrência massificada do erro. O autor do comentário I254 articula corretamente esses conceitos ao expressar que os casos não são “crime” de pedofilia, mas de estupro de vulnerável. Os internautas restantes classificaram a autora como pedófila, associando o termo ao crime. Entende-se que, devido à popularização dos nomes técnicos dos transtornos e da utilização descuidada dos veículos de comunicação, há a ampliação dos equívocos na utilização do termo “pedofilia”, construindo um conhecimento errôneo pelo senso comum. A despeito do uso inadequado do termo, os comentários desta categoria ( $n = 6$ ) apresentam a condenação da violência sexual relatada e sua criminalização.

## Reações frente às notícias

*I266: Provavelmente isso já acontecia as escondidas a muito tempo. Nada é oculto que não seja revelado. Que pague pelo crime!!! (Clamor por justiça)*

*I272: Ela mora em minha cidade. Ela é uma mulher linda, casada e faz um absurdo desses. Só deus na causa! (Indignação)*

*I273: C-H-O-C-A-D-A! Como pode sentir atração por uma criança?!?!?! (Choque)*

Conforme Lobo (2019), tratando-se da violência sexual infantil, a problemática “gera maior comoção e reprovabilidade social, sendo objeto de repúdio pela esmagadora parte da sociedade” (p. 12). Ante a visão contemporânea da infância como fase que carece de proteção integral e intimamente ligada ao cuidado, a violência exercida contra crianças e adolescentes – sobretudo de caráter sexual – fere diretamente valores relacionados à forma de enxergar esse ideário, implicando transgressão do dever protetivo do adulto e da sociedade em geral (Landini, 2005), ou seja, casos de ASI, comumente, geram repulsa da população, por ir de encontro aos valores socialmente construídos da infância como etapa a ser protegida.

A dinâmica de aversão encontrada na literatura manifestou-se pelos comentários que denunciavam a necessidade de condenação da agressora sexual, reconhecendo o ato relatado nos vídeos como ilícito ( $n = 7$ ); os que expressavam revolta, repulsa e fúria ( $n = 6$ ); e as reações que se resumiram a surpresa, espanto e até mesmo confusão ( $n = 4$ ), sendo estes núcleos de sentido elaborados como as temáticas: “clamor por justiça”, “indignação” e “choque”, respectivamente. Os comentários desta categoria ( $n = 17$ ), portanto, estão em concordância com as reflexões encontradas na literatura acerca da violência sexual infantil e seu alto grau de desaprovação.

No entanto, apesar do encontrado na literatura, observou-se que os dados obtidos sob os parâmetros específicos de sexo/gênero da vítima/abusadora não refletiram a dimensão esperada, visto que os comentários repreensivos não representaram incidência majoritária. Percebe-se que, proporcionalmente, poucos comentários foram despendidos nesses sentidos. Todavia, outras tendências foram observadas no estudo, que

apontam para uma diferenciação da visão do abuso sob perspectivas específicas, evidenciadas nos próximos tópicos, o que pode esclarecer a baixa incidência de comentários reativos aversivos ao ato.

### Visão sobre ASI baseada em sexo/gênero

*I278: É muito mimimi. Um homem não faz sexo com uma mulher se ele não tiver ereção. Se o homem não quiser, simplesmente não acontece! O menino quis e brocou a professora gostosa. Qual problema nisso?*

*I287: Que danos causou ao jovem? Conheço diversos casos que não foram noticiados. Os garotos amam, ficam grandes e continuam felizes e de boa. Hipocrisia, cabeça de homem é diferente da cabeça feminina.*

*I288: Penso isso ainda e sempre vou pensar... Mulher é diferente de homem em vários aspectos! Eu queria ter tido essa sorte nessa idade! Kkkkkkkk.*

Para Zimmermann (2012), a construção da mulher como vulnerável em contraposição ao homem a faz ser considerada não apenas como a provável vítima, como incapaz de impor sua vontade ou violência contra a figura masculina. Ainda segundo a autora, “esta condição pode resultar em dificuldades de concepção e assimilação da ideia do homem como vítima de um ato violento ou ocupando um lugar submetido numa relação violenta” (p. 18). Em outras palavras, existem mecanismos sociais que imputam à masculinidade padrões comportamentais baseados em um papel ativo associado à “virilidade e controle” (Carvalho, 2015; Finkelhor, 1979; Hayes & Baker, 2014; Zimmermann, 2012). Em função dessa visão, a vitimização de mulheres e meninas é culturalmente mais aceita, e a masculina tende a ser invisibilizada (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Em conformidade com a literatura exposta, nesta categoria ( $n = 15$ ), encontram-se comentários que invalidam a experiência traumática de meninos mediante ao abuso sexual por mulheres. O internauta I284 explicita: “só é abuso quando um homem maior faz sexo com uma mulher menor”, expressando a diferenciação na percepção de violência partindo da constatação do gênero dos envolvidos. Também foram identificadas insinuações de inexistência de repercussões negativas para os adolescentes retratados, exemplificada na declaração de I287. O internauta questiona os danos causados pela prática, sugerindo que esta não gera sequelas para

meninos, declaração embasada em uma crença sexista: “cabeça de homem é diferente da cabeça feminina”. Assim, entende-se um compartilhamento da visão de que meninos não são negativamente afetados por essa violência em particular. Entretanto, “os meninos também são vitimados e apresentam sequelas não menos graves que as meninas” (Kristensen, 1996, p. 14).

Por intermédio de I278, demonstra-se mais um mito relacionado ao abuso sexual de meninos: a presunção da ereção da vítima como consentimento. Esse equívoco também foi tratado em outros comentários: “um homem (menino que seja) não endurece nunca o pau se ele não sentir prazer, totalmente o contrário de mulheres” (I282). A partir do transcrito, observa-se que, no caso de meninos, há a dificuldade de perceber o ato sexual como abusivo, principalmente uma vez que haja experimentação de prazer (Watkins & Bentovim, 1992). Nos casos com agressoras mulheres, muitas vezes, é pressuposta a necessidade de que o menino esteja sexualmente excitado para que a prática seja realizada, desconsiderando que o abuso não necessariamente demanda a ereção deste, mas que esta pode ocorrer como resposta física involuntária aos estímulos em zonas erógenas, existindo a manifestação do prazer em função da ambivalência e dos elementos de gratificação secundária envolvidos no ASI (Furniss, 1993).

Logo, é necessário pontuar que a resposta física e espontânea ou os sentimentos ambivalentes não legitimam o ato sexual de adultas com meninos e não o descaracteriza como abuso. No entanto, a lógica androcêntrica exposta nos comentários e na bibliografia, é identificada como influenciadora para a dificuldade na concepção da relação sexual entre mulheres e meninos como violação.

## Desconfiança frente ao relato da vítima

*I231: Não entendi. Quer dizer que o moleque de 12 anos, filmou o próprio estupro e ainda espalhou nas redes sociais? Que m\*, alguma coisa errada não está certa.*

*I233: Isso é mentira o mlk tava fazendo conversa fake pra colocar no YouTube.*

A visão contemporânea de crianças como indivíduos em fase especial de desenvolvimento, muitas vezes, leva à desvalorização da palavra destas em função de uma dicotomia preestabelecida entre adultos e crianças. À vista dessa crença cultural, em que se presume que “crianças mentem, enquanto adultos falam a verdade”, ao abordar o tema do ASI existe uma maior dificuldade de acreditação na fala do menor molestado, uma vez que somos “impelidos a acreditar nos adultos” (Balbinotti, 2008, p. 8), e a percebem-los pelo viés do cuidado – principalmente, no caso de acusadas do sexo feminino. Segundo Azevedo (2001), em casos com adolescentes vítimas de ASI, a questão torna-se ainda mais complexa, e o descrédito é uma reação extremamente comum.

Tratando-se de meninos, há o agravante de que a sociedade tem mais dificuldades de observá-los como vítimas do ASI (Landor & Eisenclas, 2012). O comentário de I233 demonstra a criação de uma narrativa que, ao mesmo tempo, desmente a violência relatada pelo jovem e pressupõe outra cronologia de fatos, afastando-se da percepção de abuso. Em consonância, o comentário de I234: “Abuso sei, sonho de todo adolescente. Moleque vagabundo fala a verdade f\*” também levanta dúvidas sobre o testemunho da vítima, com o intuito de desmenti-lo. A presente categoria apresenta quatro comentários ( $n = 4$ ).

Estudos nacionais e internacionais alegam uma maior dificuldade dos meninos no processo de revelação do ASI. O medo da descrença do relato de violência é um dos muitos fatores que impedem a quebra do silêncio de meninos sexualmente agredidos e frequentemente promove a negação ou retratação quando revelado (Baía, Veloso, Magalhães, & Dell’Aglia, 2013; Balbinotti, 2008; Denov, 2003). O descrédito mediante o relato pode agir tanto previamente, desestimulando a divulgação do abuso pelo receio de não ser acreditado; quanto posterior à revelação, podendo ocorrer a concretização do medo inicial: a vivência da descrença no testemunho. As respostas de desacreditação do ASI, ou até mesmo a sua minimização agem como agravantes dos efeitos dessa violência, podendo provocar vitimizicações secundárias (Denov, 2003).

## Homofobia

*I242: É viado. Quando ficar maior vai ficar com medo de dizer pra mãe que e viado. E o pai putou com o filho por não deixar a professora abusar dele.*

*I244: Muleke boca aberta tivesse ficado calado estava comendo até hoje numa boa. Agora fica dando uma de inocente. Viadinho da mamãe.*

*I245: Quer moleque gayzão troxa fosse eu 😍😘😏.*

*I248: Mais isso é uma bixona.*

*I249: Esse apresentador é uma bixona! A mãe do guri achar ruim até concordo! Mas estranho ficar dizendo isso ou aquilo...o rapazinho foi privilegiado . . .*

O conceito de homofobia pode ser definido como “um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio ou medo) em relação às homossexualidades” (Borrillo, 2010, p. 7). Na estrutura social androcêntrica em que os papéis são determinados pelo sexo biológico, as características masculinas são valorizadas em detrimento dos valores atribuídos ao feminino. Isso cria uma dicotomia entre ambos os sexos, marcada pelo sexismo (Borrillo, 2010; Costa, 2011; Zimmermann, 2012). Segundo Borrillo (2010), a oposição manifesta-se na construção da masculinidade com rejeição das características ditas femininas, como a fragilidade e passividade. Dessa forma, em casos nos quais meninos se encontram no lugar de vítima e, portanto, “passíveis” a violência de terceiro, torna-se comum a consideração da homossexualidade, justamente por subverter o socialmente esperado do universo masculino.

Diversos autores corroboram que o medo da homossexualidade é uma experiência vivenciada por meninos vítimas de ASI e suas famílias. Almeida, Penso e Costa (2009, p. 47), apontam que “dentro do arcabouço de nossa cultura machista-patriarcal, recaem olhares e sentimentos aos meninos abusados que os impedem de retornar à condição de ‘homens’, restando-lhes o homossexualismo<sup>2</sup> praticamente como um destino”. Assim, a pressuposição de “ser menino vítima de ASI” ser correlato a “ser homossexual” implica barreiras socioculturais para a revelação.

---

<sup>2</sup> O termo “homossexualismo” citado no texto de Almeida, Penso e Costa (2009) entrou em desuso a partir de sua retirada da 2ª edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-II) em 1973. Atualmente, o termo tem caráter pejorativo, visto que a homossexualidade não é considerada uma patologia ou síndrome, como o sufixo (“-ismo”) sugere.

Em paralelo, presume-se que um menino não pode ser abusado por uma mulher em função do papel ativo no ato sexual, desconsiderando a relação de poder estabelecida no ASI (Davide, 2016) e a incapacidade de consentimento do menor. Uma leitura possível é a desacreditação de abusos de caráter sexual cometido por mulheres contra indivíduos do sexo masculino e a interrupção do sexo supostamente consentido como forma de confissão da homossexualidade, interpretação baseada na construção social masculina associada à virilidade exacerbada, em que não há espaço para negar oportunidades sexuais com mulheres, visto que a iniciativa sexual é socialmente aceita como prerrogativa masculina (Gonsiorek, 1994). Esse fato “dificulta que meninos falem sobre a experiência abusiva uma vez que pode levantar suspeitas sobre a sexualidade, tornando a revelação mais difícil em uma cultura homofóbica” (Zimmermann 2012, p. 34).

Os casos relatados, explicitados nesta categoria ( $n = 17$ ), denunciaram a violência sexual confirmada pelos adolescentes, desencadeando o questionamento da orientação sexual como consequência. Como visto, há particularidades no universo masculino que podem tornar ainda mais difícil a revelação do abuso, entre elas as fantasias ligadas à homossexualidade. Ao passo que há a existência da estigmatização de meninos vítimas de ASI, a homofobia apresenta-se ao mesmo tempo como um fator impeditivo para a revelação de abuso, que, uma vez revelado, age como (re)violência direcionada a eles.

## Comentários sobre a vítima

*I194: Menino besta 😞 participa do bem bom depois deixa a mulher tá passando vexame com a polícia. (Críticas à vítima)*

*I195: Mlk burro. (Críticas a vítima)*

*I200: Menino não é besta não, Br de atitude kkk. (Elogios à vítima)*

*I202: Mano esse mlk e um god.... (Elogios à vítima)*

O receio dos julgamentos alheios é um dos aspectos experienciados por vítimas de ASI (Furniss, 1993; Kristensen, Oliveira & Flores, 2000). As críticas encontradas direcionaram ofensas às vítimas proferidas em função de estas terem denunciado o abuso, assim interrompendo a continuidade

do contato sexual com as agressoras. Seguindo essa mesma linha, os elogios constituintes dessa categoria atribuíram valor ao envolvimento sexual entre os pares, uma vez que as congratulações enfocaram o enaltecimento dos adolescentes por terem tido relações sexuais com mulheres prematuramente.

Entende-se que essas dinâmicas de elogio/críticas apontadas advêm de fatores psicológicos, sociais e culturais que contribuem para a não consideração de contato sexual de mulheres e meninos como abuso, à medida que o meio social não os percebe como vítimas (Landor & Eisenchlas, 2012; Peluso & Putnam, 1996 como citados em Baía et al., 2013). Essa dinâmica pôde ser observada em ambos os temas, pois, apesar de serem aparentemente opostos, ambos apelam em favor do contato sexual de meninos e mulheres, uma vez que os elogios parabenizam os meninos pelo envolvimento sexual, enquanto as críticas os condenam pela interrupção. Em suma, nesta categoria ( $n = 23$ ), foi identificada uma inversão de valores, em que se atribuiu sentido negativo às revelações das vítimas e não ao abuso sexual em si, além da depreciação das narrativas e sofrimentos dos jovens sexualmente agredidos.

### Comentários sobre a abusadora

*I172: Uma velha doente. (Ofensas)*

*I165: Ela não merecia. (Defesa)*

*I186: Com uma professora dessa da um tesão pra estudar. (Sexualização)*

*I167: Que professora linda hein! Os meninos piram. Linda mesma (Elogios)*

Os comentários ofensivos foram constituídos de insultos de origem sexista, desmoralização, xingamentos, psicopatologização e desumanização da agressora. Estudos apresentaram resultados similares, em que as agressoras sexuais foram percebidas em algum grau como monstros, aberrações, párias, doentes mentais ou portadoras de psicopatologias (Davide, 2016; Hayes & Baker, 2014). Os insultos proferidos expressam claramente o incômodo e desaprovação da relação dessas mulheres com meninos. Assim, esses comentários demonstram maior grau de percepção do abuso e do olhar sobre estas como agressoras sexuais de fato.

O comentário único do tema defesa refere-se ao não merecimento da prisão da autora do abuso, tendência de desresponsabilização da ofensora sexual também identificada por outros autores em função do sexo/gênero desta (Davide, 2016; Hayes & Baker, 2014). Em adição, a sexualização da abusadora foi observada em comentários com cunho sexual, apresentando referências eróticas. Enquanto isso, nos elogios, se enquadraram os comentários galanteadores que não continham conteúdo sexual explícito. Em análise, tanto a defesa quanto a sexualização e os elogios são compatíveis com a não percepção do abuso.

Nesta categoria ( $n = 29$ ), foi possível inferir resultados mais equilibrados entre o reconhecimento e a desvalorização da violência sexual nos casos discutidos. No entanto, os comentários positivos (defesa, sexualização e elogios) em relação a agressoras ( $n = 15$ ) ainda predominaram diante das ofensas ( $n = 14$ ), indicando algum grau de negligência do abuso, como já amplamente discutido.

### Banalização da violência sexual de meninos perpetrada por mulheres

*I28: Queria eu no lugar deste menino com uma coroa gostosa desta. (Desejo de estar no lugar da vítima)*

*I125: Eu não tive essa sorte de ser estuprado por uma mulher maravilhosa como essa. Garoto sortudo! Os pais deveriam agradecer à essa professora. (Insinuação do abuso ser positivo/sorte para a vítima)*

*I105: Se fosse meu filho ia me enxer de orgulho. (Incentivo ao abuso sexual de meninos por mulheres)*

*I14: Coroa deu com a xereca no mlk. (Comentário com conteúdo estritamente sexual)*

*I136: Queria a porra do link do vídeo RS. (Intenção/solicitação de assistir ao vídeo do abuso)*

*I161: E qual o crime nisso mlk com adulta meu isso pra min é uma benção. (Perspectiva de inexistência de estupro/abuso no caso)*

*I3: 13 Anos Já sabe muito Bem o Que faz Da Vida Sem Mimimi são Adolescentes formados Já. (Autonomia de menores para envolver-se em atos sexuais)*

*I152: Comi minhas tias de 15 anos quando tinha 8 anos comi as amigas da minha irmã TBM de 15 anos e via minha tia se vestindo escondido debaixo da cama e alisei minha prima de 20 anos quando ela tava dormindo e hj sou um cara normal. (Naturalização da violência em questão)*

A maioria dos comentários ( $n = 76$ ) desta categoria evocou o desejo dos usuários em vivenciar as relações abusivas enfrentadas pelos adolescentes retratados, alegando o “Desejo de estar no lugar da vítima”. Comentários alegando disponibilidade, solicitações de encontro com a abusadora, além do desejo do ocorrido ter acontecido na própria infância foram altamente incidentes, caracterizando a violência como “um sonho” almejado a ser vivido.



Figura 2. Gráfico com os temas da categoria “Banalização da violência sexual de meninos perpetrada por mulheres”, com o número de comentários.

Em consonância, na temática de insinuação de o abuso ser positivo ou sorte para a vítima ( $n = 24$ ), diversos internautas reagiram referindo-se ao relatado como “sorte”, “felicidade”, ou expressões populares de favorecimento ao se referirem à vítima (“se deu bem”). Houve também parabenização aos envolvidos, sobretudo à abusadora, como, por exemplo, o explicitado por I131: “processa ela não tem que dar um trofel pra essa professora realizou o sonho da maioria dos meninos nessa idade”. Em suma, esta temática apresenta as alegações do público com a compreensão das relações sexuais entre mulheres e meninos como uma conquista ou benefício. Observa-se que a distorção na percepção acerca dessa violência específica permite a convivência com a prática.

Além da conformidade com a prática, surgiram comentários que assumiram a forma de incitação, formando o enunciado “Incentivo ao abuso sexual de meninos por mulheres” ( $n = 8$ ). O encorajamento desse abuso se fez presente de forma direta e indireta. Para fins de ilustração, o internauta I102 emitiu: “Se fosse meu filho parabenizava e ainda dava um carro”; concordante, I105 afirma que ficaria orgulhoso de seu filho caso fosse abusado por uma mulher. Os conteúdos evocam o orgulho associado à iniciação sexual prematura de meninos e a estimulam de forma irresponsável.

Em meio às reações, foi necessária a criação de uma temática exclusiva para abordar os comentários com conteúdo estritamente sexual, formados pela erotização do ocorrido, com conteúdo inapropriado e comentários lascivos. A sexualização dessa violência também se fez presente nos comentários da temática “Intenção/solicitação de assistir ao vídeo do abuso” ( $n = 13$ ), os quais expressam o desejo de verificar a existência ou assistir a filmagem dos abusos na íntegra.

Em adição, também foram encontrados comentários declarando a perspectiva de inexistência de abuso ( $n = 4$ ), em que os internautas reagiram com declarações que afirmavam que os casos não eram uma violência, mas um ato consentido e prazeroso, fazendo afirmações categóricas sobre o assunto abordado não se tratar de abuso. Holmes, Offen e Waller (1997)

elucidam que “a socialização masculina tende a incentivar os homens a definir experiências sexuais como ‘desejáveis’, como um ‘ritual de passagem’, desde que não haja envolvimento homossexual” (p. 79).

Outra temática encontrada adveio de comentários afirmando que adolescentes têm autonomia de menores para envolver-se em atos sexuais ( $n = 7$ ), os quais expressam que têm eles capacidade de consentimento, mesmo com pessoas com significativa diferença de idade. Essa concepção alinha-se com Azevedo (2001), ao relatar a existência do pressuposto social que adolescentes, por terem o desenvolvimento físico e psicológico mais avançado “evocam menos ingenuidade que as crianças” (p. 5), portanto, sendo mais facilmente considerados coniventes com a violência sexual.

Por fim, a temática “Naturalização da violência em questão” ( $n = 15$ ), contém as reações em que os internautas normalizam a dinâmica abusiva abordada. Foram feitas revelações dos internautas acerca de abusos sofridos na infância, mas não eram vistas pelos relatores como violência. Ainda, declarações de identificação com a abusadora ou recordações do desejo sexual vivenciado na adolescência apresentaram-se como justificativas para a aceitação da relação entre meninos e mulheres. Todos os comentários desse tema exemplificam a normalização das relações sexuais precoces entre adultos e crianças, partindo das vivências próprias ou de outrem, trazendo o comportamento da violadora para as esferas do comum ou normal.

A negação sistemática do abuso sexual de meninos por mulheres vêm-se expressando nesses temas de múltiplas formas, com o teor comum de subestimação da violência. Uma vez constatada a atribuição de sentidos positivos, sexualmente satisfatórios e a conseqüente aceitação e incentivo do envolvimento sexual de mulheres adultas e menores incapazes, percebe-se uma dinâmica de banalização da problemática, descaracterizando o contexto abusivo e refletindo uma visão distorcida compartilhada acerca da problemática.

## **Crítica à banalização do abuso em questão**

*I222: Por isso que o Brasil não evolui, estamos muitos anos atrasados. Quando um homem abusa de uma menina é pedofilia, quando uma mulher abusa de um menino, tem quem defenda. . .*

*I226: Se fosse menina todo mundo ia criticar, mas como e menino as pessoas acha norma. Ela tem que saber que é errado, ele é criança.*

Uma vez que os internautas interagiram, tendo acesso às colocações um dos outros, a banalização majorante nos comentários foi identificada nesta categoria e constituiu-se alvo de críticas. O comentário de I222 censura a atribuição de normalidade à violência sexual de meninos em se tratando de mulheres abusadoras. Similarmente, I225 expressa: “Se fosse um professor abusando de uma aluna né? Agora se é um garoto abusado, aí é ‘engraçado’”. A atribuição de humor e a desvalorização do ASI, encontrada em diversos dos comentários anteriormente abordados, foram reprovadas nesta categoria ( $n = 14$ ), demonstrando maior sensibilidade quanto à vitimização de meninos.

As expectativas comportamentais impostas aos meninos afetam a forma que estes experienciam a violência sexual, sendo a invisibilização um dos perigos da banalização dessa violência. Por isso, o ASI de meninos “não pode ser negligenciado – como vem sendo –, pois estar biologicamente situado no grupo XY não o exime de experiências violentas que exigem políticas públicas, cuidado e afeto, assim como em casos de meninas” (Carvalho, 2015, p. 107).

## **Análise descritiva da amostra e integração dos dados**

Em análise, identificamos que 81,8% dos comentários foram realizados por internautas do sexo masculino. As internautas do sexo feminino representaram 10,6% – e, ainda, 7,6% dos perfis não identificaram o sexo (“I”, na Tabela 2). O predomínio de comentários realizados por mulheres foi identificado nas categorias/temas “Choque diante da notícia”, “Pedofilia e crime” e “Ofensas à abusadora”. Identificou-se a prevalência de comentários masculinos nas demais temáticas, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – *Tabulação Cruzada entre as Variáveis  
"Temas" e "Sexo" dos Internautas*

| Temas   |            | Sexo  |       |        | Total |
|---|------------|-------|-------|--------|-------|
|   |            | F     | I     | M      |       |
| Autonomia de menores para<br>envolver-se em atos sexuais                    | Contagem % | 0     | 1     | 6      | 7     |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 14,3% | 85,7%  | 100%  |
| Choque (diante da notícia)  | Contagem % | 4     | 0     | 0      | 4     |
|   | em TEMAS   | 100%  | 0,0%  | 0,0%   | 100%  |
| Clamor por justiça  | Contagem % | 1     | 2     | 4      | 7     |
|   | em TEMAS   | 14,3% | 28,6% | 57,1%  | 100%  |
| Comentários estritamente sexuais/<br>sexualização do ato                    | Contagem % | 0     | 2     | 15     | 17    |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 11,8% | 88,2%  | 100%  |
| Crítica à banalização do abuso<br>perpetrado por mulheres contra<br>meninos | Contagem % | 1     | 1     | 12     | 14    |
|   | em TEMAS   | 7,1%  | 7,1%  | 85,7%  | 100%  |
| Crítica à vítima  | Contagem % | 0     | 1     | 5      | 6     |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 16,7% | 83,3%  | 100%  |
| Defesa da abusadora   | Contagem % | 0     | 0     | 1      | 1     |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 0,0%  | 100%   | 100%  |
| Desconfiança do relato da vítima  | Contagem % | 1     | 0     | 3      | 4     |
|   | em TEMAS   | 25,0% | 0,0%  | 75,0%  | 100%  |
| Desejo de estar no lugar da vítima  | Contagem % | 0     | 1     | 75     | 76    |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 1,3%  | 98,7%  | 100%  |
| Elogio à abusadora  | Contagem % | 0     | 0     | 5      | 5     |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 0,0%  | 100,0% | 100%  |
| Elogio à vítima   | Contagem % | 0     | 0     | 17     | 17    |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 0,0%  | 100%   | 100%  |
| Homofobia   | Contagem % | 2     | 4     | 11     | 17    |
|   | em TEMAS   | 11,8% | 23,5% | 64,7%  | 100%  |
| Incentivo ao abuso sexual de meninos<br>por mulheres                        | Contagem % | 0     | 0     | 8      | 8     |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 0,0%  | 100%   | 100%  |
| Indignação (ante a violência)   | Contagem % | 2     | 1     | 3      | 6     |
|   | em TEMAS   | 33,3% | 16,7% | 50,0%  | 100%  |
| Insinuação do abuso ser positivo/sorte<br>para a vítima                     | Contagem % | 2     | 3     | 19     | 24    |
|   | em TEMAS   | 8,3%  | 12,5% | 79,2%  | 100%  |
| Intenção/solicitação de assistir ao<br>vídeo do abuso                       | Contagem % | 0     | 0     | 13     | 13    |
|   | em TEMAS   | 0,0%  | 0,0%  | 100%   | 100%  |
| Naturalização da violência em questão                                       | Contagem % | 2     | 0     | 13     | 15    |
|   | em TEMAS   | 13,3% | 0,0%  | 86,7%  | 100%  |
| Ofensas à abusadora   | Contagem % | 7     | 2     | 5      | 14    |
|   | em TEMAS   | 50,0% | 14,3% | 35,7%  | 100%  |
| Pedofilia e crime   | Contagem % | 4     | 2     | 0      | 6     |
|   | em TEMAS   | 66,7% | 33,3% | 0,0%   | 100%  |
| Perspectiva de inexistência de<br>estupro/abuso no caso                     | Contagem % | 1     | 0     | 3      | 4     |
|   | em TEMAS   | 25,0% | 0,0%  | 75,0%  | 100%  |

| Temas                                      |            | Sexo  |       |       | Total |
|--|------------|-------|-------|-------|-------|
|  |            | F     | I     | M     |       |
| Sequelas do abuso sexual de meninos        | Contagem % | 1     | 1     | 1     | 3     |
|  | em TEMAS   | 33,3% | 33,3% | 33,3% | 100%  |
| Sexualização da abusadora                  | Contagem % | 2     | 0     | 7     | 9     |
|  | em TEMAS   | 22,2% | 0,0%  | 77,8% | 100%  |
| Visão sobre ASI baseada em sexo/<br>gênero | Contagem % | 1     | 1     | 13    | 15    |
|  | em TEMAS   | 6,7%  | 6,7%  | 86,7% | 100%  |
| Total:                                     | Contagem % | 31    | 22    | 239   | 292   |
|  | em TEMAS   | 10,6% | 7,5%  | 81,8% | 100%  |

Buscando esclarecimentos sobre o questionamento se o perfil dos internautas age como um influenciador ou não dos resultados, realizou-se a tabulação cruzada entre as variáveis “sexo” e “temas”, encontrando correlação altamente significativa ( $p \leq 0,01$ ). Ante aos dados integrados, surgiram evidências de que os internautas do sexo masculino deste estudo mostraram-se menos propensos a validar as relações entre adultas e meninos como abusivas (Figura 2). Essa reflexão foi feita em função da maior associação destes com as temáticas que sinalizaram, na análise qualitativa, o não reconhecimento da violência em pauta. De modo geral, o público feminino demonstrou maior reconhecimento do ASI (Figura 3).

**RELAÇÃO DO SEXO DOS INTERNAUTAS  
COM O RECONHECIMENTO OU NÃO ACERCA DO ASI  
(BASEADO NAS TEMÁTICAS)**

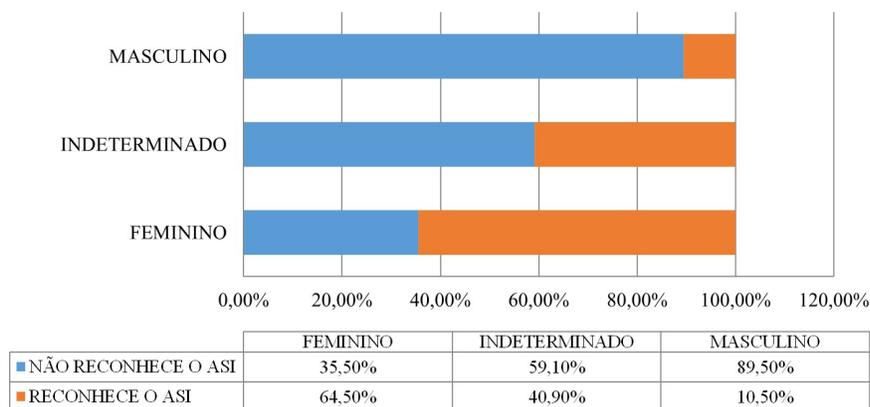


Figura 3. Gráfico de barras com correlação entre o sexo dos internautas e o reconhecimento ou não de ASI nos comentários.

Apesar das correlações apontadas entre os sentidos dos comentários e o sexo dos participantes, outros fatores relevantes para a realização de conclusões mais generalizáveis não foram contemplados. Mediante a forma de coleta dos dados elaborada para uma investigação qualitativa, não foi possível fazer previamente a formulação de uma amostra mais representativa, o que permitiria dados com maior capacidade de generalização. Portanto, este tópico trata-se da descrição do perfil dos internautas responsáveis pelos comentários – através das informações as quais se teve acesso –, objetivando a validação interna da pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar sobre violência sexual, é quase automática a representação da mulher ou menina como a abusada e de um homem como o abusador, fato compreensível mediante as representações de gênero vigentes e a maior identificação de crimes nesses parâmetros. Entretanto, o ASI de meninos é uma realidade subnotificada que necessita de maior visibilização (Brasil, 2018). A despeito das mudanças político-legais e sociais, o progresso nas definições –cada vez mais completas – do que é o ASI encontra percalços no reconhecimento da vitimização sexual de meninos de forma concreta. Em casos que contam com perpetradoras do sexo feminino, essa dificuldade é redobrada, por tratar-se de uma dupla subversão de concepções acerca da violência sexual: a imagem preconcebida da mulher e a do menino enquanto figura masculina.

Os resultados encontrados demonstraram o predomínio de opiniões e crenças dos internautas em temáticas associadas ao não reconhecimento da violência em pauta. A ocorrência de comentários relacionados ao reconhecimento acerca do ASI de meninos perpetrados por mulheres representou apenas 18,5% dos comentários totais e foi constituído pelas categorias/temas: Sequelas sobre o ASI (1%); Pedofilia e crime (2,1%); Reações frente às notícias (5,8%); Ofensas à abusadora (4,8%); e Crítica à banalização do abuso em questão (4,8%). Os comentários abordaram essa violência de forma crítica, apresentando reações condenatórias a esta e à abusadora, reconhecendo sua criminalização e os possíveis danos à vítima. Nesta

amostra, foi encontrada correlação entre mulheres e uma maior percepção dos casos noticiados como sexualmente abusivos, o que, mediante as limitações da pesquisa, não pode ser generalizado.

Em contrapartida, a maioria dos comentários da amostra (81,5%) indicou a minimização ou desqualificação das práticas sexuais reportadas entre mulheres e adolescentes como abusivas, englobando as categorias/temas: Visão sobre ASI baseada em sexo/gênero (5,1%); Desconfiança frente ao relato da vítima (1,4%); Homofobia (5,8%); Comentários sobre a vítima (7,9%); Defesa, sexualização e elogios à abusadora (5,1%); e todos os temas da categoria Banalização da violência sexual de meninos perpetrada por mulheres (56,2%). Nesta pesquisa, constatou-se maior dificuldade de homens para a identificação de meninos como vítimas e mulheres como abusadoras, o que, novamente, não pode ser generalizado pela irregular distribuição de sexo da amostra em função da maior interação destes com as reportagens e do desconhecimento do sexo de parte dos internautas, sendo necessárias outras pesquisas para a afirmação de uma correlação entre o sexo dos participantes e a minimização desta violência.

Constatou-se, nos comentários das temáticas de não reconhecimento da violência sexual de meninos perpetrados por mulheres, a interpretação compartilhada desse abuso como positivo, a presunção da impossibilidade de meninos serem vítimas de ASI (em função do sexo/gênero, da idade, da aparência da abusadora) e a romantização e sexualização dos supostos abusos retratados, apresentando tendência de invalidar a experiência como traumática. Ademais, os adolescentes sofreram ataques homofóbicos, comentários de desconfiança, gozação, críticas e xingamentos por terem revelado o abuso. Esses resultados demonstram a concretização dos medos encontrados na literatura, apontados como desmotivadores do processo de revelação de violências sexuais de meninos, não se tratando, portanto, de um receio irreal, mas de barreiras socioculturais fortemente alicerçadas, que agem como uma (re)violência socialmente infligida após a revelação do abuso.

Dessa forma, a descaracterização da violência sexual de meninos perpetrada por mulheres mitiga a real dimensão da problemática, escusam as abusadoras dos seus atos criminosos e as vítimas de um processo de

revelação do abuso digno. É fundamental, portanto, o reconhecimento das especificidades desse fenômeno tão pouco estudado, uma vez que os danos causados à integridade física e psicológica de meninos sexualmente agredidos por mulheres não advêm estritamente do ato de violação, mas também das reações sociais negativas promotoras de vitimizações secundárias.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, T. M. C., Penso, M. A. P., & Costa, L. F. (2009). Abuso sexual infantil masculino: O gênero configura o sofrimento e o destino? *Estilos da Clínica, 14*(26), 46–67. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282009000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000100004)
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5. ed.). São Paulo: Artmed.
- Azevedo, E. C. D. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão, 21*(4), 66–77. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932001000400008>
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1988). *Pele de asno não é só história: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca.
- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., & Dell’Aglia, D. D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: Negação, retratação e fatores associados. *Temas em Psicologia, 21*(1), 193–202. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-14>
- Balbinotti, C. (2008). A violência sexual infantil intrafamiliar: A revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. *Direito & Justiça, 35*(1), 5–21. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/8207>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977)
- Borrillo, D. (2010). *História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Brasil. Ministério da Educação. (2004). *Guia escolar: Métodos da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2018). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. *Boletim Epidemiológico*, 49(27), 1–17. Recuperado de <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>
- Carvalho, F. A. (2015). *Homem não chora: O abuso sexual contra meninos*. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Cashmore, J., & Shackel, R. (2014). Gender differences in the context and consequences of child sexual abuse. *Current Issues in Criminal Justice*, 26(1), 75–104. <https://doi.org/10.1080/10345329.2014.12036008>
- Costa, C. F. P. D. (2011). *Abuso sexual cometido por mulheres: Um estudo de caso* (Dissertação de mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Davide, D. A. S. (2016). *Representações sociais do abuso sexual de crianças perpetrado por mulheres* (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Denov, M. S. (2003). The myth of innocence: Sexual scripts and the recognition of child sexual abuse by female perpetrators. *The Journal of Sex Research*, 40(3), 303–314. <https://doi.org/10.1080/00224490309552195>
- Denov, M. S. (2004). Long-term effects of child sexual abuse by female perpetrators: A qualitative study of male and female victims. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(10), 1137–1156. <https://doi.org/10.1177/0886260504269093>
- Finkelhor, D. (1979). What's wrong with sex between adults and children. *American Journal of Orthopsychiatry*, 49(4), 692–697. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1979.tb02654.x>

- Finkelhor, D. (1990). Early and long-term effects of child sexual abuse: An update. *Professional Psychology: Research and Practice*, 21(5), 325–330. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.21.5.325>
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 16(2), 158–167.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Grupo Editorial Summus.
- Gonsiorek, J. C. (1994). *Male sexual abuse: A trilogy of intervention strategies*. Thousand Oaks: Sage.
- Hayes, S., & Baker, B. (2014). Female sex offenders and pariah femininities: Rewriting the sexual scripts. *Journal of Criminology*, 1(2014), 1–8. <https://doi.org/10.1155/2014/414525>
- Holmes, G. R., Offen, L., & Waller, G. See no evil, hear no evil, speak no evil: Why do relatively few male victims of childhood sexual abuse receive help for abuse-related issues in adulthood? *Clinical Psychology Review*, 17(1), 69–88. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(96\)00047-5](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(96)00047-5)
- Kristensen, C. H. (1996). *Abuso sexual em meninos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Kristensen, C. H., Oliveira, M. S. & Flores, R. Z. (2000). Violência contra crianças e adolescentes na Grande Porto Alegre. Parte B: Pode piorar? In Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Org.), *Violência doméstica* (pp. 104-117). Brasília: UNICEF.
- Landini, T. S. (2003). Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, S273-S282. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800009>
- Landini, T. S. (2005). *Horror, honra e direitos: Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Landor, R. V., & Eisenclas, S. A. (2012). “Coming clean” on duty of care: Australian print media’s representation of male versus female sex offenders in institutional contexts. *Sexuality & Culture*, 16(4), 486–502. <https://doi.org/10.1007/s12119-012-9134-5>
- Lobo, C. F. F.S (2019). Abuso sexual infantil: Consequências psicossociais do crime e a revitimização provocada pela inquirição à vítima. *Revista Jurídica do Ministério Público de Rondônia*, 3, 11–29. Recuperado de <https://esmpromet.mpro.mp.br/revistas/3/Artigo%2094.pdf>
- Lowenkron, L. (2007). (Menor) idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. *Revista de Antropologia*, 50(2), 713–745. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000200007>
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005) Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197–204. <https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700010>
- Romano, E., & De Luca, R. V. (2001). Male sexual abuse: A review of effects, abuse characteristics, and links with later psychological functioning. *Aggression and Violent Behavior*, 6(1), 55–78. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(99\)00011-7](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(99)00011-7)
- Romaro, R. A., & Capitão, C. G. (2007). *As faces da violência: Aproximações, pesquisas e reflexões*. São Paulo: Vetor Editora.
- Teixeira-Filho, F. S., Rondini, C. A., Silva, J. M., & Araújo, M. V. (2013). Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 90–102. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100011>
- Tozdan, S., Briken, P., & Dekker, A. (2019). Uncovering female child sexual offenders: Needs and challenges for practice and research. *Journal of Clinical Medicine*, 8(3), 401. <https://doi.org/10.3390/jcm8030401>
- Watkins, B., & Bentovim, A. The sexual abuse of male children and adolescents: A review of current research. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33(1), 197–248. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1992.tb00862.x>

Zimmermann, B. (2012). *Mulheres que abusam sexualmente do gênero masculino: Um estudo exploratório* (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

Zúquete, J., & Noronha, C. V. (2012). Pedófilos e agressores sexuais de crianças e adolescentes: Narrativas a partir do cárcere. In M. T. A. D. Coelho & M. J. Carvalho Filho (Orgs), *Prisões numa abordagem interdisciplinar* (pp. 145–160). Salvador: EdUFBa. <https://doi.org/10.7476/9788523217358.010>

*Recebido em 15/11/2020*

*Aceito em 11/10/2021*

# Um documentário me disse: a vida como obra de arte das crianças de uma comunidade

*A documentary told me: life as a work of art  
for children in a community*

*Un documental me dijo: la vida como una obra de arte  
para niños en una comunidad*

*Letícia Teles de Sousa\**  
*Gisely Pereira Botega\*\**

## Resumo

*Esta pesquisa analisa um documentário chamado Os Caminhos Desconhecidos do Mundo Luz e busca apresentar compreensões sobre o lugar das infâncias numa comunidade em situação de vulnerabilidade social da Região da Grande Florianópolis, identificando cenas que mostram a arte como produção estética da existência. Partindo da análise das práticas discursivas (Spink, 2013), tecemos análises sobre a infância como obra de arte, considerando a arte um recurso estético de afirmação da vida, sobretudo entendendo que as fronteiras estabelecidas entre a cidade e comunidade evidenciam os efeitos das violências. Como resultados, compreende-se a violência como estrutural e estruturante da nossa sociedade e que é feita nos dispositivos da biopolítica e necropolítica. Além disso, as crianças vistas na alegoria da pipa reivindicam uma vida que quer se expandir por outros espaços, colocando para a Psicologia a necessidade de ampliação dos modos de encontro e intervenção com elas nas comunidades do nosso País.*

**Palavras-chave:** *infâncias, estética, violências*

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. E-mail: leticiatelesdesousa@gmail.com

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. E-mail: gibotega@gmail.com

## Abstract

*This study analyzes a documentary called *The Unknown Paths of the World Light* and seeks to present understandings about the place of childhood in a socially vulnerable community in the Greater Florianópolis Region, in Brazil, identifying scenes that show art as an aesthetic production of existence. Based on the analysis of discursive practices (Spink, 2013). The article analyzes childhood as a work of art and the art as an aesthetic resource for affirming life. Mainly, it is understood that the boundaries established between the city and the community show the effects of violence. As a result, violence is understood as structural and structuring of Brazilian society, what is done through the devices of biopolitics and necropolitics. In addition, the children seen in the allegory of the kite, claim a life that wants to expand itself into other spaces, putting to the Psychology the need to expand the ways of meeting and intervention with them in the communities of Brazil.*

**Keywords:** *childhood, aesthetics, violence*

## Resumen

*Esta investigación analiza un documental llamado *Los Caminos Desconocidos del Mundo Luz* y busca presentar comprensiones sobre el lugar de la infancia en una comunidad en situación de vulnerabilidad social en la Región de Florianópolis, en Brasil, identificando escenas que muestran el arte como una producción estética de la existencia. Partiendo del análisis de las prácticas Discursivas (Spink, 2013), se realizaron análisis sobre la infancia como una obra de arte, considerando el arte un recurso estético de afirmación de la vida, entendiendo, sobre todo, que las fronteras establecidas entre la ciudad y la comunidad demuestran los efectos de la violencia. Como resultado, la violencia se entiende como estructural y estructurante de nuestra sociedad y que se lleva a cabo en los dispositivos de la biopolítica y la necropolítica. Además, los niños vistos en la alegoría de la cometa reclaman una vida que quiere expandirse a otros espacios, planteándole a la Psicología la necesidad de ampliar las formas de encuentro e intervención con ellos en las comunidades de nuestro país.*

**Palabras clave:** *infancia, estética, violencia*

Para seguir pesquisando,<sup>1</sup> encontramos como rota de encontro possível um documentário chamado *Os Caminhos Desconhecidos do Mundo Luz*, produzido por Michele Diniz para o seu trabalho de conclusão do curso de Cinema, na Universidade do Sul de Santa Catarina, no ano de 2013. Esse trabalho, com montagem, direção e produção da mesma, retrata cenas da realidade da comunidade Frei Damião e “acompanha o processo de cinco crianças de comunidades próximas à Universidade durante uma oficina de fotografia e aborda aspectos de educação e desigualdade social, guiado por sons e imagens da infância da realizadora” (Diniz, 2013, para. 1).<sup>2</sup> Desse encontro, objetivamos apresentar compreensões iniciais

---

1 Partimos, nesta escrita, relatando o início desta pesquisa. Inspiradas inicialmente na metodologia de observação-participante, desejávamos encontrar um grupo de crianças de uma escola pública pertencente à comunidade Frei Damião, localizada em Palhoça/SC, na Região da Grande Florianópolis. Esse lugar, que fez parte do percurso formativo de uma das pesquisadoras, motivava essa composição, com a intenção de compreender a estética da vida dessas crianças, escutando as dialogias que faziam do lugar em que viviam e, sobretudo, os sentidos que atribuíam às violências possíveis no contexto escolar.

No entanto, a continuidade da proposta recebeu uma negativa do Comitê de Ética da Universidade a que se vinculava. A baliza articulada entre riscos e benefícios foi vista com maior rigor para a relação entre o fenômeno, público e espaço, especialmente por se tratar de um tema complexo a ser abordado com crianças que vivem em um contexto de vulnerabilidade. Diante das reticências que essa pesquisa nos lançou, cabe um parêntese a ser destacado. Dentro dele, assinalamos a relevância dos cuidados éticos que cabe a essa instância analisar, e, salvaguardando toda a necessidade desse espaço no universo da ciência, tecemos também outros fios de problematização sobre esse fato, pois convida-nos a pensar o lugar que as crianças e suas infâncias ocupam nas pesquisas acadêmicas e metodologias articuladas.

Assim, evidenciamos a importância de olhar para as crianças como partícipes da construção de conhecimento, e não somente, como objetos de análise. Os barramentos (institucionais ou não) que inter cruzam o acesso a esse público são amplamente problematizados por estudos contemporâneos que consideram as crianças como agentes sociais – e visam, portanto, superar lógicas autocêntricas e concepções que se refiram a uma criança menor ou vulnerável (Resende, 2015). Sobretudo, destacamos a necessidade dessas instâncias institucionais de reconhecerem e (re) pensarem, nas diversas áreas do conhecimento, as múltiplas (e válidas) epistemologias e metodologias de pesquisas com crianças, uma vez que é preciso que levem em consideração – de forma ética e comprometida – as intersecções entre marcadores sociais importantes associados aos fenômenos sociais que aparecem na constituição da infância. No caso dos estudos da Psicologia, o reconhecimento da presença das violências no contexto social contemporâneo demanda o engajamento de uma ciência que reflete sua forma de pensar e intervir; e que sejam encontradas as crianças, independentemente do contexto em que vivem, e se construa conhecimento sobre as particularidades de suas experiências.

2 O documentário encontra-se na plataforma CurtaDoc, conhecida como “uma janela para o documentário latino-americano”. A plataforma reúne diversos materiais cinematográficos de produções latinas, com acesso gratuito. É na categoria que trata sobre identidade que se insere o referido documentário.

sobre o lugar da infância na comunidade Frei Damião, abordando, a partir do conceito de *estética da existência* de Foucault (1985), a produção de vida que essas crianças anunciam. Além disso, problematizaremos as fronteiras existentes na cidade para com a comunidade, pois estas também apresentam as condições em que tal infância está submetida.

Diante disso, destacamos que a escolha desse documentário cinematográfico é também política, pois a existência de um registro documental sobre essa comunidade que se expande na fronteira com as vulnerabilidades sociais precisa ser anunciada no contexto acadêmico. Acreditamos que a vida que se desenrola ali muito pode manifestar sobre suas condições de possibilidade, assim como uma das pesquisadoras já pôde ter acesso em uma experiência de intervenção em Psicologia Social vivida no ano de 2018 com as crianças da localidade. Naquela experiência, a arte, por meio do recurso da fotografia, possibilitou mapear os lugares ocupados pela infância no bairro – e, sobretudo, mostrou uma infância criando uma estética da realidade que a constituía.

A arte, nesse caso, é vista pela virtualidade que alcança na experiência e pela sua capacidade de produzir *heterotopia*. Para Foucault (1986), a heterotopia entra em cena como uma produção “do fora” das idealizações sociais; é um escape ao controle do mesmo e afirmação de uma estética possível e intensiva. Isso significa dizer que, na intervenção mencionada, foi possível viver um acontecimento no espaço-tempo do vivido que ultrapassou qualquer política dele, quando aquelas crianças elaboraram, pela potência criadora, um anúncio sensível de reivindicação dos direitos da infância no bairro, especialmente sobre os acessos aos espaços de educação, saúde, lazer e cultura. Essa pista que as crianças comunicaram afirmam a sua capacidade de expressar e a produção de arte como um recurso potencial, de apresentar linhas reflexivas de um tempo e espaço específico. Portanto, o documentário aproxima-nos da inventividade da vida nesse território e estimula, profissional e cientificamente, a anunciar nosso compromisso no *corpus* acadêmico, de ampliação da visibilidade das comunidades e suas produções sociais.

## A COMUNIDADE FREI DAMIÃO: ALGUNS APONTAMENTOS INICIAIS

O território da comunidade Frei Damião, retratado pela documentarista, é conhecido como a maior favela do estado de Santa Catarina, com aproximadamente 7 mil habitantes de acordo com dados de 2015 (Duarte, 2015). A comunidade surge de invasões de pessoas de diferentes regiões do estado e da Grande Florianópolis, que ali se instalaram em busca de abrigo e de melhores condições de vida. Também retrata, no município, a evidência das desigualdades sociais e situações de vulnerabilidade que marcam as comunidades periféricas do nosso País (Rosa, 2009). Com base em Guareschi et al. (2007), entendemos que quando os elementos materiais básicos para a vida se desenvolver não chegam ou faltam para certas populações, vemos em curso a desigualdade social que alija a vida daquilo que consideramos Direitos Humanos fundamentais.

Compreendendo que o espaço geográfico, como aponta Santos (2008, p. 30), “não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”, é que podemos apresentar certa realidade e conhecer o quanto essa materialidade desenrola processos de constituição de subjetividade específicos numa dada localização. Dessa forma, a comunidade Frei Damião, com aproximadamente 30 mil m<sup>2</sup>, caracteriza-se como um território plano que faz fronteira com um bairro tipicamente elitizado do município de Palhoça – a Pedra Branca (Duarte, 2015). Na comunidade, as ruas são de terra e cheias de buracos, há falta de iluminação, saneamento básico e água de qualidade para todos. O asfalto que está no bairro ao lado não entra ali, impedindo que o transporte público chegue. A infraestrutura existente na escola e unidade básica de saúde já anuncia a necessidade de reparos. O tráfego existe, assim como a entrada brusca de agentes policiais. Tal comunidade, nessa imagem cheia de furos, expande-se pela falta, sobretudo na incompletude do acesso aos direitos básicos para sua subsistência.

Dos “furos”, opera-se uma lógica de invisibilidade sobre as questões de vida das pessoas que vivem na comunidade, tanto por parte do poder público quanto de outras entidades e pessoas, configurando para esse

território, em suas frestas, o “dever ser” vigiado por mecanismos de controle, coerção e vigilância dos aparelhos de Estado (Foucault, 2003). Segundo Rosa (2009), contextos como esse são, constantemente, capturados como violência, isto é, como se a violência surgisse ali e ameaçasse os demais espaços da cidade.

Como um fenômeno, a violência também existente na comunidade é aspecto a se destacar. No entanto, é preciso pensá-la articulando as pistas que o contexto apresenta – nesse caso, a própria fronteira entre o bairro da comunidade e o bairro Pedra Branca, onde a universidade a que nos vinculamos se encontra, demarca uma separação que qualifica, para um deles, ser visto como “seguro”; e outro, como “violento”. Para um, os direitos são minimamente garantidos; para o outro, escancaram-se processos de violações desses mesmos direitos. Um deles carrega o título de produtor da violência e fonte de ameaça; já o outro intitula-se como monitorado e de qualidade. A questão que fica é: a violência está em um único lugar?

Diante disso, a violência como um fenômeno humano e cultural é caracterizada por Chauí (1999), como “um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações inter-subjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror” (p. 3). Utilizando a força para ir contra algo ou alguém, a violência, diferentemente da ética, coisifica os seres, como se fossem “irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos” (Chauí, 1999, p.3). A partir disso, é preciso compreender o que significa colocar para um território como esse, de comunidade, “ser de violência”.

Para Chauí (2003), há dispositivos responsáveis para que a violência aconteça sem que a percebamos: o jurídico, o sociológico, o de exclusão e o de distinção. Este último dimensiona, na sociedade, a capilaridade da violência. O dispositivo de distinção entre o essencial e o acidental indica que “a sociedade brasileira não seria violenta, e, portanto, a violência é apenas um acidente na superfície social sem tocar em seu fundo essencial não violento” (Chauí, 1999, p. 3). Isso leva a pensar, a partir da autora, que a lógica da violência no País ocorre por meio do mito da não violência. Essa fabulação funda, na história do Brasil, a ideia de um povo pacífico e cordial que remete às origens de um processo colonizador ocorrido no continente

da América Latina – e que assume “função apaziguadora e repetidora, assegurando à sociedade sua autoconservação sob as transformações históricas” (Chauí, 2003, p. 48).

Chauí (2003, p. 48) aponta que “o mito fundador é exatamente o da não violência essencial da sociedade brasileira”, o que significa dizer que a violência é fundante da sociedade brasileira, mas sua permanência como tal é pueril, justamente por se articularem mecanismos que insistem em referir-se a ela como fenômeno acidental, eventual e passageiro. A mídia, nesse contexto, tem vocabulário próprio para designar as situações de violências ocorridas na sociedade, e, mediante suas chamadas sobre “surto” e “onda”, de acordo com Chauí (2003, p. 49), “admite-se a existência empírica da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la, no instante mesmo que é admitida”.

Isso indica que as pessoas não assumem sua responsabilidade na construção da violência que está nas relações, mas insistem em apontar um local em que ela se origina. As desigualdades sociais e as produções de racismo, homofobia e sexismo, por exemplo, tardam a serem consideradas como violências produzidas em todos os contextos – e, como expressa Chauí (1999, p. 3), esse fato manifesta o quanto “a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e, por isso, a violência aparece como um fato esporádico superável”. Partindo da ideia que a violência alcança, no tecido social, condição estrutural, problematizaremos seus atravessamentos nas comunidades.

## ARTE E INFÂNCIA: LINHAS QUE SE ENCONTRAM

De acordo com Resende (2015), a partir dos estudos em Foucault, a infância é uma construção da modernidade, ou seja, uma “produção histórica, construção cultural e, portanto, desvinculada de definições estáticas, naturalizantes e essencialistas” (p. 7). Nesse caso, faz-se necessário desnaturalizar a ideia da infância como uma fase da vida que apresenta um único modo de ser criança – e entendê-la em sua pluralidade de experiências e marcadores sociais (gênero, classe social, raça/etnia, geração). Portanto, como *infâncias* (Resende, 2015).

Além disso, cabe destacar que os efeitos sustentados pelos dispositivos da biopolítica (o disciplinar e o de segurança que busca o controle do corpo) engendram, historicamente, uma dada vontade de verdade do Estado na construção da infância. Dessa forma, Foucault (2003) aborda a existência de um Governo da Infância, que busca enquadrar seu comportamento em uma certa métrica, passível de ser classificada, que estabelece para as crianças apenas um lugar – ser sujeito em formação que pouco “sabe” dizer sobre si. Seus corpos, destinados aos mecanismos de vigilância e das instituições, como escola, família, hospital, abrigos etc., encontram barreiras na possibilidade de estetizar a vida, pois, em uma sociedade disciplinar, é preciso investir em uma criança que produza, que contenha seus desejos e seja coerente com os meios de produção (Foucault, 2009; Silveira, 2015).

Kohan (2003) a partir de Deleuze, aborda outra lógica para olhar a infância, propondo vê-la “como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação” (p. 63), ou seja, uma infância que se encontra incessantemente na (re)construção de novas imagens sobre si, revelando sua intempestiva capacidade de irromper com os modos de estar no mundo. Por meio de relações singulares e inusitadas que tecem com o mundo, inventa-se uma produção estética da diferença (Kohan, 2003).

Acreditamos, nessa via, que cada infância é um acontecimento singular no tecido social. Deleuze (1996), a partir do conceito de *devir-criança*, pontua que a criança é “uma figura da alteridade, isto é, o Outrem que expressa um mundo possível para as formas de viver e pensar” (p. 35). Assim, associada à concepção de *cartografia*, podemos pensar que cada sujeito, enquanto cartografia viva, desenvolve um mapa de movimentos, conexões afetivas e linhas intensivas que remontam a uma dada territorialidade construída. A criança, como devir-criança, apresenta um mapa em constante processo de territorialização e desterritorialização, pois sua experiência não cabe em uma identidade fixa e homogênea: é perpétuo movimento (Deleuze, 1996).

Dessa forma, diante do acesso ao documentário, compreendemos que poder olhar para a constituição de vida das infâncias diante dos contextos de comunidade, marcados por fronteiras postas pelas violências e

desigualdades, é encontrar-se com formas diferentes de estetizar a vida, isto é, de se constituir no mundo. Nesse intento, é afirmando as conquistas, até então tidas pelas lutas da Psicologia na sociedade e nos desafios que estão se anunciando, que estabelecemos neste escrito um caminho potente para pensar essa conjuntura: a arte como expressão da resistência aos discursos e práticas das violências – uma vez que a arte potencializa a inventividade da vida nas trocas sociais, a partir de uma estética outra da existência.

## MÉTODO: O MODO DE ENCONTRO COM AS CRIANÇAS DO *MUNDO LUZ*

Compreendemos que a produção cinematográfica – em suas cenas, narrativas, efeitos sonoros e mensagens – como composição estética coloca o cinema em um lugar de anunciação (Deleuze, 2006). Dessa forma, para esta análise, o documentário escolhido tem como ficha técnica: (1) Título original: *Os Caminhos Desconhecidos do Mundo Luz*; (2) Ano: 2013; (3) País: Brasil; (4) Gênero: Documentário; (5) Duração: 17 min 17 s; (6) Temas do filme: infâncias, território e fotografia; (7) Produção: de Michele Diniz, curso de Cinema, e Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). O documentário versa sobre um encontro entre as infâncias de cinco crianças da comunidade Frei Damião com a da idealizadora, por meio de uma oficina de fotografia (Diniz, 2013).

Para pensar o cinema, é importante olhá-lo como produção que carrega fragmentos de uma dada época. Assim, segundo Deleuze (2006), é necessário tensionar a presença de um papel representacionista do pensamento nessa produção, pois esta pode operar em certas ideias fixas – e, portanto, escorregar em conceitos cristalizados socialmente. O caráter da representação é elemento problematizado por Deleuze (2006), uma vez que tomar a realidade como natural corresponderia à criação de uma regra universal sobre as diferenças que “uniformiza o diverso e igualiza o desigual” (Farina & Fonseca, 2015, p. 118) – e, sobretudo, estruturaria uma identidade fixa para o “eu”, por intermédio de um pensamento universalizante e pouco complexo (Deleuze, 2006).

Portanto, o plano do cinema, em seu movimento, convida o corpo a pensar a respeito do que se vê, ouve e sente. Nesse sentido, não descartando a linha tênue entre molaridades e molecularidades<sup>3</sup> (Deleuze & Guattari, 1995) que o cinema pode incitar frente às suas armadilhas normativas, buscamos pela vontade de superar as tentativas de unicidade e fixidez dos modos de vida e estabelecer linhas de fuga a partir da vontade de expansão das infâncias do bairro (Deleuze, 2006). Para tanto, esta pesquisa tem caráter qualitativo, exploratório, transversal e de análise fílmica.

O estilo de análise construído, inspirou-se no perfil da rede social *Instagram @umfilmemedisse*<sup>4</sup> e busca apresentar, a partir de algumas cenas e narrativas do documentário, a vida cotidiana das crianças no território da comunidade. Partindo da ideia de “um documentário me disse”, intencionamos criar reflexões alinhadas à análise de práticas discursivas de Spink (2013), daquilo que transversaliza a produção estética da existência dessas crianças na comunidade.

Spink (2013) aborda que, na análise de documentos de domínio público, como é o caso dessa produção, é necessário compreender que as práticas discursivas ocorrem em duas frentes – uma considerando os documentos como artefatos de sentido; e outra como conteúdos produzidos num determinado tempo, ou seja, como consolidadoras de memórias públicas e historicizadas. Assim, representam nuances de uma ação social e, sobretudo, constituem-se como “produto e produtor social” (p. 103).

Nesse aspecto, apreciamos os segundos do documentário por meio de uma outra vertente de análise, não os reduzindo à mera sequência de eventos, mas a partir da relação entre os três tempos históricos pautados por Spink (2013). Assim, “a construção social dos conteúdos culturais do tempo longo, as aprendizagens sociais que aprendemos no tempo vivido e os

---

3 Deleuze e Guattari (1995) estabelecem reflexões sobre os processos institucionais e segmentadores da existência que o capitalismo faz surgir na sociedade, tecendo reflexões sobre planos molares e moleculares nas linhas de uma cartografia. Definem como *molar* aquilo que corresponde a uma organização maquinaica do campo social em divisões, discursos de verdades e práticas instituidoras dele. As *molecularidades* surgem como escape da organicidade molar, reativando fluxos de multiplicidade que não se deixam codificar.

4 Esse perfil apresenta capturas de cenas de filmes e/ou séries – e seus diálogos –, com a finalidade de promover reflexões sobre a vida em relação às questões contemporâneas.

processos dialógicos do tempo curto” (p. 38) lançaram-nos na possibilidade de “reiniciar o diálogo com a história” (p. 103), alcançando a multiplicidade de conexões reflexivas entre obra e a realidade concreta.

Com base na decomposição das cenas que reverberaram nos nossos corpos-pesquisadoras, organizamos a análise estabelecendo planos que pudessem apresentar pistas do lugar da infância na comunidade, fugindo do imperativo de representá-la como algo fixo. A partir de duas cenas que indicam a arte como produção estética da existência das crianças; e de três cenas que contribuem para a reflexão sobre a geografia da comunidade Frei Damião na cidade, buscamos desenhar sentidos feitos nessa dialogia – uma vez que “o sentido é, portanto, o meio e o fim de nossa tarefa de pesquisa” (Spink, 2013, p. 82). Esse documentário, em síntese, constitui-se como a manifestação de uma linguagem social que nos permitiu compreender suas práticas discursivas como correlatos entre tempos, memórias e afetos da comunidade e, fundamentalmente, dessa infância, utilizando outros ângulos e alegorias.

## RESULTADOS: O CINEMA EM SUAS ENTRADAS E SAÍDAS

De acordo com as cenas do documentário, cinco crianças participaram de uma oficina que envolvia fotografia e passeios entre a comunidade Frei Damião e a universidade comunitária localizada no município de Palhoça/SC. Vinculadas a uma escola do território e dos projetos da disciplina de artes, essas crianças, ao lado da idealizadora, conduzem-nos no compasso da experiência que tiveram. Nas cenas iniciais, um plano desperta nossa atenção: há uma criança e uma câmera, cuidadosamente ajustada por ela, que anuncia uma captura fotográfica. Um “clique”, como na Figura 1, e nos encontramos mergulhadas na perspectiva do documentário:



Figura 1. Cena 1, de 3 min a 3 min 10 s. Fonte: Diniz, 2013.

A delicadeza dessa cena – em que a máquina é preparada pela criança, com a posição, o sorriso que escolhe para ser registrada na fotografia e o som do temporizador até a captura – evidencia que o encontro com os caminhos desconhecidos da infância no bairro estava por iniciar-se. O plano fecha-se assim que a foto é capturada, mas continua reverberando em nós. Como passos, o efeito que a trilha sonora, desde o começo, provoca e movimenta o nosso corpo-pensamento na intenção de escrever sobre essa infância, para além das capturas normativas da linguagem. Essa cena (Figura 1) é testemunho da vida em seu devir na comunidade – e será essa vida que escapa ao instituído e produz a estética que abordaremos.

### Plano 1: as fronteiras de/na cidade

De imediato, o carro em trânsito nas cenas iniciais do documentário, passando pelos cenários da universidade e comunidade, interpela-nos, porque destaca, de saída, as diferenças entre dois territórios tão próximos. O bairro da universidade é marcado por ruas asfaltadas, por tráfego de

carros e transporte público, isto é, pelo acesso às diferentes formas de entrada e saída dos espaços. Já no território da comunidade, as ruas de terra esburacadas, que são sentidas nos solavancos em fluxo das imagens registradas pela filmagem, escancaram um outro modo de relação com o espaço, como pode ser visto Figura 2.

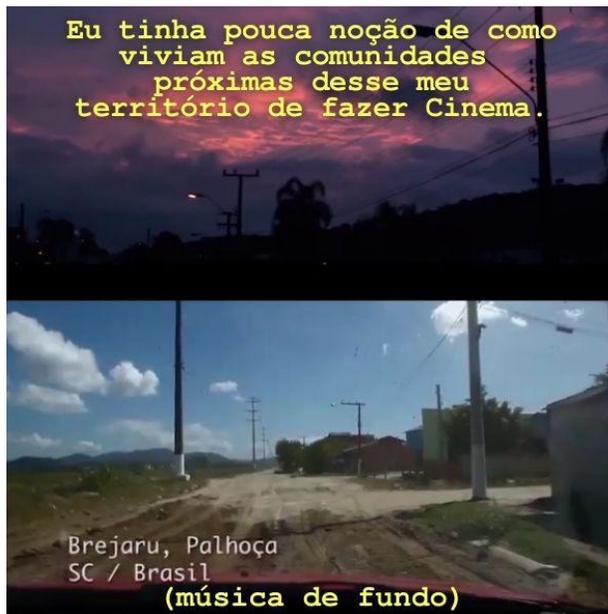


Figura 2. Cena 2 de 1 min 42 s a 1 min 48 s. Fonte: Diniz, 2013.

A narração ao fundo dessas imagens transporta-nos para os nossos trânsitos por esses territórios e torna evidente o quanto o corpo docente e discente da universidade pouco conhece a realidade que está ali, ao lado. Sentimos, novamente, os solavancos daquelas ruas esburacadas e mobilizadas por essa experiência – e convidamos você, leitor(a), a problematizar conosco o que a vida pode diante da fronteira elucidativa entre o território da comunidade e seus arredores, como o bairro da universidade.

Esse plano, portanto, evidencia que a comunidade, com sua geografia própria – plana – no mapa da cidade, pouco aparece. Isso possibilita para quem está dentro vislumbrar, em seu horizonte, os prédios requintados das regiões da Pedra Branca (onde está a universidade) e demais bairros

próximos. Ao mesmo tempo, quem está de fora não tem o alcance da dimensão vivida nessa localidade. Há, em curso, um distanciamento daquilo que é tão próximo – o humano. Diz respeito a uma distância sobre a vida que acontece num dado contexto e escancara os diagramas neoliberais que sedimentam a vida em estratos; sobretudo, caracterizam as comunidades sob uma única lógica: lugar de risco, criminalidade e violência, produzindo, assim, uma vontade de distância – distância do outro.

Com base em Rosa (2009), territórios marcados pelas vulnerabilidades sociais (Guareschi et al., 2007), como a comunidade Frei Damião, e que são construídos nos efeitos das desigualdades sociais são vistos como territórios de periferia das cidades. Formam-se nas margens devido aos processos de segregação socioespacial que colocam, nesses lugares, o *status* de “territórios à parte, sem lei, sem Estado, sem urbanidade” (Rosa, 2009, p. 5) – o que, por sua vez, demarca para as comunidades um processo de invisibilização/invisibilidade em relação à cidade.

A invisibilidade na Frei Damião refere-se tanto à geografia quanto a um projeto de sociedade para localidades como essa. Por não ser vista como uma favela em seus morros, a exemplo de outros lugares do estado de Santa Catarina ou cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, a comunidade é submetida a um desinvestimento do poder público do município, e, para ela, o que fica são os restos das políticas públicas. Acreditamos que, a exemplo da falta de pavimentação, organizam-se meios que restringem as condições da vida ali acontecer para além da vulnerabilidade social – e constata-se a operacionalidade do mecanismo de exclusão apontado por Chauí (2003).

O lugar da periferia “violenta”, “onde a violência se situa e se realiza”, (Chauí, 2003, p. 50), não existe por acaso. Como apresentado por Chauí (2003), o mito da não violência encontra no mecanismo de exclusão impulso para distinguir que a violência é praticada por um outro não brasileiro – “eles” – sobre a nação brasileira não violenta – “nós”. Essa cisão, quando colocada sob análise, dentro do território brasileiro, faz-nos pensar que há uma *arquitetura das violências* que recai sobre as comunidades de periferia. O imaginário social transfere a violência como produto da população que ali se encontra e finda um “nós”, cidadãos de bem; e um “eles”, pessoas violentas, ameaçadoras. Nisso, percebemos a articulação de uma nova

roupagem, mais engenhosa, para o mecanismo de exclusão e que impacta substancialmente os processos de vida da comunidade. Dessa forma, é inegável o caráter estrutural das violências no tecido social (Chauí, 2003).

### A leitura geopolítica que entra em cena

A localização da violência para esse espaço implica políticas de vigilância, controle social e disciplinamento dos corpos. Dialogando com Foucault (2003), compreendemos que o projeto de uma “favela violenta” fala de construções históricas e sociais que insistem em localizar em um único lugar e em corpos específicos, olhados a partir de marcadores sociais – como raça/etnia, classe social, gênero e geração –, a qualidade de/do perigo. O corpo que foge aos padrões de conduta e de produção na sociedade deve ser punido e/ou excluído, para que sinta na pele a força de um poder ditado socialmente pelos aparelhos biopolíticos de controle dos corpos (Foucault, 2009). Pela soberania da biopolítica, esses corpos qualificam-se, em última instância, como perigo à ordem social. Um corpo que é colocado, tão somente, nas favelas e comunidades (Foucault, 2003).

Sabendo dessa construção, anunciamos a necessidade de uma leitura geopolítica do território para compreender como se articulam certas condições. Entram em cena aspectos políticos, econômicos, históricos e sociais para complexificar a análise das violências. Nessa perspectiva, percebemos como esses elementos criam situações que ditam o modo como os corpos se comportam na sociedade, visto que, com base na leitura de Foucault (2009), a vigilância dos corpos inicia-se a partir das instituições urbanas e da necessidade de controle destas na sociedade, que se desenvolve a partir de uma economia capitalista. Assim, com o advento das grandes cidades, estabelece-se a necessidade de um poder disciplinar que promovesse uma normatização dos corpos numa dada regra, isto é, docilizá-los (Foucault, 2009).

Dessa forma, diante de um sistema que visa a enquadrar regras sociais a respeito de disciplina e segurança social, não há dúvidas que os territórios de periferia, vulnerabilizados por condições de possibilidades que não chegam, carregam uma sentença radical: seus corpos devem ser

punidos, ter circulação reduzida, serem violados em seus direitos e destituídos de sua capacidade de escolher e existir. Esse fenômeno colocado por Foucault (2009) assinala o quanto a vida na periferia sofre os efeitos de um Estado que não investe em seu território ou que barra recursos que poderiam angariar outros modos de vida.

Não investe porque isso diz de um ideal de sociedade, que delimita, ainda, para onde e quem são os corpos que devem gozar de todas as possibilidades de uma vida. Segundo Mbembe (2018), o conceito de biopoder<sup>5</sup> de Foucault (2003, 2009) já não dá mais conta de constatar as formas que o poder da morte é colocado para certos grupos de pessoas, porque há uma *necropolítica* em jogo. Esta dita suas próprias regras – silenciosas e ardilosas –, que trama uma nova existência social para certas populações, e embaralha condições de existência para as pessoas da comunidade em naipes de crueldade, limitando sua circulação, destituindo seus direitos e ratificando uma soberania que estabelece quais corpos podem/devem viver e morrer – seja literal, seja a morte em vida (Mbembe, 2018).

De acordo com Mbembe (2018, p. 41) “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” – e, dessa forma, percebemos o quanto os dispositivos de vigilância e coerção são limitadores da ascensão da vida para além das amarras do capitalismo e desigualdades sociais. Assim, a geopolítica que impera demonstra que as fronteiras estão postas por marcadores de violência estruturais e estruturantes para a vida nas comunidades, sobretudo na cidade. São historicamente construídos e culturalmente reafirmados, e, no caso da população que mora na Frei Damião, implica contornos de vida específicos.

---

5 O biopoder diz respeito àquele “domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu controle” (Mbembe, 2018, pp. 5–6). É diante desse poder que se delimitam os territórios de segurança e ameaça.

## A vida possível é aquela que resiste

No documentário, há uma cena específica em que uma das crianças com a câmera em suas mãos grava, em um efeito 360°, parte dos contornos característicos do bairro. A cena conduz-nos, naquilo que as crianças captam do espaço em que vivem – o céu, as pessoas que circulam pelas ruas, as casas sem reboco, as janelas de diferentes materiais, as roupas penduradas –, a vida em determinadas condições, como expressa a Figura 3, que se reinventa, dia após dia:



Figura 3. Cena 3, de 13 min 10 s a 13 min 22 s. Fonte: Diniz, 2013.

O entorno que o menino registra pela óptica da câmera punge e nos conduz a olhar para esse território assim: por todos os lados, de baixo para cima, de cima para baixo, de um lado para o outro – e, mais que isso, em suas várias possibilidades de fazer *rizoma*. O rizoma, para Deleuze e Guattari (1995), é visto como um elemento capaz de conectar um ponto ao outro, em linhas que se expandem, alargam-se e não cessam por se encontrar. É figura da multiplicidade: por ser linha, não pretende criar

formas, mas ampliar encontros que superem lógicas totalizadoras e criem conexões; criem, portanto, recursos possíveis para se continuar ramificando – existindo.

Evidência, na materialidade da comunidade, que a vida se conecta com os recursos possíveis – e aqueles que dizem respeito aos vínculos de afeto, entre os pares, são essenciais para essas crianças. Os espaços referentes à educação, saúde e lazer pouco são destacados no documentário; no entanto, quando as condições estruturais das moradias, das ruas, das roupagens e, sobretudo, da infraestrutura da escola são mostradas, perceberemos as abreviações que essas pessoas encontram pelo caminho. Essa vida que não é vista na cidade sente os efeitos das políticas de controle e exclusão em curso que desinvestem a potência de estetizar a existência, de existir (Foucault, 2009; Mbembe, 2018). Diante dos recursos que acessam, observamos também, pela experiência nesse lugar, o encurtamento daquilo que se consideram direitos fundamentais a toda pessoa humana e que estão nos papéis institucionais (constitucionais). Assim, a feitura de uma vida possível, anunciada pela comunidade, é aquela que resiste ao sucateamento do seu território e dos discursos da violência (que, por si sós, são violentos) que muito querem dizer sobre ela.

O menino, ao rotacionar em 360º o seu olhar pela comunidade, une-nos ao seu movimento e, nesse instante, pela sua sensibilidade, aponta-nos que o caminho da resistência da infância no bairro acontece quando esta pode expor a sua realidade. Dessa forma, quando há encontro com o outro, essas crianças indicam-nos rotas possíveis de ampliação da vida na comunidade. O encontro, agenciado no coletivo, surge como caminho que aumenta a potência da vida de atribuir sentido, apropriar-se e criar a realidade. Permite seguir em vida, a partir de campos de força de resistência, afeto e solidariedade (Deleuze, 1996).

Essas crianças, também pertencentes a uma categoria que as engenharias do pensamento e da governabilidade da infância buscam aplicar suas verdades normativas (Resende, 2015), em última análise, mobilizam-nos a pensar que, para subverter as tiranias da soberania, a linha de fuga está na superação da lógica da violência produzida nesses territórios. Se limitamos a possibilidade de tatear o mundo com determinações,

restringimos a transformação social e a constituição de novos modos de subjetivação. Nesse intento, se definimos a produção da violência como a única possibilidade de enxergar as comunidades, fechamos as janelas que abrem outras modalidades de encontro de seus moradores com o mundo. Assim, a comunidade Frei Damião revela-nos que a força da vida também está nos buracos, pois estes são frestas que ampliam a possibilidade de reivindicar seus direitos nas instâncias públicas e afirmar sua existência na cidade.

## Plano 2: A estética da existência na obra de arte produzida pelas crianças da comunidade

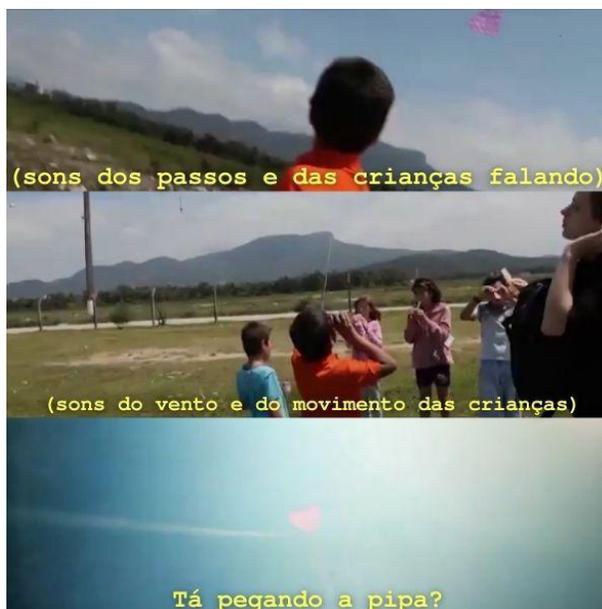


Figura 4. Cena 4, de 9 min 20 s a 9 min 39 s. Fonte: Diniz, 2013.

É com o movimento das crianças pelo bairro, como mostra a Figura 4, que inauguramos este plano de análise. No arranjo entre o sol e o sopro do vento que a filmagem deflagra, a vida pediu passagem para um artefato brincante ser utilizado: a pipa. Por meio dela, um menino junto do grupo busca empiná-la no alto do horizonte da comunidade, e, enquanto a pipa baila, uma foto foi capturada como marco daquele encontro. Essa pipa, em

seu contínuo movimento no alto do céu, é registro de uma infância no bairro que solicita olhar de cima e que se expande fora dos limites estabelecidos pela arquitetura do bairro.

No seu movimento, a pipa atravessa-nos como “respiro”, uma vez que nos tira, por alguns instantes, do nosso lugar, para vivê-la pela óptica dessas crianças. Suspiramos – do outro lado da tela –, pois constatamos a inventividade da vida das crianças. Na sua sutileza, comunicam que a infância desse lugar da comunidade resiste aos processos disciplinares que assujeita os corpos e tenta governar a infância, quando aciona outros circuitos de contato com o mundo e com as possibilidades de se constituir gente (Foucault, 2009; Resende, 2015).

Cabe destacar que essas crianças vivem o acontecimento de suas infâncias de forma localizada no tempo, espaço, corpo e experiência. Diante de um pensamento interseccional,<sup>6</sup> isso aciona marcadores sociais, como classe social, gênero, raça/etnia, geração e território, e permite complexificar o debate das dinâmicas de necropolítica e governo da infância que implicam processos de vida (reconhecimento de uma existência singular) e morte (apagamento, gradual ou radical, das diferentes possibilidades de estética da vida) da infância no bairro (Resende, 2015; Mbembe, 2018).

De acordo com Resende (2015), a partir dos dispositivos da biopolítica, executa-se uma máquina que busca governar aquilo que é do humano, por meio da disciplina, castigo, controle e normatividade. No caso das infâncias da comunidade Frei Damião, destacamos que “essa máquina que faz viver e deixa morrer” (Resende, 2015, p. 8) trabalha a partir de arranjos institucionais, políticos e econômicos – e restringem as possibilidades de circulação para além dos limites da geografia do bairro, já que, a exemplo do limite do asfalto, o meio de transporte público ali não chega. Destacamos, ainda, mediante outras passagens pela comunidade, que, para a infância se

---

6 A interseccionalidade, de acordo com Crenshaw (2002), é estabelecida pela dinâmica entre eixos como gênero, raça, classe social, entre outros, que configuram experiências identitárias marcadas por processos de desigualdade e políticas de subordinação e que demarcam a necessidade de olhar para os sistemas de opressão. É um conceito que surge dos estudos feministas e estabelece a incursão de diferentes marcadores para falar sobre certos públicos.

desenvolver plenamente em sua potência, é fundamental a articulação de uma rede de cuidado, que parta de um investimento do próprio município, entre as políticas públicas e as instituições.

Nessa perspectiva, a infância participante desse documentário pode ser vista como a pipa que tomou o céu na cena apresentada. Do alto, manifesta ser este o seu lugar de resistir aos limites impostos, pois dali, em seu esplendor, pode ser vista por todos. Isso evidencia que os arredores da cidade somente percebem a vida que mora nesse espaço plano quando olham para as suas produções postas na amplitude de seu horizonte, como a pipa no céu – mas que não deve reduzir essa percepção a produções estereotipadas ou violentas. A vida desse lugar também se transforma.

No movimento como criança-pipa, essa infância aponta, portanto, outro registro estético da existência, fora daquilo que já disseram ou dizem sobre ela. Esse conceito – estética da existência –, segundo Foucault (1985), surge para referir-se sobre a criação do sujeito sobre si mesmo a partir da elaboração de um estilo próprio. Cada sujeito dobra-se sobre sua existência, como artesão, para a produção de si – e o efeito dessa ação é a estética como modo de vida e tal estilo como obra de arte (Foucault, 1985; Pagni, 2014).

Quando nos damos conta disso, constatamos a potência desse documentário de mostrar a vida, e especialmente a vida como obra de arte das crianças desse bairro. O registro que fica versa sobre um processo de subjetivação pautado numa infância brincante, que solta pipas, transita pelas ruas e circula entre os diversos espaços do bairro no seu próprio compasso de tempo. Escancara-se, sobretudo, o paradoxo da violência nas ruas da cidade, visto que as crianças da cidade têm o próprio cercado das residências como limite, diante das preocupações sobre segurança dos adultos. No entanto, mesmo que a infância dessa comunidade tenha trânsito livre no seu território, elas também sentem na pele os efeitos das desigualdades e vulnerabilidades. A partir disso, criam possibilidades, a partir do encontro com os pares e redes afetivas, de inventar outros contornos de existência para a obra de arte que se está fazendo.

## *A obra de arte que as crianças anunciam: um registro heterotópico*

Na comunidade, a obra de arte que cada um cria diz respeito tanto às condições de possibilidade presentes na imanência da vida diária quanto à virtualidade que essas crianças, como artesãs de si mesmas, alcançam em suas imaginações, invenções e apropriações (Foucault, 2009). Com isso, destacamos que a vida como obra de arte somente se desenvolve se certas condições são garantidas. Nesse caso, partindo da alegoria da criança como pipa e sentindo o sopro que elas lançam no documentário, nós nos questionamos: quanta linha oferecemos para estas crianças-pipas voarem? Quanta linha-recurso garantimos para que as crianças das comunidades (mas também, não apenas) possam viver esse momento da infância usufruindo plenamente de seus direitos?

Não temos a pretensão de concluir respostas para essas perguntas, mas compreendemos que elas precisam fazer parte do horizonte de problematização das produções científicas, das políticas públicas, do exercício profissional e, principalmente, serem tecidas junto às próprias crianças. Como forma de apontar caminhos, evidenciamos que, na brincadeira de empinar a pipa, o céu é o limite – e se o carretel for composto de linhas fartas, a brincadeira expande-se. Nessa perspectiva, quando os direitos e acessos são garantidos, expande-se, fundamentalmente, a possibilidade de o carretel da vida voar para o horizonte de que quiser fazer parte – voar com a garantia que os pés tenham um chão para repousar. Sobretudo quando os recursos são suficientes, eles dão oportunidade a outros modos de estetizar e de estilizar a vida, que sejam, também, para além da comunidade (Foucault, 1985).

Dessa forma, a partir da oficina de fotografia, as crianças manifestam, em ato, a criação de estéticas próprias de si mesmas. Quando capturam cenas cotidianas, indicam a arte como uma ferramenta de transformação na realidade e de expressão da vida possível da infância na comunidade, isto é, aquela que também extrapola as fronteiras da comunidade. A partir da cena na Figura 5, o diálogo que se estabelece revela o que significa a arte nesse contexto, vivido por essas crianças.

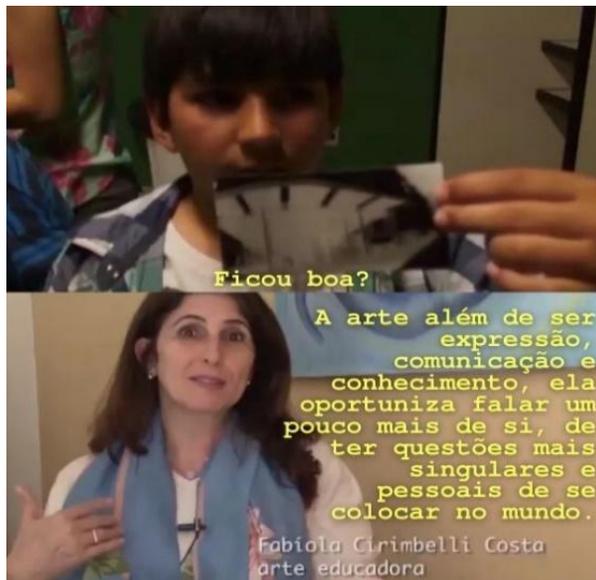


Figura 5. Cena 5, de 6 min 24 s a 6 min 34 s. Fonte: Diniz, 2013.

Mediante a pergunta da criança, a educadora destaca precisamente o papel da arte na vida das pessoas, ou seja, a arte dá oportunidade a falar mais de si, a se colocar no mundo como diferença, evidencia sua capacidade de ser construção inédita e recurso potente para se ampliar a vida. Sobremaneira, articula-se como metodologia que vai ao encontro de diferentes realidades e pessoas, pois, quando entra em cena, aponta como caminho os sentidos atribuídos nessas relações. Em síntese, apresentam ao mundo um registro de um dado tempo e experiência sentida e vivida (Spink, 2013).

Assim, essa produção cinematográfica revela o testemunho de um acontecimento potente para se destacar nesta pesquisa: o encontro entre o asfalto da cidade e o chão batido de terra da comunidade. O encontro entre a infância dessas crianças e da idealizadora (e das nossas infâncias também). O encontro entre a universidade e a comunidade que está ao lado e, fundamentalmente, das linhas arteiras tecidas pelas crianças, uma heterotopia pôde ser produzida. De acordo com Foucault (1986), a heterotopia pode ser conceituada como “pequenos momentos, pequenas parcelas do tempo” (p. 5), isto é, como lugares-outros que são acessados quando se

atravessam os limites do instituído e alcança-se um plano quase que virtual da experiência e que potencializa a vida.

Segundo o autor “as heterotopias assumem variadíssimas formas e, provavelmente, não se poderá encontrar uma única forma universal de heterotopia” (Foucault, 1986, p. 4). São produzidas por um determinado coletivo, em um tempo localizável – o vivido, mas sem a pretensão de fixar-se em um determinado espaço-tempo. O acontecimento registrado no documentário entre essas cinco crianças e a idealizadora direciona-nos para a capilaridade das conexões afetivas desse vivido, ou seja, para “uma certa ruptura do homem com a sua tradição temporal” e que pode ser vista como o auge da existência da heterotopia (Foucault, 1986, p. 5).

Dessa forma, a arte surge como mediadora da criação de outra estética da existência, proporcionando para essas crianças se reconhecerem em suas fotografias, como sujeitos que ali pertencem e produzem perspectivas sobre a vida que ali acontece. Ao transpassar os limites do fora, pintam um registro heterotópico dessa infância que pulsa e deseja sempre mais – e que é legítima para usufruir os seus direitos de participação e circulação na cidade e, sobretudo, de cuidado, educação, cultura e ludicidade; de ter recursos que aumentem a sua potência de ser obra de arte contínua na geografia da comunidade.

### *O convite que fica: a estética como caminho*

Por meio da arte, vemos em cena a infância da comunidade criando formas inventivas de subjetivação, isto é, de estética de sua existência. Ao apresentarem os espaços do lugar em que vivem, convidam-nos a pensar a categoria infância, como afirma Resende (2015, p. 8): “em outras formas de infância. Novas potências infantis, outros modos de ser criança, desencadeados pela experiência, pelo acontecimento, pela singularidade, pelo devir”.

Compreendemos, com essa construção, a importância de encontrar as crianças e conhecer de suas infâncias, junto delas, na materialidade de suas vidas, uma vez que, como afirma Danelon (2015, p. 217), “a cada infância o mundo assume infinitas novas possibilidades de ser no mundo,

[e] esse é o perigo que toda infância carrega para o nosso mundo centrado”. Nessa perspectiva, a infância está para fuga de qualquer fronteira, limite ou tentativa de controle epistemológico, biomédico, biopolítico e cultural, como mostram, brevemente, as crianças da comunidade Frei Damião. Ela subverte ao instituído, porque não solicita ser colocada nos espaços que o outro (adulto, Estado, práticas disciplinares) deseja. Ela escapa.

Sobremaneira, as infâncias que apresentam mobilidade e plasticidade para se constituir na liberdade assustam as vontades de representação do pensamento. Evidenciamos, portanto, que, se a modalidade de encontro com as infâncias acontecer na tentativa de normatizá-la, nomeá-la ou fixá-la em um único lugar, retoma-se a lógica de uma “arte” de governar as infâncias (Resende, 2015). Nesse ínterim, recriam-se políticas de morte para elas, visto que se apaga a capacidade das infâncias se expressarem como novidade. Nesse caso, a arte, como recurso das crianças, revela-nos sua capacidade de proporcionar a produção de outros contornos sobre si, de reinventar-se como obra de arte.

Ao soltar pipa, utilizar a câmera fotográfica, transitar por outros espaços, as crianças participantes do documentário expandem o seu universo de contato com a cidade e afirmam sua capacidade de agentes sociais que resistem ao que é socialmente esperado da comunidade. Denunciam, sobretudo, o não pertencimento às capturas de uma dada cronologia, etapas do desenvolvimento, mecanismos de exclusão ou critérios morais que insistem em aplicar políticas de silenciamento e apagamento de suas infâncias (Danelon, 2015; Mbembe, 2018). As crianças voam e encontram brechas para se expandir, para se reinventarem.

Portanto, o convite final que a análise do documentário apresenta, a partir das crianças, evidencia a necessidade do *locus* acadêmico e das várias áreas do conhecimento aproximarem-se das mesmas, fundamentalmente interessados em ouvi-las em sua alteridade, nos seus lugares de pertencimento e de atravessamentos diversos (político, histórico, cultural e social) que podem comunicar. Destacamos também que, a partir da ampliação de pesquisas e intervenções que se aproximem das infâncias – e, sobretudo, das comunidades do nosso País –, é que se pode iniciar um processo de rompimento com a lógica de invisibilidade para as comunidades, como no caso

da comunidade Frei Damião. Para isso, é preciso assumir um compromisso ético-político de superação de imaginários pautados em periculosidade, violência e criminalidade colocados para esse contexto, uma vez que, se há algo para nomear ou qualificar das comunidades, é: resistência.

## REFERÊNCIAS

- Chauí, M. (1999, março 14). Uma ideologia perversa. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, p. 3.
- Chauí, M. (2003). Ética, política e violência. In T. Camacho (Org.), *Ensaio sobre a violência* (pp. 39–59). Vitória: EDUFES.
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 1, 171–188. Recuperado de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod\\_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf)
- Danelon, M. (2015). A infância capturada: Escola, governo e disciplina. In H. Resende (Org.), *Michel Foucault: O governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Coleção Estudos Foucaultianos).
- Deleuze, G. (1996). *Crítica y clínica* (T. Kauf, Trad.). Barcelona: Anagrama.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição* (L. B. L. Orlandi & R. Machado, Trads.). São Paulo: Graal.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 2). São Paulo: 34.
- Diniz, M. (Diretora). (2013). *Os caminhos desconhecidos do Mundo Luz* [Filme]. Espuma Filmes, Universidade do Sul de Santa Catarina. Recuperado de: <https://curtadoc.tv/curta/povosidentidade/os-caminhos-desconhecidos-do-mundo-luz/>
- Duarte, G. (2015). Frei Damião: Um retrato da comunidade mais carente da Grande Florianópolis. *Hora de Santa Catarina*. Recuperado de <https://medium.com/@HoraSC/frei-dami%C3%A3o-um-retrato-da-comunidade-mais-carente-da-grande-florian%C3%B3polis-56692c7faca2>

- Farina, J. T., & Fonseca, T. M. G. (2015). O cine-pensamento de Deleuze: Contribuições a uma concepção estético-política da subjetividade. *Psicologia USP*, 26(1), 118–124. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564A20135213>
- Foucault, M. (1985). *A história da sexualidade 3: O cuidado de si* (8. ed.). São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (1986). *De outros espaços* [Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967]. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ea/a/zz6cfdQBcxskMtMXDHPqT4G/?format=pdf&lang=pt>
- Foucault, M. (2003). *Microfísica do poder* (18. ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Freire, J. C. (2003). A psicologia a serviço do outro: Ética e cidadania na prática psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 12–15. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932003000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400003&lng=en&nrm=iso)
- Guareschi, N. M. F. , Reis, D. C., Huning, S. M. , Bertuzzi, L. D. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estud. pesqui. psicol.* [online]. 2007, vol.7, n.1, pp. 0-0. ISSN 1808-4281.
- Kohan, W. O. (2003). *Infância: Entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N° 1.
- Pagni, P. A. (2014). *Experiência estética, formação humana e arte de viver: Desafios filosóficos educação escolar*. São Paulo: Loyola.
- Resende, H. (2015). *Michel Foucault: O governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Coleção Estudos Foucaultianos).

- Rosa, T. T. (2009). Favelas, periferias: Uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, *Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG.
- Santos, M. (2008). *Metamorfoses do espaço habitado* (6. ed.). São Paulo: EDUSP.
- Silveira, T. C. (2015). *Da infância inventada à infância medicalizada: Considerações psicanalíticas* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24022016-090219/publico/TACITO\\_CARDERELLI\\_DA\\_SILVEIRA\\_rev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24022016-090219/publico/TACITO_CARDERELLI_DA_SILVEIRA_rev.pdf)
- Spink, M. J. P. (Org.). (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

*Recebido em 26/11/2020*

*Aceito em 10/09/2021*

# De uma utopia estética a uma estética utópica: a linguagem que pulsa

*From aesthetic utopia to utopian aesthetics:  
the pulsating language*

*De una utopía estética a una estética utópica:  
el lenguaje que pulsa*

*Maria Lucia Macari\**  
*Amadeu de Oliveira Weinmann\*\**

## Resumo

*Este artigo busca tensionar o significante utopia, a partir de uma articulação com a estética. Com esse intuito, dialogamos, especificamente, com a linguagem cinematográfica, assumindo a premissa de que não aplicamos a Psicanálise ao cinema, mas o cinema à Psicanálise, de modo a construir um percurso mediante o qual podemos escutar os significantes em sua equivocidade. Com a emergência de uma utopia estética, a qual ilustramos com o realismo socialista, entendemos que uma política de linguagem estrita foi colocada em cena, restringindo os jogos com os significantes e, portanto, as possibilidades discursivas. No entanto, nos emaranhados da cultura, entre fechamentos e (re) aberturas, uma estética utópica pode ganhar forma, a qual colocamos para discussão a partir do cinema de Tarkovsky, que aposta em uma linguagem cinematográfica fora dos ditames estéticos vigentes. Nesse sentido, o que está em jogo é a dimensão inventiva da linguagem, o pulsar dos significantes que convocam os sujeitos a posturas distintas.*

**Palavras-chave:** *psicanálise, utopia, estética, linguagem, Tarkovsky*

---

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. E-mail: marrymlm@gmail.com

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. E-mail: weinmann. E-mail: amadeu@gmail.com

## Abstract

*This article seeks to underscore the 'utopia significant, based on an articulation with aesthetics. The premise is not to apply Psychoanalysis to cinema: cinema is applied to Psychoanalysis building a path through which we can listen to the signifiers in their equivocality. With the emergence of an aesthetic utopia, which we illustrate with socialist realism, we understand that a strict language policy was established, restricting games with language and, therefore, discursive possibilities. However, in the entanglements of culture, between closings and (re)openings, a utopian aesthetics can take shape, and also shape the discussion based on Tarkovsky's cinema, with his outsider cinematographic language. In this sense, what is at stake is the inventive dimension of language, the pulse of the signifiers that call the subjects to position themselves differently.*

**Keywords:** *psychoanalysis, utopia, aesthetics, language, Tarkovsky*

## Resumen

*Este artículo busca tensionar el significante utopía, a partir de una articulación con la estética. Para eso, dialogamos específicamente con el lenguaje cinematográfico, asumiendo la premisa de que no aplicamos el Psicoanálisis al cine, sino el cine al Psicoanálisis, para construir un camino a través del cual podamos escuchar los significantes en su equívoco. Con el surgimiento de una utopía estética, la cual ilustramos con el realismo socialista, entendemos que una política de lenguaje estricta fue colocada en escena, restringiendo los juegos con los significantes y, por lo tanto, las posibilidades discursivas. Sin embargo, en los enredos de la cultura, entre cierres y (re)aperturas, puede tomar forma una estética utópica, la cual ponemos en discusión a partir del cine de Tarkovsky, que apuesta por un lenguaje cinematográfico fuera de los dictámenes estéticos actuales. En este sentido, lo que está en juego es la dimensión inventiva del lenguaje, el pulso de los significantes que convocan a los sujetos a diferentes posturas.*

**Palabras clave:** *psicoanálisis, utopía, estética, lenguaje, Tarkovsky*

Este artigo busca fazer um tensionamento do significante *utopia*, na medida em que diz respeito à linguagem e, portanto, nunca abre ou fecha completamente. Para tanto, construímos uma articulação da utopia com a estética, de modo que, a partir das linguagens artísticas, possamos dar uma forma à nossa compreensão do tema.

Para atravessar esse percurso, optamos pela linguagem cinematográfica, trazendo o cineasta soviético Andrei Tarkovsky como norte da discussão. Nesse sentido, tomamos o cinema como uma alteridade possível

à Psicanálise, o que implica pensá-lo estruturado como uma linguagem, pressupondo a possibilidade de um sujeito advir nessa estrutura (Weinmann, 2017). Por ser linguagem, o cinema permite uma leitura pelo pulsar dos significantes fílmicos, em suas articulações uns com os outros.

Começamos essa discussão transitando pelo cinema soviético pós-Revolução, para compreender como as linguagens artísticas daquele período trazem consigo a marca da inovação e da experimentação, mesmo que, em grande parte do tempo, atreladas à propaganda do socialismo. No entanto, através de disputas políticas, burocratizações e fechamentos culturais, a arte vai ganhando novos tons, e uma política de linguagem é implementada por meio do *realismo socialista*. A partir de então, toda arte deve seguir os parâmetros ditados pelo Estado, que trazem uma heroificação dos líderes e um nacionalismo exacerbado. Uma utopia estética ganha forma, trazendo consigo uma *ilusão de futuro*, já que traz um modelo pronto a ser seguido, baseado na idealização de um mundo sem furos.

No entanto, como a linguagem pulsa, após algumas décadas de estagnação cultural, surge uma “Nova Onda” no cinema soviético, que será iluminado por filmes com características divergentes dos estratagemas burocráticos da estética vigente. Nesse contexto, Andrei Tarkovsky ganha destaque, já que seu cinema traz uma linguagem completamente destoante da utopia estética do realismo socialista – impregnada de subjetividade e de um tempo não linear. Ao se inserir na cultura fazendo um corte, entendemos que sua obra trará consigo uma estética utópica, não mais baseada nos preceitos vigentes, mas em suas inspirações artísticas pessoais. Agora, é o *futuro de uma ilusão* o que está em causa; afinal, com uma arte pautada no enigma, podemos entrever nossa condição faltante. Nesse sentido, é o atual que clama, na sua potência em apontar linhas de fuga.

De uma utopia estética a uma estética utópica, entre restrições e possibilidades, o significante utopia dança nos emaranhados errantes da linguagem. Portanto, não significa que uma estética seja oposta à outra, mas que ambas podem andar juntas e, ao mesmo tempo, ter significados completamente distintos. Tudo depende das possibilidades de inscrição e

leitura que nos são oferecidas pela cultura. Para entendermos melhor esses movimentos, faremos uma viagem no tempo até o ano de 1917, que será o nosso ponto de partida neste percurso.

## A CONSOLIDAÇÃO DE UMA UTOPIA ESTÉTICA

Com a Revolução de Outubro de 1917 e a instauração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Rússia passou por diversas mudanças culturais, principalmente no que diz respeito às artes. O início dessa nova era foi marcado pelo pluralismo de linguagens artísticas e pelas experimentações vanguardistas. Contudo, foram os construtivistas que ganharam maior visibilidade, já que traziam uma arte atrelada à consciência e ao movimento, expressando os anseios de uma revolução que queria refazer o mundo e dar um fim à alienação humana, trabalhando de modo a expor como as coisas do mundo eram feitas (Saraiva, 2006).

No entanto, o mais interessante desse período pós-Revolução não será exatamente o conteúdo das obras, mas as possibilidades que elas enunciam no âmbito da linguagem, proporcionando um fluir maior dos significantes, inscrições plurais e possibilidades discursivas. Embora a maior parte dessas produções trouxesse um engajamento político, havia espaço para experimentações e novas articulações dos significantes revolucionários. Essas características podem ser observadas em filmes como *A Greve* (1925), de Sergei Eisenstein, e *Um Homem com uma Câmera* (1929), de Dziga Vertov, entre outros.

No entanto, como a História é feita de lutas políticas, após quase duas décadas de um período de experimentações e relativa liberdade de criação e expressão, a era das vanguardas terminou, e o realismo socialista substituiu a arte revolucionária dos anos 1920. Após a morte de Vladimir Lenin, em 1924, a arte ficou à mercê de disputas políticas acirradas, passando por mudanças drásticas nos anos que viriam.

A partir da implementação do realismo socialista, impôs-se uma uniformidade no campo das artes, e as manifestações dos artistas deviam seguir determinadas normas, impossibilitando, na maioria das vezes, a liberdade de expressão e a criatividade. Segundo Boersner-Herrera (2010),

essa política foi uma resposta a um desejo totalitário de controlar a arte e colocá-la sob vigilância do Estado, a serviço do ideário stalinista. O realismo socialista foi criado para reagir contra as formas ditas burguesas de antes da Revolução e contra o formalismo revolucionário, tornando-se a política oficial do Estado em 1934, promulgada pelo próprio Stalin. Esses parâmetros iam na contramão da máxima de Mayakovsky, de que “sem forma revolucionária, não há arte revolucionária” (Frederico, 2018, p. 106). É por isso que, a partir dessa doutrina, ficou claro quem eram os intelectuais e artistas aprovados pelo governo e quem eram aqueles que não eram aceitos por suas ideias destoantes.

Nesse contexto, o cinema ganha um lugar de destaque. Com o intuito de tornar a indústria cinematográfica mais eficiente e liberar a URSS da necessidade de importar equipamentos e filmes, Stalin, em 1930, centralizou a indústria cinematográfica soviética sob uma única empresa, a Soyuzkino, que era chefiada por Boris Shumyatsky. Thompson e Bordwell (2002) lembram-nos que Shumyatsky favoreceu filmes divertidos e de fácil compreensão e, sob seu regime, o movimento de montagem vanguardista desapareceu. No entanto, ironicamente, Shumyatsky acabou preso em 1938, acusado de desperdício de dinheiro e talento, tornando-se a vítima mais proeminente do mundo do cinema. Desde então, Stalin desempenhou um papel ainda mais central na tomada de decisões sobre a aceitabilidade ideológica dos filmes, tendo como braço direito Andrei Jdanov, que era responsável pela produção cultural e propaganda: era comum encontrarmos a palavra “jdanovismo” como sinônimo de realismo socialista.

Em suma, podemos pensar que o sentido que guiava esse “realismo” era o de ver a inovação como algo perigoso, um desvio das normas oficiais ditadas pelo líder. De acordo com Thompson e Bordwell (2002), os artistas deviam propagar as políticas e a ideologia do Partido Comunista – e, para isso, tomaram como modelo os romancistas realistas europeus do século XIX, como Balzac e Stendhal. Esses autores criticavam a sociedade burguesa em que viviam, mas, é claro, os autores soviéticos não poderiam fazer críticas ao regime socialista, mas retratar a vida das pessoas comuns de uma forma simpática. Além disso, essas obras deviam estar livres de qualquer formalismo, experimentos estilísticos ou complexidades – e, para servir

ao Partido e ao povo, a arte devia educar e fornecer modelos, como o *herói positivo*, personagem “dotado de uma sólida consciência política e de um enorme espírito de sacrifício, [que] torna-se exemplo para os camaradas não tão dotados assim de como se deve proceder na incansável luta para a construção do socialismo” (Andrade, 2010, pp. 162–163). Portanto, sua função básica não foi apenas a propaganda, mas a produção da realidade por meio de sua estetização.

Com isso, vislumbramos os efeitos do que chamamos *utopia estética*. De fato, as utopias não seriam todas iguais, e o que denominamos utopia estética se aproximaria do âmbito da tradição projetista das utopias, a qual, segundo Jacoby (2007), mapearia o futuro em cada centímetro, apontando instruções precisas de como as coisas deveriam ser. De certo modo, essa tendência utópica traria uma determinada *ilusão de futuro*, já que as imagens que pode engendrar têm como característica uma tendência totalizante, o que torna difícil qualquer tentativa de contorno ao que é imposto como verdade. Essa noção aproxima-se da ideia de *Weltanschauung* (“cosmovisão” ou “visão de mundo”), que seria uma construção intelectual totalizante que, a partir de uma hipótese universal, supostamente solucionaria os problemas da existência (Freud, 1933/1992).

Ao longo do século XX, muitos fatores deram origem a um *antiutopismo*, como alguns textos de Karl Popper, Hannah Arendt, Isaiah Berlin, entre outros, que formavam um argumento abrangente a respeito dos perigos do pensamento utópico (Jacoby, 2007). Além disso, Jacoby (2007) ainda relata os efeitos trágicos da desilusão com o comunismo, principalmente na década de 1930, quando marxismo e fascismo passaram a ser vistos como fenômenos relacionados, como diferentes versões do totalitarismo. Como exemplo, Jacoby (2007) traz alguns questionamentos feitos por Jacob Talmon, no livro *The Origins of Totalitarian Democracy (As Origens da Democracia Totalitária)*, a respeito das semelhanças entre o bolchevismo e o nazismo, concluindo que, embora fossem completamente diferentes – e essas diferenças não podem ser ignoradas –, ambos tinham como semelhança um certo êthos “salvacionista” que reivindicava uma verdade, aderindo a uma visão maniqueísta da História.

Nesse sentido, por se tratar de uma utopia com características totalizantes, o realismo socialista não deixaria muitos espaços de inscrição simbólica, na medida em que, em sua totalidade, formaria uma unidade sólida quase impermeável. Com isso, os artistas e o povo estariam à mercê do que é ditado pelo Estado e não poderiam transgredir essa condição, visto que qualquer desvio poderia acarretar graves consequências. Além disso, com a restrição dos jogos de linguagem e o silenciamento em massa, os sujeitos tenderiam a ficar presos em uma circularidade de sentido imposta pelas autoridades, passando a existir uma colagem narrativa que tornaria difícil a entrada de outras significações. Isso porque, quando se fecha o universo do discurso, das leis da significação, também se fecham as possibilidades de adição (+1) ou subtração (-1) de significantes – e, sobretudo, o rearranjo dos mesmos (Lacan, 1967/2008), como veremos mais detalhadamente a seguir.

Em suma, podemos dizer que o realismo socialista, em sua caracterização utópica com tendências projetistas, constituiu-se uma política de linguagem que atingiu todos os campos das artes. Por conta disso, esse período trouxe consequências desastrosas para muitos artistas, ecoando nas décadas seguintes. A desilusão com os rumos da revolução, como nos lembra Saraiva (2006), trouxe imensas perdas, como o suicídio de Mayakovsky em 1930, e o corte de recursos para Dziga Vertov, que terminou a vida como diretor de cinejornais, sem ter sua obra mundialmente reconhecida. Essa total reviravolta cultural estava apenas começando: uma utopia estética estava consolidada.

## A RESTRIÇÃO DOS JOGOS DE LINGUAGEM E AS POSSIBILIDADES DE SUA ULTRAPASSAGEM

Com as restrições impostas pelo realismo socialista, tornaram-se difíceis os jogos de linguagem, bem como a ultrapassagem do que era designado como verdade. Assim como a *Novilíngua*, do universo distópico de 1984, de George Orwell (2009), que, a partir da exclusão de palavras e significações, impôs uma língua por meio da qual era possível o controle da sociedade, a utopia estética realista socialista também atuou como uma forma de controle do pensamento. Por meio de uma *ilusão de futuro* que

tomou conta das telas, o presente perdeu sua potência transformativa, já que o horizonte era virtualmente inalcançável e capaz de prender os espectadores em um fascínio constante.

Como a matéria empírica de nossa reflexão sobre a utopia é o cinema, cabe lembrar, com Metz (1972), que este se constitui uma linguagem específica, diferente da língua – objeto da linguística – e, por conta disso, requer uma semiótica própria. Nesse sentido, analisar o cinema como uma linguagem singular pressupõe colocar em evidência a composição formal de um filme, o que implica priorizar as operações, como repetições, variações, alternâncias etc., por meio das quais os signos fílmicos se remetem uns aos outros suscitando efeitos de sentido (Weinmann, 2017).

Ao nos determos na análise do cinema dentro dos parâmetros do realismo socialista, já percebemos um certo molde que define o que os significantes imagéticos tendem a significar. Embora essa doutrina estética contivesse algumas variações, principalmente no campo do cinema, ainda assim propiciava um modelo rigoroso a ser seguido, fazendo alusão à pátria-mãe e aos heróis positivos, sem aberturas para outras dimensões subjetivas. Podemos tomar como ilustração os filmes *Chapaev* (1934), de Sergey e Georgi Vasilyev, e *Eles Lutaram pela Pátria* (1975), de Sergey Bondarchuk. A partir da cristalização dos signos fílmicos efetuada por esse código, o que se restringem são os jogos com a linguagem, criando-se uma estagnação cultural presa em uma determinada lógica de sentido.

Esse ponto leva-nos a Barthes (“Aula Inaugural da Cadeira de Semiótica Literária do Colégio de França, Pronunciada no Dia 7 de Janeiro de 1977”, 2013), quando afirma que a linguagem se constitui uma legislação em relação à língua, que, por sua vez, estaria a serviço de um discurso de poder, sendo este “todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe” (p. 12). É nesse sentido que Barthes (2013) entende que seríamos “assujeitados” pelo que a língua nos obriga a dizer, mostrando sua virtualidade fascista, pois o que caracteriza o fascismo, segundo o autor, não é tanto impedir de dizer, mas sobretudo obrigar a dizer.

Pensando no campo do cinema a partir dessa concepção semiótica, as imagens e as narrativas poderiam desempenhar o mesmo papel que a

língua em relação aos emaranhados das relações de poder, trazendo uma estrutura mais fechada, em que um signo se remeteria quase que diretamente a um significado. Portanto, podemos pensar que algumas imagens cinematográficas podem ter função de signo de uma maneira mais estagnada, assim como podem ter função de significante, já que a imagem pode possibilitar a abertura de novas articulações de significados – mas como isso seria possível?

De acordo com a teoria do significante proposta por Lacan (“Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise”, *Escritos*, 1998, pp. 238–324), a ideia de um signo estanque seria objeto de crítica; um significante teria como marca a articulação de diferenças, ou seja, o significante pode vir a ter qualquer significado, a partir do efeito retroativo de sua inserção em uma cadeia. Para isso, Lacan (“A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud”, *Escritos*, 1998, pp. 496–533), propõe a fórmula significado sobre o significante, em que o “sobre” é a barra que separa ambos: S/s. Levando em conta essa barra, entendemos que a ordem do significante teria certo privilégio em relação à ordem do significado. No entanto, apesar do incessante deslizamento do significado sob o significante, poderá existir, em um discurso, a preponderância de um determinado sentido. Com isso, Lacan (1998) está propondo que a linguagem não seria da ordem da imaterialidade, mas teria um corpo com movimento na medida em que os signos adquirem valor por sua relação uns com os outros. Em oposição a isso, usa o exemplo das abelhas, que se comunicariam através de códigos que teriam uma correlação fixa entre seus signos, sem poder vir a significar outra coisa.

Entretanto, pode-se dizer “que é na cadeia do significante que o sentido *insiste*, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento” (Lacan, 1998, p. 506, grifos do autor). Assim, acreditamos que Lacan (1998) está trazendo à tona uma função propriamente significante da linguagem, a qual comporta a possibilidade de expressão de algo completamente diferente do que está cristalizado na língua, sendo a metáfora e a metonímia os agentes desses constantes jogos linguísticos. Entendemos que a linguagem não poderia constituir um conjunto fechado, já que somente “há sujeito a partir do

momento em que fazemos lógica, isto é, em que temos que manejar significantes” (Lacan, 1967/2008, p. 14). Nesse sentido, para que possa haver algo do sujeito, seria necessário, ao menos, a queda de um signo, já que, a partir de uma extração (-1), se destituiria o todo, o conjunto fechado, permitindo a dança dos significantes – e, conseqüentemente, a emergência de novas significações. Seguindo essa lógica, Lacan (1998) dirá que os discursos são operadores de linguagem e possibilitam a formação de laço social.

Neste artigo, pensamos a linguagem como uma estrutura formal, a lei combinatória de todo discurso possível: “perante as possibilidades discursivas abertas pela linguagem, os discursos encontram-se sempre em falta – falta esta que é intrínseca ao poder representativo da linguagem” (Weinmann, 2014, p. 56). Em cada contexto cultural singular, os jogos de linguagem (condição de possibilidade da formação de distintas discursividades) apresentam-se de modos específicos e com maior ou menor abertura e riqueza, sempre ao sabor das disputas políticas de um tempo – e, especialmente, de seu compromisso com a liberdade.

Logo, questionamos: de que forma as imagens cinematográficas poderiam operar como significantes? Como o cinema poderia trazer para o campo do espectador algo da ordem de uma equivocidade? Entendemos que, por ser linguagem, o cinema tem a marca de uma falta, que possibilita um lugar para o sujeito. É nesse sentido que Oudart (1977) afirma que todo campo fílmico evoca uma ausência, o que torna possível ao espectador criar seu próprio filme. Assim, Oudart (1977) faz menção às diferentes articulações que se pode operar através dos elementos fílmicos, de modo que o espectador possa sair de sua posição de captura, de fascínio, e fazer algo com isso. O autor parte do princípio lacaniano de que o significado não é unívoco; logo, muitos sentidos podem ser atribuídos aos elementos de um filme.

Para Oudart (1977), isso seria efeito de uma sutura, ao texto fílmico, da cadeia significante que constitui um sujeito. Por meio desse enlace, pode surgir algo da ordem de uma leitura – e tal sutura envolve um “gozo sincopado”, que introduz certo ritmo na relação do sujeito com o texto fílmico. Ainda de acordo com Oudart (1977), se um filme toca, é porque, de alguma forma, reproduz a cena do estádio do espelho. No entanto, é quando

podemos escapar a seu fascínio que uma enunciação singular se torna possível. Nesse sentido, o *punctum*, proposto por Barthes (2018), consiste naquilo que causa um corte, que punge o sujeito lançando o desejo cinéfilo que o move a explorar o que está para além daquilo que a imagem dá a ver.

Assim, percebemos que a linguagem é um jogo, que oscila entre restrições e possibilidades, fechamentos e (re)aberturas. Nesse sentido, Oudart (1977) faz uma proposição estética/política em defesa dos filmes “abertos”, que suscitem a sutura e permitam aos espectadores saírem do lugar de fascínio para construir algo singular. É por essas vias que propomos a possibilidade de uma estética utópica a partir do cinema de Tarkovsky, como o que, dentro de uma política estrita de linguagem, surge possibilitando inscrições múltiplas dos sujeitos, a partir de uma nova linguagem cinematográfica.

## UMA ESTÉTICA UTÓPICA

Andrei Tarkovsky foi um cineasta soviético que viveu de 1932 a 1986. Passou a maior parte de sua vida morando na Rússia e, em decorrência das dificuldades burocráticas e das perseguições a seus filmes, mudou-se temporariamente para a Itália, onde passou seus últimos seis anos de vida (Tarkovsky, 2012). Essas perseguições aconteceram devido a sua estética destoante da política de linguagem vigente. Por conta disso, o diretor foi tachado pelas autoridades de “antissoviético”, passando por inúmeras dificuldades para produzir seus filmes em sua terra-mãe. O curioso nisso é que o cineasta começa sua carreira justamente em um período de relativas aberturas culturais, após a morte de Stalin e o polêmico *Discurso Secreto* de Nikita Khrushchov (1998), em que este denuncia os crimes da Era Stalin ao mesmo tempo que glorifica alguns feitos de seu antecessor.

Essa contextualização é importante porque permite que visualizemos como a linguagem pulsa na cultura, conforme as artimanhas sociais. De fato, o cinema de Tarkovsky faz uma torção nos ditames vigentes, ao deixar de fora os elementos essenciais ao realismo socialista (Tarkovsky, 2010). Desde *A Infância de Ivan* (1962), seu primeiro filme, o cineasta já traz a subjetividade como ponto crucial: longas tomadas, temporalidade não

linear, imagens poéticas e oníricas. Agora, é o mundo interior – seja dos personagens, seja do espectador – que clama. Não é ao acaso que Thompson e Bordwell (2002) falam em um “realismo subjetivo”. Já Marshall (1992) fala em “filmes difíceis”, referindo-se à parte da filmografia que surge após os anos 1950, a “Nova Onda” do cinema soviético que não se encaixava nas categorias estritas do realismo socialista.

Tarkovsky desenvolveu um cinema poético, baseado em suas experiências e anseios pessoais, trazendo à tona uma nova utopia, não mais fundamentada nas aspirações totalizantes que caracterizavam a estética realista socialista. Com as aberturas trazidas por essa nova poética, passamos a vislumbrar o que chamamos de *estética utópica*, a qual se aproximaria ao âmbito das utopias iconoclastas. Para Jacoby (2007), embora essas utopias sonhem com uma sociedade superior, recusam-se a apresentar medidas precisas de como as coisas devem ser, oferecendo pouco em que se prender, não trazendo imagens do que poderá vir. De fato, as “utopias iconoclastas resistem à sedução moderna das imagens” (p. 18) – e, por isso, seriam importantíssimas para escaparmos das amarras do cotidiano, o que seria a condição *sine qua non* para um pensamento sério sobre o futuro.

É interessante como Jacoby (2007) sintetiza um axioma dos utopistas iconoclastas: “a sua resistência em representar o futuro” (p. 20), remetendo-nos a Clark (2013), quando propõe uma “receita” de ação política para “uma esquerda sem futuro”, que seja capaz de abandonar as quimeras proféticas e encarar o mundo no presente. Em outros termos, podemos dizer que se problematiza o *futuro de uma ilusão*, ao despir os sujeitos das garantias de um futuro resplandecente e deixando suspensa a questão que move Freud (1927/2018), acerca de qual seria “o destino mais remoto que aguarda essa cultura e por quais transformações ela está destinada a passar” (p. 35).

No entanto, para Jacoby (2007), se o futuro desafiaria a representação, não desafiaria, por sua vez, a esperança. Por isso, essa vertente iconoclasta das utopias nadaria contra a corrente, não pintando a utopia com cores reluzentes. É nessa medida que a utopia teria um sentido voltado para o mundo, o de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos (Bloch,

2005). Dessa forma, estamos falando de uma função: a função utópica, o “problema primordial daqui e do agora” (p. 22), que envolve o processo do mundo e não é superior a este.

Nesse sentido, entendemos que a estética utópica diz respeito a uma atitude de Modernidade, na medida em que esta não seria, necessariamente, um tempo cronológico da história, mas um êthos (Foucault, 1984/2000; Clark, 2013). Apoiado em Baudelaire, Foucault (1984/2000) traz-nos que essa atitude diria respeito a uma heroificação do presente, ou seja, uma forma de assumir o aqui e agora em toda a sua intensidade, para poder problematizá-lo de modo a construir uma ultrapassagem possível. Assim, esse êthos filosófico pode ser caracterizado como uma atitude-limite, que escapa à alternativa entre fora e dentro; ele situa-se nas fronteiras, como uma crítica que “procura fazer avançar para tão longe e tão amplamente quanto possível o trabalho infinito da liberdade” (p. 348).

Para Foucault (1984/2000), é preciso conceber as Luzes (a *Aufklärung*) como “uma atitude, um êthos. Uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível” (p. 351). No entanto, precisamos estar cientes de que nunca teremos um conhecimento definitivo sobre nossos limites históricos. Logo, a experiência de ultrapassagem que fazemos será sempre limitada, determinada e, portanto, a ser recomeçada – mas, nem por isso, menos importante. Em vista disso, o trabalho crítico “sempre implica . . . o trabalho sobre nossos limites, ou seja, um trabalho paciente que dá forma à impaciência da liberdade” (p. 351).

Dessa maneira, uma estética utópica seria aquela que, de algum modo, nos possibilitaria algumas luzes no trabalho crítico da atualidade, de modo a marcar uma diferença no tempo. Portanto, o presente que estaria sempre se iniciando nas proximidades constituiria uma categoria utópica, a mais central de todas – pois ela, ao contrário da abordagem redutora de um nada ou da abordagem resplandecente de um tudo, nem mesmo chegou a ingressar no tempo e no espaço. Ao contrário, os conteúdos dessa proximidade mais imediata ainda fermentam na obscuridade do instante vivido, que é o verdadeiro nó do mundo, o enigma do mundo. (Bloch, 2005, pp. 22–23)

Para Bloch (2005), necessitaríamos de um telescópio mais potente para atravessar a proximidade mais imediata, bem como para atravessar o imediatismo mais imediato: a *consciência utópica afinada*. No entanto, como poderíamos desenvolver essa consciência? Poderia a arte ter um papel nesse desenvolvimento? Acreditamos que sim. A partir dos jogos com a linguagem e, por conseguinte, das formulações imaginárias que a arte pode nos assentir, há a possibilidade de vislumbrar o que ainda não existe, a contingência de outros mundos para além do que conhecemos.

Não é ao acaso que, para Jacoby (2007), a imaginação seria o que dá sustento ao pensamento utópico. De fato, muitas histórias literárias têm-nos mostrado que a imaginação anda na contramão de poderes totalitários, sendo o ato criativo um ato utópico por excelência. Nesse sentido, as utopias funcionariam como âncoras simbólicas, na medida em que a criação instaura uma existência (Sousa, 2011). Jacoby (2007) traz o exemplo do livro *Nós*, uma distopia de Evgêni Zamiátin (2017), na qual as autoridades do “Estado Único” descobrem uma cirurgia capaz de remover a imaginação, dada sua “periculosidade”.

Uma estética utópica seria capaz de abrir um espaço de elucubração crítica, incorporando à vida, em uma zona de imaginação, mobilidade e suspensão. Em outros termos, seria a introdução de um estrangeiro que poderia abalar as imagens estagnadas e a familiaridade reconfortante. Desse modo, a utopia viria como uma oposição à tendência à repetição, rompendo com a paixão da analogia ao propor um não lugar, o qual comporta, também, pequenos movimentos sociais (Sousa, 2011).

É como se, ao inverter o sentido do vetor presente-futuro, que designa uma busca do real, o movimento fosse do futuro para o passado, ou seja, andaria contra a realidade (Dadoun, 2000), adquirindo uma virtude de crítica social, (Sousa, 2011). Assim, “a ‘atualidade’ como diferença na história” (Foucault, 1984/2000, p. 341) ganha espaço, já que essa crítica social está enlaçada aos desígnios de um determinado tempo e lugar, à atualidade em sua potência de marcar diferenças em relação ao presente. A arte, como instauradora de enigmas, é capaz de fazer furos nos discursos que reinam, abalando as tendências totalizantes.

Em vista disso, estamos voltando um olhar a mais para a dimensão criativa do fazer artístico, visto que nem toda arte é capaz de exercer uma função utópica iconoclasta. O melhor exemplo disso é o próprio realismo socialista e seus congelamentos discursivos, uma arte feita para amortecer, ensurdecer, manter as águas calmas do entretenimento e da ilusão infinita. Quando falamos sobre o cinema de Tarkovsky como enigma, estamos falando de um certo antagonismo, em que uma obra surge como uma espécie de dissenso, como aquilo que, na linearidade cronológica do tempo, marca uma diferença, um outro tempo, um desvio – e isso tem seus efeitos.

É como se Tarkovsky, ao ousar ir mais além, ao romper com os paradigmas estéticos de seu tempo, tenha dado abertura a uma nova política do sensível, à medida que a ruptura estética possibilitaria a instalação de uma forma de eficácia singular: a eficácia de um dissenso que, por sua vez, produziria “rupturas no tecido sensível das percepções e na dinâmica dos afetos”, (Rancière, 2012, p. 64). Nessa perspectiva, dissenso não diria respeito a conflitos de ideias ou sentimentos, mas a conflitos de vários regimes de sensorialidade. Assim, no ato de separação estética, a arte acaba tocando a política, a qual traz, em seu cerne, o dissenso.

Assim como Rancière (2012), entendemos que a política é uma atividade que permite a reconfiguração dos âmbitos sensíveis nos quais se definem os objetos comuns. Em outros termos, seria uma prática que rompe com a ideia de naturalidade à obediência, ou seja, “rompe a ordem da polícia que antevê as relações de poder na própria evidência dos dados sensíveis” (p. 60). É por isso que a experiência estética toca a política, já que também comporta a experiência de dissenso, que seria o oposto à adaptação mimética das produções artísticas aos fins sociais, como bem mostrou Rancière (2012). Nesse sentido, para Jameson (1997), a dissidência estética diria respeito a uma forma de vida intelectual nos lestes, a qual traria uma riqueza desgovernada de formas e estilos artísticos modernos, os quais resistiriam às totalizações, mesmo dentro do regime socialista soviético.

Portanto, o que produziria as subversões políticas não seria uma obra de arte específica, mas uma transformação nas formas de olhar que corresponderiam às novas formas de exposição das obras. Isso vai ao encontro do que Barthes (2013) nos traz a respeito da literatura, afirmando que sua

potência não estaria atrelada ao engajamento político do escritor ou mesmo do conteúdo doutrinal de sua obra, mas no trabalho de deslocamento que exerce sobre a língua. Dito de outro modo, entendemos que tanto Rancière (2012) quanto Barthes (2013) estão tentando mostrar a importância da forma (que não depende, exatamente, do conteúdo exibido) e das possibilidades que ela pode abrir no âmbito da linguagem. Isso iria na contramão de uma utopia estética, já que, a partir da polissemia de sentidos, pode-se construir leituras distintas do mundo. O dissenso pode operar.

Nesse sentido, a partir da obra de Tarkovsky, a utopia poderia ser pensada como o que, na linearidade cronológica do tempo, causa uma torção, possibilitando um desvio do que é ditado como norma. Portanto, existe como um furo no saber instituído pelo realismo socialista, como a interrupção de uma continuidade do presente, como uma interdição à obrigação de dizer sempre o mesmo. A partir de uma nova linguagem cinematográfica, em que a noção de tempo é outra, os filmes do diretor possibilitaram novas formas de olhar para aquele contexto, não mais de uma maneira projetista, como postulava o paradigma estético imposto pelas autoridades. Assim, Tarkovsky (2010) utilizará ferramentas poéticas para *esculpir o tempo*, mostrando que nem todo realismo é objetivo. Com o seu cinema, passamos a vislumbrar um “realismo subjetivo”, o qual nos ensina que, mesmo quando vivemos em meio à coletividade, a voz solitária também precisa ser escutada, lançada nesse outro tempo impossível de agarrar. O impossível reaparece, insiste.

Não é acaso que a potência da obra de Tarkovsky não se restringe ao contexto socialista soviético. Mesmo em nossos dias, em nossa cultura globalizada neoliberal, ela continua suscitando interrogações nos espectadores, recorrentemente lembrada pelo estranhamento que causa. É como se essa estética que chamamos de utópica, ao tomar como pressuposto esse tempo não linear, entre imagens poéticas que não fazem parte do escopo dos objetos de consumo que nos cercam, permitisse-nos momentos nas dobras desse tempo outro. Esses momentos nos levam para a dimensão da experiência daquilo que nos punge, onde o desejo ganha espaço, e, por isso, muitas vezes, nos afogamos em angústia. De qualquer forma, há um trabalho subjetivo a ser feito, o trabalho da utopia.

Por essas vias, Sousa (2009) traz uma leitura das utopias, aproximando-as das formações do inconsciente, não como uma realidade apreensível, mas como um princípio ético do dever de testemunhar e o compromisso com a transmissão. É pertinente lembrar dos efeitos utópicos de ruptura provocados com a criação da Psicanálise, que, desde o princípio, já apresentava uma nova visão de sujeito, destoante do regimento moral e normativo, de modo a abalar os interesses das instituições vigentes, balançando os poderes coercitivos da medicina, ciência e religião (Miranda & Sousa, 2018). Portanto, “por meio da proposição de uma ética do não saber, a psicanálise instaura um caráter subversivo de denúncia do aprisionamento do sujeito às instâncias disciplinadoras de sua época” (p. 107).

Assim, podemos entender uma estética utópica como a escrita de uma resolução impossível, indicando a insuficiência do que poderia ser a última palavra sobre a questão – e, por isso, ela nos despertaria de nossa paralisia (Sousa, 2009). Nesse sentido, por apontar na nossa condição de em falta com a imaginação o que fica interrompido na construção de uma imagem, Sousa (2009) propõe outra hipótese interessante: pensar a noção de utopia a partir do conceito laciano *objeto a*. Para o autor, o *objeto a* seria uma espécie de furo no texto, e nossa humanidade se instauraria justamente em torno das bordas deste orifício (Souza, 2009). Nesse sentido, uma utopia floresceria no furo decorrente da ausência do *objeto a* no discurso; na medida em que não tampa esse furo (como uma *Weltanschauung*), uma utopia relança-se, permanentemente. Portanto, a utopia apontaria para um não lugar, o qual sustentaria uma posição possível para o surgimento do sujeito. Além disso, o *objeto a* introduziria fissuras no discurso, de modo a fazer frente às estruturas totalizantes. Não podemos esquecer que esse objeto não é simbólico nem imaginário, mas pertence à ordem do real – e, por isso, não conseguimos (re)encontrá-lo.

Assim, ao não querer fazer um cinema político, Tarkovsky e tantos outros artistas que ousaram extravasar os paradigmas de seus contextos fizeram política. Ao abrir janelas nas fantasias emolduradas em contextos saturados, possibilitaram novas formas de sensibilidade, novas perspectivas de articulações simbólicas, novos vislumbres da própria vida. Experimentações, apesar de tudo. Diferentemente de uma utopia estética, que traria

um modelo pronto como resposta às questões sociais, uma estética utópica seria aquela que permitiria um dissenso diante da estagnação, o emergir dos limiares as lâminas culturais.

## CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Pensar a respeito das utopias é jogar com as possibilidades da linguagem. Entre aberturas e fechamentos, o significante utopia ganha tons distintos conforme o tempo e o lugar. Nossa proposta de discussão colocou em causa uma utopia estética, com o realismo socialista e sua *ilusão de futuro*, ao mesmo tempo que chama para a discussão uma estética utópica, com o cinema de Tarkovsky e o seu “realismo subjetivo”, que permite inscrições nas dobras de um tempo outro. Ao fazer furo em uma política de linguagem estrita, a estética utópica põe em questão o *futuro de uma ilusão*. O encontro com o atual, em sua magnitude e capacidade transformativa, torna-se novamente possível.

Essa discussão é essencial por sua contemporaneidade, já que aposta na dimensão crítica do presente, na atualidade em sua potência evasiva, deixando de lado as ilusões de futuro que nos cegam. Com isso, podemos pensar que os efeitos de linguagem de uma utopia estética são uma das fontes dos regimes totalitários. É necessário jogar com a utopia, para que ela ganhe novas cores e significados, de modo a designar outras formas de interpretar e vivenciar o mundo, como uma estética utópica. Por isso, apostamos na potência criativa da linguagem, na inventividade que ela possibilita, na dimensão da utopia que bebe nas águas da *Aufklärung* – tal como pensada por Foucault (1984/2000) em *O que são as Luzes?* –, de modo a se impregnar do presente a ponto de transcendê-lo. A arte não serve apenas para entreter, mas para cortar, apontar linhas de fuga e convocar atitudes reflexivas.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, H. F. (2010). O realismo socialista e suas (in)definições. *Literatura e Sociedade*, 15(13), 152–165. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.voi13p152-165>
- Barthes, R. (2013). *Aula* (L. Perrone-Moysés, Trad.). São Paulo: Cultrix, 2013.
- Barthes, R. (2018). *A câmara clara: Notas sobre a fotografia* (J. C. Guimarães, Trad.; 7. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bloch, E. (2005). *O princípio esperança* (N. Schneider, & W. Fucks, Trans.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bondarchuk, S. (Diretor). (1975). *Eles lutaram pela pátria* [Filme]. Mosfilm. YouTube. Recuperado de [https://www.youtube.com/watch?v=xfUIR\\_nuBb4](https://www.youtube.com/watch?v=xfUIR_nuBb4)
- Boersner-Herrera, A. M. (2010). Representación del intelectual en tiempos de totalitarismo: Ensayo sobre el límite de la obediencia de intelectuales rusos durante la era estalinista (1923-1953). *Argos*, 27(52), 33–61. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/298925521\\_Representacion\\_del\\_intelectual\\_en\\_tiempos\\_de\\_totalitarismo\\_Ensayo\\_sobre\\_el\\_limite\\_de\\_la\\_obediencia\\_de\\_intelectuales\\_rusos\\_durante\\_la\\_era\\_estalinista\\_1923-1953](https://www.researchgate.net/publication/298925521_Representacion_del_intelectual_en_tiempos_de_totalitarismo_Ensayo_sobre_el_limite_de_la_obediencia_de_intelectuales_rusos_durante_la_era_estalinista_1923-1953)
- Clark, T. J. (2013). *Por uma esquerda sem futuro* (J. Viegas, Trad.). São Paulo: 34.
- Dadoun, R. (2000). Utopie: L'émouvante rationalité de l'inconscient. In R. Barbanti & C. Fagnart (Eds.), *L'art au XXe siècle et l'utopie*. Paris: L'Harmattan.
- Eisenstein, S. (Diretor). (1925). *A greve* [Filme]. Goskino. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=VD40vLjRaNA>
- Foucault, M. (2000). O que são as luzes? In M. B. Motta (Org.), *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (E. Monteiro, Trad.; Vol. 2; pp. 335–351). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1984)

- Frederico, C. (2018). Movimentos artísticos e política cultural. *Estudos Avançados*, 32(92), 105–118. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180008>
- Freud, S. (1992). *Obras completas* (J. L. Etcheverry, Trad.; 2. ed.; Vol. 22). Buenos Aires: Amorrortu Editores. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (2018). *O futuro de uma ilusão* (R. Zwick, Trad.; 2. ed.). Porto Alegre: L&PM. (Trabalho original publicado em 1927)
- Jacoby, R. (2007). *Imagem imperfeita: Pensamento utópico para uma época antiutópica* (C. Araújo, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Jameson, F. (1997). *As sementes do tempo* (J. R. Siqueira, Trad.). São Paulo: Ática.
- Khrushchov, N. (1998). *The secret speech in the 20th congress of the Communist Party of the Soviet Union* [1956, Feb. 24–25]. Recuperado de <https://www.marxists.org/archive/khrushchev/1956/02/24.htm>
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2008). *A lógica do fantasma: Seminário 1966–1967* [Publicação não comercial exclusiva para os membros do Centro de Estudos Freudianos de Recife]. (Trabalho original publicado em 1967)
- Marshall, H. (1992). The new wave in Soviet cinema. In A. Lawton (Org.), *The red screen: Politics, society, art in Soviet cinema* (pp. 173–190). London: Routledge.
- Metz, C. (1972). *A significação no cinema* (J.-C. Bernardet, Trad.; 2. ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Miranda, A. B., & Sousa, E. L. A. (2018). Psicanálise: Uma vocação utópica. *Psicologia USP*, 29(1), 106–115. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140019>
- Orwell, G. (2009). *1984* (A. Hubner & H. Jahn, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Oudart, J.-P. (1977). Dossier Suture: Cinema and suture. *Screen*, 18(4), 35–47. <https://doi.org/10.1093/screen/18.4.35>
- Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado* (I. Benedetti, Trad.). São Paulo: Martin Fontes.

- Saraiva, L. (2006). *Montagem Soviética*. In F. Mascarello (Org.), *A história do cinema mundial*. São Paulo: Papirus Editora.
- Sousa, E. L. A. (2009). Psicanálise e a vocação iconoclasta das utopias. *Morus: Utopia e Renascimento*, 6, 397–403. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140019>
- Sousa, E. L. A. (2011). Por uma cultura da utopia. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, 12, 1–7. Recuperado de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8907.pdf>
- Tarkovsky, A. A. (Diretor). (1962). *A infância de Ivan* [Filme]. Mosfilm. YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=aRkPoF7iVGc>
- Tarkovsky, A. A. (2010). *Esculpir o tempo* (J. L. Camargo, Trad.; 3. ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Tarkovsky, A. A. (2012). *Diários: 1970–1986* (A. Lázarev, Trad.). São Paulo: É Realizações.
- Thompson, K., & Bordwell, D. (2002). *Film story: An introduction* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Vasilyev, S., & Vasilyev, G. (Diretores). (1934). *Chapaev* [Filme]. Lenfilm Studio. YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=T6KDKMgALps>
- Vertov, D. (Diretor). (1929). *Um homem com uma câmera* [Filme]. YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=sGanECSgrNE>
- Weinmann, A. O. (2014). *Infância: Um dos nomes da não razão*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Weinmann, A. O. (2017). Sobre a análise fílmica psicanalítica. *Revista Subjetividades*, 17(1), 1–11. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i1.5187>
- Zamiátin, E. I. (2017). *Nós* (G. Soares, Trad.). São Paulo: Aleph.

Recebido em 14/11/2020

Aceito em 11/06/2021

# Clínicas do Testemunho na elaboração do traumático: violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira

*Testimony Clinic and trauma: State violence in Brazilian civil-military dictatorship*

*Clínicas del Testimonio en la elaboración de traumatismos: la violencia de Estado en la dictadura cívico-militar brasileña*

*Maria Fernanda dos Santos Passoni\**

*Rosa Maria Tosta\*\**

## Resumo

*Na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) ocorreu uma violação sistemática de Direitos Humanos por parte do Estado, o que impôs à sociedade medo e silenciamento. Pessoas vítimas dessas violências não tiveram espaço social que legitimasse a realidade e o sofrimento de suas vivências. Em 2012, foi lançado o projeto Clínicas do Testemunho, iniciando um trabalho de reparação psíquica dessas vítimas. Estudando as especificidades do trauma de violência de Estado e tortura política e apresentando os conceitos de espaço potencial e de testemunho, o objetivo do artigo é estabelecer um diálogo entre esses conceitos e o trabalho realizado pelas Clínicas do Testemunho, para compreender como esta reparação psíquica pode se dar na prática. Trata-se de um estudo teórico fundamentado na Psicanálise. Conclui-se que o testemunho é uma ferramenta potente para se trabalhar o traumático. Discutir o tema é um posicionamento político, de resgate da história, memória e verdade.*

**Palavras-chave:** *testemunho, trauma, violência de Estado, espaço potencial, tortura*

---

\* Escola Primeira, SP, Brasil. E-mail: mfernandapassoni@gmail.com

\*\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: romtost@pucesp.br

## Abstract

*During the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), Human Rights were systematically violated by the State, inflicting fear and silence on the country's citizens. Victims of violence did not have a social space that legitimized the reality and suffering of their experiences. In 2012, the project Clínicas do Testemunho, (Testimony Clinic) was launched, working with the psychological reparation of these victims. Studying the specificities of State violence trauma and political torture, and also the concepts of Potential Space and testimony, this article aims to establish a dialogue between these concepts and the work developed by the Clínicas do Testemunho to understand how this work could take place in practice. This is a theoretical study based on Psychoanalysis that concludes that the testimony of those who witnessed it all is a powerful tool to work with trauma. Discussing the topic is also political, reclaiming history, memory, and truth.*

**Keywords:** *testimony, trauma, State violence, potential space, torture*

## Resumen

*En la dictadura militar brasileña (1964-1985), hubo violación sistemática de los Derechos Humanos por parte del Estado, que impuso miedo y silencio a la sociedad. Las personas víctimas de esta violencia no tenían un espacio social que legitimara la realidad y el sufrimiento de sus experiencias. En 2012, se lanzó el proyecto Clínicas del Testimonio, comenzando un trabajo de reparación psíquica de esas víctimas. Al estudiar las especificidades del trauma de la violencia del Estado e de la tortura política, y los conceptos de espacio potencial y testimonio, el objetivo de este artículo es dialogar esos conceptos con el trabajo echo por las Clínicas de Testimonio, para comprender cómo se podría practicar esta reparación psíquica. Es un estudio teórico basado en el Psicoanálisis. Se concluye que el testimonio es una herramienta potente para trabajar el traumático. Discutir el tema es una posición política, rescate de la historia, memoria y verdad.*

**Palabras clave:** *testimonio, trauma, violencia de Estado, espacio potencial, tortura*

Na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), foi instaurada uma política de terrorismo de Estado – violação sistemática de direitos humanos fundamentais, prisões, torturas, mortes, desaparecimentos – que impôs ao corpo social o medo e o silenciamento. O silenciamento, que se manteve para além dos tempos de ditadura, compactuou com uma falta de registro de todo esse terrorismo.

Maria Cristina Ocariz (2015) apresenta o termo *não memória* para essa situação, relacionando-o à imagem de uma árvore que tomba em uma floresta. Se ninguém registra ou se coloca como testemunha disso, é como se nunca tivesse acontecido. No entanto, mesmo diante da negação do acontecido, não é possível negar “o estrondo que reverberou sobre as vidas da floresta, ou de toda a nação” (p. 149). Dessa maneira, a autora transmite a ideia de que a violência de Estado, na ditadura, causou efeitos traumáticos tanto em quem a viveu diretamente quanto em toda a sociedade.

Kehl (2011) afirma que um dos efeitos do trauma, de seu silenciamento e esquecimento é a repetição. Acrescenta ser imprescindível que, diante de traumas sociais como esse, a história esquecida saia do silenciamento latente e volte ao domínio público: “O trauma precisa ser incluído no campo simbólico para ser elaborado” (p. 53).

Mais de 50 anos de silenciamento se passaram, a datar do golpe militar em 1964 – e, desde então, as pessoas que foram afetadas pela ditadura não tiveram um espaço social que legitimasse a realidade e o sofrimento de suas vivências. Tais vítimas e seus familiares foram indenizados economicamente em nome do Estado. Entretanto, o amparo de ordem psíquica por parte um Estado responsável pelos danos causados nunca havia sido feito (Ocariz, 2015). Uma indenização econômica sem a promoção de um espaço em que os traumas reais e complexos possam efetivamente ser cuidados é o mesmo que pedir que essas vítimas se calem e corroborem o silêncio imposto – o mesmo silêncio já anunciado pela Lei da Anistia. A anistia poupou que os agentes estatais responsáveis por todos esses crimes respondessem por seus atos e legitimou que permanecessem calados quem provocou sofrimento, substituindo, dessa maneira, a mordada de quem sofreu por uma mordada documental somada à mordada da indenização econômica, que perpetuaram a impossibilidade de gritar os horrores vividos.

Em 2012, a Comissão de Anistia, em parceria com o Ministério da Justiça, lança o Projeto Clínicas do Testemunho, um projeto-piloto de uma política pública que visou a criar grupos de apoio e atenção psicológica para as vítimas da violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira, cujo trabalho tinha por objetivo promover falas livres e escutas compartilhadas.

Dá-se espaço, finalmente, a uma possibilidade de reparação psíquica ou, ao menos, de um espaço coletivo e social para a escuta e a legitimação da violência vivida (Ocariz, 2015).

Este artigo, fundamentado na Psicanálise, propõe apresentar os conceitos de espaço potencial e de testemunho enquanto meios de reparação psíquica e tem como objetivo estabelecer um diálogo entre esses conceitos e o trabalho feito pelas Clínicas do Testemunho, a fim de compreender como essa reparação psíquica pode dar-se na prática.

## VIOLÊNCIA DE ESTADO, TORTURA E TRAUMA

Hoje (ainda) vivemos em uma democracia, regida pela premissa de um chamado Estado de Direito – o que significa, na teoria, a garantia e o respeito às liberdades civis e aos Direitos Humanos e fundamentais, protegidos juridicamente. Por Direitos Humanos, entendem-se aqueles comuns a todos os seres humanos, abrangendo todas as formas de diversidade, que superam qualquer lei existente e que dizem respeito ao “reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano” (Benevides, 2004, p. 35).

Há 57 anos, de 1964 a 1985, instalou-se no Brasil uma ditadura civil-militar, a partir da premissa de substituição de um Estado de Direito por um Estado de Exceção. Com base na justificativa de que se tratava de um “momento de crise”, sob o Estado de Exceção, não se pode mais contar com todas as garantias nas quais os indivíduos podiam apoiar-se juridicamente em um Estado de Direito. Adotou-se a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (conhecida pela sigla DSN), que funcionava na lógica totalitária de eliminar qualquer parte do corpo social que estivesse “sabotando o funcionamento harmônico da totalidade” (Silva Junior, 2015, p. 102). Combate-se e elimina-se o indesejável, o assim chamado “inimigo interno”, o “subversivo”. A partir disso, práticas regimentares que, em um Estado de Direito seriam ilegais, tornam-se legais e legítimas em um Estado de Exceção.

Assim, adotou-se no Brasil daquela época uma política de combate ao chamado “inimigo interno”, que se entende como todo aquele que pudesse abalar a estrutura ditatorial com ideais divergentes, manifestações

de todo tipo ou até luta armada. Esse combate deu-se na forma de uma violenta guerra interna. Dessa maneira, o Estado passou a impor medo e silenciamento social, sustentados por uma violação sistemática de Direitos Humanos fundamentais, uma violência caracterizada por repressão, censuras, exílios, prisões, mortes, desaparecimentos e tortura.

Costa (1986) compreende o conceito de violência como um conjunto de ações intimidadoras e coercitivas por meio da força, inteiramente embaçadas em uma desigualdade de força e poder, rompendo com os contratos (contrato social, Constituição, de garantia de direitos civis, humanos e dignos) “por alguém que os conhece, mas que deliberadamente os infringe” – desse modo, “abusando da força que detém” (p. 91). Assim, as ações de prisões arbitrárias, torturas e mortes, por parte de representantes do Estado, podem ser consideradas como violências de Estado.

Além de ser uma violência alicerçada pela justificativa de se eliminar o “inimigo interno”, trata-se também de uma prática que foi entendida como um pilar para “manter a ordem social”. É essencial ser posto que as torturas, assassinatos e desaparecimentos de corpos foram praticados de forma velada e encoberta, nos chamados “porões da ditadura”. Isso não significa, entretanto, que a sociedade ignorava ou não percebia que essas práticas existiam. As pessoas sabiam que conhecidos desapareciam, que era perigoso frequentar certos lugares ou falar certas coisas, que podiam ser, a todo momento, observadas. A tortura estava latente na sociedade – e, apesar de silenciosa e invisível a muitos, seus efeitos devastadores já causavam medo, terror e silenciamento sociais.

Segundo Arantes (2013), a fim de sustentar a DSN e legitimar ações do Estado de Exceção, várias mudanças de cunho político e jurídico foram implementadas. O Congresso Nacional foi transformado em Assembleia Nacional Constituinte (sem a presença dos membros não mais bem-vindos da oposição – agora afastados, exilados ou presos); foi elaborada uma Carta Constitucional, que buscou legalizar e institucionalizar o regime militar e a Doutrina de Segurança Nacional; criou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão responsável pelas medidas de cassações de mandatos, censura, espionagem. Além de tudo isso, 17 Atos Institucionais (AIs) foram decretados, os quais estavam acima de todas as outras normas,

inclusive da Constituição – e foram utilizados como meio de amparar, legalizar e legitimar as ações políticas da época, tais como: a extinção dos partidos, o bipartidarismo, a censura, a criminalização de manifestações políticas contrárias ao regime vigente, a destruição de literaturas consideradas indesejáveis, a espionagem e a delação entre vizinhos e colegas de trabalho e até o banimento de solo brasileiro (exílio), entre tantas outras. Somente não instituíram legalmente a tortura e o desaparecimento forçado dos “subversivos”, porque, com isso, o País se colocaria explicitamente em discordância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e com as Convenções de Genebra.<sup>1</sup> “Sobre a tortura, os legisladores não colocaram por escrito a autorização para torturar. Estariam desrespeitando as Convenções de Genebra, conforme diziam aos próprios presos. Não ousariam escrever, mas a exerceram durante todo o tempo” (Arantes, 2013, p. 148).

A tortura não se configura como um ato sádico isolado, mas como uma instituição política de um projeto de poder de Estado, com um objetivo muito claro: produzir efeitos devastadores na subjetividade de sua vítima direta; porém, mais do que isso, reverberar esse efeito trágico em todo o conjunto do corpo social, impondo terror, paralisia, submissão e silenciamento coletivos. Aquele que sofreu a tortura é, assim, uma “testemunha encarnada de uma ferida que concerne à humanidade inteira”, como descrevem Viñar e Viñar (1989, p. 164 como citados em Martín, 2005, p. 437), isto é, carrega tanto as marcas singulares dessa vivência violenta quanto o sofrimento coletivo. Desse modo, não se pode pensar e refletir sobre a tortura sem articular o individual com o coletivo: o componente político da tortura não pode ser neutralizado ou excluído, e é fundamental para o seu entendimento.

Viñar e Viñar (1992) descrevem a tortura no indivíduo como aquilo que causa um efeito de demolição, ou seja, máxima vulnerabilidade,

---

1 Convenções de Genebra são tratados internacionais (o último assinado em 1949) que objetivam limitar as barbáries de guerra. Entre as determinações, está explicitado “o tratamento humano para todos os indivíduos em poder do inimigo, sem nenhuma distinção adversa. Proíbe especialmente os assassinatos; mutilações; torturas; tratamento cruéis, humilhantes e degradantes; tomada de reféns e julgamentos parciais” (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2010, art. 3º).

impotência, sentimento de ruptura com o mundo – com o seu mundo – excessos violentos e obscenos, desorientação, destruição, aniquilamento, solidão e um perder-se a si mesmo: “Ele não havia ainda tomado consciência de que o arame e o capuz o transformavam de homem em coisa” (Viñar & Viñar, 1992, p. 21).

A situação de tortura é de uma vulnerabilidade violenta frente ao outro. Produz tal demolição e desorientação psíquica que é, ao mesmo tempo, alternativa para suportar a dor generalizada da situação de tortura e destruidora da consciência e da concepção de mundo que constitui aquele sujeito, com ideais, paixões, sonhos, afetos.

. . . submerso na indiferença e aniquilamento, sua cabeça e seu coração estavam vazios. Uma coisa ou seu contrário, isto lhe era indiferente. Não estava mais inflamado pelo desejo de viver e persistia num tempo amorfo, amargo e indiferente. Quase não se comoveu quando lhe falaram em libertá-lo. Na realidade, para ele, era a mesma coisa. Somente mais tarde encontrou as palavras para definir o que acontecera: tinham-no demolido. (Viñar & Viñar, 1992, p. 42)

Esse ponto nos remete à teoria do traumático de Ferenczi (1934/1992), para quem *trauma* é comoção psíquica; é uma inatividade psíquica, inércia e renúncia a qualquer forma de resistência. É choque súbito e aniquilador, esmagador, sucedido de ruínas e uma perda de si, coisificando-se.

. . . é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo [Soi] ... A palavra *Erschütterung* – comoção psíquica – deriva de *Schutt* = restos, destroços; engloba o desmorroneamento, a perda de sua forma própria e a aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, “à maneira de um saco de farinha” (Ferenczi, 1934/1992, p.109)

Endo (2011) escreve que traumático é o ter de lidar com os excessos vindos de fora, isto é, o trauma se dá quando o psiquismo não tem escolhas frente a obscenidades e intensidades de uma ou mais situações exteriores que lhe são impostas.

O trauma vivenciado pelas vítimas da violência de Estado daquela época é singular pelo fato de não se restringir apenas à experiência-limite

da tortura, mas se estender para além desse excesso. Quando Ferenczi (1934/1992) fala do trauma, enfatiza que, para que se configure de fato como um trauma desestruturante ou invalidante (Antonello, 2015), é preciso que se some à situação concreta de violência uma experiência de desmentido. Ferenczi (1934/1992) refere-se à situação de crianças que vivenciam algo da ordem de um extremo, como um abuso sexual. Quando recorrem a algum adulto de confiança e este adulto, além do próprio abusador, nega o que lhe é contado – por exemplo, ao dizer que se trata de uma coisa da cabeça da criança –, isso desencadeia, na própria criança, a impossibilidade de representar o ato abusivo sofrido. Em outras palavras, com isso, o adulto está desmentindo a fala de que a situação violenta de fato aconteceu. Por conseguinte, barra-se uma via de representação simbólica possível para o ocorrido, e o adulto, quando desmente, agrava o trauma da criança.

O que, na teoria de trauma de Ferenczi (1934/1992), aparece como desmentido, Figueiredo (2018) ao retomar o termo freudiano *Verleugnung*, mais frequentemente traduzido por *recusa*, propõe que a melhor tradução seria *desautorização* – mais especificamente, *desautorização da percepção*.

Como a desautorização da percepção é um processo fundamental para entender o mecanismo psíquico engendrado no indivíduo submetido à violência traumática, colocamos sinteticamente como Figueiredo (2018) conceitua esse fenômeno. Explica o autor que o termo estaria ligado à contestação da autoridade de uma percepção e “sob o impacto da desautorização, a percepção não perde significado (não é recusada, nem propriamente desmentida), mas perde significância” – e, assim, “é retirado da rede de significações para ser preservado como ‘quase-coisa’” (Figueiredo, 2018, pp. 65–66).

O autor elucida que o processo de percepção se desdobra em três momentos: o primeiro é o da primeira síntese, que gera formas, cria figuras perceptuais fechadas e seria relativa à “dimensão gestáltica”; o segundo momento é o do “desfazimento”, em que o processo perceptivo deve abrir as figuras que foram fechadas, momento que “permite que as figuras percebidas se articulem . . . num processo transitivo contínuo, com outras figuras” (Figueiredo, 2018, p. 66); finalmente, o terceiro momento momento, da segunda síntese, ocorre quando o processo perceptivo ganha

“transitividade e a fluência que caracteriza, em termos fenomenológicos, a ‘realidade’” – e o autor afirma, então, “a chamada ‘recusa da realidade’, e assim, a recusa dessa dimensão transitiva do processo perceptivo” (p. 67). Figueiredo (2018) completa o conceito ao dizer que “a desautorização obstrui o caráter processual e transitivo da percepção – sua remissão a outras, sua significância – sem destruir necessariamente a primeira síntese – seu significado – e podendo dar-lhe, inclusive, uma força maior” (p. 67).

Em outro capítulo, Figueiredo (2018) resume a desautorização da percepção como se segue:

A realidade do acontecimento traumático não é, assim, totalmente ignorada, o que poderia ser sugerido pelo termo “recusa”: o que se passa é que ela não recebe a autorização para se transformar em experiência em um campo subjetivo relativamente unificado e ramificado, aberto a metabolizações, metaforizações e disseminações. (Figueiredo, 2018, p. 20)

A questão da desautorização do processo perceptivo pode-nos esclarecer por que as imagens das violências sofridas pelas vítimas de tortura são tão nítidas e alucinantes, repetindo-se indefinidamente numa segunda tortura – dessa vez, no psiquismo individual.

Também as vítimas de tortura e violência de Estado da ditadura militar são colocadas nessa situação de desmentido e, mais ainda, de desautorização do vivido. São descreditadas por uma sociedade censurada e amedrontada por um Estado violento, que desmente e desautoriza qualquer apoio a representações desse horror. Isso demole, aniquila e destrutura a vítima.

Labaki (2018), ao realizar uma reflexão sobre os modos de controlar as populações consideradas marginais na sociedade, também se refere ao conceito de desautorização – postulado por Figueiredo (2018) – como algo que opera no inconsciente a partir de forças sociais repressivas que anulam e invalidam as percepções que o sujeito tem de que as experiências vividas foram violentas. Assim, essas violências, socialmente invalidadas, perdem lugar de significação e de simbolização inconsciente.

O Estado, quando antes era garantidor de direitos, passa a se colocar como aniquilador de direitos. Nele, não se pode confiar, rompendo-se o

pacto social. Somado a isso, a sociedade da qual o sujeito fazia parte não adere à luta contra essa violência e sequer reconhece toda a violência sofrida por quem nasceu, cresceu, viveu e habita o mesmo chão brasileiro ou latino-americano. Abala-se, assim, o sentimento de pertencimento àquele grupo e comunidade e a própria identidade (Silva Junior & Mercadante, 2015).

## POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DO TRAUMÁTICO

Na clínica do traumático, diante de casos em que o trauma é tão intenso que chega a ser da ordem do inenarrável, é de extrema importância a construção de um espaço potencial que torne possível o algo novo.

Conceituando-se brevemente *espaço potencial*, a partir de Winnicott (1975), entende-se que se trata de um lugar de confiança, infinito e potente, que vincula presente, passado e futuro, ocupando tempo e espaço. Seria o lugar do *entre*, entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo, da terceira área de experiência e da possibilidade de simbolização.

Entre outras partes do viver, o espaço potencial pode fazer-se presente e bastante poderoso quando se fala da relação analista–analisando, terapeuta–paciente, pelo terceiro simbolizado, e é aí que entra o testemunho. A depender da capacidade de o terapeuta se colocar no lugar do outro, cria-se um lugar de confiança e, portanto, favorável a transformações e ricas elaborações. É a partir da criação de um lugar de confiança, apoiando-se em um objeto da cultura e em uma relação de fidedignidade em que o outro se mostra disposto a “sentir-com”, que se faz possível o surgimento de algo novo, isto é, de novos possíveis caminhos, dimensões, símbolos, capazes de descongelar uma vivência traumática, ou seja, tirá-la de um passado rígido e trazê-la para o presente, tornando possíveis novas significações e projeções futuras.

. . . o paciente começa a sentir que o interesse do terapeuta não se origina da necessidade de um dependente, mas de uma capacidade, neste terapeuta, de se identificar com o paciente, a partir de um sentimento do tipo “se eu estivesse em seu lugar” . . . onde há confiança e fidedignidade, há também um espaço potencial. (Winnicott, 1975, p. 171)

Sobre a possibilidade de narrar um trauma dessa magnitude, de tortura e de rompimento de um pacto social, é preciso compreender que o que é narrado não é da ordem do narrável. Levi (1990) lança luz sobre esse paradoxo ao falar daqueles sobreviventes do Holocausto que puderam sair do buraco do trauma e narrar o ocorrido, em comparação com aqueles que foram até o fundo na experiência que provocou o trauma e não retornaram para transmitir o vivido – ou porque não sobreviveram, ou porque voltaram totalmente aniquilados pela vivência. É necessário, portanto, reconhecer que, ao narrar o que aconteceu, ou a testemunhar tal narrativa, admitir-se que se trata de um acontecimento inenarrável em sua literalidade.

Gondar e Antonello (2016) explicam que as narrativas acerca das vivências traumáticas tendem a carregar uma “literalidade absoluta” – isto é, sem metáforas, cruas, ofuscantes e obscenas, que, ao serem apresentadas em alta concretude, beiram o insuportável. Pode existir, porém, um lugar que permite trazer àquele que narra a possibilidade de tanto endereçar tal narrativa a um outro quanto forjar um espaço que permita a emergência de novas possibilidades de narrar o inenarrável ofuscante. Esse lugar é o espaço potencial, e esse espaço permite o testemunho.

Ainda mais quando se diz respeito a traumas que são desmentidos por outros, como aponta Ferenczi (1932/1990), são traumas que rompem laços de confiança com o outro e com o corpo social. Tendo em vista que o espaço potencial, de onde novas significações e representações podem emergir, depende de uma relação de confiança, fica evidente que o ato de desmentir uma vivência extrema barra qualquer possibilidade de elaboração ou representação psíquica para o vivido – e, então, qualquer possibilidade de recalçamento; o trauma fica presente, ofuscante e enrijecido. Em outras palavras, é necessária uma ressignificação dos laços sociais de confiança, ou de uma relação nova de confiança para que novos símbolos, de elaboração, sejam criados. Seria esse o papel do analista ou de quem testemunha o testemunho.

Por ter quem ouça, receba, acolha e reconheça o vivido, abrem-se as possibilidades, dentro da confiança, para que uma nova narrativa seja construída. Uma narrativa que, antes, não encontrava qualquer palavra, norte, endereçamento, símbolo possível de ser comunicado, mas que, agora, em

um espaço potencial, criado a partir de uma relação de confiança, se torna possível, sem que fique presa e rígida ao passado em que o insuportável foi vivido – e que tome um novo caminho, atualizada no presente.

Não se trata, portanto, de um lugar a se ocupar, mas a se sustentar e suportar – suportar o paradoxo de ouvir uma narrativa acerca do que não é passível de ser narrado e suportar estar com quem narra, “sentir-com” (*Einführung*<sup>2</sup>), o que, nas palavras de Gondar e Antonello (2016), seria permitir “reconhecer e ressoar o sofrimento de seu paciente, abrindo-se a esse outro . . . Significa acompanhar as variações afetivas e deixar-se sensibilizar por elas, engajando-se num jogo em que os lugares e as palavras possam ser revezados” (Gondar & Antonello, 2016, p. 22).

A criação desse espaço potencial, desse lugar que permite a simbolização, dá-se a partir do *caráter identificatório* (Blum, 2015a, 2015b) de quem acolhe o testemunho em relação a quem testemunha. Identificatório no sentido de um reconhecimento de algo em comum, de um laço criado a partir do momento em que aquele que dá o testemunho compartilha o que viveu, não sem esforço, ao mesmo tempo que aquele que acolhe o testemunho empenha-se para imaginar – e reconhecer.

A capacidade analítica de reconhecimento, de empatia e de imaginar o inimaginável e, assim, testemunhar o testemunho permite que, ao fazê-lo, a testemunha pratique uma alteridade que faz dela alguém que também participa do insuportável, permitindo abrir-se para a experiência de estar onde não estivera, sentir o que não sentira, reconhecer e permitir ressoar. “É a possibilidade de endereçar a alguém” (Gondar & Antonello, 2016, p. 21).

Aqui, o testemunho torna-se necessário para se resgatar a confiança nesse corpo social que outrora, e por décadas, abandonou o sujeito. O testemunho cumpre o papel avesso ao da tortura e do silenciamento, protagonistas desse traumático: cumpre o papel de trazer para o claro, escancarar, tornar público, coletivizar (Blum, 2015a, 2015b). Ao ser endereçado a um outro, não se trata de um outro qualquer; trata-se de um outro representante da mesma comunidade que outrora o negou, mas, ao mesmo tempo,

---

2 *Einführung*: conceito ferencziano que traz o significado de “sentir-com”.

a mesma comunidade humana que também viveu em um Brasil de 1964 a 1985 e/ou que vive em um Brasil que ainda carrega as marcas desses 20 anos de chumbo.

Portanto, não estamos falando de qualquer outro e não estamos falando de qualquer narrativa. Esse outro, que testemunha o testemunho, é alguém que faz parte dessa comunidade humana e que está ligado ao sofrimento de ordem histórica, política e concreta sobre o qual faz escuta e acolhe. Além disso, é uma narração que traz uma verdade também histórica e concreta e que, ao ser testemunhada, vai fortificar o caminho de elaboração do trauma individual daquela pessoa, bem como do trauma coletivo da sociedade, resgatando também uma história por anos silenciada.

## ESPAÇO POTENCIAL NA CLÍNICA DO TESTEMUNHO: ANÁLISE E DISCUSSÃO

A partir de uma Chamada Pública, a Comissão de Anistia, em parceria com o Ministério da Justiça, selecionou instituições da sociedade para implantar núcleos de apoio psíquico – as Clínicas do Testemunho – às vítimas de violência de Estado da ditadura civil-militar brasileira. O objetivo foi garantir um lugar onde essas pessoas pudessem falar sobre o ocorrido, rompendo com o silenciamento que o trauma carrega, a fim de realizar um trabalho de elaboração da memória – individual e coletiva. Tratava-se, assim, de uma clínica social e política.

Alguns institutos da sociedade civil – como o Instituto Sedes Sapientiae e o Instituto Projetos Terapêuticos, ambos em São Paulo – propuseram-se a colocar em prática o projeto-piloto Clínicas do Testemunho, elaborando diferentes dispositivos terapêuticos. As clínicas, então, com equipes compostas por psicólogos e psicanalistas, realizaram conversas individuais e em grupos. Essas conversas se deram em diversos moldes, desde grupos fechados de testemunhos clínicos, compostos de vítimas e/ou seus familiares, até conversas clínicas abertas ao público.

Nos grupos fechados, foram feitos e ouvidos os testemunhos clínicos, a partir de uma escuta atenta e implicada dos analistas, bem como pautada em um reconhecimento e em uma identificação, por parte do grupo. Já nas

conversas clínicas públicas, abriu-se o espaço de fala e escuta do traumático social, em que tanto as vítimas quanto até mesmo as pessoas não afetadas diretamente pela ditadura pudessem falar e testemunhar sobre o assunto, outrora silenciado, em busca de elaborar em um coletivo esse traumático que concerne a todos.

O instrumento utilizado, pensado como o mais efetivo na elaboração desse tipo específico de trauma, foi o testemunho. Aqui, existe uma aposta de que a fala tem efeito, porque pode trazer potência, mudança, movimentar e deslocar o sujeito do lugar rígido e cristalizado no passado em que se encontra em decorrência dos traumas vividos para um lugar novo, na fala de tempo presente.

Testemunhar é uma escolha ética e política oposta ao silenciar. Dolorosa, mas permite que a verdade apareça, que pare a repetição, que a História seja transformada. Não pode ser uma experiência privada, porque seu valor exige a presença de Outro que o escuta e reconhece. Essa escuta e reconhecimento se fazem pela convicção na importância simbólica dos testemunhos para a construção de uma memória compartilhada. (Ocariz, 2015, p. 35)

Os institutos relatam, nos livros produzidos acerca do trabalho elaborado, a ansiedade, angústia e necessidade gritantes das pessoas que compuseram esses grupos de serem legitimadas oficialmente enquanto vítimas afetadas de maneira direta e profunda por essas violências. Discutiram-se temáticas ligadas à (im)possibilidade de voltar a confiar e acreditar em uma sociedade e, principalmente, em um Estado que fora tão negligente e violento outrora (Ocariz, 2015).

No início dos trabalhos, o afeto predominante nos grupos era o da desconfiança, e muitos participantes não se sentiam à vontade para falar. Além disso, era comum que os terapeutas fossem colocados pelos participantes em um lugar transferencial de Estado (perseguidor, não confiável), o que muitas vezes foi necessário para que cenas traumáticas fossem atualizadas e desmontadas. Como relata Antunes (2015), “havia muita dor acumulada e contida, nas várias gerações. Aquele primeiro encontro foi muito forte e já sinalizava a intensidade das emoções que nos acompanhariam dali em diante” (Antunes, 2015, p. 52).

Esses desafios iniciais foram tomados como demanda e ponto de partida para a elaboração de dispositivos clínicos grupais que conseguissem fazer dos grupos um lugar de acolhimento, em que se pudesse confiar discursos tão delicados, intensos e pessoais. Assim, buscou-se construir um espaço de confiança – de horizontalidade em relação aos pacientes e de disponibilidade para se deixar afetar de maneira genuína e verdadeira pelas narrativas (isto é, não se colocar em uma posição neutra).

Os relatos, por vezes, aparecem de forma muito “chapada”: há o registro dos acontecimentos, mas eles contêm pouca representação afetiva. Assim, nesses momentos, como parte do processo, faz parte dessa clínica que o analista possa oferecer suas próprias representações. O lugar testemunhal oferece escuta, empresta imaginação, palavras e afeto, abrindo brechas na subjetividade adoecida. (Antunes, 2015, p. 55)

Somente é viável que algo novo seja construído, uma nova margem e volume simbólicos para o trauma, quando há um espaço potencial, regado a confiança, fidedignidade, segurança, acolhimento e intermédio de algum objeto cultural. Assim, para estabelecer um *setting* terapêutico que envolva elementos que contribuam para a (re)construção de confiança, faz-se essencial: acordos de sigilo, acolhimento e respeito; relação de horizontalidade entre todos os integrantes do grupo (pacientes e terapeutas); e o testemunho enquanto tarefa do grupo e ferramenta fundamental para que a palavra pudesse circular. Esse espaço construído, somado ao elemento cultural da linguagem narrada, tonifica a potência presente nos entremeios dessas relações grupais e permite que algo novo surja: um testemunho enquanto narrativa construída.

O trauma fere a memória, e então o sujeito ou não se lembra do que ocorreu, ou não consegue construir narrativas sobre o ocorrido, prendendo-se a falas rígidas, fragmentadas e presas ao passado literal, tão insuportavelmente dolorido que pouco se pode falar sobre ele. Ao conseguir construir uma narrativa a partir dos pedaços espalhados de experiências traumáticas, o sujeito pode ressignificar a memória, a história e haver-se com a verdade: histórias da época do encarceramento, agora adquirindo moldes de narrativa construída, organizada; o desaparecimento de familiares queridos; a

fuga na clandestinidade; o medo de seus filhos serem feridos e torturados; o exílio; marcas com grampo nas paredes de cimento para contar os dias de prisão, bilhetinhos passados de cela em cela, companheirismo interno entre os presos – as marcas que todas essas vivências deixaram.

Até se puder falar não sobre a melhora, mas sobre a permanência da dor e do sofrimento, sobre um pessimismo, ainda assim é possível pensar em avanços na elaboração e reparação desse traumático. Apenas por conseguir ser dito, apenas por conseguir construir uma narrativa de volume simbólico (não achatada, enrijecida), já há um avanço no caminho da reparação traumática.

. . . aquilo que antes se apresentava transbordante encontrou contornos possíveis; os choros podiam ser contidos e as emoções assentadas, dando lugar a falas mais articuladas e transmissíveis . . . aos poucos e dentro do possível, pois é sempre aquém do desejável, é como se o tempo estivesse em movimento e as duras histórias pudessem finalmente encontrar lugar para se acomodar na própria história desses sujeitos. (Antunes, 2015, p. 56)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estou preso à vida e olho meus companheiros. / Estão taciturnos,  
mas nutrem grandes esperanças. / Entre eles, considero  
a enorme realidade. / O presente é tão grande, não nos afastemos. /  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

(Andrade, 1940/2012, p. 53)

Tendo percorrido o caminho de compreensão das noções de traumas advindos de violência de Estado e tortura e estudado sobre algumas noções da Psicanálise de Winnicott (1975) e Ferenczi (1932/1990, 1934/1992) para compreender como a reparação psíquica desses traumas pode ocorrer na prática, podemos afirmar que espaços potenciais foram criados na prática do trabalho clínico das Clínicas do Testemunho, de ressignificação e legitimação das histórias, memórias, traumas e verdade das vítimas diretas e indiretas da violência de um Estado ditatorial.

Entende-se que o testemunho é uma ferramenta potente na elaboração desse tipo específico de trauma. Ademais, é um recurso que permite

romper o silenciamento e o resgate de uma história e memória coletivas, pois uma sociedade que lembra diminui as chances de que a história se repita; dá a oportunidade de restaurar uma confiança e um pertencimento outrora rompidos; propicia ambiente acolhedor e seguro, legitimando sofrimentos; e permite que a palavra saia do lugar silenciado e enrijecido – e circule.

Novas constatações podem ser feitas e sempre novas questões podem ser abertas. Fica clara a importância de se contar com políticas públicas de resgate da história, memória e verdade individuais e coletivas; políticas públicas de reparação de danos psíquicos, que, uma vez elaborados, ressignificados e trazidos à consciência, podem evitar a repetição da violência.

O projeto Clínicas do Testemunho teve um segundo edital, em 2015, que abarcou outros coletivos de cuidado psíquico, como o Margens Clínicas, que ampliou o destino do projeto não somente para as vítimas dos anos de ditadura militar, mas também para as pessoas que sofrem atualmente – e sempre sofreram – com as violências de Estado, em territórios marginalizados, como Perus e Heliópolis, em São Paulo. É de fundamental importância que a sociedade se mobilize na construção e continuidade desses tipos de dispositivos. Entretanto, sabemos que não houve continuidade para as Clínicas do Testemunho, enquanto política pública de memória. O que isso significa para o Brasil? Uma sociedade que fecha os espaços públicos que rememoram a verdade dos sofrimentos, violências e violações está fadada a repetir os sofrimentos, violências e violações.

Tantos são os traumas e não ditos que a sociedade brasileira carrega, tantas são as histórias desmemoriadas. Desde as violências constantes e atozes de um Brasil recém-colonizado para com os povos indígenas e com os povos negros escravizados e torturados; seja com os cidadãos torturados nos anos de ditadura; seja com uma população negra, pobre, habitante de favelas, que hoje, em 2021, e desde sempre, continua violentada, torturada, silenciada e assassinada, por práticas ultrajantes herdadas dessas histórias que foram esquecidas, silenciadas e, por isso mesmo, perpetuadas.

Ao falar de violência, lembremos das ideias de Costa (1986) acerca do assunto: uma ação coercitiva e intimidadora, em uma relação desigual de poder, em que há também uma ruptura deliberada de contratos, em que se

abusa da força que se detém. Palavras que podem legitimar uma afirmativa de que hoje, sim, existe violência de Estado, brutal, atroz e aniquiladora. Cinquenta e sete anos após o 1º de abril em que se deu o golpe ditatorial civil-militar, 131 anos após a abolição da escravização que foi instituída por 400 anos, não cessaram a violência e o terrorismo estatais, a tortura, o encarceramento político, os desaparecimentos, as mortes e, principalmente, o silenciamento quanto a todas essas práticas. Ainda existem essas práticas – e traumas advindos delas, com poucos espaços sociais de legitimação e de reparação psíquica dessas vivências traumáticas. Direitos constitucionais, civis e humanos, que a Constituição garante, continuam a ser desconsiderados e violados pelo Estado. Uma violência seletiva apoiada por uma necropolítica.

Hoje e todos os dias, presenciamos as violências arbitrárias, de abuso de poder por parte do Estado: intervenções policiais e militares culminando em mortes diárias de centenas de pessoas nas favelas brasileiras; meninos e meninas, com uniforme escolar, em sua maioria negros e pobres, enquadrados, revistados e humilhados diariamente por oficiais do Estado; família negra aterrorizada por 80 tiros em seu carro e pela consequente morte do pai, na periferia do Rio de Janeiro, pelo Exército brasileiro; mais de meio milhão de vidas perdidas que não são enlutadas pelo governo em meio a uma pandemia. Um governo de desprezo à questão ética da condição humana, que se mostra truculento, arbitrário, negligente, atroz, fascista, racista, que exalta os anos de ditadura militar e continua lavando suas mãos “em bacias de sangue”.<sup>3</sup> Um presidente que, a todo momento, vocifera mentiras, desmerece a verdade, deturpa a memória, aclama torturador e a prática da tortura.

Não pode haver neutralidade possível frente à violência. Por isso, prestemos muita atenção. Relembremos, com verdade, o passado. A verdade e a memória contribuem para rememorar erros do passado, para que não se repitam no presente e no futuro. Novos e antigos silêncios estão instaurados. Falemos deles. A cada dia, repetem-se o golpe, o terror, as

---

3 Referência à fala da peça *Os fuzis da Senhora Carrar*: “Eu já li, muitas vezes, que as pessoas que não querem assumir nenhuma culpa acabam lavando as mãos em bacias de sangue. E esse sangue, depois bem que se vê nas mãos!” (Brecht, 1937, p. 34).

violências e as violações. Precisamos dar voz ao que permanece em silêncio, precisamos falar e debater sobre os 521 anos de Brasil violento e desigual, em que lógicas coloniais se perpetuam. Não podemos permanecer neutros frente a essas violências que nos constituem enquanto nação e que nos são escancaradas diariamente.

O testemunho é um recurso de elaboração pela fala que permite que a memória seja resgatada, que a verdade tenha lugar frente ao silenciamento e, assim, lembremos coletivamente e não repitamos. A memória e a verdade são direitos da população brasileira, e garanti-los requer um resgate e uma consequente elaboração psíquica que essa memória e verdade demandam. O testemunho mostra-se como uma ferramenta para tal, e é sempre urgente a necessidade de ampliarmos nossa compreensão, estudos, pesquisas e reflexões sobre o assunto.

Diante da situação política atual que vivemos em nosso País, de desmonte de políticas públicas, inclusive as de memória e reparação, de ataque aos direitos públicos, à expressão pública, à verdade pública, à memória pública, é preciso fortalecer e legitimar nossas lutas. Discutir o tema no meio acadêmico-científico e fora dele é um posicionamento político, de resgate da história, memória e verdade.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, C. D. (2012). *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1940)
- Antonello, D. F. (2015). Trauma, corpo e sobrevivência: Um diálogo entre Sándor Ferenczi e a literatura de testemunho. *Cadernos de Psicanálise*, 31(34), 243–264.
- Antunes, P. T. (2015). Testemunho em grupo: Gerações juntas na elaboração do trauma. In M. R. Silva Junior & I. F. S. Mercadante (Coords.), *Travessia do silêncio, testemunho e reparação* (pp. 47–57). São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos.
- Arantes, M. A. A. C. (2013). *Tortura: Testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casapsi.

- Benevides, M. V. (2004). Conversando com os jovens sobre direitos humanos. In R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.), *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Blum, R. (2015a). A clínica como testemunha: Silêncio e representação. In M. R. Silva Junior & I. F. S. Mercadante (Coords.), *Travessia do silêncio, testemunho e reparação* (pp. 65–72). São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos.
- Blum, R. (2015b). A terceira margem da reparação. In M. R. Silva Junior & I. F. S. Mercadante (Coords.), *Travessia do silêncio, testemunho e reparação* (pp. 11–22). São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos.
- Brecht, B. (1937). *Os fuzis da senhora Carrar* (A. Bulhões, Trad.). Recuperado de <http://joinville.ifsc.edu.br/~luciana.cesconetto/Textos%20teatrais/Bertolt%20Brecht/Bertol%20Brecht%20-%20Os%20fuzis%20da%20senhora%20Carrar.pdf>
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha. (2010). *As Convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais*. Recuperado de <https://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm>
- Costa, J. F. (1986). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Endo, P. (2011). Elaboração onírica e representação na literatura de testemunho pós-ditadura no Brasil. In M. Perdomo & M. Cerruti (Orgs.), *Trauma, memória e transmissão: A incidência da política na clínica psicanalítica* (pp. 33–46). São Paulo: Primavera Editorial.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1932)
- Ferenczi, S. (1992). *Obras completas de Sándor Ferenczi – Psicanálise IV* (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934)
- Figueiredo, L. C. (2018). *Psicanálise: Elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Gondar, J., & Antonello, D. F. (2016). O analista como testemunha. *Psicologia USP*, 27(1), 16–23. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150010>

- Kehl, M. R. (2011). Sua única vida. In M. Perdomo & M. Cerruti (Orgs.), *Trauma, memória e transmissão: A incidência da política na clínica psicanalítica* (pp. 49–57). São Paulo: Primavera Editorial.
- Labaki, M. E. P. (2018). Contra a desautorização, o reconhecimento. *Boletim Online do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*, 46. Recuperado de [http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=bvisor&pub=46&ordem=13#\\_ednref1](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=bvisor&pub=46&ordem=13#_ednref1)
- Levi, P. (1990). *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Martín, A. G. (2005). As sequelas psicológicas da tortura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(3), 434–449. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000300008>
- Ocariz, M. C. (Org.) (2015). *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): Efeitos psíquicos e testemunhos clínicos*. São Paulo: Escuta.
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Silva Junior, M. R. (2015). O trauma de um ponto de vista histórico-político. In M. R. Silva Junior, & I. F. S. Mercadante (Coords.), *Travessia do silêncio, testemunho e reparação* (pp. 99–108). São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos.
- Silva Junior, M. R., & Mercadante, I. F. S. (Coords.) (2015). *Travessia do silêncio, testemunho e reparação*. São Paulo: Instituto Projetos Terapêuticos.
- Viñar, M., & Viñar, M. (1992). *Exílio e tortura* (W. Lisboa, Trad.). São Paulo: Escuta.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Recebido em 18/10/2020

Aceito em 05/10/2021

# A produção científica sobre transtornos alimentares na área da psicologia

*Scientific production on eating disorders in psychology*

*La producción científica sobre trastornos alimentarios en el campo de la psicología*

*Pâmella de Jesus Ferreira\**  
*Tatiele Jacques Bossi\*\**

## Resumo

*O presente estudo teve como objetivo investigar a produção científica sobre transtornos alimentares na área da psicologia. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados EBSCO, SciELO e PePSIC, tendo como período de busca os anos de 2009 a 2019. A análise qualitativa dos dados foi realizada em duas etapas. Primeiramente, os resumos dos estudos encontrados foram lidos e classificados quanto às características das amostras, às características metodológicas e aos temas investigados. Em um segundo momento, foram selecionados apenas os estudos que abordam possibilidades de intervenções psicológicas em tratamentos focados na anorexia, na bulimia nervosa e no transtorno de compulsão alimentar para uma análise aprofundada. Para essa última, os estudos foram lidos na íntegra e classificados com base em duas categorias: 1) Resultados referentes às intervenções com os pacientes; e, 2) Resultados referentes às intervenções com os familiares. Os resultados apresentaram exclusivamente intervenções grupais, seja para os pacientes, seja para seus familiares. Os profissionais da psicologia operam com grupos de apoio, sendo esses uma maneira efetiva para alcançar ressignificações sobre os sentimentos e experiências relativos aos transtornos alimentares. Discute-se a importância de o profissional da psicologia estar preparado para lidar com o tratamento dessa psicopatologia em específico.*

**Palavras-chave:** *transtornos alimentares, anorexia nervosa, bulimia, psicologia.*

---

\* FSG Centro Universitário, RS, Brasil. E-mail: [pjollerfeira@gmail.com](mailto:pjollerfeira@gmail.com)

\*\* FSG Centro Universitário, RS, Brasil. E-mail: [tatielejbossi@gmail.com](mailto:tatielejbossi@gmail.com)

## Abstract

*The present study aimed to investigate the Brazilian scientific production on eating disorders in Psychology. A systematic literature review was conducted in the EBSCO, SciELO and PePSIC databases with the search period of the 2009 to 2019. Qualitative data analysis was performed in two steps. Firstly, the abstracts of the studies were read and classified according to the characteristics of samples, the methodological characteristics and the investigation themes. In a second moment, only studies addressing the possibility of psychological interventions in anorexia, bulimia nervosa and binge eating disorder were selected for further analysis. For this, the full articles were read and classified based on two categories: 1) Results about interventions with patients, and; 2) Results about interventions with family members. The results showed a predominance of group interventions and none individually, either for patients or their families. Psychologists work with support groups, which are an effective way to achieve resignifications about feelings and experiences with eating disorders. The importance of the psychology professional being prepared to deal with the treatment of this specific psychopathology is discussed.*

**Keywords:** eating disorders, anorexia nervosa, bulimia, psychology.

## Resumen

*Este estudio tiene como objetivo investigar la producción científica sobre trastornos alimentarios en el campo de la psicología. Se realizó una revisión sistemática de la literatura en las bases de datos EBSCO, SciELO y Pepsic (2009 a 2019). El análisis cualitativo se realizó en dos etapas. En primer lugar, los resúmenes de los estudios fueron leídos y clasificados por las características de las muestras, las características metodológicas y los temas investigados. En un segundo momento, se seleccionaron sólo los estudios que abordan posibilidades de intervenciones psicológicas en tratamientos enfocados en la anorexia, la bulimia nerviosa y el trastorno de compulsión alimentaria, para un análisis profundo. Para esto, los estudios se han leído en su totalidad y se han clasificado en dos categorías: 1) Resultados relativos a las intervenciones con pacientes; y, 2) Resultados relativos a las intervenciones con familiares. Los resultados presentaron exclusivamente intervenciones grupales, ya sea para los pacientes o para sus familiares. Los profesionales de la psicología operan con grupos de apoyo, siendo éstos una manera efectiva para lograr resignificaciones sobre los sentimientos y experiencias. Se discute la importancia de que el profesional de la psicología esté preparado para hacer frente al tratamiento de esta psicopatología en específico.*

**Palabras clave:** trastornos alimentarios, anorexia nerviosa, bulimia, psicología.

Na atualidade, diante de um possível aumento no nível de gordura no corpo, em contraposição ao que se espera socialmente, inicia-se a busca incessante pelo peso ideal, por meio de dietas e procedimentos estéticos. O inconsciente coletivo foi atingido pela ideia da magreza como um ideal de beleza, resultando no fato de que a maioria das mulheres, e alguns homens, não se sentem bem com o próprio corpo, o que pode acarretar adoecimento físico e mental (Oliveira & Hutz, 2010).

Entre os possíveis adoecimentos de ordem mental, foco do presente estudo, encontram-se os transtornos alimentares (TAs). Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-5 (APA, 2013), os TAs são caracterizados por perturbações no comportamento alimentar, causando alteração no consumo e na frequência com que os alimentos são ingeridos, comprometendo a saúde física, mental e social. Os principais TAs são: anorexia, bulimia nervosa e transtorno de compulsão alimentar.

A anorexia é caracterizada, segundo o DSM-5 (APA, 2013), pelo peso significativamente baixo, comparado ao que se espera como normalidade para a faixa etária, gênero e condições de saúde física. É acompanhado de percepção distorcida da aparência do corpo, pelo temor de ganho de peso corporal e comportamentos de sua manutenção. Utiliza-se como critério para classificação de baixo peso o índice de massa corporal (IMC) abaixo de 18,5.

Já a bulimia nervosa é descrita pela compulsão alimentar sem controle frente à quantidade e/ou à tipologia do alimento consumido. Tal fato é acompanhado pelo sentimento de culpa que faz com que a pessoa busque a compensação desse comportamento por meio de vômito induzido, uso de laxantes, diuréticos, jejum ou exercícios físicos excessivos, na intenção de não ganhar peso. Indivíduos com bulimia geralmente tem vergonha de seu descontrole ou da compensação purgativa, realizando-os na maioria das vezes de forma privada (APA, 2013).

Por fim, o transtorno de compulsão alimentar tem como características a falta de controle na ingestão da alimentação, de modo que ocorre um consumo maior de calorias que a maioria das pessoas consumiria em situações semelhantes. O indivíduo tende a se alimentar escondido, e após

a compulsão sente-se culpado pelo consumo excedente. Esse transtorno não está associado a comportamentos compensatórios e uma de suas consequências é a obesidade (APA, 2013).

Tal temática é atual e preocupante a ponto de que em diversas notícias, blogs e revistas de popularização da ciência são mencionados dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) referente às características e prevalência dos TAs. O público mais atingido pelas patologias alimentares tem sido de indivíduos do sexo feminino, iniciando geralmente na adolescência, ou na fase adulta jovem, e se caracterizando basicamente por aversão ao aumento de calorias e por compulsão alimentar (Andrade, Viana, & Silveira, 2006; Oliveira & Hutz, 2010). É divulgado que o transtorno de compulsão alimentar acomete 2,5% da população mundial, o que segundo a OMS é um dado alarmante, pois por mais que as pessoas tenham consciência da importância de se alimentar corretamente, agem de forma contrária. Geralmente, apresenta-se a partir da adolescência, como comorbidade da depressão e da ansiedade, de modo que o comer compulsivamente cumpriria uma tentativa de preenchimento desse vazio emocional causando, posteriormente, angústia e culpa por comer descontroladamente. Além disso, vários sites pró TAs são acessados por adolescentes de diferentes classes sociais, o que pode auxiliar na manifestação de patologias alimentares (Rodgers, Lowy, Halperin, & Franko, 2016).

Conforme a OMS, esses TAs têm suas consequências em longo prazo na vida das pessoas. Por exemplo, tanto em crianças como em adultos, a obesidade é algo que afeta em torno de trezentos milhões de pessoas mundialmente, de modo que o transtorno de compulsão alimentar é um dos possíveis fatores que podem desencadeá-la. Já quanto à anorexia e à bulimia nervosa, a OMS ressalta que os índices desses TAs aumentam mundialmente a cada ano, abrangendo não somente os países desenvolvidos, mas também aqueles em desenvolvimento.

Ao nível nacional, o Ministério da Saúde (2014) descreve os TAs por idealizações corpóreas que estão ligadas à padronização de beleza, e considera isso como uma epidemia que gera preocupação à saúde pública. Também foram levantados dados em estudos pelo Ministério da Saúde (2014) de que quase 50% das mulheres entre 12 e 29 anos gostariam de

pesar menos, enquanto apenas 32% delas apresentavam sobrepeso ou obesidade. Em um parâmetro de 38% das mulheres que se enxergavam gordas, mais da metade delas tinham o IMC dentro do considerado saudável.

Sem dúvidas, fica explícito o quanto a insatisfação com a imagem corporal é algo que vem aumentando, tendo início principalmente na adolescência, mas que pode apresentar sinais desde o período da infância (Lira, Ganen, Lodi, & Alvarenga, 2017; Martins & Petroski, 2015). Em estudos realizados por Petroski, Pelegrini e Glaner (2012), com adolescentes brasileiros, estima-se que 65,7% do público feminino não se encontrava satisfeito com o próprio corpo, apesar de que no sexo masculino, na mesma faixa etária, o percentual foi de 54,5%. Referente à anorexia nervosa e à imagem corporal, Alves, Vasconcelos, Calvo e Neves (2008) estudaram uma amostra de 1.148 adolescentes do sexo feminino com média de 14 anos, e constataram que 15,6% das participantes apresentavam sintomas de anorexia e 18,8% relataram insatisfação com a imagem corporal.

Em estudos analisados em revisões da literatura (Andrade et al., 2006; Oliveira & Hutz, 2010), verificou-se que os grupos que mais tendem a desenvolver TAs são os de adolescentes e de adultos jovens, o que condiz com o critério diagnóstico do DSM-5 (APA, 2013). Os autores verificaram que a cada 1.000 homens e mulheres, a porcentagem dos que são acometidos por TAs são de 18,5% mulheres contra apenas 2,25% homens. Já em relação à mortalidade, Andrade et al. (2006) verificaram que o índice apresentado no grupo com sintomas de anorexia apresenta 12 vezes mais risco que aquele que acomete a população em geral da mesma faixa etária. E, ainda, é um risco de cerca de 2% maior nos indivíduos com TAs do que em pessoas com outros transtornos mentais (Oliveira & Hutz, 2010).

Baseado no exposto, percebe-se que o tema dos TAs é de grande impacto social. Mais que isso: é um transtorno recorrente, com certa prevalência e que está diretamente ligado à percepção da imagem corporal (Alves et al., 2008; Oliveira & Hutz, 2010; Petroski et al., 2012). Com isso, os profissionais da psicologia e da psiquiatria acabam por acessar pacientes com essa patologia (Campos & Haack, 2013; Scorsolini-Comin & Santos, 2012). No campo da psicologia, há uma variedade de abordagens a serem aplicadas, no entanto, ainda se busca qual delas apresenta mais

efetividade (Assunção, Oliveira, & Henriques, 2016; Campos & Haack, 2013; Le, Barendregt, Hay, & Mihalopoulos, 2017; Linardon, Fairburn, Fritzsimmmons-Craft, Wilfley, & Brennan, 2017; Scorsolini-Comin & Santos, 2012). Essas duas áreas (psicologia e psiquiatria), atuando em conjunto e de forma multidisciplinar com outras profissões do campo da saúde e com a família dos pacientes, têm se mostrado importantes nos estudos para os avanços de tratamentos evidenciados até o momento (Diniz & Lima, 2017; Jaeger, Seminotti, & Falceto, 2011; Rodrigues, 2018).

Assim sendo, o objetivo do presente estudo é investigar a produção científica sobre TAs na área da psicologia, através de uma revisão sistemática da literatura. Em particular, busca-se analisar em profundidade artigos que enfatizam intervenções psicológicas no tratamento da anorexia nervosa, da bulimia nervosa e do transtorno de compulsão alimentar.

## MÉTODO

A busca pelos artigos que foram considerados na análise dos dados foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica *online*, utilizando-se como fontes de busca as bases de dados (a) EBSCO; (b) SciELO (Scientific Eletronic Library Online); e PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia). Para a busca, foram utilizados os seguintes descritores, combinados com operadores *booleanos*: “psicologia E transtornos alimentares”, “anorexia nervosa E psicologia”, “bulimia nervosa E psicologia”, “transtorno de compulsão alimentar E psicologia”, selecionando como intervalo de busca o período de 2009 a 2019 (busca realizada em julho de 2019).

Ao todo foram encontrados 114 artigos classificados a partir dos seguintes critérios de inclusão: (a) ser estudo empírico; b) estar escrito em português, inglês ou espanhol; e, (c) ter como foco de pesquisa os seguintes TAs: anorexia nervosa, bulimia nervosa e transtorno de compulsão alimentar. Após essa análise inicial, foram excluídas as referências repetidas entre os descritores (40 documentos) e aquelas que se utilizaram somente de análise teórica (37 documentos). Também foram excluídos artigos que não versavam sobre a temática dos transtornos alimentares (12 documentos). Dessa forma, para fins de análise, restaram 25 artigos, os quais foram

examinados em duas etapas. Na primeira etapa, foram lidos somente os resumos dos estudos e analisados de acordo com as categorias temáticas. Já na segunda etapa de análise, foram considerados, na íntegra, 10 estudos que abordam intervenções psicológicas no contexto dos TAs focados na anorexia, na bulimia nervosa e no transtorno de compulsão alimentar. A Figura 1 apresenta o fluxo de seleção dos documentos a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Todas as etapas de coleta e análise dos dados foram realizadas por duas pesquisadoras de modo independente. Em caso de divergências, buscou-se o consenso.

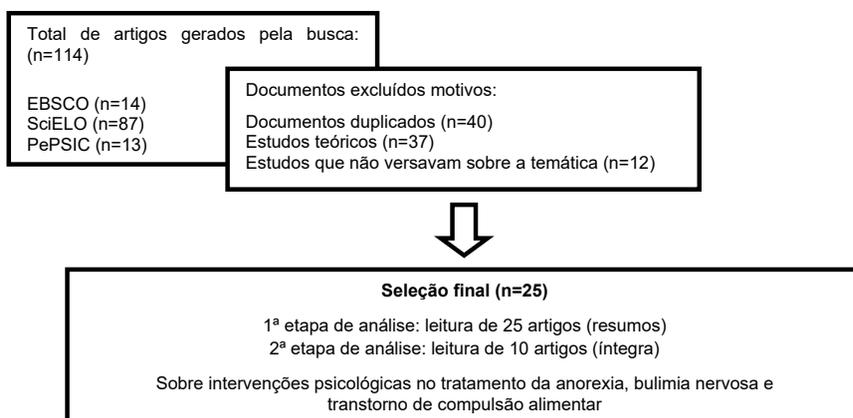


Figura 1. Diagrama do fluxo de seleção dos artigos.

## RESULTADOS

A seguir, é destacada cada uma das etapas de análise realizada. Os estudos analisados estão sinalizados com um asterisco (\*) na lista de referências.

### Primeira etapa de análise

Na primeira etapa de análise, somente os resumos dos 25 artigos que responderam aos critérios de inclusão do estudo foram analisados a partir de três categorias temáticas, definidas *a priori*, pelos seguintes aspectos: (a) caracterização das amostras; (b) características metodológicas; e (c) temas

investigados. A seguir, é destacada cada uma das categorias, ilustradas a partir dos dados disponíveis nos resumos dos artigos considerados neste estudo.

### Caracterização das amostras.

Nesta categoria, foram descritas as características dos participantes dos estudos. A maioria dos resumos analisados destaca como participantes da pesquisa os pacientes/usuários dos serviços de saúde para tratamento de TAs (Cardoso & Santos, 2012; Carvalho-Ferreira, Cipullo, Caranti, Mosquio, Andrade-Silva, Pisani, & Dâmaso, 2012; Fernández, Navarro, Monzón, & Mas, 2012; Gonzalez, Junior, & Rondina, 2014; Goulart & Santos, 2012; Santos, Scorsolini-Comin, & Gazignato, 2014; Scorsolini-Comin, Souza, & Santos, 2011; Souza & Santos, 2013a; Souza & Santos, 2013b; Souza & Santos, 2014a; Souza & Santos, 2014b) ou os seus familiares (Nicoletti, Gonzaga, Modesto, & Cobelo, 2010; Ornelas & Santos, 2016; Santos, Leonidas, & Costa, 2016; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012; Souza, Santos, & Scorsolini-Comin, 2009). Para além desses, o estudo de Souza e Santos (2015) considerou como participantes os profissionais da saúde de um serviço de assistência ambulatorial em anorexia e bulimia nervosa, de um hospital-escola. Já o estudo de Pedrosa e Teixeira (2015) contou com a análise de prontuários de um serviço multidisciplinar que atendia pessoas com TAs.

Dois estudos diferenciados com relação à amostra foram os de Fortes, Vasconcelos, Silva, Oliveira e Ferreira (2017) em que participaram do estudo 73 atletas de voleibol feminino e o de Hernández-Mulero e Berengüí (2016) em que foram acessados 109 atletas, a fim de se avaliar o risco para o desenvolvimento de transtorno alimentar. Além desses, dois estudos contaram com amostras de adolescentes estudantes, para avaliar a prevalência de transtornos alimentares (Baquero, Pinzón, Prada, & Prieto, 2017; Perez & Hartmann, 2013) e um estudo acessou 175 estudantes do curso de Psicologia (Bosi, Uchimura, & Luiz, 2009).

## Características metodológicas

Verificou-se que na maioria dos resumos era definido o tipo de delineamento dos estudos, sendo eles transversais e qualitativos (Goulart & Santos, 2012; Ornelas & Santos, 2016; Santos et al., 2014; Santos et al., 2016; Scorsolini-Comin et al., 2011; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012; Souza & Santos, 2013a; Souza & Santos, 2013b; Souza & Santos, 2014a; Souza & Santos, 2014b; Souza & Santos, 2015). Entende-se que no restante dos artigos (Cardoso & Santos, 2012; Gonzalez et al., 2014; Nicoletti et al., 2010; Pedrosa & Teixeira, 2015), mesmo que em seus resumos não estejam explícitos, os pesquisadores utilizaram-se de pesquisa qualitativa. Isso ficou subentendido devido às características das amostras (número de participantes) e às técnicas empregadas para a coleta de dados (ex. entrevistas). Por esses mesmos motivos destacados, em três estudos, embora não especificado, foi possível presumir que se refere a um estudo transversal e quantitativo (Bosi et al., 2009; Fernández et al., 2012; Hernández-Mulero & Berengüí, 2016). Já nos estudos de Baquero et al. (2017) e de Perez e Hartmann (2013), fica explícito que utilizaram desse delineamento destacado. Apenas dois estudos mencionaram em seus resumos que usaram delineamento longitudinal e quantitativo (Carvalho-Ferreira et al., 2012; Fortes et al., 2017).

Alguns estudos utilizaram como técnica de coleta de dados a realização de intervenções em grupos, realizados com pacientes acometidos por TAs (Goulart & Santos, 2012; Santos et al., 2014; Scorsolini-Comin et al., 2011) ou com seus familiares ou cuidadores (Nicoletti et al., 2010; Santos et al., 2016; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012). Nesses estudos, os dados foram armazenados através de observações e anotações em diário de campo (Goulart & Santos, 2012) ou por meio de gravação de áudio e transcrições do material (Santos et al., 2014; Scorsolini-Comin et al., 2011; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2010). No entanto, também houve estudos que não destacaram a forma de coleta e o armazenamento dos dados em seus resumos (Nicoletti et al., 2010; Santos et al., 2016; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2012).

Um estudo realizou a intervenção com pacientes obesos, mas não deixou especificado no resumo se tal interferência foi aplicada de forma individual ou em grupo (Carvalho-Ferreira et al., 2012).

Por conseguinte, também foram realizados estudos que coletaram dados através de entrevistas (Gonzalez et al., 2014; Ornelas & Santos, 2016; Souza & Santos, 2013a; Souza & Santos, 2013b; Souza & Santos, 2014a; Souza & Santos, 2014b; Souza & Santos, 2015), como as entrevistas abertas com os profissionais de uma equipe multidisciplinar, do estudo de Souza e Santos (2015). Ainda, um estudo (Pedrosa & Teixeira, 2015) utilizou-se de pesquisa documental de 17 prontuários de pacientes atendidos em um serviço interdisciplinar de TAs, e outro estudo (Cardoso & Santos, 2012) utilizou-se da avaliação de 27 pacientes a partir do Método de Rorschach. Também outro utilizou questionários autoaplicáveis a fim de avaliar sintomas de compulsão alimentar, depressão, ansiedade, insatisfação com a imagem corporal e a qualidade de vida entre os participantes (Carvalho-Ferreira et al., 2012). Ainda, outros utilizaram-se de escalas, inventários e questionários, como o *Eating Attitudes Test* (Bosi et al., 2009; Fortes et al., 2017), o *Eating Disorder Inventory* (Hernández-Mulero & Berengüí, 2016; Perez & Hartmann, 2013), o *Sick Control on Fat Food – SCOFF Questionnaire* (Baquero et al., 2017), o *Body Shape Questionnaire – BSQ* (Bosi et al., 2009; Fernández et al., 2012) e o *Bulimic Investigatory Test Edinburgh* (Bosi et al., 2009).

A maior parte dos estudos realizou análise qualitativa dos dados, a partir da análise temática. Esses, inclusive, se utilizaram da abordagem teórico-metodológica do Construcionismo Social (Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012; Souza & Santos, 2013a; Souza & Santos, 2013b; Souza & Santos, 2014a; Souza & Santos, 2014b; Souza & Santos, 2015). Outros dois estudos realizaram análise temática a partir de referenciais teóricos diversos, sendo eles histórico-cultural Bakhtiniano (Scorsolini-Comin et al., 2011) ou interpretado à luz da abordagem psicodinâmica (Santos et al., 2016). Alguns estudos utilizaram-se de análise quantitativa, por meio da análise de variância – ANOVA (Carvalho-Ferreira et al., 2012), por estatística descritiva e pelo modelo de regressão hierárquica (Fortes et al., 2017), pela correlação de Pearson (Perez & Hartmann, 2013),

e outro ainda destacou apenas ter realizado correlação, sem ter especificado o tipo (Baquero et al., 2017). Também tiveram estudos que não destacaram em seus resumos o tipo de análise dos dados utilizados (Bosi et al., 2009; Cardoso & Santos, 2012; Fernández et al., 2012; Gonzalez et al., 2014; Goulart & Santos, 2012; Hernández-Mulero & Berengüí, 2016; Nicoletti et al., 2010; Ornelas & Santos, 2016; Santos et al., 2014; Souza et al., 2009).

## Temas investigados

Nesta categoria, foram descritos os temas investigados na área da psicologia sobre os TAs. Os estudos tenderam a focar, em sua maioria, nos aspectos que envolvem as pessoas diretamente acometidas pelos TAs (Cardoso & Santos, 2012; Carvalho-Ferreira et al., 2012; Gonzalez et al., 2014; Goulart & Santos, 2012; Santos et al., 2014; Scorsolini-Comin et al., 2011; Souza & Santos, 2013a; Souza & Santos, 2013b; Souza & Santos, 2014a; Souza & Santos, 2014b) ou seus familiares (Nicoletti et al., 2010; Ornelas & Santos, 2016; Santos et al., 2016; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012), buscando entender os percalços e as implicações que o transtorno ocasiona.

Com relação aos estudos que consideraram as vivências das pessoas com TAs, o tema mais frequente foi referente à relação estabelecida entre o paciente/usuário do serviço de saúde e os profissionais que o atendem (Souza & Santos, 2013a; Souza & Santos, 2013b; Souza & Santos, 2014a; Souza & Santos, 2014b). Por exemplo, o estudo de Souza e Santos (2014b) investigou como profissionais e pacientes constroem as decisões sobre o tratamento.

Já outros estudos (Goulart & Santos, 2012; Santos et al., 2014; Scorsolini-Comin et al., 2011) investigaram grupos terapêuticos para pacientes acometidos por TAs. O estudo de Santos et al. (2014) investigou os fatores terapêuticos em um grupo de apoio para pacientes com anorexia e bulimia nervosa. Já o estudo de Scorsolini-Comin et al. (2011) buscou compreender a construção de si mesmo a partir do discurso de pessoas acometidas por TAs participantes de um grupo de apoio psicológico. Ainda, outro estudo buscou avaliar os efeitos de uma terapia interdisciplinar para pacientes

obesos sobre os sintomas de compulsão alimentar, ansiedade, depressão, insatisfação com a imagem corporal e qualidade de vida (Carvalho-Ferreira et al., 2012).

Com relação aos estudos que consideraram as vivências dos familiares das pessoas com TAs, o tema mais frequente foi referente à participação dos familiares/cuidadores em atendimento terapêutico grupal (Nicoletti et al., 2010; Santos et al., 2016; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012). Por exemplo, o estudo de Santos et al. (2016) buscou identificar qual a visão dos familiares em relação aos transtornos de anorexia e bulimia e as suas percepções sobre o paciente.

Além desses estudos com pacientes e familiares, outros artigos consideraram apresentar as histórias exitosas de profissionais de saúde no atendimento de pessoas acometidas por TAs (Souza & Santos, 2015) ou a análise de prontuários buscando investigar o desenvolvimento da perspectiva biomédica nos atendimentos psicológicos em um serviço interdisciplinar de TAs (Pedrosa & Teixeira, 2015). Cabe ressaltar, também, que o estudo de Cardoso e Santos (2012) teve por objetivo realizar a avaliação psicológica dos pacientes acometidos por TAs a partir do Método de Rorschach. Ainda, outros estudos apresentaram temas mais particulares, tais como investigar a forma com que os pacientes vivenciaram os TAs desde a manifestação dos sintomas (Gonzalez et al., 2014) e pela verificação de quais percursos são traçados pelas mães de pacientes acometidos por anorexia nervosa na busca de cuidados de saúde, diagnóstico e tratamento (Ornelas & Santos, 2016). Ainda, um estudo investigou atletas de voleibol feminino a fim de avaliar as influências do estilo de liderança do treinador sobre os comportamentos de risco para os transtornos alimentares nas atletas (Fortes et al., 2017). Outro estudo também investigou a possível relação entre identidade atlética e transtornos alimentares entre homens e mulheres (Hernández-Mulero & Berengüí, 2016). Ainda, outros estudos buscaram estabelecer a prevalência e a correlação entre transtornos alimentares, depressão e ansiedade em adolescentes estudantes do ensino médio (Perez & Hartmann, 2013) e em adultos acometidos por anorexia e/ou bulimia nervosa (Fernández et al., 2012). Outro buscou a associação existente entre os transtornos alimentares e a ideação e tentativa de suicídio em adolescentes (Baquero et al., 2017). Já

o estudo de Bosi et al. (2009) buscou caracterizar as práticas alimentares e fatores de risco para transtornos alimentares em estudantes do curso de Psicologia.

Já alguns estudos (Ornelas & Santos, 2016; Pedrosa & Teixeira, 2015; Souza & Santos, 2013a; Souza & Santos, 2013b; Souza & Santos, 2014a; Souza & Santos, 2014b; Souza & Santos, 2015) se referiram ao atendimento interdisciplinar dos profissionais da saúde com os pacientes com TA. Exemplifica-se com a investigação de Ornelas e Santos (2016), a qual evidenciou que a falta de aprimoramento dos profissionais sobre a anorexia nervosa retarda o diagnóstico e impacta negativamente o prognóstico.

## **Segunda etapa de análise**

Na segunda etapa de análise, o texto completo dos 10 artigos que versava sobre intervenções no contexto dos TAs foi lido e analisado a partir de duas grandes categorias, a saber: 1) Resultados referentes às intervenções com os pacientes; e, 2) Resultados referentes às intervenções com os familiares. Cabe destacar que todas as intervenções destacadas nos estudos foram realizadas na modalidade de grupos.

### **Resultados referentes às intervenções com os pacientes**

Os quatro estudos analisados cujo foco da intervenção eram os pacientes (Carvalho-Ferreira et al., 2012; Goulart & Santos 2012; Santos et al., 2014; Scorsolini-Comin et al., 2011) analisaram as dinâmicas grupais com os pacientes participantes dos grupos terapêuticos ou de apoio. Como, por exemplo, Goulart e Santos (2012) verificaram o quanto o contato entre os pacientes os mobilizaram em suas vivências no grupo.

Três estudos tinham o formato de grupo aberto, variando a quantidade de participantes nas sessões (Goulart & Santos 2012; Santos et al., 2014; Scorsolini-Comin et al., 2011) e apenas um teve o formato de grupo fechado (Carvalho-Ferreira et al., 2012). Todos os encontros eram semanais, com a duração aproximada de 1h30min. Ainda, em alguns estudos, as sessões eram direcionadas por dois psicólogos trabalhando como

coterapeutas, com exceção do estudo de Santos et al. (2014), no qual teve o acréscimo de um pesquisador e um observador silencioso. O diferencial da formatação de cada grupo aberto foi a quantidade de pessoas que participavam dos encontros, como o estudo de Scorsolini-Comin et al. (2010) que tinha 14 participantes. Já o grupo analisado por Goulart e Santos (2012) tinha em torno de quatro a cinco participantes por sessão.

Dos três estudos com grupos abertos, nenhum utilizou delineamento pré e pós-intervenção. Entretanto, todos demonstraram a efetividade da intervenção através da análise do processo terapêutico. O estudo de Santos et al. (2014) constatou que os mecanismos provocadores de mudança foram ativados. Através das narrativas dos participantes houve repercussão no movimento de busca por mudança dos comportamentos alimentares, motivada pela superação do transtorno ou redução dos sintomas. Apenas o estudo de Carvalho-Ferreira et al. (2012) utilizou-se do delineamento pré e pós-intervenção. Os participantes foram submetidos a um programa interdisciplinar de terapia de estilo de vida, onde recebiam terapia nutricional e terapia psicológica em grupo durante seis meses. Antes e após a intervenção, os 49 participantes foram avaliados em suas medidas antropométricas, compulsão alimentar, ansiedade, depressão, insatisfação com a imagem corporal e qualidade de vida. Após a intervenção, os participantes apresentaram melhora significativa nos sintomas de compulsão alimentar e de insatisfação com a imagem corporal. Também se constatou diminuição nos sintomas de ansiedade e depressão, independentemente do gênero dos participantes.

Alguns aspectos da percepção do paciente em relação à sociedade puderam ser explorados, como no estudo de Scorsolini-Comin et al. (2010). Os participantes do grupo revelaram que se sentiram julgados, incompreendidos, rotulados e discriminados, devido aos discursos que remetem ao autocontrole como suficiente para mudar os seus comportamentos alimentares. Já no estudo de Santos et al. (2014), os integrantes do grupo compararam a relação estabelecida dentro do grupo com as dificuldades encontradas no meio social e familiar, sendo que no primeiro se sentiram acolhidos e no segundo foram alvos de estranhamentos e estigmas. Os pacientes também retrataram o seu isolamento social devido a esses aspectos, além de não

desejarem que seu problema alimentar se tornasse coletivo. Já Goulart e Santos (2012) destacaram a incompreensão do funcionamento dos TAs por parte dos familiares, de modo que estimulavam, ainda mais, os sintomas dos pacientes.

O grupo de apoio aos pacientes promove diversos efeitos, como identificações com outros participantes, proporcionando acolhimento e aceitação perante as pessoas que apresentam sofrimentos emocionais comuns aos seus. O estudo de Scorsolini-Comin et al. (2010) verificou o fator de universalidade entre o grupo, no qual todos sofrem por problemas semelhantes e esboçam comportamentos parecidos. Dessa maneira, abrem mão do isolamento social em que vivem para dialogar sobre o que sentem e passam. Já no estudo de Goulart e Santos (2012), observou-se a alternância de papéis entre os participantes que se ajudavam e eram ajudados, em diferentes momentos, facilitando a ressignificação do transtorno. Enquanto estes estudos abordaram de modo geral os fenômenos grupais, Santos et al. (2014) constataram que, de modo individual, os pacientes potencializaram recursos próprios para resultados satisfatórios ao longo do processo, encontrando esperanças de melhora dos sintomas e diminuindo as chances de evasão do tratamento.

## **Resultados referentes às intervenções com os familiares**

Os estudos com foco de intervenção dos familiares comumente exploraram quais sentimentos, percepções e experiências eles têm em relação aos TAs. Cinco de seis estudos tiveram o formato de grupo aberto, dessa forma, a quantidade de participantes variava em cada sessão de acordo com a disponibilidade dos componentes do grupo. Apenas um grupo tinha como obrigatoriedade a participação dos familiares acompanhantes dos pacientes em atendimento (Santos et al., 2016).

A maioria dos grupos tinha encontros semanais, com a duração de 1 hora (Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012). Dos demais grupos, um tinha a frequência mensal, com duração de 1h30min (Nicoletti et al., 2010), e o outro semanal (Santos et al., 2016), sem constar a duração dos encontros. A condução dos

encontros se mostrou predominantemente com dois profissionais da psicologia atuando como coterapeutas (Santos et al., 2016; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009; Souza & Santos, 2012), exceto o grupo composto por uma terapeuta familiar e uma psicóloga (Souza & Santos, 2010), e o outro, por duas psicólogas (uma coordenadora e uma pesquisadora), além de uma estagiária de psicologia (Nicoletti et al., 2010).

A quantidade de participantes dos grupos variava de acordo com a disponibilidade dos familiares ou do dia de consulta dos pacientes. Por exemplo, o estudo de Souza e Santos (2009) tinha o total de 23 familiares participantes, com a frequência alternada, sendo que o maior número de pessoas em um encontro foi de 16 participantes. Alguns grupos eram compostos apenas por familiares como mães e pais (Souza & Santos 2010) e acrescidos por madrastas (Souza & Santos, 2012) ou abertos para a participação de pessoas de diferentes graus de parentescos ou relacionais, como irmãos, namorados, maridos, amigos e professores (Nicoletti et al., 2010; Santos et al., 2016; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009).

Dos seis estudos, apenas um realizou avaliação da efetividade dos grupos por meio de questionários. Neste estudo de Nicoletti et al. (2010), foram avaliados os processos do grupo e quais as mudanças proporcionadas na vida dos familiares e na dinâmica familiar. Enquanto outros dois estudos (Souza & Santos, 2010; Souza & Santos, 2012) avaliaram a efetividade dos grupos a partir do processo terapêutico. Quanto ao restante (Santos et al., 2016; Souza et al., 2009; Souza & Santos, 2009), não realizaram avaliação de êxito do grupo.

Os autores Souza e Santos (2010) verificaram que o espaço grupal tendia a ser um momento para tratar os familiares como “outros pacientes”. Comumente a dinâmica familiar é responsabilizada pelo surgimento da patologia. Conseqüentemente, os pais e cuidadores se percebem em uma condição de impotência e culpa. Além de sentimentos desagradáveis, os participantes do grupo estudado por Santos et al. (2016) também negligenciavam o autocuidado para dar conta da vulnerabilidade do familiar acometido por TAs, além de terem as suas relações interpessoais e conjugais prejudicadas.

No estudo de Souza e Santos (2009), muitos familiares perceberam que conforme o paciente comparecia em seus atendimentos ambulatoriais e os familiares aos grupos de apoio, os primeiros tendiam a apresentar evolução no tratamento. Além disso, os familiares percebiam a sua importância no grupo, pela troca de experiências, ao proporcionar esperança aos familiares dos pacientes que ainda não presenciaram melhoras (Souza & Santos, 2012).

Fatores como identificações, apoio mútuo, trocas de experiências e aprendizagem sobre os transtornos com os outros participantes foram percebidos nos estudos. No estudo de Souza et al. (2009), o grupo favorecia um espaço para o conhecimento dos transtornos, ressignificações, esclarecimento de dúvidas e construções conjuntas em relação ao enfrentamento. Enquanto no estudo de Nicoletti et al. (2010), os familiares consideraram que a psicoeducação sobre os transtornos facilitou a mudança de seus posicionamentos, além de compreensão da importância da família na participação do tratamento, mesmo com as dificuldades que encontravam.

## DISCUSSÃO

Com base nos resultados, foi possível perceber que os estudos explorados na primeira e na segunda etapas de análise, no geral, são transversais, e os que versam sobre intervenções eram com pacientes ou com seus familiares. A temática predominante foi a de grupos de apoio a pessoas acometidas pelos TAs e aos seus familiares. A maior parte dos estudos foi realizada com familiares e não com os próprios pacientes, o que indica que a família é uma rede de apoio que deve ser considerada dentro dessa psicopatologia (Leonidas & Santos, 2015).

Com relação à análise dos estudos de intervenções, chama a atenção o fato de que nenhum estudo trouxe o tratamento diretamente ao paciente ou familiar de modo individual, e sim de modo grupal. O fato observado pode indicar dois aspectos: o primeiro é que a literatura mostra que as intervenções grupais são mais efetivas no contexto dos TAs por proporcionar uma troca coletiva de expressões emocionais, possibilitando novos significados na busca de soluções das problemáticas em comum (Diniz & Lima, 2017).

O segundo é que se pode presumir certa dificuldade dos profissionais em relatarem intervenções individuais, por questões contratransferenciais, resultando em escassez de publicações (Goulart & Santos, 2015). Por mais que a literatura tenha mostrado que os grupos são efetivos, visualizar estudos de caso sobre as intervenções individuais auxiliaria na formação do psicólogo para entender o manejo clínico frente a esta psicopatologia.

Um aspecto importante de ser destacado, a partir da análise realizada, refere-se ao fato de que o grupo, no contexto dos transtornos alimentares, pode ser mobilizador de afetos, de modo que se exige que seja realizado em formato de coterapia, no qual o suporte emocional do próprio terapeuta fica mais garantido. Almeida (2010) entende que a presença de dois psicólogos em um grupo é de grande importância, tanto para os participantes quanto para os profissionais, seja por questões contratransferenciais, pelo apoio emocional, continência, seja pelo recurso funcional de observar e refletir sobre as ocorrências no grupo.

O fato de os próprios pacientes terem relatado serem alvos de estigmatismos e estigmas em seu ambiente familiar explica o motivo de se ter encontrado mais artigos que ressaltam estudos interventivos com familiares do que com a pessoa acometida pelos TAs. Um meio familiar aversivo faz com que os sintomas dos TAs sejam reforçados devido à incompreensão do funcionamento do transtorno (Campos & Haack, 2013; Jaeger et al., 2011). Dessa forma, a inserção dos familiares em terapia grupal se mostra com grande eficácia, comparada com a psicoterapia individual (Scorsolini-Comin & Santos, 2012). Com base na análise realizada, observou-se que, devido ao fato de os pacientes já estarem em tratamento multidisciplinar ambulatorial, eles estão assistidos por diversos profissionais da área da saúde. No entanto, os familiares necessitam de um espaço para aprendizado e para compartilhar os seus sofrimentos e suas experiências em relação aos transtornos. Também, destaca-se que a cooperação da família no tratamento facilita grandes mudanças na situação do transtorno, tornando o prognóstico favorável (Duchesne & Almeida, 2002). Com isso, os encontros eram focados nos sentimentos e experiências com relação à pessoa com TAs, pois

conforme as reações emocionais são manifestadas na pessoa, e a maneira como a família vivencia esse adoecimento, há influência no sintoma (Jaeger et al., 2011).

Dessa forma, Diniz e Lima (2017) ressaltam que é importante conhecer a família por trás do paciente identificado e trabalhar com ela questões relacionadas aos transtornos, de forma a realizar a escuta de seus sofrimentos e romper com narrativas desagradáveis. Assim, os familiares se tornam necessários no processo de tratamento, ao participarem de grupos de apoio, para poderem ser parceiros efetivos no tratamento multidisciplinar do paciente.

A literatura tem mostrado que existem diferentes abordagens psicoterápicas para os tratamentos dos TAs (Le et al., 2017; Linardon et al., 2017), porém a configuração grupal tem sido a mais frequente nas intervenções. A dinâmica de atendimento grupal tem se apresentado predominantemente em atendimentos de saúde pública, em apoio para pacientes ou para familiares, considerando ser uma forma efetiva de comportar a demanda popular (Scorsolini-Comin & Santos, 2012). Além da facilidade proporcionada ao alcançar o maior número de pessoas ao mesmo tempo, o grupo tende a ser continente de uns com os outros, e faz com que os indivíduos se sintam valorizados e compreendidos. Isso ocorre através das identificações com os sofrimentos e experiências do outro (Zimerman, 2000).

Nesse contexto, há a prevalência de grupos abertos, e esse enquadre se dá pela flexibilidade de participação e inclusão de pessoas para terem apoio frente à psicopatologia. Assim, não há cobranças relacionadas às frequências de seus participantes, que ficam livres quanto ao comparecimento ou não (Zimerman, 2000). Cabe ressaltar que um dos estudos ressaltou a obrigatoriedade da presença dos familiares acompanhantes dos pacientes no grupo de apoio. Com isso, pode-se refletir que o ideal seria que o movimento partisse da própria pessoa para buscar ajuda. Entretanto, conforme pesquisas realizadas por Taille (2010), os indivíduos podem experimentar o sentimento de obrigatoriedade sem que essa exigência comportamental advenha do social. Ou seja, a pessoa pode se ver obrigada a participar de um grupo de TAs, de acordo com sua consciência moral, e

não por uma determinação social. Assim, nos outros estudos, embora não se tenha destacado essa obrigatoriedade, ela pode se apresentar de forma implícita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo investigar a produção científica sobre transtornos alimentares na área da psicologia. Para este fim, realizou-se uma revisão sistemática da literatura através de busca em bases de dados. Como em qualquer pesquisa científica, cabe destacar algumas limitações do presente estudo. Por exemplo, os descritores utilizados na coleta de dados podem não ter captado de forma expressiva os estudos sobre os TAs investigados e, mais especificamente, sobre o transtorno de compulsão alimentar, contemplado em apenas um dos estudos analisados. Isso pode ser explicado pelo fato de que o transtorno de compulsão alimentar está associado à obesidade e, assim, pode passar despercebido, mesmo que haja uma prevalência deste TA (APA, 2013).

Sugere-se, para estudos futuros, que sejam ampliados os descritores, de forma que torne as estratégias de busca mais refinadas. Também, recomenda-se a realização de estudos longitudinais para contemplar os sujeitos em intervalos distintos de evolução de seu quadro terapêutico. Assim, podem-se compreender quais desafios uma intervenção psicológica neste contexto tem ao longo do tratamento e se há acompanhamento no pós-alta, entre outras questões que ainda não foram aferidas pelos estudos. Ainda, são propostas intervenções individuais, tanto para os pacientes quanto para os familiares, para diferir do que a maioria dos estudos tende a considerar e refletir sobre o manejo da técnica neste contexto.

Apesar dessas possíveis limitações, pode-se afirmar que os objetivos do presente estudo foram alcançados. Pôde-se constatar que a psicologia tem obtido, junto às demais áreas da saúde, êxito na qualidade de vida dos pacientes acometidos por TAs, mesmo que seja um trabalho dificultoso e de bastante empenho. Fica a compreensão de que o profissional passa por momentos difíceis durante as intervenções com os pacientes, por questões éticas, contratransferenciais e de cunho emocional. Isso leva a considerar

que além do preparo de formação em Psicologia, e em estudos aprofundados na temática dos TAs, o profissional precisa de cuidado, tanto em psicoterapia pessoal quanto em supervisão profissional. Assim, o trabalho se desenvolve com mais eficácia neste contexto, aliado aos demais profissionais da saúde que atuam no tratamento do transtorno.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, M. M. (2010). A co-terapia no atendimento psicanalítico grupal ou vincular: articulações da dupla frente a movimentos transferenciais e contratransferenciais. *Organiza Federación Psicoanalítica de América Latina*, 1-6.
- Alves, E., Vasconcelos, F. A. G., Calvo, M. C. M., & Neves, J. (2008). Prevalência de sintomas de anorexia nervosa e insatisfação com a imagem corporal em adolescentes do sexo feminino do município de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(3), 503-512. doi: 10.1590/S0102-311X2008000300004
- American Psychiatric Association - APA (2013). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)* (5th ed.). Brasil: Artmed.
- Andrade, L. H. S. G., Viana, M. C., & Silveira, C. M. (2006). Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. *Archives of Clinical Psychiatry*, 33(2), 43-54. doi: 10.1590/S0101-60832006000200003
- Assunção, B. L., Oliveira, L. N. B., & Henriques, H. I. B. (2016). Psicologia da saúde e processos midiáticos: aproximações e práticas. *Veredas Revista Eletrônica de Ciência*, 9(3), 58-77.
- Baquero, L. C., Pinzón, M. A., Prada, M. P., & Prieto, B. L. (2017). Association between symptoms of anorexia and bulimia nervosa and suicidal behavior in school children of Boyacá, Colombia. *Acta Colombiana de Psicología*, 20(2), 189-199. doi: 10.14718/ACP.2017.20.2.9
- Bosi, M. L., Uchimura, K. Y., & Luiz, R. R. (2009). Eating behavior and body image among psychology students. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 58(3), 150-155. doi: 10.1590/S0047-20852009000300002

- Campos, J. G. S. C., & Haack, A. (2013). Anorexia e bulimia: aspectos clínicos e drogas habitualmente usadas no seu tratamento medicamentoso. *Ciências da Saúde*, 23(3), 253-262.
- Cardoso, E. A. O., & Santos, M. A. (2012). Avaliação psicológica de pacientes com anorexia e bulimia nervosas: indicadores do método de Rorschach. *Revista de Psicologia*, 24(1), 159-174. doi: 10.1590/S1984-02922012000100011
- Carvalho-Ferreira, J. P., Cipullo, M. A., Caranti, D. A., Mosquio, D. C., Andrade-Silva, S. G., Pisani, L. P., & Dâmaso, A. R. (2012). Interdisciplinary lifestyle therapy improves binge eating symptoms and body image dissatisfaction in Brazilian obese adults. *Trends Psychiatry and Psychotherapy*, 34(4), 223-233. doi: 10.1590/S2237-60892012000400008
- Diniz, N. O., & Lima, D. M. A. (2017). A atuação do psicólogo no atendimento a pacientes com transtorno alimentar de bulimia nervosa. *Humanidades*, 32(2), 214-222. doi: 10.5020/23180714.2017
- Duchesne, M., & Almeida, P. E. M. (2002). Terapia cognitivo-comportamental dos transtornos alimentares. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 24(suppl. 3), 49-53. doi: 10.1590/S1516-44462002000700011
- Fernández, R. A., Navarro, M. L., Monzón, B. M., & Mas, M. B. (2012). Preocupación por la apariencia física y alteraciones emocionales en mujeres con trastornos alimentarios con autoestima baja. *Escritos de Psicología*, 5(2), 39-45. doi: 10.5231/psy.writ.2012.1007
- Fortes, L. S., Vasconcelos, G. C., Silva, D. M., Oliveira, G. J., & Ferreira, M. E. (2017). Dosordered eating behaviors in young bolleyball players: can be the coach's leadership style an intervenient factor? *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, 19(1), 84-95. doi: 10.5007/1980-0037.2017v19n1p84
- Gonzalez, G. A. L., Junior, S. E., & Rondina, R. C. (2014). As vivências de um grupo de pacientes com transtornos alimentares: a relação com o espelho e a imagem corporal. *Revista Subjetividades*, 14(3), 383-394.
- Goulart, D. M., & Santos, M. A. (2012). Corpo e palavra: grupo terapêutico para pessoas com transtornos alimentares. *Psicologia em Estudo*, 17(4), 607-617. doi: 10.1590/S1413-73722012000400007

- Goulart, D. M., & Santos, M. A. (2015). Psicoterapia individual em um caso grave de anorexia nervosa: a construção da narrativa clínica. *Psicologia Clínica, 27*(2), 201-227.
- Hernández-Mulero, N. & Berengüí, R. (2016). Athletic identity and eating disorder: preliminar study in competitive athletes. *Cuadernos de Psicología del Deporte, 16*(2), 37-44.
- Jaeger, M. A. S., Seminotti, N., & Falceto, O. G. (2011). O grupo multifamiliar como recurso no tratamento dos transtornos alimentares. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 33*(1), 20-27. doi: 10.1590/S0101-81082011005000003
- Le, L. K. D., Barendregt, J., Hay, P., & Mihalopoulos, C. (2017). Prevention of eating disorders: a systematic review and meta-analysis. *Clinical Psychology Review, 53*, 46-58. doi: 10.1016/j.cpr.2017.02.001
- Leonidas, C., & Santos, M. A. (2015). Relações familiares nos transtornos alimentares: o Genograma como instrumento de investigação. *Ciência & Saúde Coletiva, 20*(5), 435-447. doi: 10.1590/1413-81232015205.07802014
- Linardon, J., Fairburn, C. G., Fitzsimmons-Craft, E. E., Wilfley, D. E., & Brennan, L. (2017). The empirical status of the third-wave behavior therapies for the treatment of eating disorders: a systematic review. *Clinical Psychology Review, 58*, 125-140. doi: 10.1016/j.cpr.2017.10.005
- Lira, A. G., Ganen, A. P., Lodi, A. S., & Alvarenga, M. S. (2017). Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 66*(3), 164-171. doi: 10.1590/0047-2085000000166
- Oliveira, L. L., & Hutz, C. S. (2010). Transtornos alimentares: o papel dos aspectos culturais no mundo contemporâneo. *Psicologia em Estudo, 15*(3), 575-582. doi: 10.1590/S1413-73722010000300015
- Martins, C. R., & Petroski, E. L. (2015). Insatisfação com a imagem corporal em adolescentes do sexo feminino de uma cidade de pequeno porte: prevalência e correlações. *Motricidade, 11*(2), 94-106. doi: 10.6063/motricidade.3670

- Ministério da Saúde (2014). *Cadernos de Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Obesidade*. Retrieved from [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_38.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_38.pdf).
- Nicoletti, M., Gonzaga, A. P., Modesto S. E. F., & Cobelo, A. W. (2010). Grupo psicoeducativo multifamiliar no tratamento dos transtornos alimentares na adolescência. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 217-223. doi: 10.1590/S1413-73722010000100023
- Ornelas, E. D. V. & Santos, M. A. (2016). O percurso e seus percalços: itinerário terapêutico nos transtornos alimentares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 169-179. doi: 10.1590/0102-37722016012445169179
- Pedrosa, R. L., & Teixeira, L. C. (2015). A perspectiva biomédica dos transtornos alimentares e seus desdobramentos em atendimentos psicológicos. *Psicologia USP*, 26(2), 221-230. doi: 10.1590/0103-656420140035
- Pérez, C. M. & Hartmann, R. L. (2013). Prevalencia de los trastornos de la conducta alimentaria y su relación con la ansiedad y depresión en adolescentes de secundaria de la ciudad de La Paz. *Revista de Investigacion Psicologica*, (10), 69-85.
- Petroski, E. L.; Pelegrini, A., & Glaner, M. F. (2012). Motivos e prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(4), 1071-1077. doi: 10.1590/S1413-81232012000400028
- Rodgers, R. F., Lowy, A. S., Halperin, D. M., & Franko, D. L. (2016). A meta analysis examining the influences of pro-eating disorder websites on body image and eating pathology. *European Eating Disorders Review*, 24(1), 3-8. doi:10.1002/erv.2390
- Rodrigues, G. F. P. (2018). Atenção farmacêutica no tratamento de transtornos alimentares. *Revista Acadêmica Conecta FASF*, 3(1), 1-18.
- Santos, M. A., Scorsolini-Comin, F., & Gazignato, E. C. S. (2014). Aconselhamento em saúde: fatores terapêuticos em grupo de apoio psicológico para transtornos alimentares. *Estudos de Psicologia*, 31(3), 393-403. doi: 10.1590/0103-166x2014000300008

- Santos, M. A., Leonidas, C., & Costa, L. R. S. (2016). Grupo multifamiliar no contexto dos transtornos alimentares: a experiência compartilhada. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(3), 43-58.
- Scorsolini-Comin, F., Souza, L. V., & Santos, M. A. (2010). A construção de si em um grupo de apoio para pessoas com transtornos alimentares. *Estudos de Psicologia*, 27(4), 467-478. doi: 10.1590/S0103-166X2010000400005
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Psicoterapia como estratégia de tratamento dos transtornos alimentares: análise crítica do conhecimento produzido. *Estudos de Psicologia*, 29(suppl. 1), 851-863. doi: 10.1590/S0103-166X2012000500021
- Souza, L. V., & Santos, M. A. (2009). A construção social de um grupo multifamiliar no tratamento dos transtornos alimentares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 483-492. doi: 10.1590/S0102-79722009000300020
- Souza L. V., & Santos, M. A. (2010). A participação da família no tratamento dos transtornos alimentares. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 285-294. doi: 10.1590/S1413-73722010000200007
- Souza, L. V., & Santos, M. A. (2012). Familiares de pessoas diagnosticadas com transtornos alimentares: participação em atendimento grupal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 325-334. doi: 10.1590/S0102-37722012000300008
- Souza, L. V., & Santos, M. A. (2013a). Proximidade afetiva no relacionamento profissional-paciente no tratamento dos transtornos alimentares. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 395-404. doi: 10.1590/S1413-73722013000300002
- Souza, L. V., & Santos, M. A. (2013b). Quem é o especialista? Lugares ocupados por profissionais e pacientes no tratamento dos transtornos alimentares. *Estudos de Psicologia*, 18(2), 259-267. doi: 10.1590/S1413-294X2013000200011
- Souza, L. V., & Santos, M. A. (2014a). Transtorno alimentar e construção de si no relacionamento profissional-usuário. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 506-516. doi: 10.1590/S0102-71822014000200026

- Souza, L. V., & Santos, M. A. (2014b). Decisões em saúde no relacionamento entre o profissional e o paciente com transtorno alimentar. *Estudos de Psicologia*, 31(1), 75-84. doi: 10.1590/0103-166X2014000100008
- Souza, L. V., & Santos, M. A. (2015). Histórias de sucesso de profissionais da saúde no tratamento dos transtornos alimentares. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 528-542. doi: 10.1590/1982-370300132013
- Souza, L. V., & Santos, M. A., & Scorsolini-Comin, F. (2009). Percepções da família sobre a anorexia e bulimia nervosa. *Vínculo*, 6(1), 26-38.
- Taille, Y. L. (2010). Moral e ética: uma leitura psicológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 6(n. especial), 105-114. doi: 10.1590/S0102-37722010000500009
- Zimerman, D. E. (2000). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Porto Alegre: Artes Médicas.

*Recebido em 02/03/2020*

*Aceito em 28/06/2021*

# Habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em pré-escolares: relato de experiência

*Emotional self-regulation skills and interpersonal problem-solving skills in preschoolers: experience report*

*Habilidades de autorregulación emocional y resolución de problemas interpersonales en niños en edad preescolar: relato de experiencia*

*Júlia Stersi Bonfatti\**

*Ailana Garcia Meira Costa\*\**

*Amanda Guimarães Lutz\*\*\**

*Mayara Oliveira Bastos\*\*\*\**

*Marisa Cosenza Rodrigues\*\*\*\*\**

## Resumo

*Este trabalho relata a experiência de um grupo de graduandas, vinculadas ao Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação, sobre a implementação de um projeto de promoção das habilidades de autorregulação emocional e resolução de problemas interpessoais em uma escola de educação infantil. Considera-se a idade pré-escolar como estratégica para intervenções de prevenção e promoção em saúde mental e a escola como o contexto mais propício para intervenções proativas. Participaram aproximadamente 80 alunos, com média de 5 anos de idade, de quatro turmas do segundo período de uma escola municipal de educação infantil da cidade de Juiz de Fora/MG. A intervenção subdividiu-se em dois eixos de trabalho: autorregulação emocional*

---

\* Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: [julia.bonfatti@hotmail.com](mailto:julia.bonfatti@hotmail.com)

\*\* Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: [ailanagmcosta@gmail.com](mailto:ailanagmcosta@gmail.com)

\*\*\* Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: [amandaglutz23@gmail.com](mailto:amandaglutz23@gmail.com)

\*\*\*\* Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: [mayarabastosx@gmail.com](mailto:mayarabastosx@gmail.com)

\*\*\*\*\* Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: [rodriguesma@terra.com.br](mailto:rodriguesma@terra.com.br)

e resolução de problemas interpessoais, realizada mediante seis encontros semanais para cada eixo, com a utilização de recursos lúdicos e audiovisuais. A atividade foi avaliada de forma bastante positiva pelas docentes, que relataram a apropriação e utilização dos conteúdos pelas crianças, bem como a sua transposição para a sala de aula. Conclui-se que projetos dessa natureza devem ser estimulados com maior frequência na escola, considerando seu potencial de prevenção de comportamentos agressivos e promoção de desenvolvimento socioemocional na infância.

**Palavras-chave:** autorregulação emocional, resolução de problemas interpessoais, educação infantil, saúde mental, prevenção e promoção

## Abstract

*This paper reports on the experience of a group of students, associated with the Tutorial Education Program of the Ministry of Education in Brazil, with a project to promote emotional self-regulation skills and interpersonal problem-solving skills in a preschool. Pre school is known as a strategic period for prevention and promotion actions in mental health and schools are the most proper environment for proactive actions. About 80 students participated, with an average age of 5 years old, from four second period classes of a public city preschool in the city of Juiz de Fora, state of Minas Gerais. The intervention was subdivided into two axes: emotional self-regulation and interpersonal problem-solving. Each axis was developed through six weekly meetings, using playful and audiovisual resources. The intervention was assessed positively by the teachers, who reported that the children learned and used the concepts, applying them in the classroom. In conclusion, projects like this should be stimulated more often in schools, given their potential for preventing aggressive behaviors and promoting socio-emotional development in early childhood.*

**Keywords:** emotional self-regulation, interpersonal problem-solving, preschool, mental health, preventing and promotion

## Resumen

*Este trabajo relata la experiencia de un grupo de estudiantes de pregrado vinculados al Programa de Educación Tutorial del Ministerio de Educación, en Brasil, acerca de la implementación de un proyecto para promover las habilidades de autorregulación emocional y resolución de problemas interpersonales en una escuela de educación infantil. La edad preescolar es estratégica para intervenciones de prevención y promoción en salud mental y la escuela es el contexto más propicio para intervenciones proactivas. Participaron aproximadamente 80 alumnos, con una edad promedio de 5 años, de cuatro clases del segundo período de una escuela municipal de Educación Infantil de la ciudad de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. La intervención se subdividió en dos ejes de trabajo: autorregulación emocional y resolución de problemas*

*interpersonales, realizada a través de seis encuentros semanales para cada eje, con el uso de recursos lúdicos y audiovisuales. La actividad fue evaluada de manera muy positiva por las profesoras, quienes informaron la apropiación y uso del contenido por parte de los niños, así como su transposición a la clase. Se concluye que proyectos de esta naturaleza deben ser estimulados con mayor frecuencia en la escuela, considerando su potencial para prevenir conductas agresivas y promover el desarrollo socioemocional en la infancia.*

**Palabras clave:** autorregulación emocional, resolución de problemas, primera infancia, salud mental, prevención y promoción

De acordo com Abreu, Barletta e Murta (2015), a *promoção de saúde* visa à otimização dos aspectos positivos do desenvolvimento humano, na medida em que proporciona o fortalecimento de habilidades e contribui para o enfrentamento das adversidades de maneira saudável e criativa. Para as referidas autoras, a *prevenção*, por sua vez, tem como objetivo aumentar os fatores protetivos e diminuir os fatores de risco referentes a um problema ou transtorno.

A idade pré-escolar, dos dois aos seis anos, é indicada como o período mais propício para realizar ações de caráter preventivo e promotor em saúde mental na infância. Esse período é marcado pelo alto desenvolvimento de habilidades físicas e cognitivas que afetam o ajustamento emocional e a relação interpessoal, bem como por uma maior maleabilidade cognitiva que possibilita alta absorção de conhecimento (Brás & Reis, 2012). Nas últimas décadas, vários autores (Coutinho & Ribeiro, 2014; Norrish, Williams, O'Connor, & Robinson, 2013; Petrucci, Borsa, & Koller, 2016) vêm considerando o espaço escolar como um ambiente privilegiado para as ações de prevenção e promoção em saúde mental. Tendo em vista que as crianças passam significativa parte do tempo na escola, atividades que favorecem o desenvolvimento pleno e emocional dos alunos tendem a ser mais benéficas quando implementadas nesse contexto. No cenário educacional, uma das estratégias mais utilizadas diz respeito às intervenções focalizadas nas *habilidades sociais*, que, segundo Del Prette e Del Prette (2011), referem-se às classes de comportamentos sociais que favorecem a inserção em relações interpessoais de modo saudável. Por aumentar a capacidade da criança de lidar com as adversidades e propiciar a obtenção de reforçadores sociais

importantes no seu contexto, como amizade, respeito e *status* entre os pares, o desenvolvimento de habilidades sociais na infância constitui um fator de proteção contra vários problemas de comportamento (Casali-Robalinho, Del Prette, & Del Prette, 2015).

Nesse sentido, o autocontrole e a expressividade emocional, a assertividade, a empatia e a resolução de problemas interpessoais estão entre as classes de habilidades sociais propostas como relevantes para a infância por Del Prette e Del Prette (2011). O presente relato de experiência foca as habilidades de autorregulação emocional (AE) e resolução de problemas interpessoais (RPI).

## AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL

As emoções podem ser consideradas tanto um fator de proteção, quando bem expressadas, quanto um fator de risco, quando mal administradas (Amparo, Galvão, Alves, Brasil, & Koller, 2008; Rodrigues, 2015). Para que possam atuar como fator de proteção, é imprescindível que as crianças aprendam estratégias que lhes permitam identificar suas emoções e regular suas expressões, o que faz parte da habilidade de AE. Essa habilidade diz respeito ao processo de gerenciar, refletir e manejar adequadamente as próprias emoções, tornando-as mais adaptativas à vida do indivíduo (Rodrigues, 2015; Tessaro & Lampert, 2019). O conhecimento e a autorregulação das emoções são essenciais para que a criança tenha uma vida socioemocional positiva, uma vez que auxiliam os relacionamentos intra e interpessoais, aprimoram a competência social, facilitam o aprendizado e, conseqüentemente, o sucesso escolar. Além disso, a AE pode prevenir a manifestação de comportamentos agressivos e o desenvolvimento de algumas psicopatologias, como a ansiedade e a depressão (Pires, 2014; Reis et al., 2016; Rocha, 2016; Tessaro & Lampert, 2019).

A compreensão das emoções e o entendimento das estratégias de AE se iniciam na faixa etária entre os três e os quatro anos de idade. No entanto, é importante destacar que, inicialmente, a regulação das crianças é feita completamente pelos adultos mais próximos e, posteriormente, devido à maturação neurológica, motora e cognitiva, a criança torna-se capaz de

modular as suas emoções. Assim, as estratégias usadas para a regulação emocional são, a princípio, de cunho mais comportamental, dependendo dos adultos para se concretizarem, e, posteriormente, a criança consegue autorregular suas emoções de forma mais autônoma e recorrer a estratégias mais cognitivas. Tais fatores, assim como a possibilidade de promover todos os benefícios citados anteriormente, reforçam a importância de se trabalhar a AE no ambiente escolar (Herndon, Bailey, Shewark, Denham, & Bassett, 2013; Rocha, 2016).

## RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS INTERPESSOAIS

Já nos primeiros anos da infância, por meio da socialização com outras pessoas, incluindo os colegas de turma, as crianças estão sujeitas a situações de conflitos ou problemas interpessoais. Esses conflitos podem ter desfechos positivos ou negativos (Chiapardini, Silva, & Leme, 2018), dependendo se as estratégias empregadas para sua resolução forem mais ou menos assertivas. Maia e Lobo (2013) definem a RPI como um processo metacognitivo que envolve identificar e compreender o problema, pensar em soluções, ponderar sobre as consequências e implementar a alternativa escolhida para o contexto em questão.

Além disso, a RPI também envolve o componente afetivo de identificar e regular as emoções envolvidas no processo, assim como o componente comportamental de colocar em prática as soluções selecionadas (Rodrigues, Dias, & Freitas, 2010). Nesse sentido, infere-se que a estimulação da habilidade de RPI é possível e necessária desde a infância. Por isso, a escola, como um relevante espaço de socialização das crianças, novamente se revela um ambiente propício para tal estimulação (Schwartz, Lopes, & Veronez, 2016).

Considerando a necessidade de promover saúde mental e as habilidades sociais na infância, o objetivo deste trabalho é relatar uma intervenção realizada pela equipe do Programa de Educação Tutorial do curso de Psicologia (PET-Psicologia) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em uma escola de educação infantil da rede municipal da cidade de Juiz de Fora/MG. Em consonância com a regulamentação do *Manual de*

*Orientações Básicas* (Brasil, 2006), o PET-Psicologia realiza atividades de pesquisa, ensino e extensão na área de Psicologia e proporciona aos alunos participantes, por meio de uma supervisão tutorial, a realização de trabalhos extracurriculares que complementam sua formação acadêmica, atendem às necessidades do próprio curso de graduação e oferecem a possibilidade de atuação na comunidade. A intervenção, que envolveu várias etapas, constituiu uma atividade extensionista realizada no ano de 2019 denominada “Clube PETitinho”, cujo objetivo foi estimular, mais especificamente, a AE e a RPI em crianças pré-escolares.

## METODOLOGIA

Após a revisão bibliográfica, estudo e estruturação da intervenção, o projeto “Clube PETitinho” foi ofertado a uma escola municipal da cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, e implementado em quatro turmas de segundo período da educação infantil, totalizando uma média de 80 alunos (20 em cada turma), com média de cinco anos de idade. O projeto contemplou dois eixos temáticos: a AE (no primeiro semestre) e a RPI (no segundo semestre). Em cada semestre, a intervenção foi realizada mediante seis encontros semanais, com duração aproximada de uma hora cada. Foram utilizados recursos lúdicos, leitura de histórias infantis, dramatização com fantoches e exibição de vídeos de curta duração. Todos os encontros foram realizados em sala de aula, contando sempre com a presença da professora da turma e participação de duas integrantes do PET-Psicologia: uma interventora e uma *petiana* para fazer o diário de campo, a fim de registrar as observações e os acontecimentos.

Com a finalidade de avaliar o projeto, foram elaborados, para cada eixo temático, roteiros de entrevistas semiestruturados, pré e pós-intervenção, direcionados às professoras das turmas contempladas. As entrevistas foram agendadas com as professoras de cada turma e realizadas antes do primeiro e do último encontro, nos dois semestres. O roteiro de entrevista pré-intervenção no eixo temático da AE envolveu perguntas acerca da concepção das professoras sobre a AE, do papel da escola na promoção de habilidades desse caráter e das expectativas das docentes em relação ao

projeto. O roteiro de entrevista pós-intervenção focou questões acerca da contribuição do projeto na estimulação de habilidades de AE das crianças, da aplicação dos conteúdos em sala de aula pelos alunos e da relevância da atividade na prevenção de comportamentos agressivos.

No eixo temático da RPI, o roteiro de entrevista pré-intervenção abordou: a percepção das professoras sobre a relevância do desenvolvimento de estratégias de RPI; o modo como os alunos normalmente resolvem seus problemas interpessoais; o papel do professor na estimulação dessas habilidades; a influência da RPI na prevenção de comportamentos agressivos; e as expectativas em relação ao projeto. Já o roteiro de entrevista pós-intervenção envolveu questões sobre a contribuição do projeto para a dinâmica escolar, a aplicação em sala de aula do que foi trabalhado e a influência da intervenção na prevenção da agressividade.

Com relação à estruturação dos encontros, para trabalhar o eixo temático da AE, o projeto focou o trabalho com o reconhecimento das emoções básicas e estratégias que possibilitem seu manejo, baseando-se nos estudos de Rodrigues (2015) e Del Prette e Del Prette (2011). Além disso, foram utilizados, em todos os encontros, fantoches dos personagens do filme *Divertida Mente* (Docter & Rivera, 2015) que personificam as emoções básicas medo, raiva, tristeza e alegria. No primeiro encontro, a apresentação das referidas emoções foi realizada mediante a apresentação de imagens, e solicitou-se que as crianças identificassem o que cada pessoa na imagem estava sentindo e imitassem as expressões faciais referentes às diferentes emoções. Além disso, foi exibido um trecho do filme *Divertida Mente* (Docter & Rivera, 2015) e a apresentação dos fantoches dos personagens de cada emoção, que seriam trabalhados nos próximos encontros. Seguiu-se o segundo encontro, que envolveu a emoção medo, abordada por meio de vídeos, contação de histórias e ensino de estratégias de autocontrole referentes a essa emoção. No final do encontro, para ilustrar essas estratégias, solicitou-se que as crianças desenhassem algo que as provocasse medo e, depois, uma estratégia que elas pudessem utilizar no controle dessa emoção, como, por exemplo, pensar em uma situação engraçada. No terceiro encontro, trabalhou-se a emoção raiva, mediante a apresentação de vídeos e do ensino de estratégias para sua identificação e manejo, como

o “termômetro da raiva”, que permite que a criança identifique e mensure os estados da raiva antes de atingir níveis excessivos, e a apresentação de técnicas infantis de respiração e relaxamento.

No quarto encontro, trabalhou-se a alegria, que foi mediada por exibição de vídeos, contação de histórias e da atividade elaborada pelas interventoras denominada “caixinha da alegria” (contendo fichas retratando pessoas alegres e cada criança sendo solicitada a escolher uma ficha e imaginar o possível motivo da alegria). No final, as crianças realizaram uma atividade de desenho sobre a expressão facial da alegria. No quinto encontro, abordou-se a emoção tristeza, utilizando a contação de uma história e a mediação de um vídeo infantil, cujos personagens lidavam de diferentes maneiras com a tristeza. A interventora entregou às crianças uma folha com o desenho de um menino triste e pediu-lhes que desenhassem algo que pudesse deixá-lo alegre. Finalmente, no último encontro, foram retomados de forma breve os encontros anteriores por meio de atividades de colagem e desenho. Em seguida, as crianças foram estimuladas a falarem sobre as emoções vivenciadas na escola, e as estratégias passíveis de serem utilizadas nessas situações foram lembradas. A interventora distribuiu também, ao final, “régua das emoções”, contendo as imagens dos personagens do filme *Divertida Mente* (Docter & Rivera 2015) para as crianças, que foram convidadas a marcarem a emoção correspondente ao que experienciavam no momento. No que tange às referências utilizadas nos seis encontros, salienta-se que: as atividades lúdicas basearam-se nos trabalhos de Rodrigues (2015) e Milicic (1994); e as técnicas de relaxamento e autocontrole no livro de Petersen e Wainer (2011). Os vídeos utilizados foram extraídos dos programas infantis “Daniel Tigre” (<https://www.youtube.com/channel/UCouzSknyMFmFV6YrKyglYfQ>), “Mundo Bitá” (<https://www.mundobita.com.br/>) e o “Diário de Mika” (<http://www.odiariodemika.com.br/>).

Quanto à temática da RPI, o projeto centrou-se na capacidade de elaborar soluções e eleger as melhores alternativas para resolução de conflitos comuns à idade pré-escolar, baseando-se nos estudos de Shure (2006). No primeiro encontro, introduziu-se a temática da RPI e desenvolveu-se um diálogo acerca da identificação de problemas e da importância da

empatia, utilizando a mediação de um episódio de uma animação infantil. Além disso, foram introduzidos quatro personagens, simbolizados por fantoches, que acompanhariam as crianças durante os próximos encontros. No segundo encontro, trabalhou-se a identificação e RPI com pares, por meio da dramatização de uma situação-problema com fantoche, da mediação de um episódio de animação infantil e da realização de uma atividade em grupo. O trabalho no terceiro encontro contemplou a RPI com professores, iniciando-se com a dramatização de uma situação-problema com fantoches (aluno e professora), seguida pela exibição de imagens representando problemas interpessoais no cotidiano escolar, solicitando aos alunos que sugerissem possíveis soluções. Realizou-se também uma atividade de desenho, em que as crianças deveriam retratar uma situação que poderia deixar sua professora feliz e outra que a deixava triste.

No quarto encontro, focalizou-se na identificação e RPI com familiares. Apresentou-se uma situação-problema com fantoches (criança e mãe) e um episódio de um desenho infantil relatando um problema interpessoal do personagem solicitando à turma ideias para a sua resolução e desenhos para representar tais alternativas. No quinto encontro, trabalhou-se novamente a identificação e RPI com pares, também por meio da dramatização com fantoches. Em seguida, houve a mediação de um episódio de desenho infantil retratando um conflito entre colegas da escola e no final, o pedido para que as crianças desenhassem uma solução para o problema vivenciado pelos personagens. No último encontro, realizou-se uma retomada breve dos encontros, mediante atividade de colagem. Além disso, as crianças fizeram um desenho do que mais gostaram de aprender durante os encontros. Os vídeos dos encontros de RPI também foram retirados do programa infantil “Daniel Tigre” e do “Diário de Mika”. A maioria das atividades lúdicas realizadas nos encontros baseou-se no livro de Shure (2006).

## AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE

Quanto ao eixo temático de AE, a análise das entrevistas pré-intervenção indicou que todas as professoras consideraram demasiado importante desenvolver habilidades de AE no contexto escolar, considerando o papel

da escola e do professor nesse processo. As profissionais relataram, ainda, que o controle emocional depende das circunstâncias e das características individuais de cada aluno e que as estratégias de AE podem minimizar o comportamento agressivo por parte das crianças. De forma geral, elas indicaram, inicialmente, expectativas bastante positivas acerca do projeto. Já a análise das entrevistas pós-intervenção indicou que o projeto proporcionou benefícios na dinâmica escolar, na medida em que todas as docentes relataram melhorias na AE de seus alunos, apontando que a maioria das crianças tentou aplicar, em sala de aula, as estratégias ensinadas no projeto, o que contribuiu para minimizar a agressividade escolar. Esses relatos evidenciam o interesse e a compreensão, por parte das crianças, dos conteúdos trabalhados ao longo da intervenção no eixo de AE. Além disso, a avaliação revela concepções docentes que reforçam a possibilidade de se prevenir a agressividade por meio do desenvolvimento da AE, convergindo com os estudos de Pires (2014), Rocha (2016) e Tessaro e Lampert (2019). Com relação a esse aspecto, a Professora 2 mencionou que somente o ato de conversar com a criança sobre as emoções pode prevenir problemas relacionados à agressividade. As opiniões das professoras também se afinaram com os estudos de Herndon et al. (2013) e Rocha (2016), os quais destacam a importância da promoção das habilidades de AE no contexto escolar. Observou-se, ainda, por meio da análise dos registros dos diários de campo, um grande envolvimento dos alunos no projeto, o que também foi enfatizado pelas professoras durante as entrevistas pós-intervenção. O relato da Professora 3 exemplifica isso, ao dizer que a intervenção foi “muito interessante” pois “. . . houve um envolvimento com as crianças”, e que “eles gostaram muito e todas as semanas esperam ansiosamente pela atividade com vocês”.

No que se refere ao eixo temático da RPI, a análise das entrevistas pré-intervenção revelou que todas as professoras consideraram importante a promoção da RPI no contexto escolar, ressaltando o papel fundamental do professor na estimulação dessa habilidade. Todas informaram que as estratégias de promoção da RPI podem contribuir para a redução dos comportamentos agressivos na escola e indicaram expectativas positivas em relação ao projeto. A análise das entrevistas pós-intervenção mostrou

que todas as professoras avaliaram a intervenção como benéfica e efetiva na melhoria da RPI e na redução da agressividade na escola. Além disso, a maioria destacou a apropriação dos conteúdos pelas crianças no dia a dia em sala de aula. Ao ser questionada se seus alunos buscaram aplicar o que aprenderam no projeto, a Professora 4 relatou que “alguns sim, e, na maioria, a gente vai lembrando, a gente vai intervindo”, afinando-se com as afirmativas de Petrucci et al. (2016), que ressaltam o importante papel do professor nesse processo. A análise dos diários de campo verifica esses resultados, pois foi possível observar, por meio da comparação entre os primeiros e os últimos encontros, um aprimoramento nas definições e identificações de problemas interpessoais por parte dos alunos. Contudo, percebeu-se que as crianças demonstraram maior facilidade na identificação de problemas entre pares e no próprio contexto escolar, mas apresentaram mais dificuldades com relação às situações que envolviam figuras familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando promovidas de maneira adequada, as habilidades de AE e RPI favorecem o desenvolvimento socioemocional saudável e contribuem para a prevenção da agressividade na infância, podendo atuar como fatores de proteção contra diferentes problemas de comportamento e transtornos psiquiátricos.

Nessa direção, intervenções como a relatada no presente trabalho revelam-se fundamentais para o contexto escolar, embora, nesse caso, tenha-se como limitação o número reduzido de encontros. A maioria das professoras relatou que uma intervenção mais longa provavelmente proporcionaria maiores efeitos na apropriação dos conhecimentos pelos alunos. No que tange ao eixo de RPI, observou-se que boa parte das crianças apresentou dificuldades e impasses na abstração e generalização de alguns dos problemas para situações do seu cotidiano. Tal dificuldade não foi observada quanto ao eixo de AE, uma vez que a personificação dos personagens pode ter contribuído para uma visão mais concreta das emoções.

Apesar das limitações citadas anteriormente, vários foram os indicadores de que as intervenções foram positivas e geraram benefícios para

os alunos e para as professoras. A receptividade e a disponibilidade de recursos (espaço físico, tempo de aula e materiais necessários), por parte da escola, bem como a utilização de recursos lúdicos, contribuíram para um maior envolvimento e motivação dos alunos, o que favoreceu o êxito do projeto. Destaca-se também o aprendizado e a experiência por parte das interventoras, integrantes do PET-Psicologia, que tiveram oportunidade de se aproximar da área da Psicologia Escolar do ponto de vista teórico-prático, como também de atuarem junto à realidade educacional do ensino público brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, S., Barletta, J. B., & Murta, S. G. (2015). Prevenção e promoção em saúde mental: Pressupostos teóricos e marcos conceituais. In S. G. Murta, C. Leandro-França, K. B. Santos, & L. Polejack (Orgs.), *Prevenção e promoção em saúde mental: Fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 54–71). Nova Friburgo: Sinopsys.
- Amparo, D. M. D., Galvão, A. C. T., Alves, P. B., Brasil, K. C. T. R., & Koller, S. H. (2008). Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: Redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 165–174. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000200009>
- Brás, T. A., & Reis, S. C. (2012). As aptidões das crianças em idade pré-escolar. *Journal for Educators, Teacher and Trainers*, 3(1), 135–147. Recuperado de [https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/27271/volo3\\_10\\_jett\\_bras\\_reis.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/27271/volo3_10_jett_bras_reis.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Brasil. Ministério da Educação. (2006). *Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial*. Brasília, DF: Secretaria de Educação Superior. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category\\_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category_slug=pet-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192)

- Chiaparini, C., Silva, I. M. M., & Leme, M. I. S. (2018). Conflitos interpessoais na educação infantil: O olhar de futuros professores e egressos. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(3), 603–612. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018037119>
- Coutinho, S. A., & Ribeiro, S. M. A. (2014). A importância do projeto de educação para a saúde e a sua aplicação em meio escolar. *Revista INFAD de Psicología: International Journal of Development and Educational Psychology*, 1(1), 211–214. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2014.n1.v1.364>
- Casali-Robalinho, I. G., Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2015). Habilidades sociais como preditoras de comportamentos em escolares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 321–330. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032110321330>
- Daniel Tigre em português* [Canal do YouTube]. (2015). YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/channel/UCouzSknyMFmFV6YrKyglYfQ>
- Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2011). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática* (5. ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Docter, P. (Diretor), & Rivera, J. (Produtor). (2015). *Divertida Mente* [DVD]. Estados Unidos: Pixar Animation Studios.
- Herndon, K. J., Bailey, C. S., Shewark, E. A., Denham, S. A., & Bassett, H. H. (2013). Preschoolers' emotion expression and regulation: Relations with school adjustment. *The Journal of Genetic Psychology*, 174(6), 642–663. <https://doi.org/10.1080/00221325.2012.759525>
- Maia, D. S., & Lobo, B. O. M. (2013). O desenvolvimento da habilidade de solução de problemas interpessoais e a convivência na escola. *Psicologia em Revista*, 19(1), 17–29. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2013v19n1p17>
- Milicic, N. (1994). *Abrindo janelas*. Campinas: Editorial Psy II.
- Mr. Plot. (2010). *Mundo Bitá*. Recuperado de <https://www.mundobita.com.br/>

- Norrish, J., Williams, O., O'Connor, M., & Robinson, J. (2013). An applied framework for positive education. *International Journal of Wellbeing*, 3(2), 147–161. Recuperado de <https://www.internationaljournalofwellbeing.org/index.php/ijow/article/view/250>
- Petersen, C. S., & Wainer, R. W. (2011). *Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed
- Petrucci, W. G., Borsa, C. J., & Koller, H. S. (2016). A família e a escola no desenvolvimento socioemocional na Infância. *Temas em Psicologia*, 24(2), 391–402. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-01Pt>
- Pires, J. (2014). Regulação emocional em psicoterapia: Um guia para o terapeuta cognitivo-comportamental. *Psico-USF*, 19(2), 355–357. <https://doi.org/10.1590/1413-82712014019002016>
- Reis, A. H., Oliveira, S. E. S., Bandeira, D. R., Andrade, N. C., Abreu, N., & Sperb, T. M. (2016). Emotion Regulation Checklist (ERC): Estudos preliminares da adaptação e validação para a cultura brasileira. *Temas em Psicologia*, 24(1), 77–96. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-06>
- Rocha, A. M. A. (2016). *Compreensão e regulação das emoções: Suas relações com a eficácia na interação social em crianças* (Tese de doutorado). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/23031>
- Rodrigues, M. (2015). *Educação emocional positiva: Saber lidar com as emoções é uma importante lição*. Novo Hamburgo, RS: Sinopsys.
- Rodrigues, M. C., Dias, J. P., & Freitas, M. F. R. L. (2010). Resolução de problemas interpessoais: Promovendo o desenvolvimento sociocognitivo na escola. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 831–839. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/cwjJhxrhB9xJHjjzL4xbrDk/abstract/?lang=pt>

- Schwartz, F. T., Lopes, G. P., & Veronez, L. F. (2016). A importância de nomear as emoções na infância: Relato de experiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 637–639. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031019>
- Shure, M. B. (2006). *Eu posso resolver problemas: Educação infantil e ensino fundamental: Um programa de solução cognitiva para problemas interpessoais* (E. M. Marturano, A. M. A. Motta, & L. C. S. Elias, Trans.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- SuperToons. (2015). *O Diário de Mika*. Recuperado de <http://www.odiariodemika.com.br/>
- Tessaro, F., & Lampert, C. D. T. Desenvolvimento da inteligência emocional na escola: Relato de experiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23(e178696), 1–3. <https://doi.org/10.1590/2175-35392019018696>

Recebido em 30/11/2020

Aceito em 10/09/2021